



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TIAGO LUÍS COELHO VAZ SILVA

Feminismos, Sexualidade e Trabalho: as controvérsias em torno do reconhecimento da prostituição como atividade profissional no Brasil

CAMPINAS

2023

TIAGO LUÍS COELHO VAZ SILVA

Feminismos, Sexualidade e Trabalho: as controvérsias em torno do reconhecimento da prostituição como atividade profissional no Brasil

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Gracia Piscitelli

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO TIAGO LUÍS COELHO VAZ SILVA, E ORIENTADA PELA PROF.^a DR.^a ADRIANA GRACIA PISCITELLI

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

V477f Vaz Silva, Tiago Luís Coelho, 1981-
Feminismos, sexualidade e trabalho: as controvérsias em torno do reconhecimento da prostituição como atividade profissional no Brasil / Tiago Luís Coelho Vaz Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Adriana Gracia Piscitelli.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1 Prostituição - Brasil. 2. Trabalho - Brasil. 3. Feminismo. 4. Sexualidade. I. Piscitelli, Adriana Gracia, 1954-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Feminisms, sexuality and work : the controversies surrounding the recognition of a prostitution as a professional activity in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Prostitution - Brazil

Work - Brazil

Feminism

Sexuality

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Adriana Gracia Piscitelli [Orientador]

Ana Paula da Silva

José Miguel Nieto Olivar

Natália Corazza Padovani

Iara Aparecida Beleli

Data de defesa: 09-08-2023

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1630-6912>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5025462673753937>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos docentes doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada no dia 9 de agosto de 2023, considerou o candidato Tiago Luís Coelho Vaz Silva aprovado.

Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli (Orientadora)

Profa. Dra. Ana Paula da Silva (UFF)

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar (USP)

Profa. Dra. Natália Corazza Padovani (UNICAMP)

Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli (UNICAMP)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Às trabalhadoras sexuais e sua luta pelo
reconhecimento de direitos e cidadania*

Agradecimentos

- Aos meus pais Milton e Cleide pela força e incentivo durante a vida toda, especialmente, pela oportunidade que me deram para estudar.
- A todos os meus familiares pelo apoio. À minha avó Maria (em memória) por todo o cuidado, amor e carinho que teve por mim. À minha avó Floralice, desejando mais felicidades e muitos anos de vida para ela. Aos meus padrinhos Cecília e Edson (em memória), por quem tenho profundo apreço.
- À minha filha Sofia, pelos momentos, sorrisos, carinhos e brincadeiras juntos, que me fizeram sentir menos a distância geográfica imposta no período afastado para os estudos.
- À minha esposa Suanne, por me fazer descobrir o amor novamente e carregar no ventre a semente desse amor, Olívia. Suanne, companheira de todos os momentos, não consigo expressar em palavras a gratidão por você fazer parte da minha vida, sempre ao meu lado me incentivando nesta empreitada da tese, até mesmo quando eu fraquejei e desacreditei. Essa tese também é sua.
- À professora Adriana Piscitelli, por toda orientação, compreensão e apoio nos momentos de dificuldade. Sou imensamente grato por sua generosidade e incentivo.
- À Lourdes Barreto, por abrir as portas do GEMPAC e do movimento de prostitutas para mim. Essa Puta Mulher que inspira aonde vai através de sua história de vida e trajetória de ativismo político, me ensinou muito nesses anos todos de pesquisa. De tudo o que aprendi com ela, o que mais me marcou é que não pode haver luta sem afeto.
- Á Leila Barreto, por toda generosidade e acolhimento que inspira acreditar em um mundo mais justo.
- À Luza Marya, pelo acolhimento e companheirismo durante minha passagem por João Pessoa-PB, o que me proporcionou experiências significativas de trabalho e amizade.
- À Cida Vieira, por seu jeito irreverente e incisivo, quase de enlouquecer, mas com quem aprendi muito sobre determinação e companheirismo.
- Às lideranças de trabalhadoras sexuais que tive a oportunidade de conhecer em alguns eventos do movimento e passei a admirar. Especialmente, à Maria De Jesus, Diana Soares, Vânia Rezende, Nancy Feijó, Célia Gomes, Betânia Santos, Edna Maciel, Maria Elias e Juma Santos.

- Às parceiras e parceiros da Rede Brasileira de Prostitutas pelo aprendizado durante esses anos de puta luta. Em especial à Elaine Bortolanza, Soraya Simões, Laura Murray, Maurício Toledo, Flávio Lenz e Roberto Domingues.
- Às professoras e professores do PPGCS da Unicamp, pela aprendizagem e contribuições nas discussões relativas ao projeto de doutorado.
- A todas as companheiras e companheiros de turma com quem compartilhei momentos de aprendizado, alegria e descontração em meio ao estresse dos estudos e à solidão da vida em Campinas. Em especial a Domila Pazzini, Vanessa Ponte, Lauren Zeytounlian, Vanessa Sander, Natalia Negretti, Lorena Caminhas, Marcela Vasco, José Douglas, Nathanael Araújo e a Jeff.
- Às companheiras e companheiros do grupo de estudos, pelas leituras e contribuições valiosas sobre o meu projeto. Agradeço imensamente à Iara Beleli, Natália Padovani, Flávia Teixeira, Anna Paula Araújo, Lauren Zeytounlian, Domila Pazzini, Jessica Gutierrez, Luiza Hortelan, Jullyane Ribeiro, Carol Pavajeau, Ana Paula Luna, Raquel Banuth, Cinthia Marques, Clara Oliveira, Lúcia Sestokas, Luna Campos, Adriely Clarindo, Mônica Conrado e Gustavo Cordoba.
- Às amigas Silvia Lilia, Amanda Calabria, Carol Bonomi e Fernanda Ribeiro, pelas partilhas de experiências e reflexões sobre os campos de pesquisa.
- Às professoras Isadora Lins França (Unicamp) e Ana Paula Da Silva (UFF), pelas instigantes e valiosas contribuições na qualificação do projeto de doutorado.
- À UEPA, pela concessão de licença aprimoramento em razão do curso de doutorado e à FAPESPA, pela concessão de bolsas de estudo.
- E, por fim, a todas as interlocutoras que se disponibilizaram em participar da pesquisa em questão, pois sem elas este estudo não seria possível. Especialmente as que integram o movimento organizado de prostitutas no Brasil.
- À equipe do GEMPAC: Cinderela, Vitória, Amélia Garcia, Domingas, Araci Nascimento, Fafá, Amujaci, Maria Rita e Delcy (em memória). Certeza de vínculo construído para além desta pesquisa.
- À equipe da APROS-PB: Leninha, Marli, Erimar, Lurdinha, Sheila Araújo, Roberta Ramos, Breno Marques e Jó Custódio. Pessoas queridas das quais tenho saudades e espero rever em breve.
- À equipe da APROSMIG: Zazá, Patrícia, Cidinha, Laurinha, Miury Suly e Elizabeth Fernandes. Certo de que fiz amizades para uma vida.

Putá: adjetivo usado pela sociedade para descrever a mulher que tem atitudes iguais às de qualquer homem padrão
Autoria desconhecida.

Vagina tem poder!

Lourdes Barreto. Inscrição tatuada no braço esquerdo, logo abaixo de *Eu sou Puta!*

Uma mulher que faz sexo e cobra por sexo e revela, é natural que o patriarcado pense que ela não serve para falar. Mas, não é natural que o feminismo concorde com isso!

Monique Prada em entrevista concedida a Ponte Jornalismo.

Toda Mulher é da vida!

DASPU. Inscrição estampada em produtos da marca.

RESUMO

No Brasil, tem ocorrido a radicalização de posicionamentos contrários à legalização e a possibilidade da regulamentação da prostituição enquanto atividade profissional reconhecida pelo Estado. Nesta pesquisa analiso a disputa instaurada na esfera pública em torno da controvérsia sobre a proibição da prostituição e criminalização do cliente *versus* a regulamentação laboral do trabalho sexual. A redefinição da prostituição como trabalho tem sofrido intensa oposição de diferentes atores sociais constituídos por lógicas específicas à composição narrativa de seus projetos de sociedade, dentre os quais se destacam os projetos antiprostituição de feministas neoabolicionistas e de grupos conservadores com sua base política entre os religiosos cristãos. Por sua vez, o movimento organizado de prostitutas no país tem assumido o protagonismo no debate público diante as políticas antiprostituição, desenvolvendo estratégias variadas de incidência política na luta por direitos sexuais e trabalhistas, seja através do PL Gabriela Leite, da dimensão político-estética-comunicativa do desfile Daspu e do *Putá Dei* e, também, do ativismo Putafeminista. No que se refere a execução da pesquisa, realizei uma etnografia multissituada de interações políticas dentro e fora da internet em um continuum online/offline entre os espaços das novas plataformas digitais de interação social e das relações face a face com as interlocutoras. No ambiente presencial, pesquisei junto ao Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), em Belém-PA; à Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB), em João Pessoa-PB; e à Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), em Belo Horizonte-MG. Acompanhei a organização e dinâmica dessas associações, bem como o fluxo de eventos relacionados à controvérsia sobre a regulamentação laboral da prostituição como, por exemplo, encontros, palestras, mesas-redondas, atos públicos, marchas, etc. No ambiente virtual, pesquisei em blogs e redes sociais (revista Azmina, perfis pessoais de ativistas e páginas de comunidades do *Facebook*) utilizadas como espaço para a divulgação de eventos e para o debate de questões relacionadas à controvérsia em pauta. Com a finalidade de traçar o panorama dos possíveis desdobramentos da proibição/criminalização da prostituição em outros nichos do mercado do sexo, pesquisei em sites de acompanhantes de luxo e realizei entrevistas com pessoas inseridas neste segmento do trabalho sexual. Meu propósito foi compreender as novas torções e tessituras no âmbito da prostituição como problema sociológico no Brasil. O estudo visou também compreender como processos de governamentalidade que operam com base no Estado e no mercado norteiam a prostituição; bem como o modo pelo qual esses processos se articulam e se intensificam através de diferenciações de classe, raça e geração. Busquei apreender como práticas de Estado e de mercado orientam tanto o comportamento quanto as mentalidades que sustentam tais comportamentos das pessoas na prostituição e sobre a prostituição. O meu principal argumento é que e os projetos antiprostituição não visam proibir o mercado do sexo de modo geral, mas, sobretudo, alguns segmentos específicos: a prostituição de rua, e aquela que tem lugar nas casas de prostituição, bem como a legalização dessas casas.

Palavras-Chaves: Prostituição - Brasil; Trabalho - Brasil; Feminismo; Sexualidade.

ABSTRACT

Brazil has been facing radical positioning contrary to the legalization and possible regulation of prostitution as a professional activity recognized by the State. In this research, I analyze the dispute established in the public sphere around the controversy on the forbiddance of prostitution and criminalization of the client versus the labor regulation of sex work. The redefinition of prostitution as a line of work has suffered intense opposition from different social actors constituted by specific logic to the narrative composition of its social projects, among which neo-abolitionist feminist anti-prostitution projects and conservative groups with their political base among Christian religious groups stand out. In turn, the organized movement of prostitutes in Brasil has assumed the leading role in the public debate on anti-prostitution policies, developing various strategies of political advocacy in the struggle for sexual and labor rights, whether through the PL Gabriela Leite, the political-aesthetic-communicative of the Daspu and Puta Dei parades, and also of Putafeminist activism. Concerning the execution of the research, I carried out a multi-sited ethnography of political interactions on and off the internet in an online/offline continuum between the spaces of the new digital platforms for social interaction and face-to-face relationships with the research interlocutors. In the face-to-face environment, I researched with the Group of Women Prostitutes of the State of Pará (GEMPAC), in Belém-PA; to the Association of Prostitutes of Paraíba (APROS-PB), in João Pessoa-PB; and the Association of Prostitutes of Minas Gerais (APROSMIG), in Belo Horizonte-MG. I followed the organization and dynamics of these associations and the flow of events related to the controversy over the labor regulation of prostitution, such as meetings, lectures, seminars, public events, marches, etc. In the virtual environment, I researched blogs and social networks (Azmina magazine, personal profiles of activists, and Facebook community pages) used as a space for publicizing events and debating issues related to the controversy. In order to outline the possible consequences of the prohibition/criminalization of prostitution in other niches of the sex market, I researched luxury escort websites. I conducted interviews with people in this segment of sex work. My purpose was to understand the new twists and turns within the scope of prostitution as a sociological problem in Brazil. The study also aimed to understand how governmentality processes that operate based on the State and the market guide prostitution; as well as the way in which these processes are articulated and intensified through differentiations of class, race and generation. I sought to understand how State and market practices guide the behavior and the mentalities that support such behaviors of people in prostitution and about prostitution. My main argument is that the anti-prostitution projects do not aim to prohibit the sex market in general, but, above all, some specific segments: street prostitution and that which takes place in brothels, as well as the legalization of these brothels.

Keywords: Prostitution - Brazil; Work - Brazil; Feminism; Sexuality.

Lista de Siglas

AARG – Associação dos Amigos da Rua Guaicurus
ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ACP – Associação Cidadãos Posithivos Sempre Viva
ACS – Agentes Comunitários de Saúde
AI – Anistia Internacional
AMAZONA – Associação de Prevenção a Aids
AMPSAP – Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá
ANPS – Articulação Nacional de Profissionais do Sexo
APPS – Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo
APROCE - Associação de Prostitutas do Ceará
APROSBA – Associação de Prostitutas da Bahia
APROS-PB – Associação de Prostitutas da Paraíba
APROSMIG – Associação de Prostitutas de Minas Gerais
ASPROSRN – Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte
AU – Austrália
BA - Bahia
CATW – Coalition Against Trafficking in Women
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CCSP – Centro Cultural de São Paulo
CEDM-PA – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CELLOS – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
CIPMAC – Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COMITRATE – Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo
CONATRAP – Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
COYOTE – Call Off Your Old Tired Ethics
CRP-MG – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento
CUT – Central Única de Trabalhadores

CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DeFEMde – Rede Feminista de Juristas
DIAHV – Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais
DJ – Disc Jockey
DS – Democracia Socialista
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EUA – Estados Unidos da América
EWL - European Women's Lobby
FAI – Federação Abolicionista Internacional
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Estado do Pará
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FMC – Fundação Municipal de Cultura
FUNPAPA – Fundação Papa João XIII
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à Aids
GMEL – Grupo Feminista Mulher, Ética e Libertação
GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
GO – Goiás
HIV/Aids – Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immuno Deficiency Syndrome
HSH – Homens que fazem sexo com homens
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
LeMetro – Laboratório de Etnografia Metropolitana
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans
MASP – Museu de Artes de São Paulo
MG – Minas Gerais
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MP – Medida Provisória
MP-MG – Ministério Público de Minas Gerais
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MV – Marcha das Vadias
NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição
NSWP – Global Network of Sex Work Projects
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PA – Pará
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PeP – Profilaxia Pós – Exposição ao HIV
PL – Projeto de Lei
PLAPERTS – Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual
PRB – Republicanos
PrEP – Profilaxia Pré-Exposição ao HIV
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PV – Partido Verde
RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
RBTS – Rede Brasileira de Trabalhadoras do Sexo
RedTraSex – Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
SDDH – Sociedade Paraense de Direitos Humanos
SEDPAC – Secretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais
SEJUDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SESMA – Secretária Municipal de Saúde

SOF – Sempreviva Organização Feminista
SP – São Paulo
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TR-FO – Testagem rápida por fluído oral
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UE – União Europeia
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAIDS – United Nations Programme on HIV/Aids
UNFPA – United Nations Population Fund
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
URL – Uniform Resource Locator
USF – Unidade Saúde da Família
WOW – Women of the World

Lista de Imagens

Figura 1	202
Figura 2	202
Figura 3	205
Figura 4	205
Foto 1	158
Foto 2	158
Foto 3	194
Foto 4	194
Foto 5	196
Foto 6	197
Foto 7	198
Foto 8	198
Foto 9	199
Foto 10	199
Foto 11	200
Foto 12	200
Foto 13	207
Foto 14	207
Foto 15	208
Foto 16	217
Foto 17	218

Lista de Quadros

Quadro 1	120-121
Quadro 2	123

Lista de Tabelas

Tabela 1	236
Tabela 2	240
Tabela 3	246
Tabela 4	247
Tabela 5	250
Tabela 6	251
Tabela 7	253
Tabela 8	255

Lista de Gráficos

Gráfico 1	239
Gráfico 2	240
Gráfico 3	243
Gráfico 4	243
Gráfico 5	245
Gráfico 6	245
Gráfico 7	248
Gráfico 8	249
Gráfico 9	252
Gráfico 10	252

SUMÁRIO

I - Introdução.....	19
II - Os caminhos que levaram a pesquisa: ou de como vida pessoal, campo de pesquisa e ativismo político se cruzam.....	27
III - A construção do problema de pesquisa.....	38
IV - Procedimentos metodológicos.....	50
V - Garantias éticas aos participantes da pesquisa.....	53
VI - Estrutura da tese.....	54
1. Feminismos em disputa: as tensões nas redes sociais em torno do debate sobre prostituição.....	57
1.1 – A “Putíssima Trindade”: dos fetiches e fantasias sexuais dos clientes à acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída as trabalhadoras sexuais.....	70
1.2 – A disputa pela <i>autoridade da experiência</i>	86
1.3 – A controvérsia sobre a prostituição nos debates feministas.....	90
1.4 – A configuração da arena política no Brasil.....	96
1.5 – As noções de exploração em disputa.....	107
2. A prostituição sob escrutínio: quando os projetos antiprostituição do feminismo abolicionista e de religiosos cristãos convergem no Brasil.....	112
2.1 – A “ascensão do social” e a “política do resgate”: o projeto de governamentalidade de mulheres de classe média sobre as prostitutas.....	113
2.2 – O Feminismo antiprostituição no Brasil: o ativismo político de <i>mulheres contra o estupro pago</i> e do <i>Comitê pela Abolição da Prostituição</i>	116
2.3 – Os projetos antiprostituição de grupos cristãos: apropriação pragmática de pautas neoabolicionistas em defesa da agenda moralista religiosa.....	141

3. O movimento de prostitutas em busca por reconhecimento do trabalho sexual.....	152
3.1 – A incidência política do movimento organizado de prostitutas contra o recrudescimento na política e a perda de direitos trabalhistas.....	152
3.2 – O movimento organizado de prostitutas: as experiências do GEMPAC, da APROS-PB e da APROSMIG.....	160
3.3 – PL Gabriela Leite: as prostitutas em busca por reconhecimento laboral do trabalho sexual.....	186
3.4 – Daspu: uma parada de puta.....	192
3.5 – O Puta Dei.....	200
3.6 – Putafeminismo: o protagonismo de putas no feminismo.....	208
3.7 – O movimento de prostitutas em tempos de pandemia: a incidência política do GEMPAC.....	214
3.8 – As fissuras do movimento de putas: conflitos internos, dissidências e a formação de três Redes.....	222
4. Faces da prostituição: um comparativo entre dois nichos do trabalho sexual.....	233
4.1 – Entre números, cores e idades: os perfis de anunciantes “acompanhantes de luxo” e de prostitutas do centro de três capitais brasileiras.....	234
4.2 - Representações sobre a prostituição: a construção da imagem da “acompanhante de luxo” pelo site <i>AP das Makinas</i>	258
4.3 - Empreendedorismo, exclusividade e consumo: a lógica neoliberal que confere sentido a distinção entre “acompanhantes” e putas.....	267
5. Considerações Finais.....	281
6. Referências.....	291

I - Introdução

A pesquisa proposta nesta tese de doutoramento se insere no campo de estudos sobre mercados do sexo e economias sexuais, mais especificamente sobre prostituição e outros nichos deste mercado, como a “prostituição de luxo”¹. O estudo pretende analisar a controvérsia na esfera pública a respeito da possibilidade de regulamentação laboral da prostituição enquanto atividade reconhecida pelo Estado brasileiro ante as políticas abolicionistas e proibicionistas que visam coibir e/ou criminalizar a prostituição no país.

O mote da tese está na compreensão das novas torções e tessituras no âmbito da prostituição como problema sociológico no Brasil. O estudo se desenvolve, praticamente em tempo real, em um cenário de conflito e disputa no campo do feminismo brasileiro e em sua relação com o movimento organizado de prostitutas no país, contexto em que se desencadeia uma radicalização do discurso contra a prostituição, através de ataques sistemáticos, da intensificação de agendas e da mobilização de diferentes atores avessos à prostituição.

A pesquisa visa também compreender processos de governamentalidade² com base no Estado e no mercado que operam sobre a prostituição. Em outras palavras, busca-se apreender como práticas de Estado e de mercado orientam tanto o comportamento quanto as mentalidades que sustentam tais comportamentos das pessoas na prostituição e sobre a prostituição, atravessadas por diferenciações de classe, raça e geração. O meu principal argumento é que e os projetos antiprostituição não visam proibir o mercado do sexo de modo geral, mas, sobretudo, alguns segmentos específicos: a prostituição de rua, e aquela que tem lugar nas casas de prostituição, bem

¹ Entendemos “prostituição de luxo” como uma categoria êmica (nativa) empregada tanto por profissionais do sexo quanto por clientes para estabelecer uma distinção entre este nicho do mercado do sexo e o da prostituição convencional, praticada nas ruas e nas *zonas*. É, pois, uma distinção com base em pressupostos de hierarquia e prestígio que se quer fazer notar em seu aspecto moral, visando se distanciar da lasciva e vulgaridade associada à prostituição de rua. Mas, também está bastante associada à dimensão socioeconômica, relacionada aos lugares destinados ao comércio sexual e aos contratos celebrados na troca sexo-por-dinheiro, uma vez que “requinte” e “exclusividade”, “conexão erótica” e “afeto autêntico”, são descritos como características distintivas neste segmento da prostituição. Além, obviamente, dos elevados valores praticados no preço do “programa”.

² A noção de governamentalidade tem origem em Michel Foucault e neste trabalho é compreendida como o esforço de governança da conduta de sujeitos por meio de várias técnicas e táticas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem que se manifestam através da tríade soberania-disciplina-governo das práticas e das mentalidades que sustentam tais práticas (FOUCAULT, 2006). Nesta tese, a distinção que se estabelece entre governamentalidade de Estado e de mercado assume apenas um aspecto formal e didático, no intuito de favorecer a interpretação a respeito da influência particular de cada uma delas sobre a prostituição. Contudo, sabemos que para Foucault no regime neoliberal a distinção entre governamentalidade de Estado e de mercado é borrada, uma vez que a economia de mercado serve como modelo e forma para o Estado (FOUCAULT, 2008).

como a legalização dessas casas. Apesar deste fato não constituir um problema sociológico novo, ele assume contornos específicos para o contexto brasileiro, como veremos ao logo do estudo.

Em 1997, Wendy Chapkis publicou o livro clássico “Live Sex Acts: Women performing erotic labour”, até hoje considerado referência fundamental para os estudos sobre trabalho sexual e economias sexuais. No primeiro capítulo a autora aborda as “guerras sexuais”, que ocorrera na década de 1980 nos EUA, entre segmentos do feminismo que divergem sobre o papel da sexualidade enquanto dimensão libertadora e opressora das mulheres. Em uma arena política marcada por hostilidades, a prostituição assume centralidade no debate a respeito da sexualidade e da função do sexo na vida das mulheres. Naquele contexto, a controvérsia se desenrolou entre as “Feministas Radicais”, que veem o sexo como fonte de opressão feminina; e as feministas “Radicais do Sexo”, consideradas subversivas por compreenderem o sexo como fonte de prazer e poder das mulheres (CHAPKIS, 1997).

Segundo Chapkis (1997), a prática da prostituição, naquele debate, é reduzida a dicotomia opressão/subversão. A prostituta era compreendida ora como “escrava sexual”, objeto sexual que resulta da supremacia masculina; ora como os agentes sexuais mais subversivos, por provocarem uma tensão na ordem social sexista. No decorrer desta obra, a autora vai demonstrar através da experiência de trabalhadoras sexuais que a realidade do comércio sexual é muito mais variada e complexa se comparada ao modelo de explicação dicotômico que norteava a disputa entre as feministas aquela época.

Até poucos anos atrás, o cenário de tensões e hostilidades entre feministas a respeito do significado da prostituição na vida das mulheres descrito por Chapkis, parecia muito distante da realidade brasileira. No início do século XXI, com a articulação entre feminismos e Estado, bem como entre feminismos e movimentos de caráter transnacional (não necessariamente feministas), passaram a se difundir no país certas perspectivas feministas que associam prostituição à exploração sexual de mulheres, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e ao tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2012-a; 2016).

Mas, é partir de 2012 que se desencadeia uma radicalização do discurso contra a prostituição no Brasil, mesmo ano em que dá entrada na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei nº 4.211/12 (PL Gabriela Leite), que visa regulamentar a prostituição

enquanto atividade profissional reconhecida pelo Estado³. Isto porque tanto o PL Gabriela Leite quanto o anteprojeto de Reforma do Novo Código Penal buscavam alterar o significado atribuído a noção de exploração sexual, desvinculando-a definitivamente de prostituição e abrindo a possibilidade para que esta prática pudesse ser considerada trabalho. Desde então, tem se promovido inúmeros ataques a prostituição (principalmente na internet, em blogs e redes sociais), que se intensificaram as proximidades da realização de megaeventos esportivos no país, acirrando os conflitos entre feministas radicais e trabalhadoras sexuais, assemelhando-se muito ao cenário das “guerras sexuais” dos anos 1980, apresentado por Chapkis.

O “retorno as ruas” nas *jornadas de junho de 2013*⁴ foi significativo para a compreensão de como estava sendo forjado no âmbito dos feminismos no Brasil: a heterogeneidade e o dinamismo dos campos discursivos de ação que caracterizam o atual momento do ativismo feminista no país (ALVAREZ, 2014). Com expressiva atuação nas redes sociais, as jornadas de junho possibilitaram vazão às ruas para esses feminismos da nova geração, que se somaram a tantas outras vozes (em uma relação nem sempre tranquila) para reivindicar por um amplo e diversificado espectro de demandas, como possibilidade de vislumbrar uma sociedade mais justa e menos opressora. Esses feminismos se configuram por um fluxo mais horizontal de discursos e práticas plurais, adotando posturas marcadamente descentralizadas e estabelecendo inter-relações com os mais variados setores da sociedade civil e para além dela. São feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si (ALVAREZ, 2014).

A Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, ambos realizados no Brasil, colocaram o debate sobre prostituição em evidência no país sob o discurso de que eventos desta natureza são propícios à prática do turismo sexual,

³ Em agosto de 2015, a Anistia Internacional (AI) se declarou favorável a despenalização do trabalho sexual onde quer que ele seja praticado, considerando tal mudança extremamente necessária para garantir a defesa dos direitos humanos das/os trabalhadoras sexuais, uma vez que os regimes baseados na proibição/criminalização não lograram êxito na preservação de direitos fundamentais dessas pessoas; e o direito penal tampouco se constituiu como resposta satisfatória para a questão.

⁴ Manifestações por todo Brasil, inicialmente, com o propósito de contestar os aumentos das tarifas do transporte público. Com forte adesão popular, principalmente de jovens, estudantes universitários e secundaristas, as manifestações incorporaram outras pautas como: a má gestão dos recursos públicos, o combate à corrupção, a denúncia à violência policial; bem como demandas de minorias políticas: feministas, gays, lésbicas e negros/as, por exemplo. Os atos tiveram como marca o apartidarismo e o antipartidarismo, isto é, não possuíam vinculação político-partidária e os participantes rejeitavam qualquer forma de apropriação das pautas das manifestações por partidos políticos. As manifestações tiveram ampla repercussão nacional e internacional, sendo considerada pela imprensa as maiores mobilizações no país desde o impeachment de Fernando Collor em 1992.

considerada nociva e degradante para mulheres que, em sua maioria, se veem obrigadas a “vender seu corpo” devido à situação de pobreza. Matérias veiculadas em diferentes meios de comunicação alertavam para os riscos da intensificação da “exploração sexual” de mulheres e do tráfico de pessoas, com particular atenção para a “prostituição infantil”; igualmente para os riscos da expansão da indústria do sexo no Brasil, em decorrência do aumento significativo da demanda por sexo durante o período⁵.

O primeiro contato que tive com a questão em disputa entre feministas que se denominavam radicais e trabalhadoras sexuais foi através da controvérsia nas redes sociais ocorrida às vésperas de um determinado evento que tinha como foco o debate sobre o exercício da prostituição as proximidades dos Jogos Olímpicos Rio 2016. A partir da descrição analítica da cena etnográfica dos bastidores deste evento, pude perceber que as tensões e os conflitos entre feministas que se autodenominam radicais e trabalhadoras sexuais dizem respeito, de modo mais amplo, a centralidade que a prostituição assume no debate sobre a sexualidade e a função do sexo na vida das mulheres através da disputa sobre a noção de *experiência*. Em particular, a controvérsia gira em torno da regulamentação da prostituição como atividade profissional reconhecida pelo Estado (VAZ SILVA, 2017). Todas essas questões ressurgem com intensidade no atual cenário em que se debate na esfera do legislativo, tanto a possibilidade de redefinição da prostituição como atividade profissional, quanto a sua criminalização – o que gera um ambiente de tensão e hostilidade na esfera social entre o segmento do feminismo radical e as trabalhadoras sexuais.

No Brasil, as feministas que se autodenominam radicais tem se organizado na defesa da abolição do conceito de gênero por compreenderem o sexo como uma posição de casta e não como identidade. Em uma publicação recente organizada pela professora Heloisa Buarque de Holanda, editada pela Cia. das Letras sob o título “Explosão

⁵ Publicações com este teor sobre a Copa do Mundo no Brasil estão disponíveis em: <http://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2014/02/04/prostituicao-pode-ser-maior-legado-da-copa-mundo-brasil/>; <https://www.panoramas.pitt.edu/health-and-society/prostitui%C3%A7%C3%A3o-infantil-no-brasil-e-copa-do-mundo>. No entanto, apesar do pânico criado em torno do turismo sexual na Copa do Mundo no Brasil, o relatório divulgado pelo Observatório da Prostituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LeMetro/IFCS/UFRJ) aponta que não houve aumento substantivo da prostituição, nem tampouco da exploração sexual de crianças e adolescentes que pudesse indicar aumento da demanda de serviços sexuais diretamente associada à prática do turismo sexual. Durante o período da Copa foram realizadas pesquisas etnográficas nos principais pontos de prostituição do Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, a fim de monitorar os impactos nas áreas de prostituição das cidades-sede. Disponível em: <http://www.observatorioprostituicao.ifcs.ufrj.br/documentos/>. Último acesso 01/10/2019. Matérias sobre os riscos do turismo sexual as proximidades dos Jogos Olímpicos estão disponíveis em: <https://www.esquerdadiario.com.br/As-Olimpiadas-da-prostituicao-e-do-abuso>. Último acesso em 01/10/2019.

feminista”, um dos artigos da coletânea gerou bastante repercussão devido aos ataques pesados a prostituição e a transgeneridade. O artigo em questão, intitulado “Feminismo Radical”, é de autoria de Eloisa Samy, advogada, militante de direitos humanos, feminista radical-materialista, com ela própria se define. Nele, a autora associa prostituição à exploração sexual infantil e estabelece analogias entre prostituição e necrofilia, comparando a “venda do corpo” no exercício do trabalho sexual com crime de vilipêndio de cadáver (SAMY, 2018).

Eloisa Samy considera que a sexualidade feminina foi sequestrada de modo a dividir as mulheres entre aquelas para “casar” e as “putas”, como resultado de uma socialização perversa que concebe mulheres dóceis, frágeis e submissas; e homens que exploram e se beneficiam dessas características. Segundo esta perspectiva, o gênero se tornou um mecanismo de controle e dominação social engendrado a partir da designação de papéis sociais a cada sexo, se constituindo como um pilar fundamental do sistema patriarcal, através do qual as mulheres são socializadas para cumprir a função social de esposa e mãe (SAMY, 2018). Esta vertente do feminismo se opõe a prostituição por considerá-la “uma pedra angular da dominação patriarcal⁶” que afeta negativamente as mulheres como um todo e não apenas aquelas inseridas neste universo. Desta forma, a prostituição passa a ser concebida invariavelmente como exploração sexual de mulheres, a objetificação do corpo feminino como resultado da opressão e dominação patriarcal. Em sua faceta neoliberal, este sistema de opressão e dominação está a serviço da indústria do sexo, a quem cumpre o papel de retroalimentar as desigualdades entre homens e mulheres de acordo com os “pilares do patriarcado” (SAMY, 2018).

Não demorou muito para que ativistas tanto do movimento de prostitutas, quanto do movimento trans se posicionassem criticamente a respeito do artigo em pauta, inclusive na condição de autoras da própria coletânea, uma vez que também produziram

⁶ Além disso, o texto de Samy manifesta um caráter extremamente transfóbico ao rejeitar por completo as noções de transsexualidade e transgeneridade, afirmando que pessoas nascidas com o sexo masculino (ao se referir a transgeneridade feminina) impõem as mulheres o modelo de fêmea e a representação de estereótipos femininos, dos quais o feminismo radical faz a crítica social e busca se distanciar. Para a autora, ainda que existam algumas feministas radicais que reconheçam os direitos dos transgêneros, para esta corrente do feminismo de modo geral, o transfeminismo representa uma “nova face do patriarcado para sublevar as pretensões de mulheres e pregar apologia aqueles marcadores sociais de feminilidade tradicionalmente usados como instrumentos de opressão e defender que esses marcadores são, na verdade, naturais” (SAMY 2018, p. 411). O feminismo radical também se opõe a pornografia por compreendê-la como engrenagem do sexismo e vetor para o estupro e outras formas de violência contra as mulheres. Segundo Samy (2018), a pornografia reproduz a ideia de que o prazer sexual sempre foi reservado aos homens; erotizando a dominação, a humilhação, a objetificação e a coação feminina ao reforçar a heterossexualidade compulsória para os homens.

texto sobre as experiências feministas na perspectiva do movimento na qual estão inseridas. Mas, sobretudo, as críticas foram dirigidas a organizadora da coletânea e a equipe editorial que permitiram que um artigo com conotações eminentemente “putafóbicas” e “transfóbicas” fosse publicado sob a retórica de representar a pluralidade dos campos de ação feministas e expressar a diversidade de ideias e de posicionamentos divergentes, e até mesmo conflitantes entre os feminismos. As críticas são construídas em tom de denúncia, questionando os critérios editoriais adotados por uma das maiores empresas deste ramo no país ao cancelar as violências e hostilidades disseminadas nas redes sociais em uma publicação acadêmica de respeito. Ressaltam, inclusive, a desqualificação que sofrem as prostitutas que defendem o trabalho sexual e reivindicam lugar de fala no feminismo; igualmente a desqualificação da militância trans e das pessoas trans enquanto sujeitos. Este é um exemplo de como o movimento de prostitutas, e outros movimentos que lutam por reconhecimento através da conquista de direitos nas trincheiras do gênero e da sexualidade, tem cada vez mais disputado o *microfone público* (ALVAREZ, 2014) em busca da cidadania.

Desde sua origem em 1987, o movimento organizado de prostitutas no Brasil tem lutado pela dignidade e integridade física das trabalhadoras sexuais contra o estigma e as diferentes formas de violência a que são submetidas, seja aquelas cometidas por atos individuais, ou mesmo as que resultam da truculência e omissão institucional de agentes do Estado. O movimento encontrou na denúncia da violência policial e no combate à epidemia do HIV/Aids uma forte bandeira de luta que lhe outorgou reconhecimento e legitimidade junto a entidades da sociedade civil e do próprio Estado, com quem estabeleceu relações de parceria para a implementação das políticas de saúde destinadas às profissionais do sexo e outros grupos considerados mais vulneráveis ao HIV/Aids.

O passo seguinte ocorreu em direção a reivindicação por direitos sexuais e direitos trabalhistas. Neste segundo domínio de atuação, uma conquista significativa para o movimento foi a inclusão da categoria “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ainda que isto tenha se dado no Ministério do Trabalho muito mais na gramática da vulnerabilidade da atividade, como possibilidade de minimizar os riscos considerados inerentes a prostituição⁷; e menos na garantia de

⁷ **CBO 5198 - Profissionais do Sexo**, no item *Condições Gerais do Exercício* consta: “trabalham por conta própria em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas atividades podem estar expostos as intempéries e discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST’s e maus-tratos,

direitos plenos as trabalhadoras sexuais em consequência de ausência de regulação das relações trabalhistas e da precarização nas quais desenvolvem suas atividades laborais. A ausência de uma regulamentação laboral do trabalho sexual no Brasil faz com que a prática da prostituição transite em um limbo de legalidade e clandestinidade, como uma espécie de atividade semicriminosa, uma vez que o ordenamento jurídico através do código penal inviabiliza toda e qualquer exploração econômica do trabalho sexual que não seja a prostituição de si mesma, sob pena de enquadramento no crime de lenocínio⁸. Isto acarreta em uma série de limitações para o exercício do trabalho sexual e contribui para a perpetuação do estigma e marginalização da prostituição, até hoje tolerada pela sociedade e pela legislação brasileira.

A perspectiva que adotamos neste trabalho considera a prostituição uma atividade livre e de caráter voluntário, praticada por pessoas adultas, maiores de 18 (dezoito) anos e em pleno gozo de suas capacidades mentais. Assim, toda e qualquer atividade sexual comercial que seja praticada fora dos pressupostos de liberdade e consentimento deve ser caracterizado como violação da liberdade individual; portanto, exploração sexual. Desta forma, é possível estabelecer a diferença entre prostituição voluntária⁹ e exploração sexual: prostituição forçada¹⁰ (DOEZEMA, 2000). De modo semelhante, aquilo que tem sido designado no senso comum por “prostituição infantil”, se configura como crime de exploração sexual de crianças e adolescentes¹¹ e; portanto,

violência de rua e morte. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5198-profissionais-do-sexo>. Último acesso: 03/10/2019.

⁸ Capítulo V do Código Penal Brasileiro (parte especial, Título VI, alterado pela Lei n. 012.015 de 2009), “Dos crimes contra a dignidade sexual, do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”. **Art. 228** – induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). **Art. 229**. Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). **Art. 230** – Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça **Art. 231** – Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). **Art. 231-A** – Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

⁹ Entende-se por prostituição voluntária a prestação de serviços sexuais realizada por pessoa adulta e capaz (tendo a legislação brasileira estabelecido a maioria de a partir dos dezoito anos) por sua livre escolha e sem privação de liberdade.

¹⁰ A prostituição forçada é aquela em que a pessoa entra de forma involuntária na prostituição (ou mesmo de forma voluntária, mas é impedida de abandoná-la), sendo obrigada a realizar serviços de natureza sexual em benefício de outrem, caracterizando crime de exploração sexual.

¹¹ A inserção de crianças e adolescentes em atividades sexuais comerciais também configura crime de exploração sexual, prevista em legislação específica – Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual (Incluído pela Lei nº 9.975, Do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 23/06/2000).

um problema social distinto com características próprias e que não deve ser confundido ou associado à prostituição que, como foi dito, é uma atividade voluntária praticada por pessoas adultas.

O universo da prostituição é diversificado e multifacetado, sendo formado por mulheres e homens; cisgêneros e transgêneros; homossexuais, heterossexuais e bissexuais; negros, brancos, mestiços, etc. Ainda que a prostituição seja composta em sua grande maioria por mulheres, elas não são as únicas a exercer a atividade, também marcada pela presença de homens. No que se refere à demanda, a situação se inverte e os homens constituem majoritariamente os clientes da prostituição. A troca de serviços sexuais pode dar-se por uma compensação financeira ou material e ocorrer em espaços público, privados ou comerciais. Sem dúvida, o contingente expressivo de mulheres na prostituição é reflexo da pobreza e do desemprego, ou mesmo, de alternativas limitadas e condições precárias de postos de serviços, como resultado das desigualdades nas relações de gênero no mercado de trabalho. Assim, muitas mulheres adentram e permanecem na prostituição por considerá-la, se não a única, mas uma alternativa econômica viável e, muitas vezes melhor, ao compará-la a outros empregos já desempenhados, levando em conta a compensação financeira e a flexibilidade de tempo.

A prostituição pode ser exercida de maneira contínua, se constituindo na “carreira” da pessoa. Mas também pode ser intermitente e, até mesmo, contingente para estudantes que busquem pagar seus estudos, e para donas de casa ou mesmo outras trabalhadoras a fim de complementar a renda familiar. Portanto, a diversidade de situações reflete diferentes níveis de decisão pessoal e de ganhos econômicos no trabalho sexual. Deste modo, se a prostituição não é única, se existem diferentes atores sociais que a constituem e a partir de circunstâncias variadas, o olhar sobre ela também não pode ser único e cristalizado, sob risco de insistirmos no equívoco de reproduzir as histórias únicas (ADICHIE, 2019).

A pesquisa se desenvolve em ambientes presenciais e virtuais, considerando as intersecções que se estabelecem entre ambos. Deste modo, organização de passeatas ou mesmo de eventos de cunho acadêmico que se originem nas redes sociais, desde a sua concepção até os seus desdobramentos, possuem sua culminância, respectivamente, nas ruas e em auditórios de universidades; e vice-versa, pois essas mesmas atividades presenciais, muitas vezes, repercutem imediatamente nas redes sociais, possibilidade

aberta pelas tecnologias de transmissão em tempo real disponíveis pelas novas plataformas digitais de interação social. Portanto, a distinção que se estabelece neste estudo entre presencial e virtual assume apenas uma dimensão formal e didática, dada a intersecção profunda e permanente pelas quais os interlocutores da pesquisa e demais pessoas que participam ativamente do debate exercem interações políticas “dentro” e “fora” da internet.

As questões apresentadas aqui a respeito da delimitação do tema e os objetivos do estudo serão aprofundadas em tópico específico sobre a construção do problema de pesquisa. Mas, antes falaremos sobre como cheguei a este campo e decidi convertê-lo em objeto de estudo e de ativismo político.

II - Os caminhos que levaram a pesquisa: ou de como vida pessoal, campo de pesquisa e ativismo político se cruzam

O tema prostituição não fazia parte de meus interesses acadêmicos até que minha vida cruzou com ele após o drama pessoal do divórcio. A inserção neste universo ocorreu há cerca de dez anos através de Maurício¹², um amigo que conhecera recentemente na “noite” de Belém. Lembro que durante todo o período que envolveu o rito do divórcio mesclou tempos de intensa reclusão com tempos de hedonismo descontrolado. Foram momentos difíceis e todas as pessoas ao meu redor percebiam isso.

Em um fim de noite desses que pensamos que mais nada pode acontecer além ficar “zapeando” pelos canais da televisão até que o sono chegue, recebi uma ligação de Maurício convidando para sair. Após muita insistência e o clichê convidativo “bora lá, tu não vais te arrepender!”, resolvi aceitar e combinei de encontrá-lo em um bar sugerido por ele, localizado em circuito boêmio da vida noturna da cidade, onde Maurício estaria me esperando com outros/as amigos/as. Quando cheguei fui apresentado a todos/as, pedi uma cerveja e comecei a interagir com aqueles sentados próximos a mim. Ao todo, estávamos em número de oito pessoas, cinco homens e três mulheres, e não me parecia haver nenhum casal à mesa, o que posteriormente foi constatado.

¹² Todas as referências a pessoas, casas noturnas, bares, dentre outros, são fictícios. Adotamos este procedimento para preservar o anonimato dos/as interlocutores/as e dos estabelecimentos comerciais.

Foi uma noite muito agradável, regada à conversa, cerveja e música. Tive a oportunidade de conhecer novas pessoas, dentre elas Isabela, com quem conversei e flertei a noite toda. Seu sorriso encantador e conversa fácil quase me deixaram menos tímido, mas o efeito da cerveja também ajudava a acreditar que pudesse “rolar” alguma coisa. Então, continuei investindo.

Já era madrugada quando Maurício me chama para se despedir, a esta altura restavam poucas pessoas no bar. Em uma conversa particular ele pergunta se eu havia gostado de Isabela, ao passo que aceno positivamente com a cabeça e respondo sim. Então, ele pergunta: “como é que tu estás de dinheiro?” Respondo que tenho o suficiente para dividir a conta e quem sabe ir para outro lugar continuar a diversão, caso Isabela e as outras pessoas também tivessem interesse. Maurício sorri e retruca: “tu não entendeste!”. Ele continua: “Isabela vai te cobrar, ela é uma garota de programa. Mas, não te preocupa, ela aceita cartão”. Imediatamente eu ri e disse: “deixa de sacanagem, fala logo!”; minha primeira sensação era de que tudo não se passava de uma piada. Ele confirmou o que havia dito e me recordo que a segunda sensação que tive foi de espanto: “como assim? Ela não parece garota de programa!”. Foi quando Maurício disse: “é sim, fui eu quem chamei ela pra te tirar dessa fossa! Não disse antes porque senão tu não virias”. E com um leve sorriso jocoso acrescentou: “Mas, és tu quem vai pagar”. Eu estava incrédulo: primeiro, porque nunca havia procurado por serviços sexuais e tampouco passado por situação semelhante e; segundo, porque meus preconceitos internalizados insistiam em recusar que Isabela pudesse ser garota de programa.

Aquela época eu já tinha ouvido falar em “acompanhantes de luxo”, “book rosa¹³”, mas me parecia uma realidade muito distante e eu não conhecia ninguém que tivesse usufruído de tais serviços (ou que tenha comentado ter usufruído). De fato, a situação foi inusitada, tudo foi muito surpreendente. Hoje, quando penso sobre aquele dia, percebo que meus preconceitos estavam relacionados muito menos ao que poderia representar as escolhas e trajetórias de Isabela, e sim a uma imagem distorcida da prostituição associada, sobretudo, a noções de vulnerabilidade e vitimização das pessoas inseridas neste universo.

¹³ “Book rosa” ou “ficha rosa” é uma espécie de código para caracterizar as mulheres que realizam trocas sexo-por-dinheiro ou que realizam o trabalho de acompanhantes; serviço apresentado, muitas vezes, como de “luxo” (ARAÚJO, 2020).

Depois de me despedir de Maurício, por um instante, fiquei sem saber o que fazer e pensei em ir embora também. Mas, sair subitamente seria deselegante de minha parte, então fui ao balcão e pedi mais uma cerveja. Após processar o ocorrido e pensando melhor, percebi que não havia motivos para ir embora, afinal tudo estava muito agradável, principalmente a conversa com Isabela. Decidi ficar e aproveitar a noite na sua companhia.

Depois deste dia voltei a sair com Isabela outras vezes. Em um desses encontros disse a ela a situação inusitada que ocorrera no dia em que nos conhecemos, ela ficou surpresa com a história e sorriu. Isabela é uma pessoa muito simpática e extrovertida, sua companhia me fazia bem, principalmente naquelas “tardes vazias¹⁴” em que aguardei desesperadamente por uma ligação, na esperança de recolocar minha vida nos eixos, e o telefone não tocou. Em várias ocasiões, quando saíamos, desabafei com ela sobre os problemas de relacionamento com minha ex-esposa e a dificuldade que estava sendo superar o divórcio. Muito paciente, Isabela dedicava bastante atenção a me ouvir e pouco falava, mas sempre tentava fazer com que eu me sentisse melhor, seja com um conselho ou mesmo com uma palavra de conforto.

Por vezes, me senti confuso no limite de transcender as fronteiras do que é e do que não é o tipo de relação que se estabelece entre cliente e profissional do sexo. Ao seu modo, Isabela sempre deixou claro essa fronteira. Ela me contou que não é raro clientes desabafarem sobre seus problemas com “acompanhantes”. Dentro do rol de clientes que procuram por serviços sexuais existem aqueles que se sentem à vontade para falar de suas lamentações e decepções amorosas, principalmente, os problemas de relacionamento no casamento, convertendo a *zona* e o trabalho sexual em uma “sala de reconciliação amorosa” – isto seria me dito em outra ocasião por Mey, puta ativista vinculada a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS).

Com o tempo, comecei a poupá-la de minhas lamentações amorosas e passei a observar mais o contexto no qual os fatos se desenrolavam. Isso contribuiu significativamente para que eu pudesse perceber uma série de questões relacionadas à Isabela e seu trabalho: além dos problemas pessoais que todos os indivíduos possuem, ela ainda precisava lidar, em função do seu trabalho, com a carga emocional de outras pessoas, suas clientes. Ainda, ao mesmo tempo em que lidava com a carga emocional de terceiros, precisava demarcar constantemente a fronteira entre trabalho e relacionamento

¹⁴ Referência à canção *Tarde Vazia* da banda Ira!

afetivo-sexual. Para nos restringirmos apenas a essa situação, podemos pensar nas dimensões da negociação da intimidade (ZELIZER, 2011) e do trabalho emocional (CHAPKIS, 1997; WEITZER, 2010) que envolve o trabalho sexual – o que passou a despertar em mim uma espécie de “curiosidade epistemológica” sobre o trabalho de Isabela.

Na medida em que passei a conhecê-la sob outra perspectiva, me sentia cada vez mais instigado a compreender a fundo a dimensão do trabalho, as práticas de sociabilidades e as trajetórias de pessoas que ela descrevia para mim como “acompanhantes de luxo”. Eu evitava fazer perguntas diretamente sobre ela ou seu passado, focava minha curiosidade no trabalho sexual de modo mais amplo e nas especificidades do serviço de “acompanhante de luxo”: se havia um perfil de garotas; os lugares que costumavam frequentar; se ela tinha amigas e conhecia outras nesse ramo; se era comum homens ofertarem este tipo de serviço, etc. Depois de uma de nossas conversas, ao chegar em minha residência, lembro ter pensado: “tem muita coisa interessante rolando aqui, eu preciso pesquisar isso!”. O passo seguinte foi dizer para Isabela meu interesse em pesquisar sobre o seu trabalho e pedir a sua ajuda para me inserir em redes de “acompanhantes de luxo”. Ela ficou surpresa e depois de uma longa conversa de convencimento, com uma feição de contente, disse: “eu vou te ajudar! Pelo menos passar por tudo aquilo te serviu de alguma coisa!”. Rimos juntos. Até hoje somos amigos.

A partir de então, na companhia de Isabela, comecei a frequentar bares e casas noturnas de Belém com a finalidade de pesquisa. Através dela, tive a oportunidade de conhecer outras três “acompanhantes de luxo”: Maitê, Karina e Sônia, todas do seu círculo de relações¹⁵. Através da convivência por um curto período com essas garotas de programa pude conhecer um pouco de suas trajetórias pessoais e das práticas de sociabilidade de “acompanhantes de luxo” em Belém. O resultado desta experiência culminou no projeto de pesquisa desenvolvido junto a Universidade do Estado do Pará

¹⁵ As pessoas envolvidas na “prostituição de luxo” não se constituem como grupo, geralmente atuam de maneira isolada e não estabelecem relações associativas, o que dificulta o acesso às interlocutoras e a própria inserção em redes de relações quando elas se estabelecem. A possibilidade de rede de relações ocorre quando garotas de programa são contratadas para prestarem serviços sexuais em dupla; ou contratadas para uma *private social* em um clube, casa noturna ou mesmo na residência de algum cliente. Porém, sem garantia alguma que estabelecerão qualquer tipo de interação social para além daquele momento e do serviço para qual foram contratadas, a não ser que já possuam relações sociais prévias – o que é mais comum para as que prestam serviços sexuais em dupla, pois utilizam isto como estratégia para conquistar clientes.

onde exerço atividade de docência e, posteriormente, no projeto de pesquisa apresentado para ingresso no doutorado em Ciências Sociais da Unicamp.

A princípio, quando do ingresso no doutorado, minha intenção era estudar a “prostituição de luxo” através da trajetória individual e das práticas sociais, apreendendo o papel da sexualidade e do gênero nos processos de construção das subjetividades das pessoas inseridas neste segmento do mercado do sexo. Contudo, em conversa com Adriana Piscitelli (minha orientadora de tese) ao perceber as fragilidades do projeto inicial, e considerando o recrudescimento do cenário político brasileiro atual e o aspecto proibitivo/criminalizador que o debate sobre prostituição vem assumindo no país, decidiu-se por bem conduzir a pesquisa para outros caminhos. Piscitelli também sugeriu que eu procurasse Lourdes Barreto e conhecesse o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC) junto às trabalhadoras sexuais. Segui suas orientações e passei a trilhar este caminho.

Lourdes Barreto é uma das fundadoras, em parceria com Gabriela Leite, da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e figura, na atualidade, como a principal liderança do movimento de prostitutas no país. Após algumas conversas por telefone com Lourdes, consegui com que ela me recebesse na sede do GEMPAC. Lembro como se fosse hoje daquele dia: uma tarde de sol escaldante em Belém, calor de rachar e camisa encharcada de suor. Quando chego na associação vejo uma senhora muito elegante, com cabelos na cor vermelho e vestido longo estampado, conversando com outras mulheres enquanto uma delas prestava serviços de manicure pintando suas unhas dos pés. Antes mesmo que terminassem de abrir o portão de entrada e eu me apresentasse por completo, ela disse: “alguém pode, por favor, pegar uma água pra esse rapaz beber, ele deve tá morrendo de cede”. E eu estava mesmo! Depois de beber a água, perguntei se eu chegara em um momento inoportuno e, prontamente, Lourdes respondeu que não e disse que poderíamos conversar enquanto ela fazia as unhas.

Começamos a conversar e eu expus os motivos de estar ali e que havia interesse de minha parte em realizar pesquisa relacionada ao movimento de prostitutas e a regulamentação laboral do trabalho sexual. Lourdes demonstrou interesse pelo tema e destacou o quanto é necessário a aproximação entre academia e movimento social, sobretudo em um contexto propenso a criminalização dos ativismos políticos. Mas, também criticou a assimetria que muitas vezes dita a relação entre academia e movimento social, mencionando a postura de pesquisadores que passaram pela Associação e após atingirem seus propósitos “viraram as costas para o GEMPAC

alegando que estão sobrecarregados de trabalho e não encontram tempo para participarem das atividades”. Depois, com o tempo pude perceber que esta fala é muito comum entre outras integrantes da Associação (e do movimento de “putas”, de modo geral), o que demonstra insatisfação com a postura de alguns pesquisadores e demais profissionais que passaram pela instituição. Lourdes também mencionou sobre as dificuldades que o GEMPAC atravessara com a falta de recursos para se manter, o que limitava o seu funcionamento somente a dois dias da semana e apenas no turno da tarde.

Passamos a tarde conversando sobre vários assuntos e quando menos percebíamos já estávamos falando novamente de política. Antes de ir embora, pedi para retornar mais vezes e verificarmos a possibilidade de minha pesquisa também ser realizada na Associação, enfatizando que num primeiro momento não poderia estar lá com frequência, uma vez que ainda estava residindo em Campinas-SP devido ao compromisso com as disciplinas do doutorado. Lourdes disse que a conversa tivera sido agradável e que eu poderia retornar. Saí de lá contente e com a sensação de estar menos perdido no encaminhamento da pesquisa.

Desde então, já se passaram cerca de sete anos e sempre que estou em Belém tenho participado assiduamente das reuniões e atividades desenvolvidas pelo GEMPAC. Essa experiência transcendeu a realização do trabalho de campo ou mesmo desta pesquisa em questão, tendo se fortalecido através da dimensão dos ideais políticos expressos por suas lideranças, que se apresentaram bem próximos aos meus; bem como das relações de parceria, solidariedade e afeto que pude vivenciar junto as pessoas que fazem pulsar a Associação, as quais passei a admirar e tenho profundo respeito, em particular Lourdes Barreto. A oportunidade de participar das ações desenvolvidas pelas trabalhadoras sexuais nos seus diferentes espaços de atuação possibilitou maior interação social e inserção no grupo com base em valores como a confiança, por exemplo.

Além da pesquisa de campo propriamente dita, através da coleta de informações por meio de observação, entrevistas e conversas informais, também participei de palestras e reuniões com representantes do governo e da sociedade civil, acompanhando as trabalhadoras sexuais em defesa de suas demandas. Durante esse período pude colaborar para a reformulação do estatuto do GEMPAC, que se encontrava desatualizado em relação a sua estrutura organizacional e de interesses políticos. Também estive presente na realização de ações sociais e campanhas educativas de saúde

sexual e reprodutiva; bem como na organização de atividades culturais como o *Putas Dei* e o desfile Daspu ocorrido em Belém.

Não foi apenas o pesquisador que foi à *zona*, as trabalhadoras sexuais também foram à universidade. Em duas oportunidades estive a frente de eventos acadêmicos na UEPA, em parceria com outras/os colegas docentes, e pude contar com a participação de Lourdes Barreto como palestrante. No seminário “Gêneros, Corpos e Subversão” ela foi convidada a falar sobre “gênero, cidadania e direitos sexuais”, dividindo a mesa com Barbara Pastana, representante do Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia; e no evento “Transando Experiências: Universidade e Movimento Organizado de Prostitutas” ela explanou sobre sua trajetória como ativista e a incidência política do movimento de putas no Brasil. Neste seminário, diante a atual conjuntura do país e os ataques que o evento recebeu nas redes sociais¹⁶, Lourdes ressaltou a importância de atividades desta natureza para estreitar a relação entre academia e movimento social e dar visibilidade as demandas das trabalhadoras sexuais para um público diversificado.

Através de Lourdes tive a oportunidade de conhecer várias lideranças e associações de prostitutas de diferentes regiões do Brasil. Sempre que possível acompanhei ela em seminários e palestras em que fora convidada a participar. A partir daí comecei a estar presente com mais frequência em eventos organizados pela RBP e pelas demais organizações de trabalhadoras sexuais¹⁷. A convite de Lourdes estive em João Pessoa para colaborar na reunião de planejamento do 2º Seminário Nacional de Prostitutas, realizado pela Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB). Ela havia informado a Luza Marya, presidenta da APROS-PB, sobre meu interesse em colaborar no planejamento, e esta atendeu à solicitação aceitando minha participação na reunião.

¹⁶ No dia anterior à sua realização, o seminário e seus participantes foram alvo de ataques nas redes sociais, descredenciando a legitimidade do debate de tais questões e ofendendo a dignidade das pessoas envolvidas no evento. Uma pessoa comenta sobre o seminário: “Agora senta e veja onde está sendo gasto o dinheiro dos teus impostos... Cuidado para não Vomitar”. Outra pessoa se refere ao evento da seguinte maneira: “Que porcaria a forma como a universidade hoje apresenta e debate os fenômenos sociais. O olhar não é mais acadêmico e sim de gentinha, de muvuca de becos da bandidagem”. Esses dois comentários expressam bem o teor das hostilidades e ofensas desferidas. Agradeço imensamente a amiga e pesquisadora Amanda Calabria por ter compartilhado comigo das dificuldades e da satisfação que envolveu a organização deste seminário.

¹⁷ A esta altura eu já estava inserido nas redes sociais e em grupos de *WhatsApp* do GEMPAC, da RPB e outros grupos específicos, criados exclusivamente para organização de eventos. Confesso que no início foram muitas as dificuldades neste outro ambiente, principalmente para quem, por razões ideológicas, não possuía nenhuma rede social até meados de 2016. Foram muitas as mudanças de lá para cá, mas ainda hoje tenho extrema dificuldade em acompanhar o ritmo frenético das interações nessas plataformas de comunicação.

Nesta reunião estiveram presentes lideranças das três organizações de prostitutas do país: Lourdes Barreto, representando a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP); Célia Gomes, representando a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS); Diana Soares representando a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS); além de Luza e sua equipe, que esteve à frente conduzindo o planejamento. Ainda que este seminário estivesse sendo executado pela APROS-PB, que compõe o quadro de associações ligadas a CUTS, o que me chamou a atenção de imediato foi o fato das outras duas redes terem sido convidadas a participar do evento desde o planejamento da programação. Estava explícita ali a postura de organização participativa e democrática, como resultado do diálogo colaborativo proporcionado pela APROS-PB enquanto estratégia de fortalecimento do movimento de prostitutas do país.

Foi um dia intenso de trabalho para definir temas, composição das mesas, atividades culturais e a própria estrutura que melhor se adequava a proposta do evento. Entre um intervalo e outro, a política predominava como o principal assunto entre os presentes¹⁸. Ao término da reunião, Luza nos convidou para dar uma volta e descontrair na *zona* localizada no centro de João Pessoa; paramos em um bar e a conversa teve continuidade regada a música e cerveja. Neste momento tive a oportunidade de explicar um pouco mais sobre minha pesquisa e as atividades que desempenhara no GEMPAC. Luza me convidou para participar do Seminário Nacional e eu aproveitei para dizer de minha disponibilidade para colaborar na organização do evento, eis que ela aceitou prontamente e desta conversa resultou os acertos para o meu regresso a João Pessoa ainda em novembro de 2018 para realizar pesquisa na associação. Esta reunião foi muito importante para mim, porque além de contribuir com o planejamento do seminário e conhecer as principais representações da CUTS e da ANPS, também marcou o início de aproximação para desenvolver a segunda etapa de minha pesquisa de campo, desta vez junto às trabalhadoras sexuais da APROS-PB.

¹⁸ Havia se passado poucos dias do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e todos ainda estávamos perplexos e com um sentimento de angústia diante do resultado, mesmo que a vitória do Partido dos Trabalhadores nos estados do Nordeste e no Pará tenha representado um alento e um fio de esperança contra tudo o que representara a figura e a plataforma política¹⁸ do, até então, candidato Jair Bolsonaro (PSL). Naquele mesmo dia, como resultado das questões debatidas durante a reunião de planejamento do 2º Seminário Nacional de Prostitutas, os presentes elaboraram uma carta manifestando o seu posicionamento político em favor da democracia e dos direitos fundamentais conquistados pela sociedade brasileira, conclamando todos o apoio à candidatura de Fernando Haddad e de sua vice, Manuela D'Ávila, a presidência da república. A carta pode ser lida na íntegra e está disponível em <https://www.facebook.com/CUTSBR/posts/2136673876594686/>. Último acesso: 26/08/2019.

Uma vez residindo na capital paraibana passei a frequentar regularmente a APROS-PB de segunda a sexta-feira, buscando me integrar na rotina de atividades da associação. Devido à eficiência da equipe de Luza, muitas tarefas de organização do Seminário Nacional já haviam sido resolvidas e coube a mim ajudar na articulação da produção do desfile Daspu¹⁹, que encerraria a programação do evento. De São Paulo, Elaine Bortolanza (coordenadora do coletivo Daspu à época) repassava os encaminhamentos para que pudéssemos viabilizar com parceiros locais (equipe de maquiagem, fotógrafos, lugar para o desfile) a realização da passarela em João Pessoa, enquanto ela não chegava para se integrar a organização do evento. Com poucos recursos para a produção e, apesar de muitas dificuldades, conseguimos firmar parcerias e garantir o desfile Daspu na programação do 2º Seminário Nacional de Prostitutas.

Foram quatro meses nesta associação. Não me lembro de ter sido tão bem recebido em um lugar, realmente são pessoas muito acolhedoras. Saí com uma vontade enorme de ficar e com a promessa de retorno para uma temporada após a conclusão do doutorado; sei que fiz amizades para toda uma vida. De lá o próximo destino foi Belo Horizonte para dar prosseguimento à pesquisa de campo junto a Associação de Prostituta de Minas Gerais (APROSMIG).

Apesar de já conhecer Cida Vieira, principal liderança da APROSMIG, de seminários organizados pelo movimento de prostitutas e outros eventos em que elas foram convidadas a participar, a aproximação com a APROSMIG se deu a partir da necessidade de se planejar uma ação conjunta entre esta Associação e o GEMPAC. Esta parceria resultou na execução de uma oficina com o propósito de capacitar trabalhadoras/es sexuais para reconhecerem seus direitos como cidadãs e atuarem como lideranças em suas comunidades²⁰. Como nas outras Associações, a pesquisa de campo ocorreu em um período de 4 (quatro) meses, tendo sido finalizada em janeiro de 2020. O trabalho de campo em Belo Horizonte se demonstrou bastante instigante e desafiador, devido às especificidades que o caracterizam: a presença atuante das três redes do

¹⁹ Esta era a terceira vez que eu colaborava na produção para o desfile Daspu: a primeira vez havia sido na ocasião do *Putá Dei*, realizado em junho de 2018 em Belém; e a segunda vez ocorreu no Festival Mulheres do Mundo (WOW) em novembro daquele mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro.

²⁰ Através da perspectiva de *advocacy*, a oficina fomentou o “empoderamento” comunitário e a capacidade organizativa das pessoas que exercem trabalho sexual. A oficina teve como meta capacitar 30 (trinta) trabalhadoras/es sexuais por meio de temas relacionados a saúde, cidadania e direitos humanos, possibilitando que essas pessoas identificassem situações no cotidiano em que seus direitos estejam sob ameaça e saibam como e aonde recorrer para evitar situações de opressão e violência, seja por parte de indivíduos ou mesmo do Estado. O Projeto foi aprovado e financiado pela Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen Trabajo Sexual (PLAPERTS) e ocorreu em Belo Horizonte-MG, nos dias 13 e 14 de janeiro de 2020.

movimento organizado de prostitutas; a controvérsia que envolve a criação do museu do sexo das putas²¹ e; a especulação imobiliária e o processo de gentrificação no centro da cidade onde se localiza a *zona* de prostituição e estão concentrados os hotéis utilizados pelas trabalhadoras sexuais para atender seus clientes.

Assim, para finalizar este relato de experiência em que discorro sobre vida pessoal, campo de pesquisa e ativismo político em suas intersecções, posso dizer que, apesar de pagar por serviços sexuais ser uma situação comum para alguns homens (a despeito do tabu que envolve trocar sexo por dinheiro), talvez a diferença no meu caso tenha sido o fato de transformá-lo em objeto de estudo e de atuação política. Como não haveria de ser diferente, em ambos os processos, de pesquisa e de ativismo político, o caminho que resolvi trilhar tem se apresentado deveras espinhoso. Sabemos que a prostituição se constitui em tema caro ao feminismo, longe de haver um consenso sobre a questão, muitas vezes reduzida a dicotomia objetificação sexual/autonomia sexual. Isto associado aos meus marcadores de gênero, raça e sexualidade que, quase sempre, confere privilégios sociais por ser homem, branco e heterossexual tem se constituído para mim em constrangimento e obstáculo para determinados contextos de pesquisa e como militante, por ser localizado socialmente como “potencial beneficiado da prostituição”²².

De minha parte, reconheço a importância de compreender as possibilidades e os limites que esses marcadores sociais representam no exercício desta pesquisa. Mas, sobretudo, acredito como Gayatri Spivak (1990) que a perda de certos privilégios não deve ser compreendida como algo que supostamente pertence por direito aquele indivíduo ou grupo que ele representa. Cada vez mais se faz necessário perceber que vantagens engendradas através de marcadores sociais hegemônicos conferem privilégios com base em princípios aleatórios para aqueles que se beneficiam de tais vantagens em detrimento da exclusão de outros – e isto também serve para pensar sobre a postura

²¹ A controvérsia em torno do museu do sexo das putas foi amplamente veiculada por diferentes meios de comunicação após o compartilhamento de um vídeo via *WhatsApp* onde um cidadão denuncia que estaria sendo construído um “museu das putas” no centro de Belo Horizonte-MG, supostamente, com dinheiro público. A controvérsia assumiu grande repercussão local e nacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/02/interna_politica.1066533/museu-das-putas-gera-polemica-entre-politicos-mineiros.shtml; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/em-rua-boemia-de-bh-museu-das-putas-vira-disputa-ideologica.shtml>. Último acesso: 25/09/2019.

²² Categoria a que fui associado por uma ativista de um coletivo feminista radical quando da recusa em me conceder entrevista sobre questões relacionadas a regulamentação laboral do trabalho sexual. Aqui me refiro a dificuldade que tenho encontrado para desenvolver a pesquisa com ativistas do feminismo radical. Foram feitas inúmeras tentativas de aproximação com a finalidade de estabelecer conversas informais e realizar entrevistas, porém todas sem êxito.

adotada pelo feminismo radical em relação às trabalhadoras sexuais. Portanto, precisamos desaprender que a perda do privilégio estabelecido a grupos hegemônicos se configura em perda de uma espécie de privilégio natural, próprio a tais grupos. Esse processo deve caminhar no sentido de “desegemonizar” as estruturas de relações de poder, possibilitando a modificação das hierarquias que situam os sujeitos nessas estruturas (SPIVAK, 1990).

Por outro lado, o constrangimento também se impõe no próprio ambiente acadêmico, quando determinadas tendências insistem no distanciamento entre pesquisador e objeto de estudo, baseados em pressupostos positivistas de “neutralidade” e “objetividade”, acreditando que o pesquisador estaria propenso a participar mais e registrar menos (ou o quanto mais se participa, menos se registra). Segundo esta perspectiva, tal envolvimento afetaria a percepção que o pesquisador tem dos fatos e “contaminaria” os resultados do estudo, influenciado pela “ideologia” do grupo com quem compartilha vivências em comum. O que esta tendência ignora, muitas vezes, é que observação e participação devem ser encarados como procedimentos intimamente interligados, uma vez que envolvimento e investigação fazem parte do mesmo processo de conhecimento social nas pesquisas em Antropologia e nas Ciências Sociais, de modo geral (GUBER, 2001).

Neste mesmo sentido, mas sobre outro aspecto dessa relação entre pesquisa e ativismo político, Adriana Piscitelli (2016) sinaliza que a partir dos anos 2000 tem crescido o apelo para que antropólogas feministas produzam trabalhos úteis nas lutas de autorrepresentação e determinação dos sujeitos com quem desenvolvem seus estudos, combinando produção teórica e *advocacy* participativo. Piscitelli enfatiza as tensões e os riscos relacionados a postura de engajamento adotada por pesquisadoras/es quando o tema objeto de estudo está no centro de disputa, uma vez que inseridos na controvérsia passam a ser lidos como sujeitos constitutivos do campo (PISCITELLI, 2016), no qual se disputa no domínio da discursividade a prerrogativa pela narrativa “hegemônica”²³ (LACLAU & MOUFFE, 2015). Piscitelli (2016) adverte que, diante das tensões inerentes a toda e qualquer controvérsia que se impõe no domínio da disputa,

²³ Hegemonia aqui assume o sentido atribuído por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para os autores, a hegemonia deve ser entendida como uma manifestação política de construção do social demasiadamente complexa. Esta construção do social, de maneira bem resumida, se dá através da disputa no campo da discursividade entre várias narrativas particulares em disputa (e a articulação contingente entre elas), sendo que a narrativa que conseguir agregar em torno de si o maior número de outras narrativas passará a representá-las como universal compartilhado, constituindo-se em discurso hegemônico (LACLAU & MOUFFE, 2015).

pesquisadoras/es devem estar preparadas/os para as implicações que resultem de seu posicionamento engajado. A autora nos diz que, embora o propósito seja contribuir para o reconhecimento de direitos específicos de grupos historicamente estigmatizados, nada garante que essa contribuição não possa ser utilizada por outros lados envolvidos na disputa, em sentido oposto aquilo que se pretendia (PISCITELLI, 2016).

Estou convicto e tenho ciência das implicações diante a postura engajada adotada. A convivência com as trabalhadoras sexuais, sobretudo as que constituem o movimento organizado de prostitutas, me fez perceber a complexidade das questões que envolvem o trabalho sexual e a luta constante do movimento por direitos, desde a construção da identidade política de *puta* até a legitimidade pelo reconhecimento de direitos sexuais e trabalhistas. Isto evidencia o quanto o estigma que paira sobre a prostituição ainda se constitui em um grande desafio a ser superado. Assim, ao considerar a situação desfavorável em que se encontram as trabalhadoras sexuais no acesso à rede de serviços de direitos e justiça, compreendo que tenho o compromisso enquanto antropólogo de oferecer elementos para o reconhecimento de direitos específicos, atuando junto a elas e contribuindo para o processo de modificação das condições que expressam sua subalternidade (SPIVAK, 2010).

III - A construção do problema de pesquisa

A prostituição é uma prática bastante controversa e se constitui em um campo de disputas nas arenas política e social, de onde emergem inúmeras tentativas de controle e imposição de limites pelas sociedades. A prostituição recebe tratamento legal²⁴ e social diferenciado em cada país, havendo aqueles que estabelecem rígidas políticas neste âmbito e declaram-se oficialmente contra a prática como, por exemplo: EUA, Inglaterra e Suécia; enquanto outros optaram por adotar leis que reconhecem a prostituição

²⁴ Os regimes de prostituição se constituem basicamente em quatro modelos: i) Regulamentarismo: se caracteriza pela tolerância oficial do Estado que aceita a prostituição, mas estabelece várias formas de regulamentação para controlar a atividade, tais como exames médicos forçados, delimitação de áreas de trabalho – a fim de garantir a ordem, a moral, a saúde e o pagamento de impostos; ii) Abolicionismo: neste modelo as prostitutas são consideradas vítimas e a infração é direcionada a todos que recrutam e organizam a prostituição e dela se beneficiam; iii) Proibicionismo: é completamente contrário à prostituição e estabelece esta prática como delito ao criminalizar tanto quem oferta quanto quem consome os serviços sexuais, penalizando todas as atividades vinculadas à prostituição; iv) Laboral/Trabalhista: visa deslocar a prostituição do eixo centrado na leis penais para aquele regulado pelas leis civis e laborais ao reivindicar o reconhecimento da prostituição enquanto atividade profissional, bem como a despenalização dos demais setores diretamente relacionados a esta prática (DOEZEMA 2000; MAQUEDA, 2009; PISCITELLI, 2013).

enquanto atividade profissional, garantindo direitos trabalhistas as profissionais do sexo, como é o caso de Holanda e Alemanha.

A prostituição não é tipificada como crime no Brasil e é classificada pelo Ministério do Trabalho²⁵ como ocupação (MTECBO, 2013), estabelecendo-se normas e procedimentos que visam minimizar a vulnerabilidade de quem a exerce. A inclusão da categoria *profissionais do sexo* na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) tem outorgado relativa legitimidade social e política às trabalhadoras sexuais. No entanto, isso não significa que o trabalho sexual esteja regulamentado no país, ou seja, por si só a CBO não garante o reconhecimento da prostituição como trabalho assegurando o direito à organização e auto-organização no exercício da atividade profissional.

No plano internacional e também no Brasil, o tema da prostituição tem representado um “problema” para os movimentos feministas, pois toca em questões centrais sobre o que significa ser mulher, o uso do seu corpo, a manifestação da sua sexualidade, bem como sobre o lugar político, econômico e social que a mulher ocupa dentro da estrutura de relações de poder. A controvérsia a respeito da prostituição no país, com ressonância em todas as vertentes da militância feminista nacional, tem girado em torno da disputa sobre a redefinição desta atividade enquanto trabalho e sua associação com a exploração sexual que, de acordo com a legislação vigente no Brasil, pode abranger tanto a prostituição quanto o crime de tráfico de pessoas com fins de exploração sexual.

A principal dificuldade reside no fato de o Código Penal²⁶ brasileiro, além de promover a vinculação direta entre prostituição e exploração sexual, estabelecer que toda e qualquer pessoa ou organização que se beneficie direta ou indiretamente (em termos materiais ou imateriais) do trabalho sexual de outrem deva ser enquadrada no crime de lenocínio. Atualmente, existem três Projetos de Lei tramitando no Congresso Federal, dois de caráter proibicionista e um de caráter laboral/trabalhista²⁷. A

²⁵ O Ministério do Trabalho foi extinto pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PSL) através de Medida Provisória (MP 870/2019) e teve suas competências distribuídas entre as pastas dos Ministérios da Economia, da Justiça e, da Cidadania. Tal extinção aponta para a diminuição da agenda deste Ministério enquanto prioridade para aquele governo, sendo que os efeitos disso são impossíveis de serem mensurados em curto prazo. Para as trabalhadoras sexuais isto lançou incertezas diante a ausência de regulamentação laboral e representou mais uma ameaça a legitimidade do exercício da profissão.

²⁶ Conferir Nota de Rodapé número 8 (oito), na introdução deste texto.

²⁷ **O Projeto de Lei nº 377/11**, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), tem caráter proibicionista e visa criminalizar o ato de pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviços sexuais, penalizando juridicamente os clientes da prostituição. **O Projeto de Lei nº 2371/16**, de autoria do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP), vulgo “Flavinho do PSB”, tem caráter proibicionista e sugere e requer retirada da descrição da ocupação de *profissional do sexo* em verbete da

redefinição da prostituição como trabalho tem sofrido intensa oposição de diferentes atores sociais constituídos por lógicas específicas a composição narrativa de seus projetos de sociedade.

De um lado, grupos com base política entre os religiosos cristãos²⁸ têm promovido ataques sistemáticos à prostituição visando a sua criminalização, a começar pela proposta de retirada da categoria *profissionais do sexo* do cadastro de ocupações do Ministério do Trabalho. Esses grupos têm acionado o legislativo com discurso correlato a de segmentos do feminismo contrários ao trabalho sexual, porém com propósitos distintos²⁹. Se faz necessário destacar que essa convergência ideológica entre religiosos cristãos e determinadas vertentes do feminismo não é exclusividade do Brasil.

Para o contexto dos EUA, Elizabeth Bernstein (2007-b) nos mostra as circunstâncias e as motivações que culminaram, desde o final dos anos 90, em uma ampla coalizão entre ativistas evangélicos, feministas seculares, organizações da sociedade civil e entidades governamentais. Esta coalizão se forma em torno do combate daquilo que eles denunciam ser um conjunto interligado e diversificado de violações dos direitos humanos como, por exemplo, o tráfico de pessoas e a inserção em atividades do comércio sexual, todas designadas como “escravidão moderna”. Destas alianças resultou a aprovação de uma série de leis federais e estaduais de combate ao tráfico de pessoas que igualam toda e qualquer forma de prostituição ao crime de tráfico³⁰; bem como na implementação de inúmeros projetos humanitários que visam o “resgate” de mulheres da prostituição e a criminalização de outras tantas que se recusam a serem “salvas”. Os clientes da prostituição também passaram a ser alvo das políticas

CBO. **O Projeto de Lei nº 4.211/12**, mais conhecido como PL Gabriela Leite, elaborado pelo movimento de prostitutas em parceria com o ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), pretende regulamentar a atividade de profissionais do sexo no Brasil e retirar da ilegalidade as casas de prostituição transformando-as em empresas que podem ser fiscalizadas pelo Estado.

²⁸ Ronaldo Almeida (2017) propõe compreender o avanço conservador e a participação evangélica do atual cenário político-religioso brasileiro através da composição de quatro linhas de força que cooperam entre si: econômica (meritocrática e empreendedora), moral (moralmente reguladora), securitária (repressiva e punitiva) e interacional (socialmente intolerante). No entanto, Almeida enfatiza que a pauta conservadora não se restringe a pauta dos evangélicos, dela também fazem parte os católicos, outras religiões e não religiosos. Este autor aponta que a moral religiosa tem sido um orientador significativo na tomada de decisões desses políticos em questões relacionadas ao gênero, a sexualidade e à família, sob a justificativa de se conter o avanço nos comportamentos e nos valores que ameaçam a sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017).

²⁹ Ainda que exista uma relação de aproximação que articula a política antiprostituição de conservadores religiosos e dos feminismos abolicionista e radical, entendemos que tal política constitui projetos distintos de sociedade e, por isso, precisam ser analisados em separado.

³⁰ Bernstein (2007-b) localiza que o tráfico de pessoas ganhou destaque como causa humanitária para os evangélicos quando as organizações religiosas passaram a ser elegíveis para financiamento federal, a partir de 2001 no governo Bush. Desde então, essas organizações conseguiram levantar recursos expressivos para realizar campanhas e ações antitráfico nacional e internacionalmente.

de criminalização e, até mesmo, qualquer outra pessoa envolvida ou que seja suspeita de envolvimento com a atividade, sob a nova rubrica do combate a “escravidão moderna”³¹ (BERNSTEIN, 2007-b).

Elizabeth Bernstein (2007-b) atribui o sucesso da aliança política entre evangélicos e feministas abolicionistas ao fato de compartilharem a premissa particular de que a prostituição se caracteriza essencialmente como “escravidão”. A convergência ideológica entre evangélicos e feministas abolicionistas, resulta em um humanitarismo militarizado dos evangélicos e um feminismo carcerário; este último caracterizado na conduta punitivista pela qual esta vertente do feminismo tem orientado seu ativismo político, deslocando a noção de justiça social do estado de bem-estar para o estado carcerário como aparelho de execução para os seus objetivos (BERNSTEIN, 2007-b). Ironicamente e como contrassenso, essa política acarretou em um crescimento vertiginoso de homens negros e mulheres negras nos presídios, sob o pretexto de serem libertados da “escravidão moderna”. Assim, o trabalho sexual mais uma vez passa pelo escrutínio de vigilância e controle, de forma potente e vigorosa, por meio das agendas de religiosos evangélicos e de feministas abolicionistas, sob uma retórica humanitarista e punitivista, amparada por ordenamentos jurídicos (BERNSTEIN, 2007-b).

Em *terra brasilis*, o propósito é justamente inscrever na ordem legal do país uma certa moralidade cristã no que se refere a questões relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos e à família – como ocorre também no debate sobre a legalização do aborto, por exemplo. A ênfase discursiva está na dignidade humana e na preservação de valores morais associados à família, supostamente ameaçada com a possibilidade de a prostituição ser redefinida como trabalho.

De outro lado, a multiplicação de campos feministas tem promovido uma diversidade de construções narrativas para a ação política e o debate sobre a regulamentação da prostituição tem se configurado como um *ponto nodal* (ALVAREZ, 2014), que caracteriza o atual momento. Enquanto determinadas feministas têm articulado seu ativismo contra toda e qualquer forma de prostituição livre; as trabalhadoras sexuais, por sua vez, reivindicam a regulamentação laboral do trabalho

³¹ As operações de “resgate” contam com a atuação de um funcionário da organização disfarçado de cliente em potencial a quem compete investigar os bordéis e, em parceria com a polícia local, realizar o “resgate” de mulheres e crianças para, em seguida, encaminha-las para receber assistência em estabelecimentos de reabilitação patrocinados pelo Estado ou em instituições religiosas. Essas operações têm se convertido em verdadeiros espetáculos, frequentemente realizados com a participação da imprensa que faz a cobertura das operações. Este modelo de ativismo tem se tornado o padrão entre as organizações evangélicas e feministas abolicionistas (BERNSTEIN, 2007-b).

sexual, visando à garantia de direitos trabalhistas e a organização e auto-organização no exercício da atividade profissional.

Carla Gomes e Bila Sorj (2014) caracterizam o movimento feminista brasileiro, na atualidade, por uma gama muito variada de identidades políticas, diferentes graus de institucionalização e diversos modos de expressão. Elas chamam atenção para o grande dinamismo desses movimentos, manifestando-se por meio de uma ampla diversidade de expressões coletivas e das relações que mantêm entre si, marcadas por cooperações, mas também, por conflitos (GOMES & SORJ, 2014). As autoras destacam que essa geração de feministas no país é constituída majoritariamente por jovens que reivindicam uma identidade específica dentro do feminismo, a de “jovens feministas”. E passam a exigir uma postura mais horizontal ao questionar, por exemplo, a prerrogativa que reserva as mais velhas os lugares de autoridade no feminismo; bem como maior atenção a questões que afetam mais a juventude, como a violência e o aborto (GOMES & SORJ, 2014).

Diante dos dilemas internos do feminismo contemporâneo, Carla Gomes e Bila Sorj (2014) acreditam haver dois cenários para lidar com o estatuto da diferença e da diversidade, quais sejam: a defesa de um “feminismo interseccional” e de “políticas interseccionais”; e o reconhecimento das diferenças enquanto estratégia de fortalecimento para políticas de coalizão. As autoras sinalizam que, apesar do ativismo político se manter segmentado em coletivos organizados a partir de questões “específicas” (movimento trans, de lésbicas e de mulheres negras, etc.), buscam-se espaços de militância que privilegiem a coalizão da diversidade, no intuito de aproximação de uma definição mais universal da identidade feministas, constituída através do reconhecimento de experiências de desigualdades em comum (GOMES & SORJ, 2014). A exemplo disto, as autoras destacam o ativismo político da *Marcha das vadias*³² do Rio de Janeiro, que identifica na sua agenda de luta pela autonomia sobre o corpo e pela liberdade sexual, uma aproximação com as opressões e estigmas pelas quais passam as trabalhadoras sexuais, expresso pela normatização de regras que qualificam e hierarquizam o comportamento feminino (GOMES & SORJ, 2014).

A problematização dessas e outras questões relacionadas à sexualidade que afligem a todas as mulheres, permitiu a *Marcha das vadias* do Rio de Janeiro (MV-RJ)

³² A Marcha das Vadias (MV) surgiu em 2011 no Canadá e se internacionalizou rapidamente em várias cidades do mundo. No Brasil, as manifestações se caracterizam por uma marcha pública em protesto a culpabilização das mulheres vítima de agressão sexual, mas também incorporam pautas específicas dos feminismos locais relacionadas ao corpo e a sexualidade das mulheres. As manifestantes são, em sua maioria, mulheres jovens, brancas e de classe média. E como protesto fazem uso de roupas irreverentes e provocantes sensualmente; e da nudez como ato político.

compreender o lugar social da prostituição e as demandas dessas mulheres, em particular, a legitimidade da luta por reconhecimento de sua atividade laboral como trabalho. No entanto, há nos próprios feminismos quem compreenda esta questão de maneira diferente e discorde da forma como a MV-RJ manifesta seu ativismo político, considerando o posicionamento “despolitizado” por, supostamente, não problematizar a divisão sexual do trabalho, tomada como base da economia e da “exploração sexual” das mulheres (GOMES & SORJ, 2014). Esta crítica é feita pelas feministas que se autodenominam radicais, mas também, por algumas feministas das gerações anteriores. As feministas radicais direcionam a sua crítica a defesa da regulamentação da prostituição desempenhada pela MV-RJ, atribuindo essa postura política a uma leitura equivocada e individualista da autonomia feminina³³. Segundo esta perspectiva, não existe possibilidade de autonomia na atividade prostitucional, constituída pela exploração patriarcal e capitalista, de modo que nenhuma alteração no ordenamento jurídico, no sentido de reconhecê-la enquanto trabalho, será capaz de eliminar (GOMES & SORJ, 2014).

Neste cenário, as feministas radicais defendem a eliminação da prostituição e veem na sua regulamentação laboral um projeto neoliberal atrelado a indústria do sexo para legitimar a exploração sexual feminina. Elas defendem que todos que recrutam e organizam a prostituição e dela se beneficiam devem ser criminalizados; algumas posições defendem, inclusive, a criminalização dos clientes, que passariam a ser penalizados ao pagarem por serviços sexuais. A prática da prostituição é compreendida por essas ativistas como violência, um atentado aos direitos humanos, e as prostitutas são consideradas vítimas. Essa perspectiva vincula prostituição à exploração sexual de mulheres, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e ao tráfico de pessoas; servindo ainda para estimular aquilo que tem sido designado como “cultura do estupro” (VAZ SILVA, 2021).

³³ O movimento de mulheres negras também faz duras críticas a respeito da forma como a MV exerce o seu ativismo político na luta pela autonomia sobre o corpo e pela liberdade sexual feminina, sendo interpretado por algumas dessas militantes como uma espécie de persistência do feminismo de segunda geração por, supostamente, não contemplar as especificidades dos corpos negros (GOMES & SORJ, 2014). O movimento de mulheres negras considera o uso político da nudez e do termo “vadia” como contraproducente para a estratégia política do feminismo, porque tende a reforçar a imagem sexista e racista que perdura na sociedade brasileira, onde as mulheres negras precisam cotidianamente resistir ao rótulo de “vadias” em decorrência da sexualização em termos de cor/raça do seu gênero – a “cor do pecado”, no imaginário social. Desta forma, essas mulheres negras se sentem marginalizadas por um ativismo que expressaria a posição social privilegiada das mulheres brancas. Entretanto, outras mulheres negras, feministas que compõem a MV, resistem à cisão do feminismo em linhas raciais e reafirmam a capacidade da MV em representá-las, reconhecendo que todas as mulheres, de alguma maneira, são vítimas de padrões de feminilidade impostos pela sociedade (GOMES & SORJ, 2014).

No entanto, as concepções contrárias à prostituição não têm se constituído necessariamente na visão predominante do debate feminista no país sobre esta questão, a exemplo do posicionamento político da MV-RJ, existindo uma diversidade de posições marcadas por um fluxo mais horizontal de discursos (o *sidestreaming* dos feminismos plurais) como consequência da multiplicação de campos feministas (ALVAREZ, 2014).

Enquanto isso, o movimento organizado de prostitutas tem assumido o protagonismo no debate a respeito da regulamentação laboral do trabalho sexual através da constituição de organizações e redes que integram trabalhadoras sexuais de todo o país, levantando a bandeira da regulamentação como necessária para melhorar as condições de trabalho e garantia de direitos às profissionais do sexo. Isto implica necessariamente na despenalização do entorno da prostituição que, ainda hoje, configura crime de lenocínio e impõe dificuldades ao exercício pleno do trabalho sexual, tanto no que se refere à segurança no trabalho quanto à garantia de direitos trabalhistas – realidade que se pretendia alterar com a aprovação do Projeto de Lei Gabriela Leite³⁴. Contudo, com a renúncia de Jean Wyllys do cargo de deputado federal, o PL Gabriela Leite foi arquivado em 31 de janeiro de 2019, de acordo com os termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados³⁵. Eleito para terceiro mandato consecutivo como deputado federal pelo PSOL-RJ, Jean Wyllys renunciou ao cargo sob alegação de não se sentir seguro no Brasil diante de tantas perseguições e ameaças de morte, que se intensificaram após o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).

A redefinição da prostituição como trabalho tem se constituído em arena de disputa entre segmentos do feminismo contrários a regulamentação e trabalhadoras sexuais, estas últimas também apoiadas por militantes e outras feministas favoráveis às suas demandas por direitos. O movimento de prostitutas organizadas tem assumido um

³⁴ Matéria jornalística com entrevista exclusiva concedida por Jean Wyllys à Folha de São Paulo sobre o ocorrido está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Último acesso em: 29/05/2019.

³⁵ **Art. 105.** Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III – que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV – de iniciativa popular; V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

posicionamento de enfrentamento às investidas contra o trabalho sexual, a fim de que sua demanda pelo reconhecimento da prostituição enquanto profissão seja atendida.

Diante deste cenário, se fez necessário pensar no aspecto proibitivo/criminalizador imposto à prostituição, enquanto construção discursiva e performática do projeto de sociedade que se quer para o país, onde o que está em jogo é a manutenção tanto de valores morais cristãos de grupos religiosos quanto de modelos hegemônicos de sexualidade que oprimem e excluem aquelas/es que não se enquadram a tais padrões estabelecidos; tudo isto atravessado pela pauta abolicionista antiprostituição de determinados segmentos do feminismo.

Trata-se de projetos de sociedade distintos em disputa onde a prostituição assume o centro do debate sobre o corpo e a sexualidade das mulheres (mas não exclusivamente delas). Se, para as trabalhadoras sexuais o reconhecimento da prostituição como atividade profissional se insere no domínio da conquista de direitos sexuais e de direitos trabalhistas, além de mecanismo de combate ao estigma que recai sobre a atividade; por outro lado, para as feministas abolicionistas tal reconhecimento implica em naturalização da violência contra as mulheres consentida pelo Estado, quando este supostamente favorece a “mercantilização” e “exploração sexual” feminina através da prostituição.

Vale ressaltar que, no processo de reformulação do objeto de pesquisa, a temática da “prostituição de luxo” passa a ser abordada na perspectiva de refletir sobre o quanto a sua prática e discurso podem servir para pensar o que representa a prostituição no projeto de sociedade dessas “forças políticas” que pretendem criminalizá-la. Deste modo, a “prostituição de luxo” se torna uma referência importante, não somente enquanto prática social, por meio da sua dinâmica cotidiana e dos significados atribuídos pelas pessoas inseridas neste universo. Mas, sobretudo, apreendê-la a partir de seus discursos marcadamente distintivos da prostituição tida como convencional: aquela frequentemente estigmatizada pela sociedade, objeto de controle e intervenção do Estado; praticada nas *zonas* e nos *pontos de prostituição*, por exemplo.

De acordo com Natânia Lopes (2016), esta distinção deriva menos da condição social da garota que oferta o serviço sexual de “luxo” e muito mais de uma moral que regula as práticas entre os diferentes segmentos da prostituição, sendo mais rígida quanto maior o nível socioeconômico do cliente. A autora nos mostra como homens constantemente buscam demarcar uma divisão entre a prostituição que consomem e outros tipos de prostituição, através do “requinte” dos espaços que frequentam e de

pretensa exclusividade das mulheres e dos serviços pelos quais pagam (LOPES, 2016). No caso das profissionais do sexo, a categoria “luxo” parece revelar igualmente uma distinção moral em relação as mulheres das outras prostituições e, possibilita esquivar-se do estigma da “imoralidade”, em decorrência da suposta lasciva e vulgaridade daquelas mulheres; mas também do estigma de classe ao mobilizar todo um repertório simbólico que possa representar esse “luxo” e, mesmo que isso não se evidencie na prática, opera nas expectativas das pessoas (LOPES, 2016).

Pelo exposto, surgem as seguintes questões:

Como se relacionam e articulam os projetos antiprostituição de grupos religiosos e do feminismo abolicionista no Brasil? Mais, especificamente, como grupos religiosos fazem uso da gramática feminista avessa à prostituição para implementar sua política antiprostituição no país? E como esse mesmo feminismo se posiciona diante disso?

A retórica salvacionista do feminismo abolicionista, que universaliza a imagem da prostituta como vítima a ser “resgatada” da condição de vulnerabilidade (desprovida de agência) diante a opressão masculina, encontra afinidade em um processo complexo de aproximação/distanciamento com a narrativa religiosa cristã de preservação de determinados valores morais da família e do cristianismo. Tal fato tem se evidenciado veementemente em consequência do processo de recrudescimento dos conservadorismos que tem se manifestado de maneira aberta, atualmente no país. A exemplo disto, o PL 377/11 de autoria de João Campos (PSDB-GO), articula os fundamentos da política de combate à prostituição posto em prática pelo governo sueco³⁶, marcadamente inspirado pelo feminismo abolicionista, com o propósito de implementar a agenda conservadora de grupos religiosos cristãos através da inscrição na ordem legal do país, via poder legislativo, de uma lei que inviabilizaria o trabalho sexual e marginalizaria ainda mais as pessoas inseridas neste universo. Isto se manifesta sob o pretexto de querer proteger as prostitutas da opressão sexual e de violências consideradas intrínsecas ao exercício da atividade prostitucional, sem ao menos criar alternativas para que essas pessoas possam se manter economicamente e seguir a sua vida, uma vez que o projeto de lei pretende retirá-las da prostituição, mas não prevê

³⁶ A política antiprostituição em vigor na Suécia apoia-se no princípio de que a prostituição é uma opressão de gênero, uma violência contra as mulheres e um sinal da desigualdade entre homens e mulheres, em particular, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Deste modo, as desigualdades são consideradas consequência da estrutura patriarcal predominante nas sociedades e da precarização do trabalho feminino no sistema capitalista.

nenhum tipo de assistência as mesmas – a não ser a garantia de que não serão criminalizadas.

Entretanto, ainda que a proposta que versa sobre a criminalização do cliente da prostituição, em tramite no legislativo, seja conduzida como parte do escopo da agenda política do projeto de sociedade de conservadores cristãos, a adesão à proposta de criminalização da demanda da prostituição é expressiva entre feministas que se autodenominam radicais no Brasil, mesmo que não seja feita nenhuma referência ao PL 377/11. O argumento é construído com base na experiência, supostamente, exitosa da Suécia de que este modelo é o único capaz de possibilitar melhores condições para que as mulheres abandonem a prostituição, garantindo apoio psicológico e financeiro, educação, habitação e cuidado para as crianças – mesmo que isto esteja muito distante da proposta apresentada para a realidade brasileira; ao passo que também reeduca o comportamento masculino das gerações futuras para que se conscientizem que pagar por sexo é consequência de uma sociedade decadente e injusta.

Quais as estratégias utilizadas pelo movimento de prostitutas no Brasil em seu ativismo em favor da regulamentação laboral do trabalho sexual? Quais ações as associações de prostitutas têm desenvolvido junto à comunidade local para combater o estigma e fortalecer a pauta em favor do trabalho sexual?

A organização do movimento de prostitutas em redes tem obtido resultados significativos por meio de articulações em esfera nacional (e até mesmo transnacional, em alguns casos), integrando mais adeptos ao mesmo tempo em que possibilita maior visibilidade às demandas das trabalhadoras sexuais e potencializa coalizões junto a outros movimentos sociais. As associações de prostitutas possuem representação e participam ativamente em conselhos, comitês e fóruns de discussões nos estados e municípios, contribuindo como parceiras junto a entidades governamentais e da sociedade civil no debate e na elaboração de políticas de prevenção contra toda e qualquer forma de violência contra as mulheres, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, trabalho escravo e trabalho infantil, por exemplo.

Além disso, a dimensão político-estética tem se constituído como uma estratégia expressiva para a incidência política do movimento de prostitutas no país, e através do *Put a Dea* e do desfile Daspu tem expandido a comunicação de seus princípios e de suas demandas a um público amplo e diversificado. Também neste sentido, o ativismo

Putafeminista³⁷ tem obtido êxito. A constituição de um *puta ativismo*, particularmente aquele que faz uso das redes sociais para alcançar capilaridade política, expressa na atualidade como o movimento de prostitutas se posiciona no debate público diante as políticas antiprostituição: reivindica a regulamentação laboral do trabalho sexual e o direito a voz ativa às putas no movimento feminista; além do questionamento a “normalização” de certa visão hegemônica sobre a mulher e sua sexualidade.

Que tipo de trabalho sexual se quer proibir/criminalizar e quais aqueles toleráveis dentro do projeto de criminalização da prostituição no Brasil? Como outros nichos de trabalho sexual no país (“acompanhantes de luxo”, por exemplo) se inscrevem nesta questão?

A regulação moral e legal imposta por uma eventual proibição/criminalização da prostituição reforçaria ainda mais o estigma, negando todo tipo de aproximação e semelhança com a prática desta atividade. A despeito das regulações morais e legais, determinados segmentos de trabalho sexual (“acompanhantes de luxo”, por exemplo) não seriam afetados diretamente, ou ao menos de imediato, pela alteração na legislação sobre prostituição. Isto porque costumam assumir características que visam distinguir-se e distanciar-se da prostituição de rua, a começar pela sua construção discursiva. Diferentemente, a intervenção do Estado ocorreria com vigor nas *zonas* e nos *pontos de prostituição*, na tentativa de eliminar sistematicamente a visibilidade da oferta de serviços sexuais em locais públicos, o que nos faz pensar que tais dispositivos de controle e coerção serviriam, em última instância, como mecanismo para uma política de criminalização da pobreza. Mesmo que o ordenamento jurídico venha a proibir/criminalizar a prostituição, este segmento do trabalho sexual não deixará de existir, mas passará por um processo de marginalização e clandestinidade ainda maior, possibilitando a proliferação de redes de exploração sexual que se beneficiam da condição de ilegalidade do trabalho sexual.

³⁷ Na página do *Facebook* da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), o Putafeminismo é definido em uma publicação como “um movimento organizado por mulheres de diferentes realidades que têm uma coisa em comum: são profissionais do sexo. São mulheres que escolheram! 1. Reivindicar um feminismo que acolha suas demandas; 2. Organizar-se em coletivos, que se articulem com os demais movimentos sociais; 3. Lutar por melhores condições de trabalho; 4. Lutar para combater o estigma que pesa sobre as trabalhadoras sexuais, causador de exclusão social; 5. Lutar contra o preconceito que está atrelado ao exercício da prostituição; 6. Fortalecer a rede de apoio entre as mulheres para que mais trabalhadoras sexuais possam sair de situações de risco; 7. Organizar eventos, palestras, aulas e seminários para aproximar a militância feminista e a sociedade como um todo deste debate; 8. Promover educação sexual e segurança no trabalho para as trabalhadoras sexuais”. Postagem publicada em 20 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/CUTSBR/>. Último acesso em 14/05/17.

Desta forma, o estudo tem como propósito analisar a disputa instaurada na esfera pública em torno da controvérsia sobre as políticas antiprostituição *versus* a regulamentação laboral do trabalho sexual, através dos conflitos estabelecidos em interações políticas dentro e fora da internet entre feminismos, contrários e favoráveis ao reconhecimento da prostituição como atividade profissional. Assim, pretende-se compreender como processos de governamentalidade que operam com base no Estado e no mercado norteiam a prostituição; igualmente o modo pelo qual esses processos se articulam e se intensificam através de marcadores de classe, raça e geração.

Neste trabalho, a partir da observação direta de eventos organizados sobre o tema, de conversas informais e entrevistas:

- a) analiso as construções narrativas que visam proibir/criminalizar a prostituição, bem como a dinâmica que aproxima e articula os projetos antiprostituição de religiosos com o ativismo do feminismo abolicionista no Brasil;
- b) identifico as estratégias utilizadas pelo movimento de prostitutas brasileiro em seu ativismo em favor da regulamentação laboral do trabalho sexual;
- c) considero os possíveis desdobramentos dos projetos antiprostituição no país para a conformação de outros nichos de trabalho sexual (acompanhantes de luxo, por exemplo).

A pesquisa tem caráter multissituado e foi realizada tanto no ambiente presencial quanto no virtual. Acompanhei a organização e dinâmica de associações ligadas ao movimento organizado de prostitutas, bem como o fluxo de eventos relacionados à controvérsia sobre a regulamentação laboral da prostituição como, por exemplo, encontros, palestras, mesas-redondas, atos públicos, marchas, etc. Todos esses eventos foram foco da observação por meio do registro etnográfico e realização de eventuais entrevistas.

No ambiente presencial, a pesquisa foi desenvolvida junto ao Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), em Belém-PA; à Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB), em João Pessoa-PB; e à Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), em Belo Horizonte-MG.

No ambiente virtual, a pesquisa foi desenvolvida em blogs e redes sociais (revista *Azmina*, perfis pessoais de ativistas e páginas de comunidades do *Facebook* como, por exemplo, “mulheres contra o estupro pago”³⁸) utilizadas como espaço para a

³⁸ No *Facebook*, a comunidade “mulheres contra o estupro pago” é uma das principais representantes da concepção que associa prostituição a estupro, como pode ser observado nas informações sobre a

divulgação de eventos e para o debate de questões relacionadas à controvérsia que envolve o reconhecimento do trabalho sexual como atividade profissional. Com a finalidade de traçar o panorama dos possíveis desdobramentos da proibição/criminalização da prostituição em outros nichos do mercado do sexo, foram acessados sites de acompanhantes de luxo, destinados à oferta de serviços sexuais; bem como a realização de eventuais entrevistas com pessoas inseridas neste segmento do trabalho sexual.

Por fim, a pesquisa se coaduna aos estudos que analisam as disputas nas esferas política e social sobre a regulamentação da prostituição como atividade reconhecida pelo Estado, compreendendo a necessidade do debate sobre a garantia de direitos trabalhistas e a superação do estigma que cerca a prostituição, como possibilidade de vislumbrar uma cidadania mais plena. O que representaria um passo significativo para o reconhecimento de direitos sexuais, não só das prostitutas, mas também de outras mulheres e outras minorias políticas, avançando no combate a hierarquias de gênero, de classe e de raça, por exemplo.

IV - Procedimentos metodológicos

Inicialmente, realizei um vasto levantamento a respeito da bibliografia produzida sobre prostituição, para o reconhecimento de obras e autores dentro deste campo. Em seguida, fiz a triagem e leitura aprofundada da bibliografia pertinente, considerando as perspectivas teóricas e conceituais, bem como o valor interno e interpretativo apresentados em cada obra, adequadas à compreensão das questões estabelecidas como objeto de investigação. É importante dizer que a leitura da bibliografia foi sendo desenvolvida ao longo de todas as etapas da pesquisa.

A etapa subsequente diz respeito ao trabalho de campo, posto em prática logo após a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética. O trabalho de campo foi desenvolvido concomitantemente nos ambientes virtual e presencial, considerando as peculiaridades da pesquisa em cada um desses domínios, mas, sobretudo, os impactos em ambos como decorrência do diálogo e das intersecções que estabelecem entre si (MILLER e HORST, 2012).

finalidade da página: “Esta página procura apresentar a realidade das pessoas que são submetidas a prostituição – uma realidade em qual ser estuprada é rotina”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mulherescontraoestupropago/about/?ref=page_internal. Último acesso em 23/02/2018.

Recentemente, a controvérsia sobre o reconhecimento da prostituição como atividade profissional assumiu destaque significativo na internet através de blogs e redes sociais. Várias postagens e comentários em blogs, perfis, páginas de grupos e de revistas virtuais feministas têm publicado a respeito. O debate nem sempre (ou quase nunca) tem ocorrido de maneira amistosa, sendo permeado por troca de ofensas e hostilidades entre os grupos que divergem sobre o assunto. A polarização que se manifesta nas relações face a face também está presente no virtual, estabelecendo conflitos acirrados em interações políticas, as “tretas”³⁹, “dentro” e “fora” da internet em um *continuum* online/offline.

Estudos demonstram que as novas plataformas digitais de interação social têm sido empregadas cada vez mais para a prática ativista de diferentes coletivos, sobretudo como espaço alternativo de visibilidade de minorias políticas em termos de militância e estratégia de convencimento político (CARVALHO, 2017; CARVALHO & CARRARA, 2015). *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* surgem como ferramentas estratégicas para fomentar processos de politização e de engajamento político, mesmo entre indivíduos que não estão diretamente envolvidos no cotidiano da militância, possibilitando diferentes níveis de engajamento (FALCÃO, 2017). Essas plataformas têm se constituído em espaço importante de ação e de reflexão para grupos feministas no país. Vários coletivos feministas têm privilegiado o uso de blogs e redes sociais como veículo político-comunicacional relevante para organização, atuação e expressão política (FERREIRA, 2015).

O estudo privilegia a abordagem etnográfica, uma vez que este procedimento, a meu ver, se constitui como central na antropologia, exercício básico compreendido como método por excelência da disciplina há um século e concebido ao mesmo tempo como mito e evento histórico, além de proporcionar o diálogo entre as teorias do antropólogo e as teorias nativas, diálogo este que se dá no próprio antropólogo (PEIRANO, 1992). Assim, esta prática é concebida como um procedimento com implicações teóricas específicas, pois metodologia e teoria neste caso não podem ser dissociadas, uma vez que é através da pesquisa etnográfica que a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada (PEIRANO, 1992).

³⁹ “Treta é uma categoria êmica usada para se referir a um conjunto amplo de conflitos e brigas (textuais, orais, em vídeo ou por imagens), frequentemente usada por jovens para se referir a situação tanto online quanto offline” (CARVALHO, 2017 p. 348).

A pesquisa foi desenvolvida através de observação sistemática, com o registro cuidadoso das anotações em diário de campo para subsidiar a escrita etnográfica. Nesta fase se deu ênfase à observação participante com o propósito de inserção e participação nas interações sociais de uma ou várias atividades desempenhadas pelas interlocutoras nos diferentes espaços de atuação: palestras, mesas-redondas, atos públicos, marchas, etc., de maneira a favorecer o processo de aceitação e confiança delas – tendo claro que este recurso não depende somente da postura unilateral do pesquisador.

Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com as mais variadas interlocutoras envolvidas direta e indiretamente com a questão em pauta: lideranças e demais ativistas a favor do trabalho sexual; trabalhadoras sexuais e, entre elas; acompanhantes de luxo. Fiz o possível em busca de entrevistas com lideranças e ativistas contrárias a regulamentação laboral do trabalho sexual, e após inúmeras tentativas entendi que esta porta não estava aberta. Assim, não obtive êxito nesta tarefa.

Os questionários aplicados foram do tipo misto, com predominância de perguntas fechadas. As entrevistas realizadas foram do tipo abertas, com a utilização do gravador, através do emprego de roteiros com temas/questões, visando obter respostas que permitissem explorar em maior profundidade a problemática a ser analisada, característica comum em pesquisa com orientação qualitativa (GOLDENBERG, 1999; THIOLENT, 1982).

No ambiente virtual, foram realizadas etnografias digitais (HINE, 1994; MILLER e HORST, 2012) a partir da análise do conteúdo dos eventos e postagens publicados nos ambientes virtuais, com ênfase para os conflitos decorrentes das interações políticas entre os participantes do debate. Os dados foram coletados através do acompanhamento de publicações, postagens e comentários em blogs, revistas virtuais e redes sociais, tais como: Revista Azmina; blogueiras feministas; páginas de comunidades do *facebook*; perfis pessoais de ativistas; bem como sites que oferecem os serviços de acompanhantes de luxo. No ambiente virtual acompanhei a rotina cotidiana somente daquelas/es participantes com quem a pesquisa foi desenvolvida no presencial, através de seus comentários e interações nas redes sociais. Sendo assim, foi solicitado permissão através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o propósito de estabelecer conversas informais e realizar entrevistas presencialmente; bem como acompanhar as publicações e comentários nos ambientes virtuais supracitados.

Contudo, também fiz uso de matérias públicas com conteúdo jornalístico divulgadas em blogs, revistas virtuais e páginas de comunidades do *Facebook* que

cumprem a função de informar e atualizar seus leitores sobre temas relacionados ao feminismo e as questões de gênero e sexualidade. Tal como fazemos com outras fontes documentais impressas como jornais, revistas, livros autobiográficos, com o qual estamos acostumados a trabalhar e que não se aplica o uso do TCLE. Foi garantido o anonimato de seus autores através do emprego de pseudônimos e da não referência direta ao título das postagens nas redes sociais e das matérias jornalísticas em blogs e revistas virtuais.

Para fins de organização e análise, foram criados arquivos com o registro das *URLs* (endereço eletrônico referente a cada página na internet) e feitas capturas das imagens de tela (*screenshots*) das postagens e de todos os comentários da página de divulgação dos eventos. Em seguida, realizei a seleção e sistematização das postagens e comentários por temas/questões de acordo com a relevância para os propósitos do estudo, considerando os termos do debate e os posicionamentos dos atores sociais em relação a estes termos.

V - Garantias éticas aos participantes da pesquisa

O presente estudo adotou como procedimentos éticos a garantia do anonimato da identidade e o sigilo das informações pessoais das/os interlocutoras/es da pesquisa, asseguradas/os pelo TCLE. Além de serem designados por pseudônimos, as/os interlocutoras/es tiveram autonomia e a livre escolha em participar ou não do estudo, sendo garantido o seu direito a retirar o consentimento a qualquer momento da pesquisa. Além disso, a transcrição das entrevistas estará à disposição das/os interlocutoras/res, sempre que solicitada. O material coletado em trabalho de campo foi utilizado estritamente para os propósitos desta pesquisa e posterior publicação acadêmica.

A arena política na qual se desenrola a controvérsia sobre regulamentação laboral do trabalho sexual versus a proibição/criminalização da prostituição é marcada por uma série de tensões, hostilidades e violências na esfera pública, tanto no âmbito das relações face a face quanto no virtual, entre atores sociais favoráveis e contrários ao reconhecimento da prostituição como profissão. A partir das características apresentadas por este campo e considerando as consequências políticas e pessoais que tais posicionamentos podem acarretar para os atores sociais envolvidos na disputa, ratifico meu compromisso em preservar a identidade das/os participantes da pesquisa e de terceiros mencionados por estas/es em seus relatos. Para isto, além do uso de

pseudônimos, optei por não reproduzir os relatos *ipsis litteris* na produção textual ao substituí-los por textos escritos baseados na compreensão do pesquisador, garantindo o sentido semântico-referencial da mensagem transmitida pelas/os participantes. Ainda, com o mesmo propósito, não fiz referência direta a títulos de vídeos postados no *Facebook* e *Youtube*, bem como aos títulos das postagens nas redes sociais e das matérias jornalísticas em blogs e revistas virtuais, como já foi dito anteriormente.

No entanto, quando devidamente autorizado, mantive os nomes de registro das/os participantes (e os nomes sociais para aquelas que se identificam por ele), bem como a reprodução original de sua produção textual e oralidade presente em vídeos na internet, por se tratarem de ativistas que defendem seus respectivos posicionamentos publicamente.

Como a pesquisa também ocorreu em ambiente virtual, aqui se faz necessário destacar para reforçar meu comprometimento ético que utilizei apenas publicações, comentários e vídeos postados em grupos abertos e perfis públicos, no intuito de evitar ao máximo a exposição de conteúdo privado e a sua autoria. A opção por grupos abertos e perfis públicos nas redes sociais se faz justamente por entendê-los como públicos, uma vez que estão disponíveis para o acesso de qualquer pessoa inserida na rede social, semelhante a outras fontes documentais de valioso potencial analítico como, por exemplo, jornais, revistas, livros autobiográficos, etc.. Não fiz uso de informações contidas em grupos e perfis privados. Ainda, é fundamental destacar que meu interesse pelas publicações, comentários e vídeos nas redes sociais está voltado única e exclusivamente para apreender a dimensão das ideias e posições de seus autores com relação a questões específicas, e nunca sendo dirigida a dimensão pessoal de quem quer que seja ou as suas condições de existência.

Desta forma, acredito ter assegurado os princípios éticos de autonomia a livre escolha, do direito ao anonimato e da privacidade de informações pessoais necessários para o melhor desenvolvimento do estudo em questão.

VI - Estrutura da tese

A tese está organizada em 4 (quatro) capítulos distribuídos da seguinte forma:

Nesta introdução apresentei a problemática e a delimitação do estudo, bem como a definição dos objetivos e os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

O primeiro capítulo inicia com a descrição analítica de duas cenas etnográficas paradigmáticas das tensões entre feministas radicais e trabalhadoras sexuais sobre a controvérsia que envolve a regulamentação da prostituição enquanto atividade profissional reconhecida pelo Estado. Em seguida, apresenta a configuração da arena política e os termos que marcam o debate sobre prostituição no país: a disputa pela *autoridade da experiência* através do acionamento do *lugar de fala* como recurso narrativo para demarcar o que representa a prostituição e o que significa ser prostituta.

O segundo capítulo aborda sobre as construções narrativas antiprostituição através de publicações nas páginas do *Facebook* “mulheres contra o estupro pago” e “Comitê para a abolição da prostituição”, identificando as redes que se formam em torno desse posicionamento em nível global e como tais narrativas são incorporadas por determinadas feministas no Brasil; igualmente o caráter pedagógico de difusão de suas ideias, no intuito de promover uma consciência antiprostituição como componente de um suposto processo civilizador⁴⁰, ao passo que também facilita a formação para o ativismo feminista que se opõe ao trabalho sexual. Ainda neste capítulo, buscou-se analisar o processo complexo de aproximação/distanciamento entre a retórica salvacionista do feminismo abolicionista e sua afinidade com a narrativa religiosa em defesa da família e de valores morais cristãos, através de Projetos de Lei que visam proibir/criminalizar a prostituição, enquanto dispositivo de poder para a governança a partir do Estado, elaborados por parlamentares que tem em sua base eleitoral os religiosos conservadores.

O terceiro capítulo versa sobre o movimento de prostitutas no Brasil: a trajetória em defesa dos direitos das profissionais do sexo, sua organização e articulação em rede que possibilita capilaridade e potencializa coalizões junto a outros movimentos sociais. A partir das ações desenvolvidas por três Associações vinculadas ao movimento organizado de prostitutas: GEMPAC, APROS-PB e APROSMIG, analisou-se o protagonismo do movimento no debate público diante as políticas antiprostituição; bem como as estratégias empregadas em favor da regulamentação laboral do trabalho sexual, destacando o posicionamento assumido pelo movimento no atual cenário político brasileiro e sua incidência política através do PL Gabriela Leite, da dimensão político-

⁴⁰ De modo geral, o processo civilizador para Norbert Elias, consiste na transmissão da cultura através de determinados valores que se inscrevem no indivíduo por meio de regras e normas sociais, de modo que a sociedade passa a exercer uma pressão maior com relação a comportamentos e condutas, que operam sob a forma de autocontrole (ELIAS, 1994).

estética-comunicativa do desfile Daspu e do *Puta Dei* e, por fim, do ativismo Putafeminista.

O quarto capítulo da tese tem por objetivo refletir sobre a “prostituição de luxo”, a partir de suas construções discursivas e performáticas, no intuito de identificar como se estabelecem as distinções em relação à prostituição tida como convencional. Neste sentido, buscou-se traçar um perfil quanto à composição de cor/raça de “acompanhantes de luxo” que divulgam seus serviços sexuais através de sites especializados, e das trabalhadoras sexuais que atuam próximo ao centro das três capitais onde realizei pesquisa de campo. Também, analiso de um conjunto de imagens e representações veiculadas sobre os serviços prestados por “acompanhantes” em oposição à “prostituição”, delineando os pressupostos de hierarquia e prestígio que visam distinguir esta atividade daquela exercida por prostitutas. Além disso, através das narrativas de interlocutoras sobre as suas motivações e características do serviço de acompanhante, foi possível apreender uma dimensão da subjetividade dessas mulheres e que distingue “acompanhante” de “puta”, profundamente marcada por uma perspectiva neoliberal de sociedade, centrada no sujeito e no consumo. Deste modo, o propósito deste capítulo é apreender como os processos de governamentalidade pelo mercado orientam as práticas e percepções das pessoas na prostituição e sobre a prostituição, atravessadas por distinções de classe, raça e geração.

1. Feminismos em disputa: as tensões nas redes sociais em torno do debate sobre prostituição

Às vésperas de mais um debate sobre prostituição, Juliana⁴¹ expressa ansiedade, preocupação e indignação em texto de sua autoria⁴² publicado pela Revista Azmina. Juliana tem aproximadamente 37 anos de idade e tonalidade de pele morena, como se costuma dizer no Brasil. Oriunda de classe média, possui formação de ensino superior e realiza trabalho sexual, sendo ativista a favor da regulamentação da prostituição.

O debate a qual Juiana se refere, ocorrera no dia 16 de junho na cidade do Rio de Janeiro⁴³, tendo como foco o exercício da prostituição as proximidades dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Nesta postagem, ela revela que a controvérsia sobre a questão lhe custou a perda de seu perfil⁴⁴ no Facebook, sob a denúncia de não usar o seu nome “verdadeiro” nesta rede social. Tal denúncia ocorrera provavelmente em função de retaliação a Juliana, como resultado da disputa da opinião pública entre as “feministas contrárias à prostituição (aquelas ditas radicais ou materialistas) e feministas que respeitam as pautas do movimento de prostitutas (as putafeministas, nós)”, como ela própria denomina, no texto escrito para a Revista Azmina, as personagens envolvidas no debate.

O debate já vinha ocorrendo nas redes sociais na semana anterior ao evento, o que culminou na mudança do formato como veremos mais adiante. A controvérsia se desenrolou na sessão destinada aos comentários da página criada no Facebook para divulgar o evento. Em poucos dias foram feitos muitos “posts acalorados” e compartilhamentos pelas/os interessadas/os pelo tema e a polêmica tomou proporções imensuráveis nas redes sociais.

Em uma de suas publicações, Juliana faz duras críticas a um “feminismo dito radical” e as suas integrantes, definidas por ela como “pseudofeministas”, por ter aliado

⁴¹ Nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das pessoas envolvidas na controvérsia e de terceiros citados nos comentários. Pelas mesmas razões não foram inseridas a *URLs* com os links que direcionam para as páginas da internet de onde foram extraídos os comentários e identificam os seus autores.

⁴² Em resposta ao texto de Juliana, foi publicada pela própria Revista Azmina outra a matéria escrita por uma ex-prostituta que se nomeia feminista radical e apresenta posicionamento contrário a regulamentação da prostituição. A autora do texto assina como Anônimo@ e a Revista informa que “por questões de segurança essa pessoa não pode ser identificada”.

⁴³ O evento foi organizado pela Marcha das Vadias do Rio de Janeiro (MV-RJ) e pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, assumindo um formato de roda de conversa que contou com a participação de ativistas e acadêmicas a favor da regulamentação da prostituição. O evento ocorreu dia 16 de junho de 2016 na *Casa Nem*, situada no bairro da Lapa, Rio de Janeiro.

⁴⁴ Juliana teve sua conta cancelada no dia 11 de junho (data que consta sua última publicação antes do episódio), tendo sido reativada no dia 20 de junho, depois de inúmeras solicitações feitas ao Facebook.

seu projeto político-ideológico ao de grupos de religiosos cristãos, deslegitimando as conquistas históricas do movimento de prostitutas no país e inviabilizando melhores condições para prática da profissão. Segundo Juliana, ambos os projetos possuem como pauta retirar a categoria *profissionais do sexo* da Classificação Brasileira de Ocupações⁴⁵, bem como a criminalização dos clientes, que passariam a ser penalizados ao pagarem por serviços sexuais⁴⁶, como pode ser observado no relato abaixo:

Esse feminismo dito radical que não tem vergonha de se levantar contra prostitutas que vêm se organizando desde o boom da Aids nos anos oitenta, capitaneadas por Gabriela Leite, quando policiais batiam em prostitutas só por diversão e com o aval da sociedade, amarravam elas em cima de formigueiro, deixavam virar a noite ali presas no frio. Essas corajosas pioneiras do movimento, muitas delas ainda vivas, como Lourdes Barreto, peitavam o sistema, o estigma, a violência inclusive a morte, e acabaram conquistando o direito de ver a prostituição constar na Classificação Brasileira de Ocupações (2002) do Ministério do Trabalho. Tudo isso pra quê? Pra vir pseudofeminista unir-se à bancada da Bíblia atrás da revogação deste reconhecimento oficial do Estado, atrás da criminalização desse trabalho, da criminalização dos estabelecimentos onde podemos exercê-lo em segurança (quem enfrenta os perigos da rua sabe o quanto é mais seguro trabalhar nas casas), da criminalização dos nossos clientes, feministas dispostas a inviabilizar toda uma luta para que a prostituição seja um trabalho menos do que já foi trinta anos atrás. (Juliana, Trabalhadora sexual e ativista a favor da regulamentação da prostituição)⁴⁷.

Em decorrência de seu reconhecido ativismo em favor da luta por direitos das trabalhadoras sexuais, o *Putafeminismo* desempenhado por Juliana é confundido (ou estrategicamente associado) aos interesses daqueles que se beneficiam da prostituição para explorar mulheres. Juliana era citada indiretamente nos comentários de feministas contrárias à regulamentação da prostituição (mesmo sem participar das discussões na

⁴⁵ O Projeto de Lei nº 2371/16, de autoria do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP).

⁴⁶ O Projeto de Lei nº 377/11, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO).

⁴⁷ Juliana identifica esta postagem como objeto da denúncia responsável pela perda temporária do seu perfil no Facebook.

página de divulgação do evento), sugerindo que sua militância atua em defesa dos interesses da “cafetinagem”.

Na página do evento, muitas pessoas se queixavam de postagens que supostamente teriam sido deletadas pela Organização, impossibilitando que feministas contrárias ao “turismo sexual” e, de modo mais amplo, a “exploração sexual” manifestassem abertamente seu posicionamento naquele espaço sem serem censuradas. Segundo tais críticas, os organizadores estariam assumindo a posição daquelas/es que são favoráveis a regulamentação da prostituição, portanto enviesando o debate:

- Deletaram o depoimento da Wilma?

Mas não estavam criticando as mulheres que não tem local de fala pra opinar sobre prostituição?

A Wilma tem uai.

- deletaram, aparentemente ela dizer que é ex prostituta e contra a regulamentação é ofensivo pra alguém rs [risos].

- Depois dizem q [que] quem é contra não ouve quem já passou por isso. Acho q estamos vendo agora quem verdadeiramente não ouve né?

O terceiro comentário acima nos remete ao que Foucault (2010) denomina de *polivalência tática do discurso*, quando o argumento “estamos vendo agora quem verdadeiramente não ouve” passa a ser empregado discursivamente num processo de inversão retórica contra o movimento de prostitutas. As trabalhadoras sexuais têm constantemente denunciado as tentativas de “silenciamento” a que são submetidas diante a postura tutelar adotada por determinados segmentos do feminismo que insistem em sobrepor a sua voz a delas quando o assunto em pauta é a prostituição. A denúncia de “silenciamento” tem sido mobilizada como argumento político em situações nas quais é dada menor importância as palavras das trabalhadoras sexuais, inclusive, em muitos casos, sendo consideradas irrelevantes, ainda que digam respeito às condições e dilemas da atividade que desempenham no seu dia a dia. As prostitutas são tratadas enquanto vítimas sem possibilidade de agência, como se não fossem capazes de decidir o que é melhor para si mesmas e de traçar o seu próprio caminho, como nos diz uma trabalhadora sexual:

Sabe, um dos dogmas mais potentes do patriarcado é justamente esse: a questão do estigma e a questão de uma mulher que faz sexo, a

palavra dela tem que ser desacreditada, ela [a palavra dela] não vale nada, Ela [a mulher] não vale nada, muito menos a palavra dela. (Marina, Trabalhadora sexual e ativista a favor da regulamentação da prostituição).

O relato de outra feminista, que também participava das discussões, expõe a necessidade de se ouvir mais o que as trabalhadoras sexuais têm a dizer sobre a prostituição, apontando que o “silenciamento” e outras práticas adotadas por determinadas ativistas contrárias ao trabalho sexual tem dificultado maior aproximação das prostitutas como o feminismo:

Eu só acho que as vozes que mais devem ser ouvidas no que tange a prostituição são as das prostitutas. Muitas vezes esse discurso de ser contra a prostituição e não contra as prostitutas acaba afastando elas do feminismo, elas veem que o lugar delas é constantemente ocupado por outras mulheres.

Esta feminista adota uma postura intermediária e argumenta que não pode se opor a regulamentação laboral da prostituição, uma vez que se trata da reivindicação das próprias trabalhadoras sexuais enquanto movimento organizado – mesmo que ela ainda considere a prostituição como objetificação da mulher.

Das queixas sobre supressão de posts, podemos enfatizar em particular a que diz respeito ao depoimento de uma mulher, ex-prostituta, que teria “sobrevivido” a prostituição. Os comentários sugerem que tal postagem fora deletada devido o posicionamento da autora ser contrário à regulamentação, tendo ela vivenciado a experiência de ser prostituta e com base nessa experiência ainda assim (ou por isso mesmo) se contrapor aos argumentos de quem defende o reconhecimento da prostituição enquanto trabalho e a despenalização dos estabelecimentos que ofertam este serviço. Abaixo, reproduzimos o depoimento:

Eu sobrevivi.
4 anos de prostituição.
4 anos de abusos.
4 anos de violência.
4 anos e meu corpo ainda dói.

4 anos e 3 estupros, um deles coletivo.

4 anos sendo lésbica e vendo centenas de lésbicas marginalizadas.

4 anos de desespero.

Pra ter que ver vocês banalizando a prostituição.

Sobrevivi, muitas que eu conheci não sobreviveram.

Inclusive travestis. Pessoas marginalizadas. É muito bonito achar que prostituição é empoderamento e escolha quando não se precisa dela para comer, para sustentar sua família ou seus vícios.

Essa violência brutal que mais de 40 milhões de pessoas no mundo sofrem, graças a este tipo de postura.

Vocês não estão do nosso lado.

Vocês são só mais um membro do patriarcado.

Em uma sessão de terapia, minha psicóloga me perguntou uma vez:

- Joana, você tem noção de quantos homens já transaram com você?

- Não, por quê?

- Porque eu gostaria de ter noção de quantas vezes você foi estuprada.

Vocês não são diferentes dos misóginos. (Depoimento de ex-prostituta, 2016).

Depoimentos desta natureza recorrem a narrativas mobilizadoras de emoções e sofrimento para questionar a “experiência” na prostituição de puta ativistas que defendem a sua prática como atividade profissional. Ao colocar a experiência da/na prostituição em disputa, a utilização deste tipo de narrativa pelas feministas radicais busca, no limite, reivindicar uma espécie de “autoridade” quase que automática de “lugar de fala”, a fim de demarcar supostamente quem possui “experiência”, portanto, legitimidade para falar sobre prostituição. Como sabemos, a noção de experiência é paradigmática e marca o conflito constitutivo do sujeito do feminismo desde a crítica feita pelas feministas negras à categoria *mulher* como sujeito universal (DAVIS, 1981; HOOKS, 1982; CARBY, 2012). Tal crítica possibilita ampliar o significado de ser mulher, o uso do corpo, a manifestação da sexualidade, bem como o lugar político, econômico e social que as mulheres ocupam dentro da estrutura de relações de poder. Retornaremos a esta questão mais adiante; reservamos um tópico específico para a discussão sobre a noção de experiência e sua composição enquanto prática discursiva na disputa entre os feminismos a respeito da controvérsia que envolve a regulamentação do trabalho sexual.

Em meio às “tretas” situadas nos feminismos contrários e favoráveis a regulamentação da prostituição como atividade profissional, a página de divulgação do evento foi denunciada e todo o seu conteúdo foi removido. A organização criou outra página de divulgação (até que a original fosse reativada) e que logo se constituiu em espaço para novo embate entre as feministas discordantes no assunto. No entanto, essa página serviu mais como cópia da original, o que foi utilizado pela Marcha das Vadias do Rio de Janeiro (MV-RJ) para justificar a demora em responder algumas perguntas feitas por interessadas/os no evento.

Inicialmente, a organização do evento havia convidado acadêmicas e ativistas que militam tanto a favor quanto contra a regulamentação da prostituição para participar da “roda de conversa” a respeito da questão do “turismo sexual” nas Olimpíadas Rio 2016. Contudo, em decorrência do clima em torno do evento, envolvendo trocas de ofensas e hostilidades entre os grupos com posicionamentos divergentes, a organização resolveu “desconvidar” as acadêmicas e ativistas que representariam a posição de combate ao “turismo sexual” e os argumentos contrários a “exploração sexual”. Tal fato provocou a indignação daquelas que foram desconvidadas e de todas/os que se sentiam representadas/os pelo seu posicionamento diante da questão, o que serviu para acirrar ainda mais os ânimos e a controvérsia nas redes sociais e fora dela⁴⁸.

Um dos vários desdobramentos da “treta” pode ser observado quando a moderadora da página do evento fornece um esclarecimento a uma pessoa interessada em comparecer ao evento e participar do debate, mas que está “em cima do muro” e ainda não possui uma posição definida sobre a questão:

- MV-RJ: fulana estamos levando vários dados sobre a regulamentação da prostituição no outro evento. Este aqui fizemos como cópia quando denunciaram o original. Mas de toda forma, o melhor vai ser estar na roda de conversa presencialmente, tá de pé 18:30 na CasaNem.
- Beltrana: “roda de conversa” = vocês calem a boca escutem o que a gente fala e concordem pq [por que] caso contrário iremos te banir.

⁴⁸ Em matéria escrita sobre a cobertura do evento, Clare Huggins menciona sobre a existência de rumores de que na noite do evento haveria um ataque promovido pelo grupo “RadFem”, o que não passou de rumores. Matéria publicada pelo site de relatos das favelas cariocas RioOnWatch (Olympics Neighborhood Watch /Comunidades do Rio de Olho nas Olimpíadas). Último acesso em 21/04/2017.

Em seguida, a MV-RJ responde com emojis⁴⁹ que representam sonolência, ironizando o comentário anterior. A discussão prossegue:

- Beltrana: Dá sono mesmo falar só pra quem concorda com a gente né? muito democrático o evento. falta só avisar que não é um evento feminista.

- MV-RJ: Na vdd [verdade], falar com as mulheres maravilhosas que vão estar na mesa é o contrário de sono. Dá uma energia e uma animação pra seguir na luta. Vc [você] devia experimentar. É inspirador.

As provocações persistem:

- MV-RJ: Tá cassando carteirinha de feminista? E quem te deu essa autoridade? O Ministério Público de Fiscalização de Feministas?

- Beltrana: eu to bem suave, não gosto mt [muito] de contribuir com exploração. e eu sei aceitar quem pensa diferente. um beijão e viva a desonestidade de vocês.

- Beltrana: carteirinha feminista de quem? cês [vocês] acham que cês [vocês] são feministas HAHAHAHA.

- Sicrana: Engraçado acusar de cassar carteirinha de feminista quando só quem está silenciando e usando de desonestidade intelectual para deslegitimar a fala de quem luta por mulheres são vocês da marcha.

O foco da discussão, entre a moderadora da página de divulgação do evento (integrante da MV-RJ) e as duas mulheres que se indignaram com a exclusão das participantes que representariam no debate o contraponto a regulamentação da prostituição, passa a ser a disputa pelo lugar que confere autoridade e estabelece controle de quem pode falar em nome “do” feminismo, como se existisse uma posição “verdadeiramente” feminista sobre a questão em pauta. Na dinâmica da tensão entre quem pode falar de “dentro” e quem está de “fora” ou numa posição “marginal” do(s) feminismo(s), o questionamento irônico “Tá cassando carteirinha de feminista?”, seguido de “quem te deu essa autoridade?”, subverte a lógica narrativa de “cês acham que cês são feministas”, que pretende estabelecer hierarquias entre os diversos campos

⁴⁹ Imagens muito utilizadas em mensagens instantâneas nas redes sociais para transmitir a ideia de uma palavra ou frase completa. No caso em questão, pode ser interpretado como “essa conversa me dá sono”.

discursivos de ação que constituem os feminismos plurais contemporâneos; ou até mesmo enquadrar tais posicionamentos fora do campo discursivo de ação do(s) feminismo(s): “falta só avisar que não é um evento feminista”.

A posição adotada pela MV-RJ foi alvo de inúmeras críticas dirigidas pelas feministas contrárias a regulamentação da prostituição, questionando, inclusive, a legitimidade do coletivo quanto aos seus propósitos no feminismo. Uma *Nota de Repúdio* foi lançada contra a MV-RJ, onde assinam inúmeros coletivos feministas e pessoas inseridas no(s) feminismo(s) de vários estados do país, acusando o movimento de compor o “lobby pró exploração e turismo sexual” em benefício de “aliciadores”, “proxenetas” e “rufiões” às custas da “comercialização dos corpos das mulheres”.

O conteúdo da Nota faz referência ao cancelamento do convite e traz também o *screenshot* de publicações nas redes sociais: i) o comunicado e justificativa⁵⁰ para o cancelamento do convite; ii) o posicionamento de Ingrid sobre o corrido; iii) o posicionamento de Kátia sobre o ocorrido; iv) o posicionamento de Jéssica sobre os procedimentos caso as “Radfens” (*sic*) insistam em comparecer ao evento.

(...) coisas rapidamente saíram de controle, com muita agressividade e pouca escuta. A proporção da polêmica nos fez reavaliar o formato do evento para não fugir a nossa intenção original de amplificar as vozes das mulheres que efetivamente são trabalhadoras do sexo (...). Por isso lamentamos mas desconvidamos as colegas que iriam representar o contraponto da mesa (...) (Comunicado e justificativa para o cancelamento do convite).

Bem, **Marcha das Vadias Rio de Janeiro**, eu lamento a decisão de vocês. Praticamente não me manifestei aqui e nunca desrespeitei ou desrespeitaria ninguém durante o debate. Minha fala já está pronta, é eminentemente técnica, com dados objetivos. Nós, mulheres, todas nós, temos “local de fala” para falar sobre prostituição, porque TODAS NÓS podemos, um dia, precisar nos prostituir. A vida tem suas reveses; hoje uma moça de classe média pode amanhã se viciar

⁵⁰ Não foi possível reproduzir todo o conteúdo da mensagem, pois no *screenshot* da publicação um desenho com o formato de coração cobria parte do texto (talvez, como gesto de ironia ao cancelamento do convite), dificultando a visualização da mensagem na íntegra. Também não é possível identificar a autoria e procedência da publicação devido o *screenshot* não capturar o comentário na íntegra na *Nota de Repúdio*. No entanto, o conteúdo do texto sugere ter sido encaminhado pela organização do evento, de tal modo que foi lido pelas pessoas que representariam o contraponto no debate como o posicionamento oficial dos organizadores.

em drogas ou perder o emprego... Aliás, ao longo dos últimos dias, duas amigas brancas e de classe média desabafaram comigo que já precisaram se prostituir. (Ingrid, Ativista contra a regulamentação da prostituição) (Grifo da autora).

Vocês nunca vão conseguir construir um debate com **mulheres abolicionistas**. É preciso ter muita coragem pra colocar na mesma mesa pessoas que glamourizam a prostituição e mulheres que farão questão de lembrar que o tal lugar de fala das prostitutas não contempla mulheres que se vendem por um prato de comida na Central do Brasil ou meninas de 12 anos que foram violentadas por parentes e se vendem pra caminhoneiros no interior de Pernambuco (...). Esse desconvite só mostra o quanto vocês são despreparadas. Quem não tem preparo para debater só pode aguentar um reformismo de gênero mesmo. Revolucionar, destruir o patriarcado, é pra quem aguenta (Kátia, Ativista contra a regulamentação da prostituição) (Grifo meu).

(...)⁵¹ aquelas que entrarem assim que começarem a falar já sabemos. Aí já expulsamos do local no ato. Entrarão, mas serão expulsas se se revelarem. Algumas já conhecemos a cara. Beijos do Bonde das Travestis.

Fui. Tchau transfóbicas Radfens [*sic*] de MERDA (Jéssica, trabalhadora sexual e ativista a favor da regulamentação da prostituição).

A mudança no formato do evento foi justificada pelos organizadores às tensões geradas nos bastidores pré-debate, onde se estabeleceu um ambiente de hostilidade e comportamentos ofensivos entre os grupos divergentes, que se anunciava desde as redes sociais. A decisão de manter as participantes que militam a favor do reconhecimento da prostituição como trabalho em detrimento daquelas que fariam o contraponto no debate sobre a regulamentação do trabalho sexual, foi atribuída em virtude da proposta pela qual o evento foi pensado, que seria segundo os organizadores, “amplificar as vozes das

⁵¹ As reticências foram utilizadas, neste caso, para indicar a supressão (por risco em tonalidade vermelha, feita pela autora deste *screenshot*) de uma palavra ou da identidade de alguém, tal como consta na *Nota de Repúdio*.

mulheres que efetivamente são trabalhadoras do sexo”. Diante a repercussão das tensões, a MV-RJ optou por cancelar o convite das representantes do “RadFem”, considerando ser mais importante garantir “um ambiente seguro para as profissionais do sexo”⁵².

Vale ressaltar que o cancelamento do convite não se restringiu somente as ativistas e acadêmicas que comporiam a “roda de conversa” representando o contraditório à regulamentação da prostituição. Mas, foi extensivo a todas aquelas que compartilham desse posicionamento e planejavam participar do evento, como critica a *Nota de Repúdio*: “Após alguma discussão interna da Marcha das Vadias, essas mulheres foram desconvidadas e todas as mulheres que se colocam da mesma forma avisadas de que não poderiam participar”⁵³. Em tom de denúncia, a crítica prossegue: “Agora [as mulheres impedidas de participar] estão sendo ameaçadas de expulsão por uma pessoa que se apresenta como Jéssica, integrante da organização e palestrante do evento”⁵⁴.

É interessante perceber que as autoras da *Nota de Repúdio* se referem a Jéssica (ativista trans publicamente reconhecida por defender os direitos das travestis e das trabalhadoras sexuais) como “uma pessoa que se apresenta como Jéssica”, diferente de como são designadas as participantes “desconvidadas” e as demais “que se colocam da mesma forma”, interessadas em comparecer ao evento, todas referidas como “mulheres”. Através deste trecho podemos notar que negam a qualidade de mulher a uma trans, aproximando-se a posicionamentos transfóbicos ao negar a Jéssica a condição de ser reconhecida como “mulher” pelo fato de ela ser *trans*, isto é, assumir uma identidade de gênero ou expressão de gênero como *mulher trans*, diferente do sexo biológico e/ou designação social atribuída ao nascer. No âmbito deste debate, as feministas radicais consideram que são compreendidas “mulheres” apenas aquelas cuja identidade de gênero está em concordância com o sexo biológico designado em seu nascimento, *mulher cis*.

Este tipo de rejeição tem sido recorrente nestas batalhas, como no relato de uma feminista inconformada com os rumos “do” movimento: “É isso que dá passar o feminismo pra mão de dois machos”. Neste caso, podemos observar não apenas a tentativa de deslegitimar a inserção e propósito da atuação política das puta ativistas

⁵² Matéria citada anteriormente sobre a cobertura do evento, publicada pelo site de relatos das favelas cariocas RioOnWatch. Último acesso em 21/04/17.

⁵³ Nota de Repúdio à Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2016.

⁵⁴ Nota de Repúdio à Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2016

trans no feminismo (refere-se a Jéssica e Juliana), mas também o questionamento da própria legitimidade da identidade de gênero de mulheres trans de um modo geral, consideradas “machos”.

Em resposta a Nota de Repúdio, como integrante da organização, Jéssica sinaliza quais os procedimentos serão adotados caso as “Radfems” insistam em comparecer ao evento. Em seguida, Jéssica se despede e demarca seu posicionamento político, em tom de sarcasmo, por meio de sua identidade de gênero e do insulto as adversárias: “Beijos do Bonde das Travestis. Fui. Tchau transfóbicas Radfems [*sic*] de MERDA”. Este contexto indica que, em situações de conflito, o termo “Radfem” tem sido empregado, mais recentemente, de maneira pejorativa como uma categoria de acusação para designar um feminismo radical “bruto” e/ou “intolerante”, diferente do sentido originalmente atribuído ao termo. Em sua acepção primeira, “radical” está associado à raiz. O feminismo radical entende que as mulheres foram o primeiro grupo oprimido da sociedade humana e o poder do patriarcado está na raiz da violência e do abuso sexual que ameaça as mulheres desde sempre. Na atualidade, as pautas do feminismo radical estão fortemente relacionadas ao combate à prostituição e a pornografia; igualmente lutam contra a ideia de gênero por entenderem que a constituição da mulher está relacionada ao seu determinante de sexo, daí porque também não reconhecem a agenda de transgêneros como uma luta das mulheres (MELO & THOMÉ, 2018).

A postagem de Jéssica aumentou a revolta e a indignação de mulheres que se posicionam como “abolicionistas”, como ficou evidente no relato de Kátia. Mas, também, de todas/os que são contrárias/os⁵⁵ a proposta de reconhecimento da prostituição enquanto atividade profissional pelo Estado, como pode ser constatado no comentário de uma pessoa do sexo masculino: “Não vai haver debate! As feministas (de verdade!) que se posicionam contra a regulamentação da prostituição/cafetinagem estão sendo banidas do evento”. O evento que já estava sendo desqualificado desde o princípio, passou a ser ridicularizado: “O evento é tão completamente sem noção, que não tem nem argumentos pra se sustentar, daí fica mais fácil censurar a chuva de comentários negativos a respeito dessa palhaçada”.

⁵⁵ Em resposta ao evento organizado pela MV-RJ e ao episódio de cancelamento das participantes que representariam o posicionamento contra a regulamentação da prostituição, foi organizado pela Marcha Mundial das Mulheres do Rio de Janeiro (MMM-RJ) o evento *Nosso corpo não tá pra jogo: olimpíadas, turismo sexual e a vida das mulheres*. O evento ocorreu no dia 28 de junho de 2016 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e contou com a participação de militantes da MMM do Rio de Janeiro e da Bahia.

Ao longo da descrição analítica dos bastidores deste evento, podemos observar que as tensões e os conflitos em torno da regulamentação do trabalho sexual, amplamente disseminados em blogs e redes sociais, têm como centralidade a disputa pela noção de *experiência*⁵⁶. Em meio a toda esta controvérsia, são inúmeros os episódios de hostilidade e violência nas redes sociais envolvendo lideranças do movimento organizado de prostitutas (e pessoas que apoiam as suas demandas) e feministas radicais que veem a prostituição como naturalização da violência contra a mulher, resultado da estrutura da sociedade patriarcal.

Neste capítulo apresento a configuração da arena política e os termos que constituem o debate sobre prostituição no Brasil a partir de 2012, quando se desencadeia uma radicalização do discurso contra a prostituição no país. As “jornadas de junho” foram significativas para chamar a atenção de pesquisadores para um fenômeno que já estava em curso e se evidenciou ainda mais naquele contexto, caracterizado por feminismos que se expressam através de uma multiplicidade de campos discursivos de ação (ALVAREZ, 2014). Com o crescente “sidestreaming” de ideais e práticas feministas emergiram uma diversidade de coletivos populares no campo e na cidade: a Marcha das Margaridas, a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Vadias, a cena “anarca”, a “galera do hip hop”, as “minas do rock”, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras e tantas outras expressões de campos discursivos de ação situados no feminismo (ALVAREZ, 2014). O ativismo feminista da nova geração é bastante heterogêneo e abarca todas as pluralidades, contradições e conflitos que constituem o campo feminista mais amplo, como podemos observar para o debate sobre prostituição.

Apesar desta pluralidade, o debate feminista na esfera pública sobre prostituição tem sido marcado predominantemente por duas posições dicotômicas. Enquanto as feministas contrárias ao trabalho sexual associam prostituição a objetificação da mulher, a opressão e exploração sexual em decorrência da sociedade patriarcal e das desigualdades de gênero intensificadas pelo sistema capitalista; por sua vez, o movimento de prostitutas e feministas favoráveis ao trabalho sexual compreendem as desigualdades de gênero engendradas no capitalismo, todavia articulam a experiência na prostituição através das noções de autodeterminação e de trabalho, visando a conquista de direitos sexuais e trabalhistas, ao passo que combatem o estigma que assola a prática.

⁵⁶ A análise de como se produz essa disputa e do significado da noção de experiência será desenvolvida em tópico específico, ainda neste capítulo da tese.

Optei por iniciar a discussão pela descrição analítica dos bastidores do evento “Turismo sexual e Olimpíadas”, no intuito de situar o leitor, de imediato, sobre as tensões que constituem os termos do debate recente a respeito da prostituição no Brasil. No tópico seguinte, passarei para outra cena representativa dessas tensões neste campo, manifesta através da repercussão do vídeo “Putíssima Trindade”, produzido no ano de 2017, em alusão ao dia internacional da prostituta e protagonizado por três trabalhadoras sexuais, lideranças do Putafeminismo no Brasil.

Vale lembrar que, Djamila Ribeiro (2017) aponta o *feminist stand point* (ponto de vista feminista) como provável origem epistemológica da noção de *lugar de fala* (expressão recorrentemente utilizada nos movimentos), destacando as contribuições de Patrícia Hill Collins, Gayatri Spivak, Linda Alcoff e Grada Kilomba para a compreensão da noção tal como a concebemos, através de uma perspectiva de reflexão sobre diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. De acordo com Ribeiro (2017), a noção de *lugar de fala* problematiza a legitimidade que é conferida aqueles que pertencem a grupos privilegiados na estrutura de poder ao promover uma multiplicidade de vozes como ferramenta para questionar discursos hegemônicos, visando romper o silêncio de grupos historicamente subalternizados e vislumbrar outras possibilidades de existência para além das instituídas pelo regime discursivo dominante.

A autora enfatiza que o *lugar de fala* não diz respeito, necessariamente, a experiência particular do indivíduo, mas sobretudo, as condições sociais do grupo do qual este indivíduo pertence na estrutura das relações de poder – o que pode ampliar ou restringir o seu leque de possibilidades de acesso a direitos e cidadania, por exemplo. Assim, Ribeiro esclarece que todos *têm lugar de fala*, desde minorias políticas subalternizadas até grupos mais abastados, a partir de sua localização na estrutura de poder que configuram as relações em determinada sociedade; com efeito para que indivíduos pertencentes a grupos privilegiados consigam perceber as hierarquias produzidas por meio desse lugar de privilégios e como essas hierarquias impactam diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. Isto possibilita o debate e reflexão por todos a respeito de questões relacionadas a desigualdades sociais como, por exemplo: pobreza, racismo e sexismo; todos *têm lugar de fala* sobre essas questões, porém suas falas estão situadas e emergem de lugares distintos (RIBEIRO, 2017).

No que se refere a noção de *experiência*, de acordo com Joan Scott (1999), a ideia de que a experiência *per se* constitui ou confere uma espécie de autoridade aquele

indivíduo que a detém, como um dado evidente e inquestionável da realidade, não passa de um equívoco. Para a autora, a experiência deve ser compreendida segundo sua acepção discursiva, pois ao contrário do que se pensa, não são os indivíduos que tem experiências, mas os sujeitos é que são construídos através delas. Portanto, as experiências são narrativas que constituem o domínio do discurso situado enquanto história do sujeito. A experiência destituída de sua condicionante de “autenticidade indiscutível” que, supostamente, confere autoridade ao sujeito, abre possibilidades para se problematizar como são construídos os discursos sobre a experiência e que questões são evitadas; além de quem determina e o que conta como experiência (SCOTT, 1999).

A disputa entre feminismos favoráveis e contrários a regulamentação do trabalho laboral tem aquecido a controvérsia ao influenciar a organização e disposição de grupos na esfera pública em torno da questão, uma vez que o debate em termos das políticas de governo encontra-se parado na esfera legislativa. A disputa pela *autoridade da experiência* e o acionamento do *lugar de fala* têm sido empregados como estratégia política para demarcar o que representa a prostituição e o seu significado para a sexualidade feminina.

É importante destacar que a descrição das “tretas” em ambas as cenas não ocorreu na ordem em que os acontecimentos se desenrolaram nas redes sociais, mas segundo a ordem do contato que tive com tais acontecimentos na rede, pesquisando perfis, grupos e páginas criadas para divulgar eventos.

1.1 – A “Putíssima Trindade”: dos fetiches e fantasias sexuais dos clientes à acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída às trabalhadoras sexuais

Na noite do dia 02 de junho de 2017, Amara Moira, Monique Prada e Indianara Siqueira celebraram o dia internacional da prostituta com a produção e divulgação de um vídeo nas redes sociais⁵⁷ em que abordaram temas relativos ao trabalho sexual e aos estigmas da profissão. Seria apenas mais um dia de comemoração da data entre as trabalhadoras sexuais caso o vídeo não tivesse gerado tamanha polêmica entre segmentos do feminismo contrários à prostituição.

⁵⁷ O vídeo tem duração de aproximadamente 8 (oito) minutos e foi amplamente divulgado no *Facebook* e *YouTube*. A produção foi feita pela Mídia Ninja e foi transmitida em tempo real pelo *Facebook*, no dia 02 de junho de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/901946309963515/>. Também pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=Q1U0--YzJ8Q>. Último acesso: 03/11/2017.

Não demorou muito para que fossem postados comentários ofensivos contra a prostituição e contra as trabalhadoras sexuais. Em resposta a esses comentários, as puta ativistas demarcaram posição em defesa do trabalho sexual, além de outras pessoas que demonstraram apoio e se posicionaram em favor das questões suscitadas pelo debate entre as três integrantes do vídeo. Como tem sido a tônica desta controvérsia, os comentários estão permeados de intolerância que transitam desde a repulsa sobre os temas abordados até discursos de ódio as pessoas que tentam fazer da prostituição uma profissão mais digna.

Antes de discorreremos sobre os comentários, para os propósitos deste texto se faz necessário uma descrição detalhada do vídeo Putíssima Trindade a fim de entendermos melhor a sua repercussão.

O vídeo inicia com Monique Prada, Amara Moira e Indianara Siqueira em um momento de descontração, bem a vontade em um quarto. Risos, vinho e música ambiente fazem parte do cenário de celebração do dia internacional da prostituta. Em vários momentos do vídeo, mesmo sendo filmada pelas câmeras da Mídia Ninja, Monique faz questão, ela própria, de capturar pelas lentes do seu celular o que ocorre. Através das *lives*⁵⁸, ela busca proporcionar uma conversa mais intimista com o público que acompanha o seu trabalho e a segue nas redes sociais⁵⁹. Em sua composição final, o vídeo conta com várias *lives* feitas por Monique, apresentadas em tonalidade escala de cinza, que se alternam com a gravação realizada pela Mídia Ninja.

Na imagem de transição entre uma cena e outra, surge o título do vídeo: “Putíssima Trindade”, simulando um letreiro de boate em cor dourada, em um muro de tijolos coberto pela escuridão. Na sequência, cada uma das participantes faz uma breve apresentação de si própria: Indianara é a primeira, depois Monique e Amara. Enquanto Monique e Amara apenas mencionam a prostituição como ofício, Indianara é única que aborda o significado do trabalho sexual na sua vida: “a prostituição é o que me liberta. É o que me mantém viva literalmente” (risos). Na transição entre uma cena e outra, novamente é feito uso do recurso que simula um letreiro de boate, desta vez em tom

⁵⁸ *Live* é uma função que permite transmitir vídeos em tempo real pelo *Facebook* para pessoas que seguem o seu perfil nas redes sociais.

⁵⁹ Alguns simpatizantes do ativismo de Monique pagam para ter acesso a informações, vídeos e textos em grupos privados de *Facebook* e *WhatsApp*, opinando, inclusive, sobre os temas a serem abordados. O objetivo de Monique é arrecadar recursos para continuar seguindo com o seu ativismo, uma vez que demanda tempo que poderia ser empregado no trabalho sexual.

rosa choque, sinalizando o tema que será abordado ao longo do vídeo: “Trabalho sexual, Ativismo e Feminismo”⁶⁰.

Na conversa entre elas, o primeiro tema a ser tratado diz respeito à inserção no ativismo. Indianara fala da sua inserção no ativismo junto ao movimento de prostitutas através das campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde em parceria com a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) na prevenção e tratamento a epidemia de HIV/Aids no país. Indianara ressalta que iniciou na militância muito mais em decorrência daquilo que a prostituição lhe apresentara como experiência do que por escolha própria. Em meio a dramas pessoais, familiares e perdas de amigas de profissão, foram as vicissitudes e precariedade das condições em que se realiza o trabalho sexual que conduziram Indianara para o ativismo, como ela nos diz:

Eu acho que no meu caso não foi nem eu que escolhi ser puta ativista, eu acho que a coisa foi acontecendo [neste momento Monique Prada concorda: “eu ia dizer justamente isso, ninguém escolhe”]. Foi vivendo a tua vida e, de repente, quando você vê, você tá lá no meio do ativismo porque você tem que defender teus direitos, tem que brigar por você. Todo mundo fala que toda travesti vai morrer de Aids. Aí eu falei, então, que eu tenho que conhecer meu algoz, né!? O vírus que vai me matar etc. e tal. E acabei entrando para o ativismo na prevenção e tratamento de HIV/Aids. Imagina se com vinte anos, você acabou de perder família e tudo porque você fez transição, fez tudo. E você vai morar na cidade que é a capital mundial da Aids, todo mundo fala que você vai morrer de Aids, você vê tuas amigas morrendo. Tua irmã: uma mulher cisgênera, esposa de um policial militar, evangélica, morre na tua cidade no Paraná, em Paranaguá, de Aids. E quando você vai justamente para o enterro todo mundo olha assim para o caixão dela e olha para você e fala: ‘não! Isso é um absurdo! Era você que tinha que está aqui [morta] e não ela’, sabe!?. Acho que eu me tornei, na realidade, ativista pelos direitos humanos e em prol da causa LGBT e da prostituição quando na realidade o Brasil se tornou referência em tratamento ao HIV/Aids na prevenção e as pessoas com HIV/Aids

⁶⁰ Nesta simulação, a letra “T” de Trabalho sexual e a letra “e” (que cumpre a função de relacionar os outros dois termos a palavra Feminismo) estão com mau contato e ficam piscando, intencionalmente ou não, devido ao foco da tensão consistir na relação de aproximação entre trabalho sexual e feminismo.

passaram a sobreviver mais e serem protagonistas da sua luta e da sua história.

O relato de Indianara demonstra o reconhecimento da importância do ativismo na luta por direitos, a sua capacidade transformadora tanto da perspectiva do indivíduo, quanto no domínio mais amplo que pretende estender as conquistas para a coletividade que, como ela, está à margem dos processos de cidadania. Indianara também ressalta a importância dos movimentos LGBT e de prostitutas como protagonistas na implementação de políticas públicas no combate ao HIV/Aids, contribuindo para que o Brasil assumisse o patamar de referência na prevenção e controle da epidemia, ao passo que ambos os movimentos passaram a adquirir legitimidade social como agentes políticos em favor de questões relacionadas a cidadania e direitos humanos.

Sobre a sua inserção no ativismo, Amara traz um ponto interessante para o debate. Ela relata que o simples fato de expor questões pessoais publicamente fez com que ela fosse compreendida como ativista: “o simples fato de falar já faz de a gente ativista. A gente começa a falar e vira ativista só porque está falando sobre a nossa vida”. Amara faz parte de uma geração de pessoas que estão constantemente conectadas a diferentes mídias e, principalmente, as redes sociais. Ela começou escrevendo em seu blog “E se eu fosse puta” (a princípio vinculado a uma página no *Facebook*, e que posteriormente virou livro de mesmo nome) sobre seus anseios, desejos, sexualidade e outros assuntos de ordem pessoal.

Contudo, foi a partir do protagonismo de Amara na denúncia de um episódio de transfobia relacionado ao uso de banheiros por pessoas trans, ocorrido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que sua atuação passa a ter mais visibilidade na própria Universidade e fora dela⁶¹. O caso teve grande repercussão e sinaliza para uma nova forma de militância política que faz uso da internet, com potencialidade na mobilização para o debate e para a tomada de deliberação sobre os temas tratados (CARVALHO e CARRARA, 2015). É neste contexto que Amara inicia a sua militância política, construindo sua “carreira” ativista através das redes sociais em prol das demandas das pessoas trans e do trabalho sexual. O ativismo de Amara é uma ação do

⁶¹ Inserida na “comissão transfeminista” (que posteriormente viria a se constituir em coletivo “Trans-Tornar”), Amara denunciou as hostilidades e ameaças contidas nas pichações em banheiros femininos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) em decorrência de sua utilização por mulheres trans. Ao publicar em sua rede social as fotos das pichações de conteúdo transfóbico, Amara fomentou o debate sobre o acesso e permanência em banheiros públicos por pessoas trans, bem como sobre o respeito a identidade de gênero dessas mesmas pessoas (CARVALHO e CARRARA, 2015).

cotidiano, se afasta das vias do Estado – apesar de ela ter concorrido ao cargo de vereadora para o município de Campinas-SP pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), conseguindo se eleger suplente com um pouco mais de 2 (dois) mil votos.

Outro tema abordado por Amara no vídeo “Putíssima Trindade” se refere ao estigma da prostituição com o mercado de trabalho, mas que se estende para os demais âmbitos da vida em diferentes espaços sociais. Ela nos conta:

Esses dias eu fui dar uma entrevista para um repórter e ele me perguntou: “você pretende conciliar a sua vida como professora e como prostituta?” E é interessante essa pergunta por que essa pergunta parte do pressuposto de que se eu for prostituta eu não posso ser mais absolutamente nada [neste momento Monique Prada concorda: “exato”]. É como se alguma coisa impedisse que eu ocupasse outros espaços da sociedade a partir do momento em que eu sou prostituta.

A partir de sua experiência pessoal, mas não reduzida a ela, Amara quer destacar os dilemas e os paradoxos da prostituição. Nas redes sociais e nos eventos do qual participa, ela é apresentada (e se apresenta) como doutora e puta, não necessariamente nesta ordem. Amara é oriunda de família de classe média e teve formação superior, concluindo o doutorado em Letras pela Unicamp e, apesar de suas origens, escolheu entrar para a prostituição. A despeito dos evidentes marcadores de classe social e étnico-racial que a diferencia da grande maioria das mulheres inseridas na prostituição, Amara tem se constituído nos últimos anos como uma liderança expressiva na luta em defesa das pautas das trabalhadoras sexuais, particularmente, pelo reconhecimento da prostituição como atividade profissional.

A respeito da regulamentação laboral da prostituição, Indianara acredita ser a moralidade uma barreira muito grande para o debate sobre a questão. Quando tal polêmica é levantada vêm à tona todas as imagens negativas construídas sobre as prostitutas e o perigo que, supostamente, a prostituição representa para as famílias e para a manutenção dos valores morais da sociedade, como nos diz Indianara:

Eu acho que é porque é moralmente certo e cristão defender o direito a moradia. É moralmente certo e cristão defender a luta contra a presidência [fazendo referência as manifestações Fora Temer!], etc. e tal... Tem lutas que são moralmente corretas a serem defendidas e tem

outras que não... Peraí (*sic*), não... Como assim? Não, não vou... regulamentação da prostituição? Quem aqui quer ser puta? Alguém quer ser puta? Você vê assim as pessoas quase gritando: não! A gente não vai defender a regulamentação da prostituição porque aqui ninguém quer ser puta! Tá! Mas, eu já sou, amor! Tá! Então assim, a gente vai ter que falar sobre isso!

Para Indianara, a prostituição está em dissonância aos valores morais impostos pela sociedade. Em decorrência disto, a luta pela sua regulamentação laboral não está no rol das lutas moralmente “corretas” e “cristãs”, isto é, aquelas que devem ser defendidas. O que Indianara quer nos dizer é que tal moralidade impede que a prostituição possa ser percebida como trabalho e situa as prostitutas a condição de “vítimas de exploração sexual”. Desta forma, tendo seu “corpo explorado” não faz sentido reivindicar por reconhecimento da prostituição como trabalho e permanecer desempenhando esta atividade. O caminho deveria ser necessariamente aquele que leva a saída da prostituição, seja por conta própria, a redenção; ou com auxílio de terceiros, a salvação (através de instituições filantrópicas, talvez).

Segundo tal concepção, neste caso, a luta moralmente “correta” e “cristã” seria a abolição da prostituição, afinal como enfatizou Indianara: “ninguém quer ser puta”. A crítica tecida por Indianara sobre moralidades e prostituição nos remete a relação de proximidade entre a retórica abolicionista e as narrativas religiosas, devido a construção da legitimidade do discurso salvacionista de “resgate de vítimas” da prostituição, bem como pela fácil aceitação deste discurso no senso comum (AGUSTÍN, 2005).

Em outro momento, Indianara coloca em pauta a questão de como lidar com fetiches e fantasias sexuais dos clientes: “(...) como escutar fetiches, fantasias sexuais dos clientes sem ficar apavorada?”. Em seguida, a partir de sua experiência pessoal, Amara estabelece uma analogia entre os desafios do ofício do terapeuta e o da trabalhadora sexual, ressaltando que o segredo “mais pesado” que não se diz na última consulta com o analista é dito no primeiro programa com a prostituta. Após essa breve digressão, Amara relata sobre fetiches de clientes que desejam fazer sexo com prostitutas vestidas com peças íntimas das filhas deles:

(...) olha tô aqui com a calcinha da minha filha. Gostaria que você vestisse pra gente transar e fingindo que você é minha filha, pode ser?

E aí você tem que lidar com isso. Você tem que ouvir isso e saber se você dá conta ou não... e é isso, sabe!? As prostitutas o tempo inteiro estão lidando com a sexualidade que o mundo criou, sabe!? A gente tem noção de qual é essa sexualidade, até aonde ela vai, o que ela é capaz de fazer, como é que ela gosta de ser saciada.

Amara fala sobre os desafios impostos as trabalhadoras sexuais, a dificuldade em lidar com a sexualidade alheia como *métier* do ofício de prostituta. Aqui temos, certamente, o ponto mais polêmico do vídeo “Putíssima Trindade”, que provocou ataques violentos as trabalhadoras sexuais nas redes sociais, acusadas de incentivar o incesto e a pedofilia. As acusações seguem a mesma perspectiva que busca associar prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a outras práticas abusivas associadas a “cultura do estupro”⁶².

Adriana Piscitelli (2017) esclarece que diferentes conceituações sobre “cultura do estupro” circulam no Brasil através das redes sociais, no entanto elas tendem a seguir a definição utilizada pelo Escritório da ONU Mulheres no Brasil, servindo para denunciar a cultura que alimenta o assédio e a violência sexual contra as mulheres. Porém, feministas radicais contrárias ao trabalho sexual têm acionado a noção de “cultura do estupro” ao estabelecerem uma relação direta entre prostituição e estupro para negar as reivindicações das trabalhadoras sexuais e rejeitá-las como feministas, acusando-as de cumplicidade com a “cultura do estupro” (PISCITELLI, 2017).

Por sua vez, a associação entre prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes se constitui em tema bastante delicado para as trabalhadoras sexuais e tem gerado uma série de controvérsias sobre o exercício da prostituição. Vale ressaltar que, segundo esta perspectiva, não há qualquer distinção entre prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, amplamente difundida no senso comum por

⁶² Adriana Piscitelli (2017) nos diz que o termo “cultura do estupro” foi criado nos EUA na década de 1970, apresentando diferenças significativas entre as perspectivas dos feminismos liberal e radical sobre o estupro. Para as liberais a compreensão sobre o estupro se concentra particularmente no dano que esta violência causa a vítima na dimensão individual; enquanto para as radicais o estupro está relacionado as construções patriarcais de gênero e sexualidade, com ênfase nos danos às mulheres como grupo. Piscitelli (2017) aponta que a obra de Susan Brownmiller, intitulada “*Against our Will: Men Women and Rape*”, publicada em 1975, se constitui como um divisor de águas sobre o tema ao sinalizar para a necessidade de examinar os elementos da cultura que promovem e difundem atitudes violentas, bem como a ideologia e o estímulo psicológico que orientam os homens a praticarem esta forma de agressão. Neste trabalho, Brownmiller já denunciava a culpabilização das mulheres vítimas de ataques sexuais, sendo referência fundamental para a compreensão da noção de “cultura do estupro” tal como a concebemos na atualidade, isto é, práticas culturais que reproduzem e justificam a perpetração da violência sexual (PISCITELLI, 2017).

“prostituição infantil”. Esta linha discursiva que associa prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes também serve de princípio para associar práticas de incesto e pedofilia à prostituição.

Os problemas sociais relacionados as crianças tem se constituído em causas políticas com forte apelo popular e midiático, em decorrência de discursos assentados sobre uma noção de “pureza” e “sacralização” da infância. Assim, a violência sexual contra crianças se materializa em um poderoso modelo de crueldade e desumanidade, de modo que não sentir e demonstrar repugnância contra tal prática assemelha qualquer indivíduo ao perpetrador de tal crime (LOWENKRON, 2013). No entanto, a curiosidade está no fato de que, mesmo a prostituição não sendo considerada crime no Brasil, sua prática é associada discursivamente como vetor para práticas de estupro, incesto e pedofilia, todas consideradas crimes.

Antes de finalizar o vídeo, Monique retoma a discussão sobre o reconhecimento da prostituição como atividade profissional, considerando central para o debate as condições de precariedade, de “isolamento” e “segregação” que a lei em vigor sobre lenocínio submete as prostitutas. Indianara cita rapidamente algumas situações impostas nas leis que acarretam em “isolamento” e “segregação” as trabalhadoras sexuais na França “... uma prostituta não pode ter marido, não pode ter namorado, nem nada que sobreviva da prostituição”. Imediatamente, Monique diz que tais situações também são vivenciadas no Brasil e que as leis vigentes no país não servem para proteger as prostitutas da “exploração”, mas para segregá-las: “aqui também, aqui a lei também vai te dizer isso, né! Embora, na prática você vai ter um. Mas, isso não é uma maneira de proteger as mulheres não, essa lei... Isso serve para nos segregar”.

O relato de Monique nos remete a uma característica bastante peculiar sobre o regime de prostituição no Brasil: a política de tolerância (OLIVAR, 2013). Se, por um lado, o Estado brasileiro não adota uma política de abolição/aniquilação da prostituição, por outro, também cria barreiras para a sua regulamentação laboral (OLIVAR, 2013), fazendo com que a prostituição fique situada em um limbo entre “legalidade” e “clandestinidade”, como uma atividade semicriminosa. Isto porque a prostituição não é ilegal no Brasil, sendo classificada como ocupação na CBO. No entanto, todo o conjunto de interações sociais que giram em torno da prostituição podem ser enquadradas no crime de lenocínio, uma vez que o ordenamento jurídico proíbe o funcionamento de estabelecimentos para fins de comércio sexual; bem como qualquer indivíduo que sirva de intermediário ou possa ser considerado beneficiário do trabalho

sexual de uma prostituta – incluem-se nesta lista parceiros/as sexuais, outras trabalhadoras sexuais, “colegas de casa”, etc.

Em tese, as prostitutas não são proibidas de oferecer serviços sexuais, desde que o façam “isoladamente”, o que impossibilita a organização e auto-organização do trabalho sexual, uma vez que a lei sobre lenocínio em vigor gera limitações para o exercício da profissão. Na prática isto ocorre bem diferente, pois as leis são burladas em níveis locais, prevalecendo a política de tolerância (OLIVAR, 2013) em uma espécie de regime de “regulamentação desregulamentada”. Em outras palavras, a lei não impede a oferta de serviços sexuais, porém proíbe o funcionamento das casas de prostituição, popularmente conhecidas como “puteiros”. Mas, como todos sabem, elas nunca deixaram de funcionar.

Indianara, que já havia afirmado a necessidade do debate sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual, questiona e aponta as contradições da lei sobre “cafetinagem” que impossibilita a exploração econômica da prostituição por terceiros, quando fala que o próprio Estado assume o papel de cafetão:

“(…) embora o próprio Estado seja cafetão, ne!? Porque você levar uma porcentagem sobre o trabalho das prostitutas. A gente paga vinte por cento da CBO [Classificação Brasileira de Ocupações]”.

A denúncia dos perigos e das péssimas condições em que as prostitutas exercem a sua profissão tem sido utilizadas pelas puta ativistas como argumento para demonstrar o quanto as leis sobre lenocínio são perversas para as trabalhadoras sexuais. Isto porque a criminalização do entorno da prostituição cria uma série de dificuldades para o exercício do trabalho sexual, reduzindo ainda mais as possibilidades de melhores condições de vida, inclusive, dificultando outras escolhas para além da prostituição, se este for o desejo. Esses e outros argumentos têm sido trabalhados como estratégia política pelo movimento de prostitutas para aproximar lideranças, conquistar adeptos, estabelecer alianças e, ao menos, se fazer ouvir entre aquelas/es contrárias/os a pauta em defesa da regulamentação laboral do trabalho sexual pelo Estado.

A repercussão do vídeo Putíssima Trindade⁶³ nas redes sociais foi imediata a sua publicação no *Facebook* e *YouTube*. De um lado, as puta ativistas e adeptas/os em favor

⁶³ A repercussão foi tão grande que suscitou a realização de outro vídeo: “Putíssima Trindade Responde”, com a finalidade de esclarecer alguns posicionamentos e rebater comentários ofensivos sobre o vídeo

das demandas das trabalhadoras sexuais e; de outro lado, as feministas radicais e pessoas que, como elas, veem a prostituição como “exploração sexual” e “mercantilização” dos corpos das mulheres.

Os comentários negativos ao vídeo transitam desde a repulsa aos temas debatidos até a manifestação de discursos de ódio contra as trabalhadoras sexuais, como pode ser observado em algumas postagens:

- Vomitei.
- Que nojo, passando uma imagem de “Eu sou garota de programa por escolha”.
- Cês [vocês] deveriam ter VERGONHA de ficar aí glamourizando prostituição e achando que vender corpo é LACRAR ou se EMPODERAR.
- Bando de gente sebosa! Vocês são um câncer na terra, ninguém precisa de uns lixos como vocês! Desgraçados!
- Queimem no inferno só isso a vocês.

Uma das críticas mais contundentes a essas puta ativistas, particularmente a Amara, diz respeito a ideia de glamourização da prostituição através da “livre escolha” em se prostituir, isto é, ingressar na prostituição por escolha própria. A crítica reside no fato da “carreira” de Amara ser, supostamente, apresentada de forma reiterada como “modelo de prostituição”. Como já foi dito, Amara é oriunda de classe média e ingressou na prostituição após obter formação escolar superior e cursar doutorado em uma das universidades públicas mais elitistas do país. Segundo tal argumentação, isto cumpre o propósito de mascarar a prostituição no Brasil, invisibilizando a realidade da grande maioria das mulheres inseridas neste universo, que precisam se submeter a “exploração sexual” para sobreviver.

- Já vi mulher se prostituindo por prato de comida e longe de gostar do que faz. Aí vem uma doutora da USP que se prostitui por opção e outra que diz que “o único risco é não gozar” [se refere a um comentário feito por Indianara no vídeo] pra querer levantar bandeira?

anterior. Desta vez as participantes foram Amara Moira, Monique Prada e Aline Lopes. O vídeo foi gravado e transmitido em tempo real pela Mídia Ninja em 27 de agosto de 2017. Neste artigo nos limitamos apenas aos episódios do primeiro vídeo. “Putíssima Trindade Responde” está disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/963168877174591/>. Último acesso: 03/11/2017.

- Aula de realidade é ir numa BR do Nordeste e ver meninas de 10 anos se prostituindo. Essas aí são a exceção da exceção. Brancas, da academia, etc.

Ainda, podemos perceber que a crítica também questiona a representatividade do movimento, justamente por considerar que ele não expressa a realidade das prostitutas no país, que estão nessas condições por não possuírem outras opções no mercado de trabalho – e até mesmo por serem forçadas por alguém que se beneficia da “venda” dos seus corpos.

- Vcs [vocês] não são a cara da prostituição. Vcs [vocês] são as que deram sorte. Vcs [vocês] são as que vai ser (*sic*) contempladas com a regulamentação. Mas a glamourização e o debate sobre patriarcado e prostituição precisa seguir SIM

- Qual a representatividade de vcs [vocês] em relação a maior parte das mulheres que estão aí nas ruas sendo exploradas e não tem canal no you tube (*sic*) pra defender seus interesses? E as crianças que estão sendo exploradas sexualmente? Vai me dizer que estão sendo empoderadas pelo seu vídeo? Que serão delas se aprovarem um projeto de lei que só dá substrato para a legalização da cafetinagem por exemplo? Que só favorece a quem explora e talvez a uma parcela pequena como vc [você]? Vai me dizer que está falando pelo interesse dessas mulheres e crianças? Me poupem. Isso é desonestidade.

Apesar das críticas, foram muitos comentários de incentivo e admiração as puta ativistas pela coragem em debater temas tão polêmicos que dizem respeito não apenas as trabalhadoras sexuais, mas a qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre a sexualidade humana, em particular a de quem tem a prática sexual como atividade profissional.

- Muito bom ouvir sobre o assunto de quem realmente entende.

- (...) Pode não ser a minha realidade e a minha verdade, mas as admiro pela luta e luto pelo direito de serem respeitadas sempre.

- Pra vocês q [que] recebem tanto ódio, como foi dito, um pouquinho de empatia de uma mulher idosa, casada, mãe de 3 filhos, vivendo uma vidinha normalzinha, mas reconhecendo o valor do trabalho de vocês - não só q [que] lhes dá sobrevivência, mas o q [que] lhes dá coragem e sentido - e aplaudindo essas cortinas abertas, expondo o que há de podre e humano em nosso mundinho. Coragem meninas. Abaixo os tabus.

Como em outros episódios, os ataques às mulheres trans tem sido recorrente nestas discussões. Além da intolerância e discriminação a identidade de gênero das mulheres trans, também podemos notar a tentativa de deslegitimar a atuação política do movimento trans. Ainda, fica evidente o questionamento sobre a inserção e o propósito dessas mulheres no feminismo (consideradas “machos”), simplesmente pelo fato de serem trans são acusadas de atuar em defesa do “direito masculino de explorar os corpos das mulheres”:

- To chocada que esses machos achando ok prostituição, pedofilia, incesto normal. Kkkkkkkkkkk que lixo, cada k uma lágrima.
- Machos? Onde você vê machos nesse vídeo? Eu só vejo mulheres trans ai.
- É macho sim.
- Que vídeo horrível! Apologia a pedofilia GRITANTE! Como o transativismo pode defender isso, alguém me explica?
- Caindo a máscara do transativismo aos poucos, muito que [sic] bem! Acordemmm feministasssss!!
- É isso no que dá passar o feminismo pra mão de dois machos que se vestem com roupa colorida. Macho sempre será a favor dessas trevas aí: prostituição, pedofilia, incesto etc. Nem me surpreende.

No entanto, como pode ser constatado já nos comentários acima, o foco dos debates se concentrou nas questões levantadas por Indianara e Amara sobre a realização de fetiches e fantasias sexuais de clientes. A celeuma ocorreu pelo fato de haver, supostamente, conivência no relato de Amara (e nas práticas das prostitutas, de modo geral) aos crimes de incesto e pedofilia embutidos nos fetiches sexuais de seus clientes. Assim, a prostituição se constituiria em um dos vetores para tais práticas, que seriam

retroalimentadas a cada vez que esses fetiches sexuais fossem realizados com uma prostituta.

São inúmeros os comentários negativos que atribuem o relato de Amara a convivência ao incesto e a pedofilia:

- Sério que tem gente batendo palma pra incesto e PEDOFILIA???
- Desserviço do cacete. Mercantilização de corpos, pedofilia e incesto num mesmo vídeo e gente achando que isso é lacre.
- Primeiro, pedofilia e estupro, querer comer a própria filha não se trata de sexualidade ou de prazer, e sim de subjugação e violência. Exatamente por conhecer e ser vítima dessa subjugação e violência que não aceitamos exploração sexual como possibilidade de empoderamento. Não é e nunca será.

Em um trabalho brilhante sobre compreensão das modalidades contemporâneas de como se governa sujeitos, corpos e desejos, Laura Lowenkron (2013) analisou a construção da “pedofilia” como causa política e caso de polícia no Brasil. A partir de um estudo etnográfico da Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia no Senado e das investigações da Polícia Federal em torno das redes de pornografia infantil na internet, Lowenkron nos apresenta os meandros da cruzada antipedofilia e do processo de construção do pedófilo como o “monstro contemporâneo”. A autora nos mostra como no desenrolar desta trama a investigação policial converteu-se em uma verdadeira caçada, havendo uma espetacularização através dos meios de comunicação para gerar a sensibilização do público e a legitimidade da causa, teatralizando a luta do “bem” contra o “mal”, a fim de instituir definitivamente a figura do pedófilo como “inimigo da família”.

Em um exercício teórico-metodológico de investigação antropológica, Lowenkron (2013) desloca o foco de análise do pedófilo para o foco institucional do Estado, se debruçando sobre as estratégias e os mecanismos empregados para configurar a materialidade do desvio. Contra a pedofilia e sensível às vítimas desta violência, como não haveria de ser diferente, Lowenkron (2013) não toma para si a autoevidência das categorias de acusação e dos problemas sociais. A autora nos mostra como a ênfase no enfoque criminal é atravessada por discursos médicos patológicos e morais cristãos, de modo que todo o processo que envolve rotulação, narrativas de sensibilização e práticas

policiais sugere que o sentimento de indignação contra o pedófilo se sobressai se comparada à comoção dirigida às crianças.

O pânico que se viu nos comentários nas redes sociais gerado pelo relato de Amara é um desdobramento desta cruzada contra a pedofilia, em que basta haver a presunção de indício desta prática (sem que necessariamente ela venha a se confirmar) para se rotular ou mesmo pôr, com ímpeto repressivo, a conduta de pessoas sob suspeição. A partir do contexto em que o debate se desenrolou no vídeo, em nenhum momento é possível estabelecer associação dos argumentos das puta ativistas com o incentivo ou mesmo a conivência a fetiches sexuais que remetam ao incesto e a pedofilia como lhe foram atribuídos em postagens nas redes sociais. Ao contrário, podemos perceber que o tom das puta ativistas é de repulsa e de denúncia com relação a fantasias daquela natureza. Isto nos remete a Adriana Piscitelli (2016) quando aborda sobre os limites da empatia destinada as prostitutas em função da atividade que exercem, bem como a mobilização estratégica das emoções para invalidar a pretensão delas à legitimidade de reivindicarem por direitos.

Na seção destinada aos comentários, Amara se defende da acusação feita por feministas radicais de que seu relato estaria fomentando práticas de incesto e de pedofilia:

Eu falo que esse tipo de demanda existe, as pessoas interpretam como se eu a estivesse defendendo. Eu entro em pânico com a simples menção de fantasias incestuosas, pedófilas, mas já recebi essa proposta de homens e mulheres. E neguei. Mas, veja, eu vim aqui falar que isso existe e é mais comum doq [do que] se imagina e que precisamos falar sobre isso se a gente quer de fato transformar a realidade. Como transformar se a gente nem sabe o quanto isso existe? E quem sabe da existência disso somos nós. A resposta que tenho qdo [quando] inicio essa discussão é, no entanto, uma acusação de que estou defendendo essas fantasias, fantasias criadas pelas políticas sexuais do nosso tempo, políticas repressoras, que proíbem o debate honesto e transparente sobre sexualidade. Se fosse honesto e transparente, nós estaríamos fazendo parte desse debate... mas vcs [vocês] seguem acreditando que nosso papel é de vítimas a serem salvas ou inimigas a serem destruídas.

Monique Prada também se posiciona sobre as acusações feitas a Amara, deslocando o foco da repulsa contra prostitutas para o foco contra o cliente, de quem emana o fetiche:

Eu fico de cara com a desonestidade dessa gente em descontextualizar o que a Amara disse no vídeo. Ela tava exemplificando fetiches bizarros de clientes, para mostrar que não é todo mundo que vai ter resiliência para seguir na prostituição sem se deixar afetar, e não dizendo que acha normal ou aceitável vestir a calcinha da filha do cara que a contrata. Se é para sentirem nojo, sintam do pai que fetichiza as calcinhas da filha, não das putas.

Em seguida, Monique também relativiza que tais fantasias sexuais não fariam, necessariamente, alusão à pedofilia. Ela argumenta:

Outra coisa: filha não necessariamente é criança. Tenho 37 anos e continuo sendo filha. Nem todo escroto com fixação na filha é necessariamente pedófilo. E calcinha de criança geralmente não cabe em gente adulta.

Contudo, seu argumento foi rechaçado com veemência por outra participante:

“ah mas é só incesto não necessariamente pedofilia”: 1) continua sendo nojento e criminoso e 2) vcs [vocês] acham mesmo que um pai/padrasto desse só começou a pensar em estuprar a filha depois que ela fez 18 anos?? Pedofilia e incesto não são sexualidades, o simples fato dessas pessoas estarem usando essas palavras para se referir a CRIMES deveria dar a dimensão do problema que vcs [vocês] estão tentando relativizar.

O que as puta ativistas estão a nos dizer é que essa dimensão da sexualidade humana faz parte das vicissitudes do trabalho sexual e que constantemente se deparam com essas situações. Tais questões relacionadas a sexualidade são muito delicadas porque entram no domínio em que o prazer e a própria sexualidade representam ponto

de perigo. Carole Vance (1992) já havia assinalado que a sexualidade é um terreno de constrangimento, repressão e perigo e, ao mesmo tempo, um terreno de descoberta, prazer e ação. Prazer e perigo, violência e tesão, consentimento e vulnerabilidade constituem um terreno movediço marcado por ambivalências e contradições inerentes a sexualidade.

Em uma sociedade em que as pessoas são estimuladas a reprimir sentimentos e desejos sexuais, as tensões que envolvem prazer e perigo tendem a emergir com frequência no trabalho sexual. Monique Prada, em entrevista a Carta Capital (2015), falou sobre os desafios e os limites impostos na relação de prestação de serviços entre clientes e prostitutas: “(...) todas as pessoas exercem seu trabalho e precisam de algum modo se submeter aos patrões. O desafio do trabalhador sexual é não se submeter ao desejo alheio, simplesmente”. Acredito ter sido esta a postura adotada por Indianara e Amara ao exporem os fetiches e fantasias sexuais de clientes que fazem alusão ao incesto e a pedofilia.

Outros dois comentários são muito interessantes pela crítica à postura que tem sido adotada pela maioria das feministas (e homens simpatizantes com o feminismo) que divergem a partir de diferentes epistemologias feministas sobre a prostituição e sobre a possibilidade de sua regulamentação laboral pelo Estado.

- (...) De que serve nosso feminismo se não sabemos ouvir nem dialogar? Por que nos dizer feministas se odiamos outras mulheres e não estamos dispostas a sair de nossos lugares e nos colocarmos no lugar das outras?

- Válida e importante discussão! Sobre quem diz que elas incentivam pedofilia e incesto: vocês são desonestas ou possuem problemas de interpretação? Eu hein

Em forma de questionamento, o primeiro comentário chama atenção para a necessidade do diálogo e da compreensão entre as próprias feministas sobre a existência de múltiplas maneiras de ser, vivenciar e conceber o que significa ser mulher, enquanto um princípio constitutivo do feminismo. Isto quer dizer que o feminismo deve prezar pelo reconhecimento da heterogeneidade das relações sociais, possibilitando entendimento e visibilidade as desigualdades como compromisso político,

independentemente de o indivíduo estar sendo afetado diretamente ou não por tais desigualdades. Ao passo que possibilitar entendimento e visibilidade requer conferir protagonismo das narrativas com base nas experiências concretas dos sujeitos, considerando a sua autodefinição, a sua organização e auto-organização, enfim a sua trajetória de luta construída com base nessas experiências (HARAWAY, 1995; COLLINS, 2012).

O comentário seguinte situa a controvérsia entre as partes divergentes no domínio da “desonestidade”⁶⁴ política ou no domínio da linguagem. Esta segunda hipótese ironiza a suposta incapacidade de entendimento semântico-referencial do conteúdo expresso na mensagem. Menos que “problemas de interpretação”, o que se verifica nos debates é a nítida configuração de uma arena política em torno da disputa sobre o que representa a prostituição: o seu significado para a sexualidade feminina; as implicações da possibilidade de sua regulamentação laboral pelo Estado; ou por outro lado, as consequências da sua proibição/criminalização para as trabalhadoras sexuais.

A configuração de uma arena política sobre prostituição tem demarcado duas posições bem distintas entre as feministas a respeito da regulamentação da prostituição como profissão reconhecida pelo Estado. A disputa tem movimentado o campo ao influenciar a organização e disposição dos grupos na esfera pública em torno da questão. As estratégias políticas adotadas vão, desde a cena e o ambiente onde se travam estas disputas, até o que se estabelece como prioridade para conquistar novos adeptos, influenciar a opinião pública e participar ativamente da tomada de decisão na esfera legislativa.

No tópico a seguir abordo a divergência de concepções entre os campos discursivos de ação que disputam a autoridade da experiência sobre a prostituição.

1.2 – A disputa pela *autoridade da experiência*

Na polêmica relacionada ao evento “Turismo Sexual e Olimpíadas”, apresentamos o ativismo político de Juliana em prol da conquista de direitos trabalhistas as profissionais do sexo. Juliana relata a violência policial e o estigma sofrido pela geração de prostitutas anterior a sua, mas ressalta, sobretudo, a luta daquela geração

⁶⁴ A desonestidade tem sido uma categoria de acusação comum, empregada com certa frequência entre feministas radicais e puta ativistas em interações políticas no âmbito da internet e fora dela. Aqui vale lembrar o episódio do “desconvite” das participantes que representariam o argumento contrário a prostituição no evento as proximidades das Olimpíadas Rio 2016 (VAZ SILVA, 2017).

pela melhoria das condições de trabalho através da conquista de direitos importantes até hoje. O tom do relato é marcado pelo “empoderamento” e agência daquelas mulheres, descritas por ela como “corajosas pioneiras do movimento”. Mas, por outro lado, no depoimento da ex-prostituta que alega ter “sobrevivido” a prostituição, nos deparamos com o relato que associa prostituição à violência e a opressão feminina, relegando as prostitutas a condição de vítimas sem capacidade de agência.

Que pressupostos são necessários para tornar inteligíveis as distintas experiências narradas sobre a prostituição?

O relato de Juliana é elaborado com base na trajetória pessoal e na militância política de mulheres que fizeram da prostituição a sua atividade profissional. Através da organização de movimentos de prostitutas em rede pelo país adentro construíram um legado de conquistas em meio à violência e o estigma imposto as trabalhadoras sexuais. Aqui, vale ressaltar a postura de agente político desempenhado pelo movimento de prostitutas nas políticas públicas de saúde de combate ao HIV/Aids, em um contexto onde o Brasil passa a ser referência no controle desta doença. Tal participação conferiu legitimidade social ao movimento e possibilitou que o debate sobre prostituição saísse da esfera higienista e moral para o campo da cidadania e dos direitos humanos, impulsionando o movimento a articular sua luta pelo reconhecimento da prostituição como profissão (LENZ, 2010).

Por sua vez, o depoimento da ex-prostituta “sobrevivente”, realiza uma composição narrativa da experiência que é potente em significados, um conhecimento vivido e, também sentido pelo sujeito, o que lhe confere autenticidade indiscutível. A sua narrativa mobiliza a emoção e o sofrimento como estratégia discursiva acionando “autoridade” imediata conferida pelo “lugar de fala”. No campo de debates, acionar essa narrativa possibilita retirar a legitimidade de outras narrativas e posições de sujeito não circunscritas à “experiência” na prostituição, neste caso vinculada à exploração sexual e objetificação da mulher.

Segundo a historiadora Joan Scott (1999), a experiência não deve ser tomada como um dado evidente, enquanto um fundamento inquestionável de certa realidade. A experiência deve ser problematizada em sua concepção discursiva, considerando que ela é narrada por sujeitos que também são construídos discursivamente. Scott (1999) nos diz que não são os indivíduos que tem experiências, mas os sujeitos é que são construídos através delas. Assim, a experiência situada enquanto história do sujeito, ao invés de ser tomada pela sua “autenticidade indiscutível”, abre caminhos para pensar as

questões ocultas que compõem a construção narrativa: demarcações de diferenças, o grau de subjetividade; como é construído o discurso e que questões são evitadas; quem determina e o que conta como experiência (SCOTT, 1999).

Ao optar pela permanência “das mulheres que efetivamente são trabalhadoras do sexo” e cancelar o convite das feministas interessadas em participar e que representariam oposição à prostituição, a organização do evento o faz em decorrência da trajetória e do conhecimento adquirido por essas mulheres ao longo de anos de experiência no trabalho sexual. Mais do que isso, a postura adotada manifesta claramente uma tomada de decisão política ao compreender a produção de desigualdades através das diferenciações sociais (CRENSHAW, 1991; BRAH, 2016) que resultam no lugar de subalternidade das trabalhadoras sexuais, a fim de mobilizar essas mesmas diferenciações e experiências de desigualdades em comum para estabelecer uma política de coalizão (HARDING, 1992; MOHANTY, 2003). Nestes termos, é conferida uma *autoridade da experiência* para as trabalhadoras do sexo, já que o foco do debate se refere diretamente a sua atividade profissional, em detrimento da *experiência* das feministas contrárias à prostituição.

Ainda assim, o relato de Ingrid é esclarecedor da tensão que existe entre a sexualidade das mulheres e no limite o que representa a prostituição: “Nós, mulheres, todas nós, temos ‘local de fala’ para falar sobre prostituição, porque TODAS NÓS podemos, um dia, precisar nos prostituir”. A *autoridade da experiência* sobre a prostituição está sendo colocada em disputa não apenas entre prostitutas e ex-prostitutas, mas, segundo Ingrid, pode ser reivindicada por todas as mulheres.

Outra questão crucial se impõe como relevante no debate sobre prostituição: *o lugar de fala*. O *lugar de fala* tem se constituído em uma categoria de uso recente que tem sido manejada por ativismos políticos em disputa pela *autoridade da experiência*.

Donna Haraway (1995), preocupada com as questões epistemológicas da produção do conhecimento científico, em particular aquelas relacionadas as teorias feministas, nos mostra como cada vez mais se faz necessário apostar em abordagens que possibilitam uma posição de perspectiva que localiza o indivíduo, o discurso, dentro da estrutura de relações de poder. Em sua visão crítica da subjetividade excessiva, a autora aponta a necessidade de entendimento do lugar que ocupamos nas estruturas de relações de poder, mas independente desse lugar, temos condições de entender e dar visibilidade as desigualdades que resultam desta estrutura de relações (HARAWAY, 1995).

Haraway (1995) toma como ponto de partida a dificuldade em se fornecer respostas universais diante a complexidade do mundo, considerando ainda que este passa por constante transformação. Ao reconhecer a heterogeneidade das relações sociais, a autora assume a valorização da experiência dos sujeitos como condição da parcialidade do saber, situando as experiências concretas daqueles considerados socialmente *subalternos* como atores investidos de agência e que reivindicam um lugar de posição de fala (HARAWAY, 1995). Contudo, a perspectiva de parcialidade do saber não assume a versão dos sujeitos em sua totalidade e entende que mesmo elas estão atravessadas de disputas, pois toma a experiência ou o “lugar de fala” dos *subalternos* como um saber que merece ser problematizado. Em outras palavras, a experiência ou o lugar que as pessoas ocupam na trama social não bastam para “fechar” uma ideia/saber/verdade (HARAWAY, 1995).

Na controvérsia em pauta, o *lugar de fala* tem sido acionado para mobilizar e reivindicar a autoridade da experiência sobre questões relacionadas à prostituição, tanto pelo movimento de prostitutas, que visa à conquista de direitos trabalhistas através do reconhecimento do trabalho sexual pelo Estado; quanto por “mulheres abolicionistas” e algumas ex-prostitutas “sobreviventes”, contrárias à regulamentação da prostituição por compreendê-la enquanto exploração sexual. A meu ver, a questão não é necessariamente de quem tem ou não tem um legítimo *lugar de fala* (autoridade da experiência). Ela diz respeito a como atores sociais com projetos políticos distintos tem mobilizado esse recurso narrativo como tentativa de apropriar-se ou reapropriar-se do poder profundo e difuso do que representa a prostituição e do que significa ser prostituta.

Como vimos nos relatos, a experiência da/na prostituição tem sido articulada nos discursos mobilizados pelas feministas contrárias ao trabalho sexual associada às categorias: *objetificação da mulher*; *exploração sexual infantil*; *legalização da cafetinagem* e; *estupro pago*. Por outro lado, os discursos mobilizados pelas trabalhadoras sexuais também remete à experiência na prostituição. No entanto, a articula às seguintes categorias: *direitos sociais*; *(in)segurança no trabalho* e; *direitos sexuais*.

Os discursos contrários à regulamentação da prostituição se aproximam bastante do modelo de regime de prostituição *abolicionismo*, definido pela jurista Maria Luisa Maqueda (2009) pelas seguintes características: a) a prostituição é considerada violência, em que as mulheres são objetificadas pelo desejo sexual masculino; b) o sexo

pago resulta na ausência de liberdade no exercício da sexualidade; c) vitimização da prostituta e a desconsideração de sua autonomia; d) negação da distinção entre prostituição livre e forçada; e) criminalização do entorno da prostituição; f) associação direta da prostituição com o tráfico de pessoas (MAQUEDA, 2009). Em síntese, no *abolicionismo* as prostitutas são tratadas como “vítimas” da opressão masculina e os indivíduos que organizam e recrutam, ou de alguma maneira se beneficiam da prática, são considerados criminosos – instituindo-se a figura “monstruosa” do rufião/proxeneta/cafetão como “exploradores sexuais”.

No tópico a seguir abordo a controvérsia sobre a prostituição nos debates feministas, a fim de situar o leitor a respeito dos paradigmas que estão em disputa.

1.3 – A controvérsia sobre a prostituição nos debates feministas

O feminismo abolicionista começa a ganhar força enquanto ideologia a partir da segunda metade do século XIX através das campanhas de abolição contra a regulamentação da prostituição presente em vários países europeus naquela época. A Federação Abolicionista Internacional (FAI) criada na Inglaterra em 1875, no seio da organização *Ladies' National Association* sob a liderança de Josephine Butler, vai se constituir como uma organização fundamental na luta intransigente pela liberdade individual das mulheres e pela preservação dos valores morais da família (SKACKAUSKAS, 2014). A FAI realizou uma verdadeira “cruzada abolicionista proibicionista” para erradicar a escravidão da “prostituta submissa” e contra a tolerância das relações sexuais extraconjugais, pressionando os diferentes governos europeus a revogar as suas leis que regulamentavam a prostituição como atividade legalizada pelo Estado (SKACKAUSKAS, 2014).

Em sua “cruzada” contra a regulamentação da prostituição, as abolicionistas se consideravam como “libertadoras de escravas” no combate às arbitrariedades médica, policial e religiosa às quais eram submetidas às prostitutas. A partir de finais do século XIX, o abolicionismo foi alimentado e favorecido pelas narrativas sobre o tráfico sexual de mulheres ou tráfico de “escravas brancas”⁶⁵ (DOEZEMA, 2000; PISCITELLI, 2012-a; SKACKAUSKAS, 2014).

⁶⁵ Termo atribuído às mulheres brancas da Europa oriental e central que supostamente foram traficadas para fins de exploração sexual nos EUA e em países da Europa ocidental e da América latina (sobretudo, Argentina e Brasil).

Jo Doezema (2000), uma trabalhadora sexual com formação acadêmica, nos mostra como o discurso sobre o tráfico de “escravas brancas” foi crucial para a construção da imagem universalizante da prostituta como “vítima”. De todas as mulheres, as prostitutas foram rotuladas as mais “vulneráveis” pelas abolicionistas e, por isso, não deveriam ser policiadas ou criminalizadas, mas precisariam ser “salvas”, ou melhor, “resgatadas” da condição de vulnerabilidade imposta pela violência sexual que resulta da opressão masculina. Tal discurso de vitimização da prostituta vai pôr fim à divisão entre as noções de prostituição voluntária⁶⁶ e prostituição forçada⁶⁷, de maneira que todas as mulheres em situação de prostituição passam a ser enquadradas pelo viés da exploração sexual, ignorando-se as trajetórias, as escolhas e as diferentes possibilidades de agência dessas mulheres (DOEZEMA, 2000).

Desde a década de 1970, o debate sobre a prostituição ocorre sob o prisma das desigualdades econômica e social imposta as mulheres, que não possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e condições de se manter financeiramente, quando comparadas ao universo masculino. Considerando essas relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade, algumas feministas caracterizam as pessoas que atuam na prostituição como vítimas de exploração e abuso.

Kathleen Barry (socióloga e ativista da ONG *Coalition Against Trafficking in Women* – CATW) aponta as condições econômicas das mulheres como a principal motivação para a inserção na prostituição, atribuindo ao patriarcado a base pela qual se estruturam a objetificação feminina e as condições de existência do comércio sexual. Barry (1979) e outras feministas que compartilham desta perspectiva (MACKINNON, 1987; WYNTER, 1987) são contrárias as sanções impostas as prostitutas em função da atividade que exercem, mas defendem que aqueles que lucram e pagam por serviços sexuais sejam responsabilizados criminalmente. Elas postulam a abolição da prostituição e acreditam ser impossível a igualdade entre homens e mulheres enquanto existir trabalho sexual. Além disso, rejeitam a ideia de que mulheres optam livremente

⁶⁶ Entende-se por prostituição voluntária a prestação de serviços sexuais realizada por pessoa adulta e capaz (tendo a legislação brasileira estabelecido a maioria de a partir dos dezoito anos) por sua livre escolha e sem privação de liberdade.

⁶⁷ A prostituição forçada é aquela em que a pessoa entra de forma involuntária na prostituição (ou mesmo de forma voluntária, mas é impedida de abandoná-la), sendo obrigada a realizar serviços de natureza sexual em benefício de outrem, caracterizando crime de exploração sexual. De modo semelhante, a inserção de crianças e adolescentes em atividades sexuais comerciais também configura crime de exploração sexual, prevista em legislação específica – Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual (Incluído pela Lei nº 9.975, Do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 23/06/2000).

pelo trabalho sexual como alternativa econômica dentre um conjunto de outras atividades profissionais, uma vez que não existe equidade social para estabelecer as condições necessárias para a escolha, mas sim coerção de diversas ordens, sobretudo, econômica (BARRY, 1979; MACKINNON 1987; WYNTER, 1987).

A teoria feminista radical possui seu arcabouço conceitual inspirado na teoria da dominação e considera a sexualidade a base da opressão das mulheres, sendo o estigma da prostituição entendido como condição para a exclusão das mulheres em geral, prostitutas ou não (DWORKIN, 1987; MACKINNON, 1987). Segundo esta vertente do feminismo, a prostituição é inerentemente opressiva e violenta, servindo ao propósito de afirmar o poder e domínio masculino sobre as mulheres. Para Andrea Dworkin (1987), a sexualidade feminina é constituída essencialmente como objeto do desejo masculino, a ponto de a autora rejeitar toda e qualquer possibilidade de agência e desejos femininos como resultado da relação sexual entre homens e mulheres, considerando, por exemplo, o intercurso sexual, por si só, como violação no ato da penetração peniana.

Para Adriana Piscitelli (2013), Catherine Mackinnon é uma das principais representantes desta corrente do feminismo que concebe a prostituição enquanto um caso extremado de uso abusivo do sexo, considerando a prostituta um objeto sexual, um ser passivo e carente de poder, inerentemente vítima da violência. No entanto, Piscitelli (2012-b) nos mostra que a concepção fundada e defendida como pauta de luta pelo feminismo abolicionista sobre a sexualidade das mulheres, de modo mais amplo, e sobre a prostituição, em particular, não foi e nem é consensual nos feminismos. Outras concepções bem diferentes sobre a sexualidade feminina e sobre o fenômeno da prostituição se delineiam nas leituras de movimentos de prostitutas organizadas que consideram a prostituição como trabalho⁶⁸ e de leituras acadêmicas que compartilham essa percepção.

O movimento de prostitutas e muitas trabalhadoras sexuais afirmam que a maioria das mulheres decidiram por esta atividade profissional em razão dos ganhos econômicos e da flexibilidade de tempo, considerando comparativamente o trabalho

⁶⁸ A perspectiva de compreensão da prostituição enquanto atividade profissional tem origem a partir da construção da noção de *trabalho sexual* criada no início da década de 1970 por Margot St. James, uma feminista e ex-profissional do sexo, integrante da organização de trabalhadoras sexuais COYOTE (Call Off Your Tired Ethics) – considerada a organização mais influentes dos EUA, localizada em São Francisco (BERNSTEIN, 2007-a). A noção de *trabalho sexual* possibilita ressignificar a prática da prostituição tanto no que se refere às conotações negativas associadas ao termo como, por exemplo, vergonha e indignidade; bem como a compreensão da prostituição enquanto uma atividade econômica, a fim de normalizar a troca sexual comercial enquanto uma ocupação profissional ligada ao setor de serviços (BERNSTEIN, 2007-a).

sexual e outras alternativas ocupacionais disponíveis à realidade delas. Em seu ativismo político defendem que o trabalho sexual deve ser visto e respeitado como legítimo, considerando qualquer impedimento de ordem legal a mulheres de exercerem a atividade de profissional do sexo uma violação dos seus direitos civis (PHETERSON, 1989). Além disso, rejeitam a noção de que a prostituição perpetua a crença de que homens possuem, supostamente, uma espécie de direito natural de acesso sexual a todas as mulheres; ao contrário, muitas trabalhadoras sexuais acreditam que o ato de cobrar por sexo empodera mulheres, pois cobra dos homens aquilo que se espera que todas as mulheres forneçam de graça (JENNESS, 1990). Assim sendo, os defensores da prostituição como trabalho recusam a postura de feministas engajadas em “resgatar” prostitutas e abolir o trabalho sexual, rotuladas como vítimas e a atividade como exemplo paradigmático de opressão e objetificação da sexualidade feminina (PHETERSON, 1989).

O movimento de prostitutas e grupos favoráveis ao trabalho sexual argumentam que não existe diferença entre uma mulher que “vende” as mãos executando um trabalho exaustivo de digitação, e até mesmo o cérebro em uma atividade intelectual, e aquelas que prestam serviços sexuais – uma vez que ambas são exploradas economicamente pelo capitalismo (PHETERSON, 1989; JENNESS, 1990). No entanto, ocorre que no primeiro caso se naturaliza a exploração como algo bom, circunscrita no eixo simbólico da dignidade conquistada através do trabalho; enquanto o segundo caso escandaliza por se tratar da vagina, da sexualidade feminina, e o eixo simbólico se converte para a não-dignidade – o que evidencia a existência de uma dupla moral que serve para estigmatizar e marginalizar a prostituta e o trabalho sexual. É, pois, justamente, a ausência de uma legislação que assegure o pleno direito ao exercício do trabalho sexual que favorece práticas de abusos e violações cometidas por clientes, cafetões e policiais, como por exemplo: assaltos, extorsão, trabalho forçado, violência física, estupro e assassinato, tornando as relações de trabalho precárias e as pessoas inseridas neste universo, vulneráveis (PHETERSON, 1989). Alterações na legislação sobre prostituição que visem a descriminalização da prática e do seu entorno, ou até mesmo a sua regulamentação laboral reconhecida pelo Estado, tem se constituído na principal luta do movimento organizado de trabalhadoras sexuais por todo o mundo.

As abordagens feministas que defendem a noção de prostituição como trabalho rejeitam a ideia de que esta prática seja inerentemente degradante ao estabelecerem nítidas distinções entre prostituição forçada e prostituição voluntária. Desta forma, a

prostituição não pode ser considerada em si mesma como sinônimo de exploração sexual. Segundo esta perspectiva, a prostituição é concebida como objeto de exploração econômica, possibilidade aberta pelas características do mercado de trabalho por meio da prestação de serviços sexuais, que se intensifica no âmbito do capitalismo globalizado (KEMPADOO E DOEZEMA, 1998).

As correntes do feminismo contrárias a compreensão da prostituição enquanto trabalho rechaçam esta concepção com base em dois principais argumentos: a prostituição seria uma violência, em qualquer circunstância e; a sexualidade não pode ser separada da pessoa da prostituta (PISCITELLI, 2012-b; PISCITELLI, 2013). O primeiro argumento defende que a prostituição só pode ser compreendida como escravidão e jamais como trabalho. No quadro referencial de violência, as noções de prostituição voluntária e de consentimento da prostituta enquanto princípios de autonomia da vontade são considerados irrelevantes. O segundo argumento rechaça a noção de prostituição como trabalho por considerar que a venda da sexualidade feminina envolve a venda de uma parte fundamental do *self* (PISCITELLI, 2012-a; PISCITELLI, 2013).

Adriana Piscitelli (2013) nos ajuda a entender os argumentos de Carol Pateman em seu empreendimento de distinguir a prostituição de outras formas de trabalho, por considerar que o comércio sexual envolve uma venda mais “profunda” do *self*, Piscitelli nos diz:

Para a autora, o que singulariza o intercambio sexual comercial, e o torna singularmente abusivo, não é o uso do corpo humano, mas o particular uso do corpo de uma mulher. A prostituição teria efeitos nefastos porque a conexão integral entre sexualidade e senso de *self* requereria que, para proteger-se, a prostituta se distanciasse emocionalmente de seu uso sexual. No processo, os sentimentos conectados com a sexualidade e a vida emocional seriam destruídos. Nessas leituras, a prostituição conduz a um autoestranhamento, na medida em que a mulher desenvolveria uma relação instrumental quanto ao seu sexo e, portanto, a si própria, dividindo-se em sujeito e objeto. (PISCITELLI, 2013 p.39).

Piscitelli (2012-a) nos mostra que as formulações de Barry seguem a mesma perspectiva das concepções de Pateman a respeito de políticas que legitimem a prostituição enquanto trabalho. Para Barry, a prostituição se configura como uma

violação dos direitos humanos por caracterizar uma desumanização quando o sexo é tomado a força ou comprado como mercadoria. Esta ativista considera irrelevante a questão que envolve a noção de consentimento no âmbito da prostituição e rejeita a distinção entre prostituição forçada e livre (PISCITELLI, 2012-a).

Como aponta Piscitelli (2012-a), a luta travada por Barry não se restringe as políticas que legitimam a prostituição, mas também se estende a pornografia que, segundo esta ativista, serve para ampliar as demandas do mercado do sexo e promover a exploração sexual. Barry situa a prostituição na chave compreensiva da exploração sexual, sendo a globalização da prostituição considerada sinônimo de tráfico de seres humanos e, por isso, ambos, devem ser veementemente combatidos pelo Estado. Segundo esta linha de pensamento, os Estados que regulam, legalizam ou simplesmente toleram a prostituição permitem a violação dos direitos humanos (PISCITELLI, 2012-a).

Para se contrapor a esta perspectiva que reduz o significado da experiência de trabalhadoras sexuais a exploração sexual e a opressão de gênero, foi realizado um conjunto de estudos sobre trajetórias, escolhas e agências das pessoas inseridas no universo da prostituição, visando compreender as suas experiências de vida associadas à dinâmica do trabalho sexual. Contradizendo as feministas abolicionistas, as defensoras da ideia de prostituição enquanto trabalho, dentre as quais a pesquisa de Wendy Chapkis (1997) assume notoriedade, sustentam que o processo de separação das emoções não se constitui como uma peculiaridade do trabalho sexual. Pesquisas desenvolvidas sobre diferentes modalidades de trabalho emocional com base nas rotinas de aeromoças, psicoterapeutas e enfermeiras, ao comparar as experiências dessas profissionais com as de prostitutas, chegaram à conclusão de que todos esses tipos trabalhos exigem criar e conter a emoção. Esses estudos foram fundamentais para desconstruir a tese postulada por Carol Pateman de que o ato de se prostituir acarreta em um sentimento profundo de ambiguidade sujeito/objeto que, necessariamente, causa danos emocionais irreparáveis a quem exerce o trabalho sexual.

De acordo com Chapkis (1997), o estabelecimento de limites para o envolvimento e controle emocional no desempenho do trabalho sexual deve ser compreendido muito mais enquanto uma ferramenta útil para a definição de fronteiras entre as esferas da vida profissional e da vida pessoal; e não como um suposto apagamento do *self* como postula a visão abolicionista. Chapkis (1997) acrescenta, ainda, que os danos emocionais que afetam as trabalhadoras sexuais originam-se em

decorrência da precarização das condições de trabalho e não da prestação de serviços sexuais em si, sobretudo quando as trabalhadoras não possuem o controle de quando, como e com quem utilizam os seus recursos emocionais.

Em síntese, a controvérsia sobre a prostituição nos debates feministas foi construída em torno de duas visões antagônicas sobre a sexualidade das mulheres: de um lado, a sexualidade é vista como elemento utilizado para objetificação feminina; em oposição, por outro lado, a sexualidade é inscrita no domínio de potencial liberação das mulheres, ao compreender o sexo como sua fonte de maior poder (CHAPKIS, 1997). A dicotomia objetificação/ autonomia que situa a prostituição na tensão sobre a sexualidade das mulheres surge mais como tipos ideais na retórica feminista em comparação ao seu distanciamento das experiências dos sujeitos, uma vez que as realidades das inserções no mercado do sexo são infinitamente mais variadas (PISCITELLI, 2013).

Os novos olhares sobre os mercados do sexo têm privilegiado abordagens que pensam o sexo como um terreno de disputas onde se estabelecem estratégias culturais que podem tanto reforçar quanto desestabilizar o poder, ao contrário dos estudos antecessores que entendiam o sexo como um campo fixo de posições de gênero e poder (PISCITELLI, 2013). Diferente daquilo que predominava em tal perspectiva, a prostituta deve ser compreendida como sujeito dotado de agência que faz uso ativo da ordem sexual vigente na complexa trama dos mercados do sexo, e não mais reduzida à posição de vítima, objeto passivo utilizado na prática sexual masculina (PISCITELLI, 2013).

1.4 – A configuração da arena política no Brasil

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA)⁶⁹, estudiosos sobre o tema sinalizam para uma mudança no modo pelo qual o tema da prostituição vinha sendo tratado no contexto das políticas públicas no Brasil (VILLELA et al, 2013). A intensificação da agenda política de religiosos cristãos no país e a forte influência de posições conservadoras no cenário global tem imposto barreiras para o diálogo sobre prostituição em uma perspectiva de direitos sexuais e

⁶⁹ Pesquisa realizada pela ABIA em parceria com Davida e Fiocruz sobre prostituição no Brasil, abrangendo questões relacionadas a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde. O estudo teve financiamento do Ministério da Saúde.

trabalhistas, sobretudo após a aprovação do Protocolo de Palermo⁷⁰, do qual o Brasil é signatário. De acordo com a pesquisa, a grande maioria de gestores e técnicos dos poderes executivo e legislativo, bem como de agências internacionais, dizem que o órgão ao qual estão vinculados não possui uma posição definida e consensuada sobre a questão, e acrescentam que falar sobre prostituição tornou-se um tema de confronto e tensão⁷¹ (VILLELA et al, 2013). Assim, ainda que se reconheça as violações sofridas pelas trabalhadoras sexuais e se tenha a compreensão da prostituição como um trabalho e um direito, gestores e técnicos que atuam em diferentes esferas estatais federais sinalizam para a dificuldade de tomar uma decisão institucional em defesa da profissão e da promoção dos direitos das pessoas inseridas neste universo, a não ser dentro do marco das políticas de combate ao tráfico e ao HIV/Aids (VILLELA et al, 2013).

Em sua tese de doutoramento, Laura Murray (2015) aponta que as dificuldades enfrentadas pelo movimento organizado de prostitutas em defesa de suas demandas por direitos sexuais e trabalhistas estão relacionadas ao padrão propositadamente ambíguo e flexível pelo qual o Estado brasileiro estruturou historicamente sua relação com a prostituição. Assim, por meio de mecanismos diversos, os agentes estatais possuem relativa autonomia para moldar a inclusão/exclusão das prostitutas em relação às políticas e programas governamentais que se alinham às atuais políticas de sexualidade e agendas neoliberais, considerando o contexto e os interesses do próprio Estado. Em decorrência disso, a história entre o Movimento e o Estado é de conflitos: marcados pela luta contra o HIV/Aids ao recusarem o rótulo de “grupo de risco”; pela legalização trabalhista da profissão sem a regulação moral e sanitária das prostitutas; e mais recentemente, pelo combate ao tráfico de mulheres sem se submeter a retórica abolicionista de vitimização (MURRAY, 2016).

Adriana Piscitelli (2012-a) destaca o ano de 2012 como singular em termos de propostas de formulações legais relativas à prostituição, ao passo que, também em

⁷⁰ Protocolo assinado em Palermo, por mais de 80 países, no ano de 2000, onde se comprometem em erradicar, prevenir e punir os crimes de tráfico de pessoas. Apesar do protocolo se referir ao tráfico de seres humanos para todos os fins, o tema do tráfico com o propósito de exploração sexual assumiu destaque e suscitou bastante controvérsia. Este protocolo possui bastante relevância na implementação de políticas estatais em relação à prostituição no mundo inteiro (CORRÊA, 2013).

⁷¹ Gestores e técnicos da saúde e das políticas para as mulheres apontam dois momentos significativos para a mudança de percepção e endurecimento nas políticas sobre a prostituição: a Consulta Mundial organizada pela ONU sobre o Trabalho Sexual e HIV/Aids, em 2006; e o Seminário sobre prostituição, organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no ano de 2008, em Brasília. Em ambos os eventos, as posturas antagônicas nos espaços de ativismo que atuam sobre prostituição (autodeterminação/direitos sexuais versus vitimização/exploração sexual) se tornaram bastante evidentes e produziram confrontos que, progressivamente, se converteram em ausência de ações (VILLELA et al, 2013).

decorrência disto, se configurou como um marco para a radicalização do discurso contra a prostituição no Brasil. Naquele ano, tanto o PL Gabriela Leite quanto o anteprojeto de Reforma do Novo Código Penal pretendiam modificar o sentido atribuído a noção de exploração sexual, a fim de distingui-la da prostituição – o que representa um dos grandes impasses para o reconhecimento da prostituição como trabalho. Contudo, ambos os projetos não avançaram, o que representou um recuo do Estado em relação a mudança do ordenamento jurídico a respeito da regulamentação laboral do trabalho sexual, acarretando, conseqüentemente, na “paralização” do debate desta questão em termos da política de governo.

Apesar da heterogeneidade característica do movimento feminista, a diversidade integrada por “novas vozes” que despontaram no movimento, principalmente, a partir das “jornadas de junho 2013”, tem sido por vezes apagada nas articulações entre feminismo e Estado (PISCITELLI, 2016). No âmbito da diversidade de posicionamentos entre as feministas, algumas vozes abolicionistas, ao serem privilegiadas pelo Estado, tem assumido destaque no debate público. A exemplo disto, a pesquisa supracitada desenvolvida pela ABIA identificou na página da internet da SPM um quantitativo expressivo de iniciativas e documentos que abordam a questão da prostituição através do viés da exploração sexual de crianças e adolescentes ou na perspectiva do tráfico de pessoas. Ademais, não foi identificado nenhum documento ou iniciativa que estivesse direcionada para a proteção dos demais direitos humanos das mulheres que exercem a prostituição por escolha própria (VILLELA et al, 2013). No intercâmbio entre feminismo e Estado têm se difundido certas perspectivas sobre prostituição/tráfico de pessoas que convergem com a perspectiva abolicionista, influenciadas por outras articulações transnacionais não necessariamente feministas, ligadas a instâncias supranacionais (PISCITELLI, 2012-b; 2016). Contudo, existe uma diversidade de posições e as leituras (neo)abolicionistas não tem se constituído necessariamente na visão predominante no debate feminista no país (PISCITELLI, 2012-a).

Como Piscitelli (2012-a) nos mostra, o posicionamento das feministas brasileiras está longe de ser unívoco a respeito da possibilidade de regulamentação laboral do trabalho sexual, havendo a predominância do dissenso sobre a questão. Mesmo em um contexto propenso a diversidade de posições, a perspectiva abolicionista ainda possui muita força, tendo bastante ressonância entre jovens feministas que se denominam “radicais”. Estas feministas defendem a eliminação da prostituição e vem na sua

regulamentação laboral um projeto neoliberal atrelado a indústria do sexo para legitimar a exploração sexual feminina. Outras feministas assumem um posicionamento intermediário: ao mesmo tempo em que consideram a prostituição “objetificação” das mulheres, também alegam que não podem se opor as prostitutas organizadas que reivindicam por reconhecimento da sua profissão. Ainda, existem aquelas que são positivas para a regulamentação laboral da prostituição, creditando “empoderamento” as trabalhadoras sexuais pela consciência que tem da condição de discriminação a que estão sujeitas e pela percepção das vantagens desta profissão se comparada a outras mais precárias, onde a exploração econômica é ainda maior (PISCITELLI, 2012-b).

Piscitelli (2016) nos diz que nas décadas de 70 e 80 do século XX, considerando o depoimento de diversas ativistas feministas, a prostituição não se constituiu entre as principais inquietações para os feminismos. Naquele contexto, o movimento direcionava a sua agenda contra o regime militar, através da luta pela redemocratização e pela anistia; além de pautas específicas contra a dominação masculina, o combate à violência contra as mulheres e pelo direito ao prazer. A autora aponta que, àquela época, setores do movimento feminista e do movimento de mulheres que tinham conexões orgânicas com partidos de esquerda ou igrejas progressistas, consideravam a prostituição como resultado da exploração capitalista sobre o corpo feminino. Porém, tanto as narrativas de feministas, quanto de prostitutas, sugerem que a prostituição gerava um interesse produtivo para o movimento, porque expressava uma questão cara ao feminismo: a autonomia (PISCITELLI, 2016). A partir do final da década de 1990, um conjunto de leituras ambivalentes e negativas sobre a prostituição se ampliaram no Brasil, se intensificando ainda mais no início do século XX com uma crescente institucionalização do movimento feminista no país⁷² e sua articulação com movimentos do feminismo transnacional. Neste outro contexto que se apresentara, houve a profusão de uma percepção consensualmente negativa que passava a vincular a prostituição ao turismo sexual e tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (PISCITELLI 2016).

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surge nos anos 2000 como uma campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres e de combate a pobreza. Em

⁷² Interrompida desde o golpe parlamentar-midiático que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república.

poucos anos a MMM se expandiu rapidamente para vários países⁷³ e assumiu características de movimento social institucionalizado, vinculando as suas pautas em diálogo com movimentos sindicais, partidos políticos e demais movimentos engajados no enfrentamento ao neoliberalismo. A MMM figura na atualidade como o principal movimento do feminismo transnacional e tem organizado a pauta de vários coletivos feministas pelo mundo. Essas articulações trazem com força o debate sobre tráfico de mulheres e turismo sexual para a pauta do movimento feminista no Brasil (TAVARES, 2014). A MMM tem influenciado profundamente o debate público sobre prostituição entre as novas gerações de feministas, estabelecendo em suas campanhas e publicações uma vinculação direta entre prostituição e tráfico de mulheres como parte de um *continuum* do processo de globalização da prostituição (TAVARES, 2014).

Em seu Programa em prol da transformação da vida das mulheres, e isso passa necessariamente pela transformação da sociedade, a prostituição é encarada pela MMM como um dos principais desafios para a autonomia e sexualidade feminina. A prostituição é concebida como “exploração sexual”, resultado da objetificação das mulheres que se traduz em “mercantilização” do corpo feminino, como expressa um dos lemas da MMM “Somos mulheres e não mercadoria!!!”. Assim, a prostituição estaria inserida em um conjunto mais amplo de estratégias de “mercantilização” do corpo feminino pelo neoliberalismo. A regulamentação laboral da prostituição teria como efeito impulsionar o crescimento da indústria do sexo, tornando a atividade cada vez mais rentável para os capitalistas à custa da “objetificação” das mulheres (SOF Semprevida Organização Feminista, 2013).

A MMM faz duras críticas aos defensores da prostituição como trabalho sexual, inclusive a feministas que, fundamentadas na noção de *experiência*⁷⁴ e *auto-organização* das mulheres, veem na luta pela regulamentação laboral a possibilidade de garantia de direitos sociais e de acesso a uma cidadania mais plena às prostitutas. As feministas favoráveis às pautas das trabalhadoras sexuais são acusadas de defenderem um projeto liberal de sociedade que perpetua a condição subalterna das mulheres e em nada contribui para a sua autonomia. Assim, este projeto favoreceria a dominação

⁷³ A MMM possui representação no Brasil por meio da ONG Semprevida Organização Feminista (SOF), com sede na cidade de São Paulo desde 2006. A MMM possui forte vinculação com a Democracia Socialista no interior do Partido dos Trabalhadores (DS/PT), atingindo presença expressiva nos movimentos populares, sindicais, do campo, estudantis, tanto no Brasil quanto na América Latina (ALVAREZ, 2014).

⁷⁴ Aqui a noção de experiência está relacionada ao lugar social ocupado pelas prostitutas e destinado a prostituição na estrutura das relações sociais do país.

masculina sobre as mulheres ao normatizar o acesso dos homens ao corpo feminino, isto porque consideram os homens os únicos beneficiários, como agentes que demandam e controlam a prostituição. Para as ativistas da MMM, a prostituição jamais pode ser compreendida enquanto trabalho, pois caracteriza violência contra as mulheres, um atentado aos direitos humanos (SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2013).

Segundo esta perspectiva, a prostituição deve ser combatida porque destrói a integridade do ser e representa a opressão máxima da sociedade patriarcal e capitalista sobre as mulheres. O patriarcado surge nos discursos de integrantes da MMM como uma “entidade” opressora que serve de explicação para todas as situações de desigualdades as quais as mulheres estão submetidas. Apesar das diferenciações de classe, raça, gênero e nacionalidade, esses discursos são construídos com base em um essencialismo que atribui a todas as mulheres a condição de vítimas, oprimidas; ao passo que todos os homens são taxados de opressores.

De modo geral, nas campanhas da MMM contra a prostituição os olhares estão voltados para as mulheres oriundas de países subdesenvolvidos, consideradas mais vulneráveis a “exploração sexual” em decorrência de indicadores de baixa escolaridade, elevada taxa de desemprego e forte concentração dessa população em empregos precários. A situação de pobreza absoluta é descrita como a principal razão para o ingresso de crianças e adolescentes na “prostituição infantil”, com poucas alternativas desde muito cedo são “presas fáceis” para aliciadores que enriquecem à custa da mercantilização de seus corpos (SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2013).

Assim, o posicionamento adotado pelas feministas que se autodenominam radicais (muitas integrantes da MMM) localiza socialmente as prostitutas brasileiras no marco das “mulheres do terceiro mundo” (MOHANTY, 2008), enfatizando as condições de precariedade e de opressão a que essas mulheres estão submetidas enquanto “vítimas por excelência” do sistema patriarcal. Em decorrência disso, ficam míopes quando se trata de perceber a complexidade de estratégias empreendidas por essas mesmas mulheres para subverter os processos de subalternização e as limitações estruturais que lhe são impostas em função do ofício que exercem.

Aline Tavares (2014) nos mostra como diferentes coletivos feministas que integram a “Frente de Luta Feminista de Campinas”⁷⁵ marcam um posicionamento

⁷⁵ A “Frente de Luta Feminista de Campinas” foi constituída no início de 2013 com a participação dos seguintes coletivos: Coletivo das Vadias de Campinas, Promotoras Legais Populares, Sindicato das

crítico em relação a postura da MMM. Segundo a autora, as divergências se fazem notar (embora não exista uma oposição de forma declarada e a Frente tenha deliberado por não se constituir em “oposição” a MMM em Campinas-SP) quando a MMM tenta assumir pretensamente o papel de interlocutora “do” feminismo no Brasil ao elaborar suas pautas “de cima para baixo”, sem considerar a articulação de outras entidades feministas.

As manifestações da “Marcha das Vadias” (MV) no Brasil é um exemplo das novas configurações que o movimento feminista tem assumido no país durante os últimos dez anos. A presença significativa entre as organizadoras da MV de mulheres LGBTQIA+, e de homens que se identificam com o feminismo e participam nos protestos de rua, demonstra uma diversificação mais abrangente do sujeito político do feminismo, que deixa de ser definido exclusivamente pela identidade sexual e biológica da mulher (GOMES & SORJ, 2014).

O corpo assume dimensão de reivindicação e passa a ser o principal instrumento de protesto, uma espécie de corpo-bandeira, na busca por autodeterminação dos corpos e da sexualidade feminina (GOMES & SORJ, 2014). Por meio de lemas como “meu corpo minhas regras”, “somos todas vadias”, “somos putas, somos santas, somos livres”, a MV traz para o debate a realidade da violência sexual e as demais opressões relacionadas à sexualidade feminina (GOMES & SORJ, 2014; TAVARES, 2014). Ao ressignificar o termo vadia, o movimento questiona a normalidade de regras que qualificam e hierarquizam os comportamentos das mulheres, através de performatividades de elementos socialmente considerados marginais – semelhante a algumas características da política *queer* (TAVARES, 2014).

Dentro das questões mais amplas que dizem respeito a sexualidade feminina, o “desfrutar da vadiagem”, isto é, o ser vadia performaticamente, trouxe para alguns coletivos⁷⁶ da MV o debate sobre o lugar social da prostituição e a aproximação das “vadias profissionais” (TAVARES, 2014). O reconhecimento das diferenças tem se constituído como prática frequente na incidência política da MV, favorecendo o fortalecimento e a coalizão em busca de uma definição mais universal da identidade feminista, sem se sobrepor a ela (GOMES & SORJ, 2014). Para os coletivos da MV de Campinas e do Rio de Janeiro, problematizar as barreiras e normas impostas à

Domésticas, Associação Mulheres Guerreiras, Grupo Identidade, Coletivo Juntas e feministas autônomas (TAVARES, 2014).

⁷⁶ Tavares (2014) nos informa que essa posição foi adotada pelos movimentos da Marcha das cidades do Rio de Janeiro e de Campinas-SP.

sexualidade das mulheres passa, imprescindivelmente, pelo ativismo junto a organizações de trabalhadoras sexuais, inserindo no conjunto de suas ações o apoio a regulamentação da prostituição e o combate ao estigma associado ao trabalho sexual (TAVARES, 2014).

Neste sentido, a postura adotada por esses dois coletivos da MV nos remete a perspectiva de Patrícia Hill Collins (2012) sobre o reconhecimento das opressões e dos mecanismos que engendram a sua produção. Ao abordar sobre as opressões interseccionais sofridas pelas mulheres afroamericanas, Collins nos mostra como a ideia de ponto de vista cria uma tensão entre experiência individual e coletiva. Mesmo sendo expostas a experiências comuns, em decorrência da segregação racial histórica sofrida pela população negra estadunidense, e ainda que compartilhem experiências familiares e no mundo do trabalho que orientam no sentimento de pertencimento como grupo, as mulheres afroamericanas podem ser estimuladas a uma consciência distinta no plano das experiências individuais e em relação a sociedade de modo geral. Isto ocorre porque as diferenças (econômica, étnica, religiosa, de orientação sexual, etc.) entre as mulheres afroamericanas produzem padrões distintos de conhecimento experiencial que, por sua vez, determinam as reações individuais às opressões com base na raça, no gênero e na classe social, por exemplo. Assim, mesmo diante de opressões interseccionais, não significa que todas reajam do mesmo modo a tais questões (COLLINS, 2012).

No entanto, são essas experiências comuns que tem relegado mulheres afroamericanas a condições de opressões interseccionais em diferentes âmbitos da vida é que justamente possibilita a elas vivenciar experiências e ideias como grupo, favorecendo a formação de um ponto de vista coletivo baseado em um pertencimento comum, por serem mulheres e negras (COLLINS, 2012). No que se refere ao projeto do feminismo negro estadunidense, Collins ressalta a justiça social como característica que não se resume exclusivamente a luta das mulheres afroamericanas (inclusive, integrando os homens negros às causas das mulheres negras), mas que se pretende fomentador ao estabelecer suas práticas e ideias em conexão dialógica a outros conhecimentos e grupos com perspectiva similar em situação de opressão.

Para Collins (2012), o feminismo negro enquanto epistemologia alternativa possibilita a rearticulação da imagem das mulheres afroamericanas diante as desigualdades raciais e de gênero, mas também reconhece que estas constituem apenas um grupo dentre muitos outros submetidos à condição de injustiça social em diferentes contextos. Como salienta a autora, o que faz crítica a teoria social construída no escopo

do feminismo negro é seu compromisso com a justiça, para o próprio grupo e para outros em situação de opressão (COLLINS, 2012)

Caminhando nesta perspectiva, os coletivos da MV do Rio de Janeiro e de Campinas, ao assumirem os termos do debate, manifestam uma política de coalizão visando o reconhecimento e a visibilidade que sempre foram negados às prostitutas por determinados segmentos do feminismo radical. Em seu ativismo de coalizão, desafiam as noções de feminilidade e sexualidade ao subverterem as fronteiras que demarcam os estereótipos e os estigmas associados às prostitutas, por entenderem a marginalização da prostituição como reveladora da sacralização da relação mulher-corpo-sexo e determinante do lugar a ser ocupado socialmente pela mulher, o que possibilita que toda e qualquer mulher esteja sujeita a violências de natureza sexual (TAVARES, 2014).

Deste modo, a defesa do trabalho sexual não se resume simplesmente a defesa das trabalhadoras do sexo, mas abre espaço para dialogar com as diferentes formas de violências sofridas por outras mulheres que não apenas as prostitutas. Tavares (2014) avalia essa postura como inovadora no feminismo brasileiro, considerando que o posicionamento explícito sobre a polêmica que envolve o trabalho sexual era assumido somente pelas vertentes feministas que comungam com as concepções abolicionistas.

Em seu artigo “O que a luta das profissionais do sexo tem nos ensinado sobre a exploração dos corpos das mulheres? ”, Juliana Moraes de Góes (2017) traça uma interessante comparação entre as semelhanças dos discursos das mulheres brancas sobre as mulheres negras e de parte do feminismo sobre as prostitutas. A autora argumenta que os primeiros círculos feministas no Brasil eram realizados por mulheres brancas para discutir a vida da mulher negra, uma vez que a imagem construída sobre essas mulheres era de alguém sem qualquer capacidade de pensar e de criar alternativas para superar a condição de opressão a qual estava submetida na sociedade. Desta forma, a mulher negra passa a ser alvo do racismo estrutural e dos discursos e práticas paternalistas das mulheres brancas, em um movimento de tutela e silenciamento. Por meio de uma postura supostamente humanitária, as mulheres brancas atribuíam para si a tarefa de solucionar “o problema” das mulheres negras, ao passo que também reafirmavam a superioridade sobre elas ao negarem as suas experiências (GÓES, 2017).

De acordo com Góes (2017), esses discursos de caráter salvacionistas refletem similaridades entre o racismo e a putafobia, afinal como a própria autora questiona: “como uma mulher branca que pensa estar ‘salvando’ as negras poderá dialogar conosco (visto que o diálogo presume dois ou mais sujeitos em pé de igualdade)? ”. Ela

continua: “Também, como uma feminista que quer ‘salvar’ as prostitutas com quem conversa poderá vê-las como iguais (ou como gente)? ” (GÓES p.6, 2017). Enquanto mulher negra, feminista e pesquisadora, Góes (2017) estabelece um encontro dialógico com as trabalhadoras sexuais, partindo do conhecimento produzido no próprio movimento, para apreender os diferentes âmbitos da vida dessas mulheres e como a interseção entre gênero, raça e classe se impõe como diacríticos no trabalho sexual.

Assim, em um exercício de alteridade e interlocução, a autora nos mostra como a prostituição, apesar de envolver um nível de exploração (econômica), também pode se constituir em uma forma de resistência quando, por exemplo, essas mulheres optam pelo trabalho sexual por se recusarem a permanecer em empregos mal remunerados, com longas jornadas de trabalho e, ainda, sofrendo humilhações do patrão. Portanto, ainda que a prostituição se enquadre nas “regras do mercado”, seria um lugar de resistência das mulheres, uma vez que os ganhos econômicos são maiores se comparados a grande maioria dos outros trabalhos precarizados, além de escaparem da lógica patrão-empregado (GÓES, 2017).

No Brasil, o movimento de prostitutas organizadas tem assumido um posicionamento de enfrentamento às investidas contra o trabalho sexual, a fim de que sua demanda pelo reconhecimento da prostituição enquanto profissão seja atendida. Isto implica necessariamente na despenalização do entorno da prostituição que, ainda hoje, configura crime de lenocínio e impõe dificuldades ao exercício pleno do trabalho sexual, tanto no que se refere à segurança no trabalho quanto à garantia de direitos trabalhistas. Gabriela Leite, maior liderança do movimento de prostitutas no país, sempre lutou contra os discursos tutelares que buscam inscrever as prostitutas na condição de vítimas. A partir da militância de Gabriela Leite o termo “puta” passou a designar uma postura de enfrentamento ao estigma, contribuindo para a construção de uma identidade que pudesse fortalecer a luta por direitos e cidadania das prostitutas; além de problematizar não apenas o lugar relegado a trabalhadoras sexuais, mas também o de todas as mulheres na sociedade brasileira. Ela também foi a primeira puta no país a se dizer feminista e, mesmo quando duramente criticada por feministas indignadas com tal afirmação, argumentava: “sou uma puta feminista”. Gabriela Leite sofreu duras críticas por esse posicionamento, pois era inconcebível aquela época que uma puta pudesse ser reconhecida como feminista (LEITE, 1992, 2008).

De lá para cá o número de prostitutas que reivindicam espaço no feminismo ampliou consideravelmente, mesmo que o tabu que fecha as portas do feminismo para a

prostitutas ainda insista em persistir. O *Putafeminismo* tem se constituído com uma estratégia de ação política expressiva do movimento de prostitutas na atualidade, reacendendo os debates sobre direitos sexuais e trabalhistas ao tensionar questões relacionadas a sexualidade feminina, o significado de prostituição e do próprio feminismo, quando este se impõe como uma fronteira quase que intransponível para as trabalhadoras sexuais (PRADA, 2018). Paradoxalmente ao avanço conservador e a radicalização do discurso contra o trabalho sexual, o atual contexto é favorável à reivindicação do movimento de prostitutas por direitos sociais e direitos sexuais desde dentro do feminismo, disputando o campo e a prerrogativa de algumas mulheres que têm como missão “resgatar” outras mulheres consideradas vítimas da prostituição. Isso se explica devido à dinâmica interna do movimento de horizontalidade e diversidade dos feminismos plurais, como resultado da multiplicação de campos feministas (ALVAREZ, 2014). Vale ressaltar as transformações que as novas plataformas digitais de interação social têm promovido no fazer e no se fazer ativista, se constituindo como veículo político-comunicacional relevante para organização, atuação e expressão política para vários grupos feministas no país (FERREIRA, 2015). Neste momento existe uma fluidez do campo feminista, a organização de coletivos e a definição de agendas ocorrem sob outras perspectivas, diferente de como se vivenciou o feminismo a época de Gabriela Leite.

Assim sendo, o problema não reside no fato de haver diferentes tendências no feminismo, mas no fato da política econômica neoliberal acentuar essas diferenças, o que contribui ainda mais para a consolidação de uma espécie de hiato que impede a coalizão e fragmenta politicamente o feminismo (LAMAS, 2016). As disputas sobre o significado da prostituição têm contribuído expressivamente para a fragmentação política do feminismo, considerando os problemas gerados pela política econômica neoliberal ao engendrar diferentes formas de precarização e exploração da força de trabalho feminina, sobretudo, a falta de melhores oportunidades de emprego às mulheres em decorrência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Isto porquê o discurso feminista que conceituou o comércio sexual como uma forma de violência contra as mulheres tem sido funcional para o neoliberalismo, pois a representação frequente da prostituta como vítima de exploração sexual dificulta a compreensão de que a sua condição resulta de violência estrutural e práticas de exclusão inerentes ao capitalismo neoliberal (BERNSTEIN, 2007-b).

1.5 – As noções de exploração em disputa

A polêmica a respeito da prostituição no Brasil tem girado em torno da disputa sobre a redefinição desta atividade enquanto trabalho e sua associação com a exploração sexual, que segue um *continuum* desde a prostituição até ao tráfico de pessoas, tendo ressonância em todas as vertentes da militância feminista nacional.

Diante da complexidade das questões, se faz necessário compreender como estão sendo manejadas as noções de exploração, prostituição e tráfico de pessoas, bem como os discursos que são construídos sobre os mesmos e sua influência na prática social. Neste sentido, a noção de instabilidade das categorias analíticas (HARDING, 1993) é interessante para pensar as categorias (mais como pressuposto metodológico do que como teoria) que estão em disputas e os seus efeitos no mundo, considerando as implicações para as relações sociais e para a vida das pessoas diretamente afetadas por elas, na medida em que o Estado produz sujeitos através da implementação de políticas públicas.

Segundo Adriana Piscitelli (2012-a), o termo “exploração sexual” é bastante controverso, tanto nos códigos legais brasileiros quanto no ativismo político no país. Piscitelli (2013) sinaliza para a heterogeneidade de posicionamento das militantes feministas sobre a questão da regulamentação da prostituição: existem aquelas que reforçam o discurso abolicionista antiprostituição da MMM; algumas adotam uma postura intermediária e argumentam que não podem se opor a regulamentação, uma vez que se trata da reivindicação das próprias trabalhadoras sexuais enquanto movimento organizado – mesmo que ainda considerem a prostituição como objetificação da mulher; outras assumem um posicionamento mais flexível ao considerarem a prostituição um direito de escolha das mulheres ou, ainda, uma opção de trabalho mais vantajosa dentro das possibilidades profissionais disponíveis perante a realidade de outros trabalhos femininos mal remunerados. Contudo, Piscitelli (2013) enfatiza que esses posicionamentos refletem a posição individual das militantes, e não discurso unívoco de suas organizações.

Piscitelli (2012-a) chama atenção para a coexistência de três noções de exploração em disputa: i) a concepção vigente no Código Penal brasileiro, que estabelece forte relação com as abordagens abolicionistas, considerando a prostituição como sinônimo de exploração sexual, como se expressasse apenas uma única realidade compreendida como violência sexual em si mesma; ii) a noção de exploração

econômica, compartilhada pelo movimento organizado de prostitutas e por acadêmicos que defendem a perspectiva trabalhista da prostituição, entendendo que o trabalho sexual não se constitui necessariamente em exploração sexual, mas em apropriação da mais-valia, comum em toda relação de trabalho capitalista; iii) a noção de exploração presente na Reforma do Novo Código Penal brasileiro e no Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), construídas a partir de uma percepção mais liberal, que compreende a exploração sexual como prostituição forçada, no espectro mais amplo de trabalho forçado⁷⁷, enquanto privação das liberdades individuais.

Entre os anos de 2000 a 2009, o termo exploração sexual aparecia no Código Penal brasileiro apenas para definir a “exploração sexual de crianças e adolescentes”. Foi a partir da reforma do Código Penal em 2009 que “exploração sexual” passou a compor a definição de prostituição, como nos mostra Piscitelli:

Nessas modificações, os artigos voltados para a prostituição que no passado estavam agrupados sob o título “Dos crimes Contra os Costumes” passaram a ser incluídos no título “Dos crimes contra a Dignidade Sexual”. E os artigos, que na versão de 1940 trataram do “Lenocínio e do tráfico de mulheres”, a partir das alterações de 2005 passaram a tratar “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas” e, em 2009, “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual”. A partir das modificações de 2009, vários desses artigos (228, 229, 231 e 231a) passaram a referir-se a exploração sexual. E o fazem em termos que, sem definir a exploração sexual, parecem tornar essa expressão sinônimo de prostituição (PISCITELLI, 2012-a, p. 02).

Assim, o Código Penal promove uma vinculação direta entre prostituição e exploração sexual (desde então associada a maiores de 18 anos). A ausência de definição do termo exploração sexual na lei reflete em prejuízo para o entendimento do que seja a prostituição, uma vez que esta última passa a ser interpretada como uma modalidade de exploração sexual (e dialoga bastante com a perspectiva abolicionista), dificultando a compreensão da prostituição voluntária, como prática consentida.

⁷⁷ Trabalho forçado é definido como todo trabalho ou serviço exigido de alguém sob ameaça, representando grave violação de direitos relativos a privação de liberdade do/a trabalhador/a. A definição do trabalho forçado é caracterizada não pela natureza da atividade desenvolvida ou mesmo pela sua legalidade ou ilegalidade, mas fundamentalmente pela natureza da relação do trabalhador com o “empregador” (PISCITELLI, 2012-a).

Por outro lado, o PL “Gabriela Leite” buscava alterar o ordenamento jurídico ao promover a regulamentação laboral do trabalho sexual, despenalizando as casas de prostituição. Tal modificação permitiria a empreendimentos privados ligados ao terceiro setor, ou mesmo a cooperativas de profissionais do sexo, explorar economicamente a prestação de serviços sexuais. Aquela proposta de alteração do Código Penal está em consonância com a perspectiva trabalhista da prostituição ao regulamentar o trabalho sexual como atividade profissional e a exploração econômica como consequência das relações capitalistas, definindo explicitamente o termo “exploração sexual” para distingui-lo da prostituição. A noção trabalhista que considera a exploração econômica da prostituição está centrada, portanto, nas linhas marxistas de análise do trabalho (PISCITELLI, 2012-a).

Piscitelli (2012-a) também sinaliza para propostas de mudanças na lei através da Reforma do Novo Código Penal brasileiro, em tramitação desde 2012 no Senado Federal. No anteprojeto de Reforma, o Título IV “Crimes contra a dignidade sexual”, Capítulo I – “Crimes contra a liberdade sexual”, apresenta mudança que visa pôr fim a confusão estabelecida na Reforma de 2009 (ainda vigente), que vincula prostituição a exploração sexual. A proposta pretende distinguir prostituição forçada e prostituição voluntária, definindo em artigo específico o termo “exploração sexual” que, se aprovada, passa a caracterizar: “obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que alguém a abandone” (Artigo 183 – Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012). Ainda, outras alterações estão previstas nos artigos que criminalizam as casas de prostituição e que definem tráfico de pessoas apenas como promoção do deslocamento de pessoas com fins de exercer a prostituição. Piscitelli esclarece que a Reforma do Novo Código Penal estabelece o crime de tráfico de pessoas para as seguintes situações:

Grave ameaça, violência, coação, fraude, exercida sobre uma pessoa para submetê-la a qualquer forma de exploração sexual (entendida como prostituição forçada), ao exercício de trabalho forçado, ou a qualquer trabalho em condições análogas à de escravo, ou para a remoção de órgãos ou parte do corpo da pessoa (PISCITELLI, 2012-a, p.3).

Piscitelli (2012-a) ainda expõe a noção de “exploração sexual” presente no Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2005. A autora destaca que, neste relatório, a exploração sexual é englobada no conceito de trabalho

forçado, marcando claramente a distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária ao considerar exploração sexual como o ato de obrigar alguém a exercer a prostituição ou outra forma de atividade sexual comercial contra a sua vontade – esta definição de exploração sexual também contempla todos os casos em que crianças e adolescentes exercem atividades sexuais comerciais (PISCITELLI, 2012-a).

A esse respeito, Angela Araújo (2008) salienta que não se pode perder de vista o marco do pensamento liberal que norteia a noção de exploração presente no relatório da OIT. Nesta perspectiva, é considerada exploração apenas formas de apropriação da capacidade de trabalho em situações ilegais ou informais em que há descumprimento da lei e cerceamento da liberdade. Assim, tanto situações degradantes e de extrema precariedade, quanto relações informais, desprotegidas e inseguras de trabalho não se enquadram no conceito liberal de exploração, pois supostamente não configuram relações de desigualdade e de dominação sob a ótica das condições da liberdade de mercado que rege o capitalismo. A autora ressalta que essas condições de degradação se acentuam no exercício de atividades laborais não regulamentadas, sendo predominante nas situações de ilegalidade a existência de trabalho forçado (ARAÚJO, 2008).

Angela Araújo (2008) nos instiga a olhar para as condições de trabalho degradantes e compará-las com as diferentes experiências na prostituição enquanto possibilidade de apreender as situações nas quais as pessoas ingressam de maneira intermitente ou permanecem no trabalho sexual para sobreviver ou melhorar sua condição de vida e distingui-las daquelas que, de fato, envolvem coação, violência e fraude, configurando trabalho forçado e tráfico para fins de exploração sexual. A autora enfatiza ainda que a prostituição se assemelha a tantas outras atividades laborais exercidas informalmente e, por isso, deve ser compreendida sob o viés da luta por cidadania e direitos humanos e trabalhistas, rompendo definitivamente com os postulados morais que assolam a atividade profissional (ARAÚJO, 2008).

Desta forma, a noção de exploração proposta na Reforma do Novo Código Penal brasileiro se assemelha bastante com a que consta no relatório da OIT, pois ambas são orientadas por um viés liberal, no sentido em que remetem a relações que representam a privação de liberdade de trabalho, formuladas a partir da ideia de exploração sexual como prostituição forçada.

Para Piscitelli (2012-a), as noções de exploração desenvolvidas, tanto na perspectiva trabalhista quanto na perspectiva liberal, são significativas na medida em que possibilitam o reconhecimento do trabalho sexual como atividade profissional e se

afastam da abordagem abolicionista que considera toda e qualquer forma de prostituição como exploração sexual. Mesmo que a noção fundamentada nas bases liberais deixe de considerar como exploração outras situações de trabalho em decorrência de suas relações e condições muito precárias, a caracterização da prostituição forçada como trabalho forçado, faz dela um caminho aberto para pensar a prostituição como trabalho (PISCITELLI, 2012-a).

Este aspecto é bastante relevante, sobretudo, se considerarmos que a noção de exploração instituída no Código Penal brasileiro se inscreve na perspectiva de exploração sexual, sem que exista qualquer definição explícita deste termo, o que faz presumir a associação imediata de prostituição com exploração sexual. Este fato é demasiadamente preocupante, já que acarreta em diferentes maneiras de interpretação no debate público sobre a questão, mas, principalmente, gera consequências em termos do que está sendo considerado crime (PISCITELLI, 2012-a).

Para concluir, neste capítulo realizei duas descrições analíticas de momentos de tensão e conflitos entre feministas contrárias ao trabalho sexual e articulações políticas de prostitutas brasileiras, através de um exercício etnográfico que contemplou relações e campos que se constituem no *continuum* online/offline. Além disso, apresentei a configuração da arena política em que se insere o debate sobre prostituição no Brasil, delineando isto no marco de uma compreensão maior do contexto político feminista e do trabalho sexual no país. No capítulo seguinte discorro sobre a convergência entre os projetos antiprostituição do feminismo abolicionista e de religiosos cristãos, através do ativismo político da comunidade *mulheres contra o estupro pago* e do *Comitê pela Abolição da Prostituição*, e de dois projetos de lei apresentados na Câmara dos deputados por conservadores cristãos; ambos (feministas e religiosos) com o intuito de promoverem uma consciência contrária ao trabalho sexual, ainda que constituam projetos distintos de sociedade.

2. A prostituição sob escrutínio: quando os projetos antiprostituição do feminismo abolicionista e de religiosos cristãos convergem no Brasil

Este capítulo tem como propósito discutir sobre a articulação entre os projetos antiprostituição de religiosos conservadores cristãos e do feminismo abolicionista no país. A partir da análise do ativismo desempenhado por segmentos feministas contrários a prostituição, bem como da apreciação de dois Projetos de Lei elaborados por políticos que integram aquilo que passou a se designar como “bancada da bíblia”⁷⁸, pretendemos demonstrar como o estabelecimento de regimes de verdade tem orientado práticas de biopoder a fim de influenciar processos de governamentalidade instituídos pelo Estado.

A prostituição tem sofrido ataques sistemáticos de ambos os grupos, o que se intensificou com a proximidade dos megaeventos esportivos no país, mas principalmente quando passou a tramitar o “PL Gabriela Leite” na Câmara Federal, a fim de regulamentar a atividade das profissionais do sexo no Brasil. A resposta dos religiosos cristãos também seguiu o caminho do legislativo com a tramitação de Projetos de Lei que visam proibir/criminalizar a prostituição. Por sua vez, as investidas dos feminismos contrários ao trabalho sexual ocorreram por meio de mobilização e ativismo nas redes sociais, mas também através da organização da militância de base.

Neste capítulo analiso as construções narrativas antiprostituição através de publicações nas páginas do *Facebook* da comunidade *mulheres contra o estupro pago* e do *Comitê pela Abolição da Prostituição*, identificando as redes que se formam em torno desse posicionamento em nível global e como tais narrativas são incorporadas por determinadas feministas no Brasil. Além disso, destaco o caráter pedagógico de difusão de suas ideias enquanto dispositivo de governo da prostituição, sobretudo pelo discurso que se destina a promover uma consciência antiprostituição como componente de um suposto processo civilizatório, ao passo que também facilita a formação para o ativismo feminista que se opõe ao trabalho sexual.

Em seguida, analiso os dois Projetos de Lei que pretendem alterar o ordenamento jurídico sobre a prostituição: 1) o PL 2371/16, de autoria do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP), que requer a retirada da descrição da

⁷⁸ Termo que passou a ser empregado para se referir a políticos, majoritariamente evangélicos e católicos, que atuam na esfera legislativa do Congresso Nacional (deputados e senadores). Esses políticos defendem agendas voltadas para regular e normatizar questões relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais e à família, visando o fortalecimento das moralidades atreladas às crenças religiosas pregadas pelas suas igrejas.

ocupação de profissional do sexo em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do extinto Ministério do Trabalho e Emprego; e 2) o PL 377/11, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), que visa criminalizar a demanda por serviços sexuais através do encarceramento de consumidores da prostituição. Desta forma, a agenda antiprostituição de grupos religiosos se apropria pragmaticamente de pautas do feminismo abolicionista, com a finalidade de inviabilizar o exercício da prostituição e inscrever na ordem legal do país preceitos moralistas cristãos.

No entanto, antes de falar a respeito dos projetos antiprostituição de grupos religiosos cristãos e de feministas abolicionistas, farei uma breve digressão sobre o projeto de governamentalidade de mulheres de classe média posto em prática sobre as prostitutas em um passado recente, tendo como propósito retirá-las do trabalho sexual através de intervenções assistencialistas com foco no indivíduo, pois essas reformadoras acreditavam que poderiam eliminar a prostituição se todas as mulheres que se encontrassem nesta condição fossem “resgatadas”.

2.1 – A “ascensão do social” e a “política do resgate”: o projeto de governamentalidade de mulheres de classe média sobre as prostitutas

A partir de uma abordagem genealógica inspirada em Foucault, Laura Agustín (2005) analisa como processos de governamentalidade foram empregados, em um período que corresponde ao final do séc. XIX e início do séc. XX, para designar determinadas práticas do comércio sexual como “prostituição” e seus praticantes como “prostitutas”. Além disso, esses processos de governo da vida de prostitutas serviram para instituir uma classe de pessoas que atribuíssem a si próprias a missão de “resgatar” mulheres da classe trabalhadora que vendem sexo, fazendo disto uma ocupação remunerada e até mesmo digna de prestígio.

Agustín (2005) nos mostra que, embora seja recorrente associar a prostituição como a “profissão mais antiga do mundo”, o termo nunca foi descrito como uma atividade claramente definida, uma vez que não havia no passado nenhuma palavra ou conceito que significasse exclusivamente a venda de serviços sexuais. Assim, o termo era usado para marcar qualquer mulher que não se ajustava aos padrões de moralidade e respeitabilidade, referindo-se, mais especificamente, a relações sexuais fora do casamento e comportamentos considerados promíscuos, sem envolver a relação de troca sexo-por-dinheiro. A noção contemporânea de prostituição, tal como a conhecemos, foi

engendrada em determinado contexto e por razões específicas, tendo origem no processo iluminista que buscava explicações para a natureza de problemas sociais relacionados a existência da pobreza, aos efeitos da industrialização e ao crescimento das cidades.

Todas as pessoas que escapavam ao modelo instituído de família burguesa como “virtuosa” e “normal”, centrada no casamento heterossexual e sua prole foram discursivamente convertidas em desajustados sociais (AGUSTÍN, 2005). Como nunca havia acontecido antes, essas mulheres que não se enquadravam a esses padrões estabelecidos foram obrigadas a assumir uma identidade, a de prostituta, com base exclusivamente em suas práticas sexuais – igualmente ocorreu com os homossexuais, por exemplo. Neste período, a prostituição foi identificada como um problema social com características próprias: mulheres que vendem sexo para homens (a despeito da existência de homens que vendem sexo); e a identidade de prostituta foi criada em oposição a de esposa, assumindo conotações ambivalente, ora como vil e perigosa, ora como vítima das circunstâncias – esta última predominando a longo prazo (AGUSTÍN, 2005).

Agustín aponta que todas as pesquisas realizadas à época revelam que as mulheres rotuladas como prostitutas eram tão somente mulheres pobres e que vendiam sexo pela falta de emprego ou mesmo como uma medida para complementar a renda familiar. O estigma agiu poderosamente para marginalizar essas mulheres, compreendidas no imaginário social como incapazes de vivenciar outras experiências significativas no âmbito familiar, ou mesmo nas relações afetivo-amorosas, e sem autonomia para fazer suas próprias escolhas e prospectar sonhos para uma vida melhor (AGUSTÍN, 2005).

A autora nos mostra como o projeto de governamentalidade imposto às prostitutas não ficou apenas circunscrito às políticas de Estado, mas também passou a ser objeto de intervenções realizadas pela classe média, que se incumbiu a missão de instruir a forma correta para se viver melhor na sociedade, segundo seus padrões ideológicos (AGUSTÍN, 2005). Em nome do bem-estar social, houve uma proliferação de associações filantrópicas com a finalidade de ajudar e salvar grupos considerados “desajustados” socialmente, o que contribuiu para o surgimento de um tipo de regime que Agustín (2005) denomina de “ascensão do social”; baseado em práticas assistencialistas e que institui a construção de “identidades benevolentes”.

Agustín (2005) destaca que na “ascensão do social”, a missão benevolente de “resgatar” mulheres da prostituição resultou na criação de uma série de postos de trabalho para o segmento da classe média que se comprometeu a pôr em prática tal projeto. Diferentemente das antigas ações religiosas que tinham a mesma finalidade, uma nova carga moral foi atribuída a esse novo projeto, agora marcado por um discurso social e laico inteiramente dedicado a identificação das vítimas. Em um contexto em que havia uma necessidade crescente por emprego, este novo posto de trabalho que se abriu com o “setor social” possibilitou às mulheres de classe média um emprego que permitia acesso a vida pública e, ao mesmo tempo, garantia a respeitabilidade necessária para preservar a sua imagem perante a família e à sociedade; ao passo que, também, não colocava em risco noções de feminilidade – realidade muito diferente se comparada a experiência da maioria das mulheres no mundo do trabalho aquela época. Assim, a filantropia se tornou uma profissão e ajudar prostitutas a se redimir configurou-se como uma esfera adequada de emprego remunerado e digna de prestígio para mulheres da classe média (AGUSTÍN, 2005).

Laura Agustín (2005) sinaliza para a existência de um paradoxo nesta relação de benevolência: enquanto as mulheres de classe média desejavam maior emancipação e participação na vida pública, as prostitutas que elas buscavam reformar já desfrutavam de experiências e prazeres comuns mais flexíveis e variados nessa dimensão da vida. A prática de benevolência torna-se governamentalidade na medida em que determinadas mulheres são designadas como agentes mais adequados para reformar a conduta e a moral de outras mulheres, exercendo-a através de ações concretas de controle e vigilância colocadas em prática no dia a dia, na maioria das vezes, sem aceitar o desejo manifesto destas últimas em permanecer na condição em que se encontram (AGUSTÍN, 2005). Tal recusa da autodeterminação de prostitutas faz todo o sentido na lógica de empreendimento pessoal e profissional dessas mulheres da classe média que atuam no “setor social”, uma vez que não existam mulheres para “resgatar”, este posto no mercado de trabalho se extingue para elas.

Agustín ressalta que os principais efeitos da designação de mulheres que vendem sexo como vítimas e da necessidade de salvá-las resultaram na construção de uma figura benevolente necessária para ajudá-las e, no peso do estigma imposto a conduta daquelas que trocam sexo por dinheiro. Ademais, existe uma resistência muito grande em compreender esses projetos de resgate como exercício de governamentalidade, devido à dimensão virtuosa e benevolente que marcam o eixo simbólico da prática, contribuindo

para que estes projetos raramente sejam questionados ou criticados em geral (AGUSTÍN, 2005).

Finalmente, se faz necessário salientar que tentativas de governamentalidade de mulheres de classe média sobre prostitutas é desempenhado em diferentes lugares do mundo. Ainda hoje, existem muitas associações destinadas a “resgatar” mulheres da prostituição e seus discursos refletem a necessidade de combater a feminização da pobreza e a violência contra as mulheres através da erradicação da prostituição, do turismo sexual e do tráfico de pessoas. A exemplo disto, para o contexto brasileiro, veremos o ativismo político de *mulheres contra o estupro pago* e do *Comitê pela Abolição da Prostituição*.

2.2 – O Feminismo antiprostituição no Brasil: o ativismo político de *mulheres contra o estupro pago* e do *Comitê pela Abolição da Prostituição*

Neste tópico, optamos por discutir a atuação de *mulheres contra o estupro pago* e do *Comitê pela Abolição da Prostituição*, porque ambos se estabelecem como referências importantes na disseminação de conceitos neoabolicionistas no *Facebook*, ao promoverem uma consciência antiprostituição para um segmento de jovens feministas, igualmente contribuem para a formação ativista das mesmas.

Em uma postagem, a própria idealizadora de uma das páginas expõe a motivo pelo qual criou a Comunidade e o porquê as pessoas devem segui-la:

Se tem um site que vocês deveriam acompanhar e ler é o antiprostituicao.wordpress.com (e a página Mulheres Contra Estupro Pago aqui pelo facebook).

Há muito conteúdo sobre prostituição, tanto artigos, quantos livros e matérias de jornais. Todo o material está em português.

Criei o site com o objetivo de retirar a "desculpa" que há pouco material exclusivo sobre prostituição, especialmente os livros famosos sobre essa temática.

Prostituição é uma questão urgente e se você não sabe como se posicionar deveria checar o material que estou disponibilizando; mas se você sabe se posicionar perante a temática, sempre é bom ter material para fundamentar suas opiniões e ações.

No mais, acessam e leiam! #prostituição #aboliçãoéasolução
#mulherescontraoestupropropago.

Mulheres contra o estupro pago é uma das principais representantes da concepção que associa prostituição a estupro, como pode ser observado nas informações sobre a finalidade da página:

“Esta página procura apresentar a realidade das pessoas que são submetidas a prostituição – uma realidade em qual ser estuprada é rotina”⁷⁹.

A partir desta assertiva, podemos perceber que para a comunidade *mulheres contra o estupro pago* o estatuto moral das prostitutas passa a ser idêntico ao de uma vítima de estupro. Assim, dentro desse esquema conceitual, as prostitutas são enquadradas como “vítimas de exploração sexual”, sem possibilidade de agência.

De acordo com Adriana Piscitelli (2017), a noção de “cultura do estupro” já circulava no Brasil, mas ganhou bastante notoriedade a partir de 2016, após um episódio de estupro coletivo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, amplamente divulgado pela imprensa e nas mídias sociais. Em decorrência desse episódio houve uma intensa mobilização de vários coletivos feministas nas redes sociais, suscitando debates sobre desigualdade de gênero, “machismo” e violência sexual, marcadamente carregados de forte apelo emocional e com ênfase na vulnerabilidade feminina ao estupro como uma característica comum a todas as mulheres, ainda que sejam de contextos extremamente diferentes (PISCITELLI, 2017).

A autora nos diz que, em meio a esses debates e sob forte influência da circulação de noções transnacionais sobre feminismo e “cultura do estupro”, foram sendo tecidas as ideias que vinculam o trabalho sexual ao estupro por feministas contrárias à prostituição. De certo, essa vinculação age poderosamente para estigmatizar e descredibilizar o ativismo putafeminista, que reivindica o reconhecimento laboral do trabalho sexual, ao rejeita-las como feministas e silencia-las de se posicionarem contra o estupro (PISCITELLI, 2017), inclusive acusando-as de serem coniventes com a “cultura do estupro” – como vimos na controvérsia sobre o vídeo Putíssima Trindade; isto

⁷⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mulherescontraoestupropropago/about/?ref=page_internal. Último acesso em 23/02/2018.

porque a ideia de que as mulheres são meros objetos sexuais é supostamente reforçada por aquelas que vendem sexo.

Outra assertiva bastante difundida nas postagens da comunidade *mulheres contra o estupro pago* é aquela que associa prostituição à escravidão enquanto um sistema que aprisiona as mulheres material e ideologicamente, ou como a própria Comunidade se refere: “a escravidão mais antiga do mundo” – em alusão a expressão do senso comum que designa a prostituição como “a profissão mais antiga do mundo”. As feministas antiprostituição costumam usar o termo *escravidão sexual feminina*, elaborado por Kathleen Barry (1979) para se referir ao trabalho sexual, argumentando que não é possível haver equidade entre homens e mulheres enquanto existir prostituição, uma vez que esta prática institucionaliza a subalternidade feminina, portanto, sendo essencialmente opressora.

Mulheres contra o estupro pago compreende a prostituição como fundamento da violação dos direitos humanos e divulga material informativo em oposição ao trabalho sexual e a indústria do sexo em perspectiva mais ampla. O propósito é apresentar dados supostamente objetivos sobre o fenômeno para que os leitores tirem a sua própria conclusão a partir de “indicadores da prostituição pelo mundo” e do relato de experiência de “sobreviventes” da prostituição⁸⁰.

A comunidade levanta três indagações que demarcam o seu posicionamento sobre a questão:

Por que você ainda acha que a indústria do sexo pode ser feita segura ou é empoderadora se ela causa destruição a todas [mulheres] que se submete?

Como defender a legalização se os países que o implementaram não foram bem-sucedidos em nada que era dito sobre direitos das pessoas prostituídas ou sua segurança?

Como não apoiar o modelo nórdico se ele - até agora - está dando o que 89% delas [prostitutas] querem - uma saída?

Como pode ser visto, o posicionamento da Comunidade está alinhado aos princípios neoabolicionistas, implementados pela primeira vez enquanto política de

⁸⁰ A maioria desses estudos carece de rigor ou mesmo de reconhecimento da complexidade que o trabalho sexual pode assumir em cada contexto local. A retórica é construída fundamentalmente por meio de percepções maniqueístas da realidade em que as preocupações morais superam as evidências, quase sempre com o intuito de gerar pânico.

Estado na Suécia, nos idos de 1999. A referência ao “modelo nórdico” se deve à forte influência que a agenda feminista do Estado sueco teve entre os países daquela região, como Finlândia e Noruega, antes de serem adotadas por outros, principalmente os europeus. Contudo, o modelo não migrou automaticamente de um país para outro, uma vez que contextos específicos requerem adaptações à medida que a política se difunde. Nas décadas seguintes, a Suécia assume um status de modelo global no que se diz respeito à biopolíticas sobre prostituição, em decorrência de uma percepção internacional generalizada que associa o país como altamente civilizado e moralmente correto; mas, sobretudo, como resultado de uma política de relações internacionais que visa promover ativamente a autoimagem da Suécia na esfera global como referência em equidade de gênero (WARD & WYLIE, 2017; SVANSTRÖM, 2017). Com este propósito o governo destina fundos econômicos e esforços diplomáticos na promoção de suas políticas no exterior, principalmente em países vinculados a União Europeia. Assim, a Suécia desponta a partir do início do século XXI como um modelo de sucesso na implementação de políticas de caráter feminista, sendo a proibição da compra de sexo e a criminalização do cliente, elementos essenciais do programa de igualdade proposto pelo “Estado feminista” de bem-estar social daquele país (WARD & WYLIE, 2017; SVANSTRÖM, 2017).

É importante destacar o papel fundamental que as redes transnacionais exercem para a promoção de uma consciência antiprostituição ao contribuírem para o surgimento e organização de grupos de pressão e, até mesmo, para o direcionamento das pautas da própria política internacional sobre a questão como, por exemplo, a aprovação do Protocolo de Palermo e seus desdobramentos⁸¹. Muitos desses grupos estão associados ao movimento global de oposição à violência contra as mulheres e têm operado em redes transnacionais de advocacia contra a legitimidade do trabalho sexual, se constituindo em influentes atores na difusão de biopolíticas neoabolicionistas (WYLIE, 2017).

⁸¹ O Protocolo de Palermo se constitui como instrumento legal do direito internacional que versa sobre o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. O *lobby* do feminismo neoabolicionista resultou na aprovação do texto que pode ser interpretado como uma validação de suas perspectivas no que se refere as questões relacionadas a demanda, ao consentimento e a ênfase geral no tráfico sexual de mulheres e crianças. Assim, o Protocolo de Palermo forneceu uma estrutura normativa que serve de chancela para o ativismo neoabolicionista visando a aprovação de leis antiprostituição e antitráfico em contextos políticos locais e regionais como ocorreu, por exemplo, no parlamento da União Europeia (WYLIE, 2017). O Brasil é signatário do Protocolo de Palermo, tendo ratificado por meio do Decreto 5.017 de 12 de março de 2004, oficialmente conhecido como “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças” (BRASIL, 2004).

A expansão dos conceitos feministas em esfera global facilitou a articulação entre ativistas feministas em várias redes transnacionais, sendo que a disseminação e incorporação acelerada dessas ideias tiveram lugar na recente expansão e popularização dos feminismos no Brasil, intensamente mediados pela internet e mídias sociais (PISCITELLI, 2017). É, pois, a partir deste cenário mais amplo e das articulações em rede com outras entidades da sociedade civil mundo a fora, que a comunidade *mulheres contra o estupro pago* coloca em prática o seu ativismo no contexto local, contribuindo para fomentar e popularizar as ideias neoabolicionistas por aqui, ainda que o campo de atuação esteja reduzido a internet. Ademais, é fundamental compreender os efeitos que esse ativismo desempenhado por determinadas feministas tem acarretado para subalternizar ainda mais outras mulheres historicamente marginalizadas, considerando o contexto político singular de perda de direitos e recrudescimento do conservadorismo que assola o país na atualidade.

Abaixo apresentamos um quadro com algumas das páginas seguidas pela Comunidade e que exercem forte influência em sua política.

Quadro 1 – Páginas seguidas na internet pela comunidade <i>Mulheres contra o estupro pago</i>	
Páginas seguidas	Descrição
Coalition Against Trafficking in Women Australia	The Nordic Model is an innovative and holistic form of sex industry policy that is gaining traction internationally. It is a progressive approach and the only option available that is consistent with a feminist human rights framework. It explicitly recognises the gendered nature of demand for sexual exploitation, that is: that women (esp. marginalised women) make up the majority of prostituted persons, and men make up the vast majority of sex buyers.
Nordic Model Now	Movement for the Abolition of Prostitution. A UK grassroots group campaigning for the Nordic Model approach to prostitution and the abolition of prostitution and related practices (such as lapdancing, pornography and surrogacy). Are you sick of all the ‘happy hooker’ stories? Would you like people to know what the sex trade is really like? We have a Share Your Story page on our website, where you can share your experiences anonymously – whether you’ve been in the sex trade or have been affected by it indirectly. Alternatively, you can message us your story on this Facebook page.
Traductoras por la abolición de la prostitución	Esta página es para la difusión, el intercambio y el aprendizaje. Somos un blog de referencia del activismo abolicionista. Traducimos y publicamos traducciones al español de los textos más relevantes que se van produciendo en el abolicionismo europeo e internacional

	que están publicados en otros idiomas. Nuestro objetivo es proveer al movimiento abolicionista de la información que no se dispone en nuestro idioma y que nos ayude en la concienciación social y la lucha política.
Mulheres da Luz	Mulheres da Luz é um coletivo que busca promover a cidadania e a garantia de direitos humanos das mulheres em situação de prostituição. Para tanto, desde 2013, o coletivo promove atividades de cidadania, saúde, cultura, acesso a direitos junto às mulheres em situação de prostituição do Parque da Luz e entorno. As mulheres acompanhadas pelo coletivo, em sua maioria, têm idade acima de 40 anos, provêm de bairros distantes da cidade, possuem baixa escolaridade e dificuldade de acesso às políticas públicas.

Uma das principais referências para *mulheres contra o estupro pago* é a organização Coalition Against Trafficking in Women (CATW)⁸². A CATW está baseada nos EUA, mas possui filiais em vários países, como: Japão, México, Índia, Filipinas, Venezuela, Mali e, dentre tantos outros, também na Austrália, célula da rede seguida pela comunidade *mulheres contra o estupro pago*. A CATW se constitui como uma das organizações transnacionais feministas mais influentes do mundo, tendo papel fundamental nas negociações que culminaram na aprovação do Protocolo de Palermo.

Outra referência é a página *Nordic Model Now*⁸³, localizada no Reino Unido. Esta comunidade também atua na difusão dos princípios neoabolicionistas de combate ao trabalho sexual. Em sua página na internet é disponibilizado um espaço para que mulheres que estejam inseridas ou tenham sido afetadas indiretamente pela prostituição possam compartilhar suas histórias e experiências anonimamente. É da página *Nordic Model Now* que a comunidade *mulheres contra o estupro pago* compartilha a maioria dos relatos de mulheres “sobreviventes” da prostituição e um número expressivo de publicações em favor da política de criminalização das pessoas que pagam por serviços sexuais.

Como podemos verificar, as duas organizações fazem referência constante ao “modelo nórdico” em sua descrição de apresentação, argumentando em defesa da biopolítica de criminalização da demanda masculina que paga por serviços sexuais como a solução mais eficaz (Modelo Nórdico Já! - enfatiza o próprio nome de uma das entidades), ou mesmo a única alternativa para o “problema” da prostituição, como a página da CATW-AU expressa:

⁸² Coalizão Contra o Tráfico de Mulheres (Tradução livre).

⁸³ Modelo Nórdico Já! (Tradução livre).

“Trata-se de uma abordagem progressista e a única opção disponível que é coerente com um quadro feminista de direitos humanos. Reconhece explicitamente a natureza de gênero da demanda por exploração sexual, ou seja: que as mulheres (especialmente as mulheres marginalizadas) são a maioria das pessoas prostituídas, e os homens constituem majoritariamente os compradores de sexo” (Tradução livre)⁸⁴.

Portanto, a prostituição é compreendida por essas organizações como uma demonstração violenta e inaceitável do patriarcado e que, por isso, necessita de intervenção do Estado. No entanto, percebemos que a perspectiva de intervenção postulada por essas organizações está ancorada nos dispositivos punitivos da justiça criminal, retirando a prostituição dos quadros de políticas sociais com respostas por meio de medidas contra a pobreza ou de redução de danos, por exemplo.

A comunidade Tradutoras por la abolición de la prostitución se constitui como referência na tradução e publicação de textos abolicionistas traduzidos para o espanhol, inspirando a página *mulheres contra o estupro pago* a adotar prática semelhante como estratégia para popularizar e fomentar as ideias neoabolicionistas entre jovens feministas brasileiras. Além das postagens na página do *Facebook*, a comunidade *mulheres contra o estupro pago* criou um site para armazenar e disponibilizar a tradução livre de textos e livros escritos por autoras que assumem posicionamentos contrários à prostituição. A tradução é feita pelas próprias administradoras da página e por colaboradoras/es eventuais que se identificam com a causa. As administradoras se propõe postar a cada semana um novo texto⁸⁵. A seguir apresentamos um quadro com as principais obras e suas respectivas autoras.

⁸⁴ Do original: “It is a progressive approach and the only option available that is consistent with a feminist human rights framework. It explicitly recognises the gendered nature of demand for sexual exploitation, that is: that women (esp. marginalised women) make up the majority of prostituted persons, and men make up the vast majority of sex buyers”.

⁸⁵ *Mulheres contra o estupro pago*: “textos traduzidos e produzidos sobre prostituição de forma não-moralista”. Os textos ficam armazenados em <https://antiprostituicao.wordpress.com/> e são classificados em 25 (vinte e cinco) categoriais. É importante destacar que a grande maioria dos textos são traduzidos, sendo mínima a quantidade de textos produzidos pelas próprias administradoras e por demais colaboradoras/es. Além disso, a maioria dos textos podem ser acessados em diferentes categorias, o que torna exaustiva a repetição de textos. O material foi distribuído da seguinte forma: 1- Abolição da prostituição; 2- Ativismo café; 3- Capitalismo; 4- Casamento; 5- Clube de strip; 6- Compradores sexuais; 7- Danos à crianças e adolescentes; 8- Danos à saúde física e mental; 9- Descriminalização da prostituição; 10- Discussões sobre prostituição; 11- Escolha; 12- Legalização da prostituição; 13- Ligação com a pornografia; 14- Linguagem; 15- Mídia; 16- Mitos; 17- Pornografia; 18- Posição do feminismo e

Quadro 2 – Autoras e obras de referência para a comunidade <i>Mulheres contra o estupro pago</i>		
Autoras	Livros	Ano de publicação
Sheila Jeffreys	The Industrial Vagina	2008
Janice Raymond	Not a Choice, Not a Job	2013
Kat Banyard	Pimp State: Sex, money and the future of equality	2016
Julie Bindel	The Pimping of Prostitution: Abolishing the Sex Work Myth	2017

Esses textos disponibilizados constituem a base conceitual pela qual as organizadoras da página fundamentam seu ativismo político e buscam difundir uma consciência antiprostituição através da internet. De modo geral, essas obras versam sobre a prostituição enquanto mecanismo de opressão e violência a qual mulheres são objetificadas como expressão de poder e dominação masculina. Neste sentido, denunciam o caráter opressor da prostituição como segmento de um cenário mais amplo pelo qual se estabelece a indústria global do sexo em plena expansão (JEFFREYS, 2008), acusando os governos de omissão e de contribuírem para a conformação hegemônica da exploração sexual feminina quando não criam legislações para coibir o comércio sexual (BANYARD, 2016). Essas obras objetam que a prostituição possa ser associada à noção de trabalho, pois a consideram elemento constitutivo da dominação patriarcal (BINDEL, 2017); além disso, rejeitam veementemente o “mito” de que mulheres escolhem livremente a prostituição dentro de um conjunto de alternativas econômicas em uma sociedade que possibilite condições de equidade entre homens e mulheres (RAYMOND, 2013). Nesta perspectiva, as desigualdades entre os gêneros, sobretudo aquela relacionada ao mercado de trabalho, agem poderosamente como mecanismo de coerção econômica que empurra um número significativo de mulheres para a prostituição.

No contexto nacional, *mulheres contra o estupro pago* segue o coletivo *Mulheres da Luz*, compartilhando as ações realizadas por essa organização e

de feministas; 19- Posição do socialismo e de socialistas; 20- Racismo; 21- Relatos de sobreviventes da indústria do sexo; 22- Resenhas de livros com o tema prostituição; 23- Site: Mulheres contra o estupro pago; 24- Uncategorized; 25- Violência inerente. Disponível em <https://antiprostituicao.wordpress.com/>. Último acesso em 12/08/2019.

contribuindo na divulgação dos mais diversos tipos de campanhas: arrecadação de cestas básicas, doações de itens que podem ser vendidos em bazares ou brechó, além de informar sobre as demandas da entidade por serviços voluntários. No Brasil, o coletivo *Mulheres da Luz* é uma referência em serviços de assistência a prostitutas desde uma perspectiva abolicionista. Ele foi fundado em 2013 pela ex-prostituta Cleone Santos e pela freira Regina Célia Coradin, com o intuito de assistir mulheres em situação de prostituição que atuam no Parque da Luz e entornos da região central do município de São Paulo. O Coletivo atende mulheres na faixa etária entre 35 e 70 anos de idade, sendo em sua maioria negras e pardas, com baixa escolaridade e oriundas das regiões periféricas da cidade. *Mulheres da Luz* promove atividades de acolhimento, cursos e oficinas de capacitação profissional, atendimento de saúde e serviço de assessoria jurídica para as trabalhadoras sexuais, por meio de parcerias com diferentes entidades da sociedade civil.

De acordo com a página do Coletivo na *web*, uma das missões mais importantes desta organização é levar a pauta da prostituição para a esfera pública através de palestras, rodas de conversa, encontros, lançamentos de livros, dentre outras atividades. Outra atividade fundamental na estratégia de intervenção do coletivo *Mulheres da Luz* consiste no trabalho de campo realizado por pessoas voluntárias que abordam as trabalhadoras sexuais para conversar sobre a história e a missão da organização, bem como para ouvir a demandas e as dificuldades dessas mulheres. A perspectiva da intervenção promovida neste tipo de ação está centrada na prática abolicionista do “resgate” de mulheres da prostituição, visando reabilitá-las em outras atividades, como por exemplo: corte, costura, artesanato, pintura em tecido, etc. que possibilitem buscar outro ofício, por considerarem o trabalho sexual inerentemente degradante.

Outra referência de ativismo político e na propagação de ideias contra a prostituição no contexto nacional é o *Comitê pela Abolição da Prostituição*, fundado em 2014 na cidade de São Paulo-SP. De acordo com as informações sobre a sua finalidade, o *Comitê* se define como “uma organização do Brasil que combate o sistema prostituinte a partir de uma perspectiva abolicionista”⁸⁶.

Diferentemente da comunidade *mulheres contra o estupro pago*, o *Comitê pela Abolição da Prostituição* não restringe o seu ativismo político as redes sociais, tendo sido organização importante no debate e na propagação das ideias feministas

⁸⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/comite.abolicao/about/?ref=page_internal. Último acesso em 23/02/2018.

antiprostituição no Brasil em momentos essenciais das controvérsias recentes sobre o trabalho sexual no país.

No dia 03 de julho de 2014, na agenda das manifestações contra a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, o *Comitê* realizou no vão-livre do Museu de Artes de São Paulo (MASP) um ato intitulado “Intervenção: Prostituição existe porque você paga. Pare a demanda: Mulher não é mercadoria”⁸⁷. A ação teve como propósito denunciar o avanço da indústria do sexo no marco de megaeventos no país, compreendendo a prostituição enquanto “mercantilização” do corpo de mulheres. Segundo essa perspectiva, megaeventos desta natureza intensificariam, supostamente, a “exploração sexual” feminina através do turismo sexual e do tráfico de pessoas, considerando a condição de pobreza vivenciada pela grande maioria das mulheres que se encontram na prostituição.

Em março daquele mesmo ano, o *Comitê* já havia elaborado dois documentos se posicionando contra o Projeto de Lei nº 4.211 (PL Gabriela Leite), em que denunciam a regulamentação proposta pelo PL como a “legalização da cafetinagem”, enfatizando que tal alteração no Código Penal, em caso de aprovação, beneficiaria apenas os donos das casas de prostituição e os clientes, em detrimento das mulheres em situação de prostituição.

O primeiro documento consiste em um material que se propõe a analisar criticamente o PL desde uma perspectiva abolicionista, com destaque para os pontos considerados cruciais daquilo que o *Comitê* avalia como a formalização e amplificação da dominação dos homens sobre as mulheres e da expansão da indústria do sexo no país. A apreciação do PL tem início com a crítica sobre uso da categoria “profissional do sexo” ao considerar que a mesma omite uma realidade inerente a prostituição, onde majoritariamente os consumidores são homens e a grande maioria das “pessoas prostituídas” são mulheres. Portanto, a neutralidade de gênero que o termo “profissional do sexo” pressupõe, cumpre uma função política de mascarar o sistema de dominação masculina que mercantiliza e explora sexualmente o corpo feminino.

A apreciação segue com a crítica sobre o que essas feministas atribuem a “falsa distinção” entre exploração sexual e prostituição. A abordagem considera limitada a concepção de exploração sexual apresentada pelo PL, pois transmite a ideia de que não

⁸⁷ O cartaz de divulgação do evento ilustra a imagem em preto e branco de uma mulher negra com a boca coberta por uma faixa escura que representa um código de barras, sugerindo silenciamento e ao mesmo tempo sua objetificação como mercadoria.

existe violência intrínseca na prostituição e que essa violência/exploração seria atribuível apenas a situações específicas; igualmente sustenta a ideia de que a voluntariedade/agência na prostituição está dada, como algo inquestionável. A crítica ressalta que em nenhum momento o PL discute sobre as questões relativas às desigualdades sociais e de gênero que contribuem para exclusão e empurram as mulheres para a prostituição.

Um ponto crucial do PL problematizado pelo *Comitê* se refere a alteração do Código Penal para descriminalizar o rufianismo e o funcionamento das casas de prostituição, sob a alegação de que os únicos beneficiados seriam os clientes e os proprietários desses estabelecimentos. A argumentação ressalta que a proposta não aprofunda quais seriam os direitos garantidos as profissionais do sexo e que isto serviria para legitimar a exploração sexual das mulheres em situação de prostituição. Ainda, a crítica avança expondo a contradição da proposta em relação a descriminalização das casas de prostituição, ao questionar sobre garantiria de que a legalização desses estabelecimentos se traduza em melhoraria das condições de trabalho e para a dissolução da corrupção nesse meio, diante a escassez de fiscalização para desmontar essas redes, uma vez que a lei não é cumprida nem mesmo quando a legislação estabelece o favorecimento da prostituição como crime no país.

Outra questão diz respeito aquilo que o *Comitê* designa como “relativização falaciosa” da noção de tráfico sexual. O texto critica a proposição que visa descriminalizar a rede de apoio que auxilia o deslocamento e o estabelecimento de pessoas com a finalidade de prostituição, ironizando a justificativa ao associar a dimensão que inscreve o eixo simbólico de solidariedade como tráfico sexual, sob a alegação de que o PL sugere que o tráfico seria uma demonstração de solidariedade.

Assim sendo, a crítica feita pelo *Comitê* questiona as reais disposições para a regulamentação do trabalho sexual estabelecidas pelo PL, denunciando a ausência de garantias de direitos que possibilitem as pessoas em situação de prostituição melhorias concretas em relação às diversas formas de violências e à condição de exploração sexual a que são submetidas frequentemente. Ainda, a crítica chama atenção para os riscos iminentes da aprovação do PL e a urgência dada para tal finalidade as vésperas da Copa do Mundo no Brasil⁸⁸.

⁸⁸ O documento em relação ao Projeto de Lei 4.211 (PL Gabriela Leite) está disponível em: <https://we.riseup.net/tesourista/documento-em-rela%C3%A7%C3%A3o-ao-projeto-de-lei-no-4-211-pl?fbclid=IwAR3FOtc7lLoj5DqjgBIJOTG-RIx6HALOj356bJH035ySzFCOzrNGF1-SI>

O segundo documento se trata de um material complementar intitulado “Mulher não é mercadoria! Pela abolição da prostituição!”⁸⁹, confeccionado em forma de panfleto e com uma linguagem mais acessível com característica de manifesto para distribuição em atos como aquele ocorrido no MASP. O conteúdo deste panfleto também faz crítica ao PL Gabriela Leite, sintetizando as principais questões problematizadas no primeiro documento. Porém, esse material se diferencia por apresentar um conjunto de pautas abolicionistas defendidas pelo *Comitê*:

Defendemos um modelo abolicionista da prostituição:

1. Nenhuma criminalização as mulheres em situação de prostituição. Por políticas que promovam a saída das mulheres da prostituição e da marginalização social
2. Por uma lei que criminalize a compra de qualquer ato sexual. Pela responsabilização e criminalização do consumo de sexo.
3. Por mais fiscalização e pela criminalização de qualquer forma de agenciamento, controle ou aliciamento na prostituição. Pela criminalização da cafetinagem, das casas de prostituição e das redes de tráfico sexual.
4. Por mais políticas sociais voltadas para as mulheres, por equiparidade salarial entre homens e mulheres e por políticas e campanhas de prevenção a prostituição.

Neste esteio, em uma postagem no *Facebook*, o *Comitê* compartilhou a cartilha “Prostituição: uma abordagem feminista”⁹⁰ produzida pela Sempreviva Organização Feminista (SOF). A cartilha se propõe a desvelar uma compreensão sobre prostituição através da perspectiva do feminismo radical sobre sexualidade feminina e sua relação com marcadores sociais como raça e classe. O material aborda temas como, por exemplo, a prostituição enquanto construção histórica e componente das relações patriarcais, passando por questões como a banalização da sexualidade feminina e a mercantilização e controle do corpo das mulheres; bem como as propostas de regulamentação no contexto de precarização do trabalho e as considerações sobre o

⁸⁹ O documento apresenta a imagem em preto e branco de uma mulher despida, sentada de costas e em posição fetal, nitidamente deprimida. Na sua costa, próximo ao ombro esquerdo, vê-se um código de barras representando sua objetificação enquanto mercadoria. Logo acima da imagem, os dizeres: “As mulheres não se compram, não se vendem”.

⁹⁰ A cartilha está disponível em:

http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/02/Prostituicao_uma_abordagem_feminista.pdf

projeto Gabriela Leite. A cartilha finaliza com a crítica à prostituição como parte da luta feminista.

No que se refere a organização do *Comitê*, além das reuniões ordinárias em que se discutem as pautas e as linhas de atuação, também são promovidas reuniões abertas sobre os princípios e missão do coletivo, com o propósito de agregar um número maior de mulheres que comunguem do posicionamento e passem a integra-lo:

“Se você tem proximidade de posicionamentos conosco, participe de nossa próxima reunião e compartilhe com seus conhecidos! O Comitê depende da participação de todas! Pedimos a quem se interessar por integrar o Comitê que nos envie uma mensagem, para que estejamos em contato e divulguemos o local da reunião”⁹¹.

As reuniões formativas também possuem função estratégica na atuação do *Comitê*, momento em que se discutem autoras, artigos e questões fundamentais para a construção da pauta abolicionista sobre prostituição. Essas atividades assumem o formato de roda de conversa sobre um tema definido previamente e subsidiado pela leitura de um texto disponibilizado na internet, armazenado em uma base de dados criada para esta finalidade.

No dia 30 de abril [2017] realizaremos a primeira de uma série de rodas de conversa, onde debateremos a prostituição por um viés abolicionista.

Para este primeiro encontro vamos utilizar como texto base o artigo "Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica", de Tânia Navarro Swain.

Compartilhem o evento e compareçam!

Segundo o próprio *Comitê* informa, a proposta deste ciclo de debates tem por intuito delinear e complexificar a cada roda de conversa a compreensão sobre a

⁹¹ No dia 28 de janeiro de 2017, o Comitê realizou reunião aberta “Pelo Fim da Mercantilização de Mulheres”, no Centro Cultural de São Paulo (CCSP). Na chamada para a reunião, uma jovem interessada em participar perguntou as organizadoras se poderia estender o convite a um amigo seu, quando recebeu a seguinte resposta: “o que nós esperamos para essa reunião não são observadores, mas pessoas interessadas em de fato compor o grupo – conforme destacado na descrição do evento -, já que nós discutiremos questões internas ao Comitê, e não teoria abolicionista. Você conhece algum homem que deseje atuar politicamente contra a prostituição? ”.

prostituição enquanto um problema social que escraviza as mulheres. A chamada para a reunião formativa ainda anuncia que o próximo evento será reservado para a apresentação dos modelos legais que regem a prostituição:

No evento seguinte pretendemos apresentar os diferentes modelos legais existentes para a prostituição: regulamentismo, proibicionismo e abolicionismo.

A programação completa das rodas de conversa será divulgada em breve!

O *Comitê* disponibiliza um canal para a comunicação com pessoas que compartilham da perspectiva abolicionista e queiram contribuir com as publicações do coletivo nas redes sociais:

“Se você partilha da perspectiva abolicionista e gostaria de contribuir com algum link, informação, dado, publicação, livro, citação, pensamento, cartilha, enfim... envie para a gente para que possamos publicar em nossa página! ”.

Assim, o *Comitê* compartilha tanto materiais disponibilizados por outras comunidades que integram redes feministas transacionais, quanto aqueles enviados por seguidoras adeptas dos princípios abolicionistas sobre prostituição.

Em 09 de outubro de 2016, o *Comitê* inaugurou em sua página no *Facebook* a série “Um Mito por Semana”, com a finalidade de discutir um mito diferente sobre a prostituição, sempre às segundas-feiras. A série consistiu em 30 (trinta) proposições assertivas sobre a prostituição consideradas falsas, no intuito de desmistificá-las⁹².

⁹² 1- A prostituição sempre existiu, então é inevitável. É a profissão mais antiga do mundo; 2- A prostituição é coisa de “mulher de vida fácil” e as prostitutas ganham muito dinheiro. Se uma mulher se prostitui deve ser considerada minha inimiga. Ela não passa de uma pecadora e uma ameaça à família; 3- A prostituição é uma escolha/ um trabalho/ um serviço como outro qualquer, desde que em idade de consentimento; 4- Se a prostituição não existisse haveria mais estupros; 5- Mas eu ouvi falar daquela mulher, que disse gostar de se prostituir...; 6- As pessoas abolicionistas querem proibir/criminalizar a prostituição; 7- Os consumidores fazem bem às mulheres, pois garantem seu meio de subsistência; 8- As mulheres na prostituição não veem o ato em si como uma violência, mas somente os aspectos do não pagamento dos clientes, dos abusos dos cafetões e da falta de higiene dos locais; 9- Existe uma distinção entre prostituição forçada/ tráfico e prostituição voluntária, que deveria governar a política e a legislação sobre esse assunto; 10- Se tem quem demanda, tem quem oferece. Ou se criminaliza os dois ou não se criminaliza nenhum; 11- Prostitutas querem ser chamadas de “profissionais do sexo”; é um termo mais respeitoso; 12- A prostituição interna é mais segura que a prostituição externa; 13- Para efetiva redução da prostituição é preciso criminalizar não só o cliente, mas também a mulher; 14- A “facilitação do

Assim, a cada semana, durante um período de aproximadamente oito meses, foram postados temas/questões com a finalidade de promover uma reflexão sobre a prostituição a partir do ponto de vista abolicionista. A série foi inspirada em uma cartilha que versa sobre os argumentos mais comuns usados pelas pessoas para justificar/naturalizar a atividade prostitucional, publicado no site sueco "På tal om Prostitution"⁹³. A proposta da cartilha é instruir jovens feministas, a partir de 49 questões predefinidas sobre prostituição, a argumentarem e contra-argumentarem a respeito do tema desde uma perspectiva neoabolicionista.

O *Comitê* compartilhou outra postagem do mesmo site sueco sobre o posicionamento pela abolição da prostituição:

"No passado, era comum bater em crianças para propósitos disciplinares. Graças à lei sueca contra o abuso infantil, entre outras coisas, muito menos pessoas na Suécia batem em seus filhos hoje. As pessoas mudaram suas visões sobre a punição corporal. Abuso infantil ainda existe, mas quanto mais crianças não tendo que sofrer, melhor, não é mesmo?"

É assim que nós vemos a prostituição, o estupro e o abuso de mulheres. Leis não podem fazer com que a opressão de mulheres desapareça, mas às vezes elas ainda podem fazer algum bem. Quanto menos mulheres tendo de sofrer, melhor, não é mesmo?" ("På tal om

deslocamento” de pessoas na prostituição é “ajuda, expressão de solidariedade sem a qual a vida de pessoas profissionais do sexo seria ainda pior. Não se pode criminalizar a solidariedade” [PL Gabriela Leite]; 15- Penalizar a demanda torna a prostituição clandestina/oculta (“underground”) e força as mulheres a assumir riscos maiores, privando-as de ganhar a vida; 16- A legalização da prostituição ao reconhecê-la como profissão, reduz o estigma colocado sobre as mulheres; 17- Abolicionistas vitimizam as mulheres na prostituição; 18- proxenetismo é uma atividade criminosa somente quando não segue a legislação específica. Regulamentar e cumprir é garantia da não-violação dos direitos das mulheres; 20- Mulheres na prostituição não querem os compradores penalizados; 21- Aquela que não se prostitui não está autorizada a opinar sobre prostituição; 22- Onde o modelo abolicionista foi implantado cresceu o índice de vulnerabilidade e de violência contra mulheres na prostituição; 23- A legalização da prostituição torna a prática mais segura para as mulheres e controla o crime organizado; 24- A prostituição é um acordo feito entre quem oferece e quem compra – não deve ser do assunto do governo e nem da polícia; 25- A prostituição é importante para promover bem-estar. Imagine homens que não tem as mesmas oportunidades de fazer sexo com mulheres, como os homens com deficiência física; 26- Mas também tem homens oferecendo e mulheres consumindo; 27- Isso é só sobre satisfação de fantasias sexuais, não procurem pelo em ovo. Quem critica a prostituição deve ser moralista e/ou religioso; 28- Ela só gosta de fazer sexo e aproveitou para cobrar por isso. Qual o problema?; 29- A prostituição tem se expandido nos últimos anos pois é expressão das novas conquistas da libertação sexual das mulheres. Monetizar a intimidade faz parte da complexificação dos processos relativos a esse novo mercado a economia mundial; 30- O índice de mulheres que chegam à prostituição na Holanda cresceu somente porque elas foram estimuladas a procurar lugares seguros para se prostituir.

⁹³ Disponível em https://www-kvinnofronten-nu.translate.google.com/?x_tr_sch=http&x_tr_sl=sv&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=op.sc

Prostitution - Argument & Motargument om Prostitution", "Ingenting är möjligt?" – Kvinnofronten)

Na própria publicação, o *Comitê* comenta:

Algo bastante óbvio, mas quando se aplica à prostituição não entendem como é ilógico argumentar que é melhor regulamentar ao invés de buscar reduzir, pois “nunca alcançaremos o fim da prostituição”, porque “essa mudança não se alcança do dia para a noite” (como se não soubéssemos disso). Se vemos que há abuso e violência, é preciso tentar coibir, assim como em tantos outros tipos de crimes. Comprar sexo, submeter uma mulher a isso, deveria sim ser visto como um crime... Ou se não (*sic*) continuaremos a viver numa sociedade que culpa a mulher e isenta o homem pela prostituição.

Com o olhar voltado para as políticas antiprostituição no continente europeu, o *Comitê* compartilhou a publicação do Lobby Europeu das Mulheres (EWL) a respeito da campanha “Apelo de Bruxelas: juntas por uma Europa livre da prostituição”.

Conheces o Apelo de Bruxelas?

O Apelo de Bruxelas é uma campanha europeia lançada pelo Lobby Europeu de Mulheres, que exorta os Estados-Membros da UE a adotarem políticas que garantam:

- A supressão das medidas repressivas contra as pessoas prostituídas;
- A criminalização de todas as formas de procura;
- O desenvolvimento de alternativas reais e programas de saída da prostituição;
- A proibição da compra de atos sexuais;
- A implementação de políticas de prevenção e educação para promover a igualdade e a sexualidade positiva;
- O desenvolvimento de políticas de prevenção nos países de origem das pessoas prostituídas⁹⁴.

⁹⁴ A publicação completa está disponível em: http://www.womenlobby.org/200-civil-society-organisations-launch-European-debate-on-abolition-of?fbclid=IwAR0YQjVIT9VSC0OadYI7r-r_aFQ1sSShb0fMZnKOIlmEGqz0vegN-O2SVE&lang=en

No dia 04 de dezembro de 2012, duzentas organizações da sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres, acompanharam a audiência no Parlamento Europeu com o propósito de avaliar dez anos de políticas sobre prostituição na Holanda e na Suécia. Na ocasião, essas organizações explicaram aos deputados e ministros presentes no Parlamento as razões pela qual a prostituição se constitui em obstáculo a igualdade de gênero, uma violência que fere a dignidade humana e os direitos humanos. Também foram apresentadas seis recomendações fundamentais aos Estados-membros da União Europeia – especificadas na postagem do *Comitê*, como pode ser visto acima.

Voltando para as manifestações locais, as ações realizadas pelo *Comitê* costumam ocorrer em ruas, praças, estações de metrô e em outros lugares com bastante circulação de pessoas. Além da panfletagem e da afixação de cartazes⁹⁵, busca-se uma interação pessoal através do diálogo sobre a “necessidade da causa”, a fim de sensibilizar sobre a prostituição enquanto um “câncer na sociedade” e favorecer uma consciência antiprostituição; igualmente busca-se conquistar mais adeptos identificando aquelas com perfil e interessadas em se juntar em prol da luta contra a mercantilização e da exploração sexual feminina.

A interação do *Comitê* com outros segmentos dos feminismos não se dá apenas no contexto dos atos e passeatas. Os encontros e festivais tem se constituído em espaço profícuo para debates e trocas de experiências entre os mais variados coletivos feministas. Em sua terceira edição, o Festival de Feminismo Radical “Só as Manas”, buscou aproximar feministas radicais brasileiras, no intuito de difundir os princípios e o projeto do movimento para a emancipação das mulheres. O evento ocorreu no dia 18 fevereiro de 2017, em São Paulo, e contou com programação para um dia inteiro, com destaque para as rodas de discussão sobre feminismo radical na atualidade e sobre a construção de um movimento unificado de mulheres; além das oficinas de autodefesa e consciência corporal, e guerrilha urbana. O Festival também contou com um espaço de exposição aberta para divulgação das ações desenvolvidas por outros coletivos feministas. Na oportunidade, o *Comitê* distribuiu o panfleto “Mulher não é mercadoria! Pela abolição da prostituição!” e comercializou o zine “Prostituição: por que abolir? Críticas abolicionistas à regulamentação”.

⁹⁵ Prática comum nos atos, os cartazes apresentam denúncias e palavras de ordem contra a prostituição, em dizeres como: “Prostituição nem trabalho, nem escolha. Violência!; “Prostituição é uma questão de escolha... dos homens de submeterem as mulheres”; Mulher não \$e compra e nem \$e vende. Pela abolição da prostituição”; “Vida fácil é a do cafetão e a do cliente! ”; “Não queremos um país proxeneta! Fora PL Gabriela Leite! ”; “Prostituição é estupro indenizado! Abolição já.

No dia 23 de outubro de 2016, o *Comitê* participou de um ato organizado por diferentes coletivos feministas em solidariedade a adolescente argentina Lucía Pérez, de 16 anos, que foi estuprada, morta e empalada, na região de Mar del Plata na Argentina. O caso teve grande repercussão nas redes sociais com a hashtag #NiUnaMenos, trazendo à tona a urgência de debates sobre feminicídio e de medidas pelo fim da violência contra as mulheres. A concentração da manifestação ocorreu no vão-livre do MASP e depois seguiu em passeata pela Rua Augusta até a Praça Roosevelt, em São Paulo capital. O *Comitê* esteve presente empunhando seus cartazes com os dizeres: “Pelo fim do estupro! Pela abolição da prostituição!”; “Nem mais uma vítima do estupro, nem da Prostituição!”; “Estupro = arma política do patriarcado”.

Em uma publicação nas redes sociais sobre esse assassinato brutal, o *Comitê* acrescenta que a Argentina possui indicadores alarmantes e crescentes de violência contra as mulheres⁹⁶ e que a região aonde a adolescente foi encontrada morta é um dos locais com maiores taxas de tráfico sexual do continente sul-americano. Com base nisso, conclui:

“Tal relação não é por acaso, mas sim um dos resultados do sistema da prostituição, o qual normaliza e naturaliza o estupro ao colocar mulheres socialmente vulnerabilizadas à disposição dos homens; é, ainda, resultado do crime organizado, o qual se beneficia diretamente da venda de mulheres na prostituição, seja ela legalizada ou não.

O Comitê chama a atenção para a necessidade de aprofundarmos as nossas denúncias. O tráfico sexual, a prostituição, a pornografia, o estupro e o feminicídio são violências masculinas que têm relação entre si, uma vez que todas são resultado da relação de exploração material a que mulheres estão submetidas”.

Novamente, observamos a construção narrativa que associa prostituição, tanto a “cultura do estupro”, quanto ao tráfico de pessoas, como se a atividade prostitucional operasse como engrenagem para a naturalização das diferentes formas de violência contra as mulheres, uma vez que estabelece relação direta entre o trabalho sexual às práticas criminosas como o estupro, o tráfico de pessoas e, até mesmo, o feminicídio, como no caso em questão.

⁹⁶ O *Comitê* argumenta segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa).

Voltando a 2016, quando novamente as controvérsias sobre a prostituição geraram um clima de tensão e hostilidade entre feministas radicais e trabalhadoras sexuais em decorrência dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o *Comitê* intensificou o ativismo antiprostituição em diferentes espaços de discussão na sociedade e também nas redes sociais. O coletivo esteve presente no segundo debate sobre “Regulamentação da Prostituição”⁹⁷ promovido pela Rede Feminista de Juristas (DeFEMde).

O *Comitê* foi representado por Ticiania Labate, que iniciou sua explanação pela composição da prostituição como um sistema organizado em três eixos: 1) as pessoas em situação de prostituição, em sua maioria, mulheres; 2) os clientes da prostituição, designados como consumidores de “sexo prostituído”, que configuram a demanda; 3) os intermediários, uma categoria bastante genérica envolvendo atividades diversas que, direta ou indiretamente se beneficiam do lucro da prostituição, em qualquer nível. Além disso, segundo a argumentação, a sociedade se constituiria como um quarto eixo entendido como central, ainda que não faça parte propriamente do “sistema prostituinte”. Sua relevância se inscreve em termos de como a cultura de cada país compreende a prostituição, considerando os impactos da opinião pública, as manifestações de diferentes segmentos da sociedade civil em torno da questão, o posicionamento das mulheres em situação de prostituição e dos movimentos feministas, visando a formulação de políticas e legislação específicas em relação à prostituição.

Ticiania Labate enfatiza o posicionamento abolicionista do *Comitê*, que não reconhece a prostituição como trabalho e tampouco a considera uma escolha, ao questionar a suposta voluntariedade das mulheres inseridas no universo da prostituição. Ela acrescenta que a prostituição não apenas tangencia a desigualdade entre homens e mulheres, mas ela seria consequência da dominação patriarcal como parte integrante de

⁹⁷ O debate sobre a “Regulamentação da Prostituição” promovido pela DeFEMde foi dividido em dois eventos para evitar o ambiente de “ringue”, como as próprias organizadoras se referiram diante as hostilidades que marcaram os eventos anteriores sobre o tema. O primeiro debate ocorreu no dia 17 de agosto de 2016 e contou com as participações de Amara Moira (travesti, trabalhadora sexual, putafeminista e escritora); Letizia Patriarca (antropóloga) e Monique Prada (trabalhadora sexual, putafeminista e escritora).

O vídeo sobre o primeiro debate pode ser acessado em:

https://www.facebook.com/midiaNINJA/videos/701735293317952/?hc_ref=PAGES_TIMELINE.

Continuação do vídeo sobre o primeiro debate em:

https://www.facebook.com/midiaNINJA/videos/701777466647068/?hc_ref=PAGES_TIMELINE

O segundo debate ocorreu no dia 12 de setembro de 2016 e contou com as participações de Nalu Faria (psicóloga, coordenadora da SOF e militante da MMM); Ticiania Labate (cientista social e integrante do Comitê pela Abolição da Prostituição); Ticiane Natale (bacharela em direito e militante do Coletivo MAIS), Cleone Santos (ex-prostituta e fundadora organização Mulheres da Luz). O vídeo sobre o segundo debate pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=tTBiEcytmol>

Ambos os eventos contaram com a mediação de Letícia Bahia (revista AzMina) e ocorreram no auditório do Sindicato dos advogados, no centro de São Paulo.

“um sistema de dominação política e da exploração das capacidades sexuais, reprodutivas e laborais das mulheres pelos homens”. Deste modo, define a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, e isto constitui o aspecto fundamental que distingue a concepção abolicionista das noções de regulamentação e de legalização da prostituição: “existe uma diferença muito grande em dizer que existe violência na prostituição e que a prostituição é uma violência em si”.

Ticiania Labate segue argumentando que para as abolicionistas não é possível a aprovação de determinadas propostas que visem melhorar as condições do exercício da prostituição, justamente porque não existe nenhum cenário que seja ideal em um mundo com prostituição, segundo esta perspectiva. Ela enfatiza que o mundo só pode ser igualitário em uma situação em que a prostituição não mais exista, ainda que não seja extinta, mas que se consiga determinar a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres e que elas não precisem mais se submeter a esta prática. Como alternativa, defende o desenvolvimento de políticas que, ao mesmo tempo promovam uma saída “crível” das mulheres em situação de prostituição, também criminalize a demanda por serviços sexuais. Para a representante do *Comitê*, o debate obsessivo sobre “a escolha” das mulheres desloca o foco central que estaria no fato dos homens serem os principais consumidores de “sexo prostituído”; enquanto a responsabilização recai sobre as mulheres, seja em termos de legislações punitivista, ou mesmo da culpabilização pela sociedade. Por outro lado, os consumidores ficam “blindados” no anonimato e nunca se fala sobre eles.

A representante do *Comitê* enfatiza que muitas pessoas são levadas a acreditar que a regulamentação da prostituição seria uma política de redução de danos, quando na realidade se constitui como uma política de “agravamento de danos”. Ao contrário, aponta que a política de redução de danos seria, justamente, uma reforma do “sistema prostituinte”, uma tentativa legislativa de aprovação de uma lei com inspiração no modelo sueco. Entre os países que adotaram a política de criminalização do cliente, ela aponta a Suécia como um exemplo eficaz de combate à prostituição, “um modelo prático e viável” a ser seguido pelo Brasil. Ticiania Labate nos diz que quando um país aprova uma legislação abolicionista em relação à prostituição, não se trata apenas da aprovação de uma lei, mas de uma mensagem, “uma concepção normativa”, para a sociedade de que é preciso encarar a prostituição não como um exercício de livre escolha das mulheres, mas como um exercício de escolha dos homens de submeter mulheres e crianças a condições de degradação, de abuso e de violência sexual –

segundo ela, a exploração de mulheres caminha junto com a exploração de crianças. No outro extremo, os países que legalizaram a prostituição transmitem a mensagem de que consumir “sexo prostituído” não é errado e de que homens devem seguir com o direito de dispor sobre os corpos de mulheres, contribuindo para a existência do contingente disponível à realização dos desejos sexuais dos clientes.

No momento destinado ao debate, foi enviado por escrito à mesa um comentário da plateia a respeito das relações de precariedade e de poder abusivo entre patrão e empregado, que existem em outros trabalhos considerados marcadamente femininos, como o trabalho doméstico, por exemplo. O comentário destaca que não existem pessoas pleiteando a abolição desses trabalhos e afirma que, quando se trata da prostituição, o que estaria sendo condenado é o ato sexual. Portanto, o problema estaria em vender sexo e, diante disso, se faz necessário romper com a ideia de que vender sexo seria degradante. A representante do *Comitê* diz que este tipo de comentário reflete a banalização da prostituição e que não é possível comparar as relações de poder e abusos que existem em outros trabalhos com a prostituição, porque as relações de poder e abuso entre clientes e prostitutas são construídas sob outro domínio. No que se refere a afirmação sobre a suposta condenação do ato sexual, ela argumenta que não se trata de uma dimensão moralista em relação a sexualidade e que é preocupante esse tipo de posicionamento, pois se “re-moraliza” a prostituição no âmbito do trabalho ao lhe conferir o status de profissão. Segundo esta perspectiva, isso evoca uma moral do trabalho que não faz nenhum sentido com o “real” significado da prostituição. Assim, a prostituição não pode ser compreendida enquanto trabalho, considerando ainda, que a venda da força de trabalho não se equipara a “venda do próprio corpo”.

Em outra rodada de perguntas, quando alguém da plateia questiona se o PL “João Campos” seria uma alternativa viável, a representante do *Comitê* diz que não apoiaria um projeto desta natureza de alguém vinculado ao PSDB e pede para que as pessoas procurem informações sobre a trajetória política do autor do projeto. Ticiania Labate acrescenta que o sucesso dos projetos que aprovaram a criminalização da demanda da prostituição no contexto europeu está relacionado aos processos de construção e consolidação do debate sobre o tema no conjunto da sociedade. Para Ticiania Labate, não adianta a aprovação de uma lei se a mesma não for implementada adequadamente e se a sociedade não mudar a sua concepção sobre a prostituição. Ela menciona que a aprovação da lei na Suécia levou trinta anos de discussão institucional desde a primeira vez que foi pautada no parlamento daquele país e, acrescenta que essa

discussão ainda não tem terreno preparado no Brasil, pois ainda que a criminalização da demanda fosse aprovada por aqui, não teríamos a garantia de seu cumprimento, tal como ocorre em relação a proibição das casas de prostituição no país e que ainda assim funcionam normalmente. Então, se faz necessário construir esse debate na sociedade, consolidar esse tema no movimento feminista para que seja possível avançar no sentido de aprovação de uma legislação sobre a questão⁹⁸.

Como pudemos observar, mesmo que o *Comitê* não considere haver lastro no momento para a aprovação de uma lei semelhante ao modelo sueco no Brasil, ele assume um posicionamento marcadamente a favor da criminalização da demanda da prostituição. O argumento é construído com base na experiência, supostamente, exitosa da Suécia de que este modelo é o único capaz de possibilitar melhores condições para que as mulheres abandonem a prostituição, garantindo apoio psicológico e financeiro, educação, habitação e cuidado para as crianças – mesmo que isto esteja muito distante da proposta apresentada para a realidade brasileira. É importante ressaltar também que a defesa desse posicionamento não ocorre a qualquer custo, levando em conta que um projeto movido por políticos que não representem de fato os princípios deste segmento feminista pode acarretar em consequências imensuráveis para as próprias trabalhadoras sexuais, para as quais tal medida deveria, supostamente, promover benefícios.

A apropriação desta pauta do feminismo abolicionista por religiosos cristãos tem gerado bastante desconforto para as próprias abolicionistas, mas também para as feministas de modo geral. Isto porque uma pauta que se pretende revolucionária para as abolicionistas é encabeçada no legislativo por grupos historicamente associados a práticas e a defesa de pautas conservadoras e que se distanciam muito dos princípios e da luta de feministas por direitos; divergindo, inclusive, a respeito de questões caras tanto para religiosos quanto para as feministas, como ocorre, sobretudo, na disputa a

⁹⁸ No entanto, este posicionamento não é consensual entre as organizações representadas pelas integrantes da mesa. Ticiane Natale (bacharela em direito e militante do Coletivo MAIS), ainda que se refira ao cliente da prostituição como estuprador e a prostituição como estupro pago, se posiciona contra a política de criminalização da demanda. Para ela, incentivar o aparato repressor no Brasil é deveras complicado, considerando que a lei é aplicada para os pobres e para os negros com muito rigor em comparação com outros segmentos mais abastados e brancos; além de que isso repercutiria em sobrecarregar o sistema penitenciário brasileiro, que já se encontra com superlotação dos presídios. Ticiane Natale reconhece a importância da lei Sueca para a equidade entre homens e mulheres, mas acrescenta que se tratam de sociedades muito distintas, o que inviabilizaria a implementação da lei por aqui. Cleone Santos (ex-prostituta e fundadora organização Mulheres da Luz) fala que antes de propor qualquer projeto sobre prostituição, se faz necessário conhecer a realidade dessas mulheres em situação de prostituição, saber o que elas pensam. No que se refere a criminalização da demanda, Cleone Santos diz que, ainda que seja contra a prostituição, isso não seria bom para as mulheres que ainda precisam sustentar a si e a sua família com os proventos advindos desta prática. Nalu Faria (psicóloga, coordenadora da SOF e militante da MMM) não manifestou posicionamento explícito sobre essa questão em particular.

respeito do aborto. Além disso, fica evidente nos argumentos de Ticiane Labate a tentativa de desassociar o combate à prostituição de um posicionamento moralista em relação à sexualidade feminina, acusação que tem sido direcionada com frequência as abolicionistas na disputa sobre a questão.

A perspectiva de combate à prostituição adotada pelo *Comitê* se insere em um contexto de luta contra injustiças de natureza econômica e social que empurram as mulheres para uma condição de abusos e “exploração sexual”. Assim sendo, o Comitê assume uma posição muito próxima ao marxismo tradicional, que assemelha a sexualidade mercantilizada ao trabalho alienado, como se nesse processo houvesse uma espécie de desumanização das mulheres inseridas na prostituição, e o seu valor como pessoa seria medido pelo valor de mercado. Nesta perspectiva, o sexo é aceitável desde que não haja coerção econômica, daí por que a prostituição é compreendida na chave da exploração sexual. Portanto, a sexualidade representa para esse segmento do feminismo o que o trabalho representa para o marxismo (MACKINNON, 1989).

Com efeito, o *ethos* de classe das feministas contrárias à prostituição tem impossibilitado a percepção (entre a grande maioria delas) de que este posicionamento tende a intensificar ainda mais os processos subalternização e estigmatização das trabalhadoras sexuais, agindo poderosamente para a reprodução de estereótipos de como as mulheres devem ser e agir e de como devem experienciar a sua sexualidade, ao negar a capacidade de agência delas enquanto sujeitos históricos. A perspectiva posta por esse feminismo compreende a erradicação da prostituição como uma etapa do processo civilizatório ao identificar a atividade prostitucional como reflexo de uma sociedade inapropriada para a existência de mulheres. Entretanto, os pressupostos desse ativismo político parecem apontar para uma postura imperialista, uma espécie de uso colonizador do feminismo, quando deixa de perceber as hierarquias produzidas pelo próprio ativismo, através do lugar de privilégio sob o qual o seu discurso e as suas integrantes estão assentados. Isto se expressa igualmente quando esse ativismo deixa de perceber como essas mesmas hierarquias impactam diretamente sob as vidas das mulheres que pretendem “resgatar” da prostituição.

A postura antiprostituição adotada tanto por *mulheres contra o estupro pago*, quanto pelo *Comitê pela Abolição da Prostituição* nos remete em muitos aspectos a crítica feita por Chandra Mohanty (2008) ao avanço dos feminismos ocidentais para o “terceiro mundo” como um movimento imperialista. Mohanty (2008) nos mostra que considerar a noção de patriarcado como categoria universal de “opressão das mulheres”

implica em equívoco analítico (e até mesmo político) de essencializar mulheres como vítimas e homens como opressores, tal como ocorre com o uso da categoria “mulheres do terceiro mundo” para designar a realidade de submissão feminina à dominação masculina e a toda e qualquer opressão em decorrência da condição de “subdesenvolvimento” do terceiro mundo.

De acordo Mohanty (2008), a noção de terceiro mundo produz uma ideia de primeiro mundo (ocidente), e seguindo esta lógica também produz uma ideia de superioridade das mulheres ocidentais (mulheres do norte global) construída discursivamente por meio de sua autorrepresentação como modernas, livres e capazes de controlar as suas próprias vidas. Ainda, a autora ressalta que sem o essencialismo que organiza os estereótipos sobre as “mulheres do terceiro mundo” não seria possível a autorrepresentação das mulheres ocidentais tal como foram construídas (MOHANTY, 2008).

Essencializar as “mulheres do terceiro mundo” como vítimas e atribuir a sua condição única e exclusivamente ao patriarcado, impossibilita perceber a complexidade de estratégias empregadas por essas mulheres para fazerem suas escolhas e se movimentarem diante de processos de subalternização e às limitações estruturais impostas a elas. Além disso, desconsidera o poder que marcadores como classe, raça, gênero e nacionalidade exercem para perpetuar hierarquias e estabelecer desigualdades entre os indivíduos, invisibilizando processos sociais em que a opressão possa se manifestar com base nesses marcadores, quando não são situados em contextos específicos (MOHANTY, 2008). A produção e reprodução da imagem de opressão das “mulheres terceiro mundo”, como grupo homogêneo e monolítico, tem cumprido um papel singular de colonizar as mulheres do sul global, destituindo-as de sua agência histórica e política ao negar a pluralidade de suas origens e a diversidade das condições em que vivem (MOHANTY, 2008).

As políticas para o “resgate” de mulheres inseridas na prostituição se desenvolvem essencialmente por estas serem consideradas “vítimas” da exploração sexual e não por se encontrarem em situação de desemprego ou de pobreza extrema, uma vez que não existem coalizões feministas para abolir outras formas de exploração em que as mulheres desempenhem sua força de trabalho em condições desprezíveis; não havendo política de “resgate” para mulheres que estejam nestas condições e não exerçam o trabalho sexual (LAMAS, 2016). Além disso, o feminismo abolicionista insiste em “resgatar” prostitutas sem ao menos oferecer uma alternativa econômica melhor ou

comparável aos ganhos econômicos e a flexibilidade de tempo, proporcionados pelo trabalho sexual. Ao contrário, estes discursos têm contribuído para sustentar ainda mais o espectro de violências e estigmas sobre a prostituição na medida em que associa esta prática a “cultura do estupro” (LAMAS, 2016).

Assim, a política do “resgate”, igualmente, os regimes de criminalização de prostitutas e de clientes, tem colaborado para o fortalecimento do projeto neoliberal e sua política de endurecimento contra liberdades individuais e direitos trabalhistas, que avança a passos largos por meio de uma campanha punitiva e carcerária (BERNSTEIN, 2010; LAMAS, 2016). Desta forma, para Marta Lamas (2016) o abolicionismo tende a reforçar um paradigma político conservador sobre gênero e sexualidade, uma vez que a persistência da representação que situa a prostituição exclusivamente como fundamento da opressão e da vulnerabilidade, obscurece a diversidade de situações que refletem diferentes níveis de decisão pessoal e de ganhos econômicos no trabalho sexual, se constituindo muitas vezes em trabalho sazonal para donas de casa, estudantes, ou mesmo outras trabalhadoras que exercem para complementar a renda familiar.

Ao que tudo indica, as feministas contrárias à prostituição no Brasil têm importado fielmente as concepções pautadas no neoabolicionismo, sob forte influência da política levada a cabo por entidades supranacionais e pelo feminismo transnacional em um movimento que transcende as fronteiras dos estados-nacionais na tentativa de instituir uma espécie de governamentalidade transnacional sobre a prostituição. Ainda que haja uma variação na forma como operam essas estratégias mobilizadas para instituir governança, adaptando-se as características socioculturais e a legislação específica de cada país, seu conteúdo permanece inalterado a fim de proibir/criminalizar o trabalho sexual. Mesmo que a prostituição seja multifacetada e que afete as mulheres de formas distintas segundo determinados padrões de classe e raça, ela passa a ser compreendida como um “problema” universal com características semelhantes, onde quer que seja. Assim, se engendra o argumento de que a prostituição diz respeito a todas as mulheres, porque se trata de opressão de gênero que fere a dignidade feminina, através do controle do corpo e da sexualidade, exercidos por homens.

A disseminação pedagógica dos ideais feministas avessos ao trabalho sexual tem se mostrado bastante eficaz enquanto propulsor para o estabelecimento de regimes de verdade que orientam práticas de biopoder para a condução de comportamentos humanos que visam promover uma consciência antiprostituição como componente de uma sociedade moralmente justa e civilizada; bem como dispositivos de mobilização

dos poderes na esfera legislativa através de mudanças no ordenamento jurídico sobre a prostituição, na medida em que muitos países têm adotado políticas restritivas e de criminalização do trabalho sexual. Essas estratégias mobilizadas para instituir governança sobre a prostituição se inscrevem na ordem da biopolítica e estão ancoradas em princípios “civilizatórios” quando estabelecem a ética de que vender sexo ou pagar por ele é consequência de uma sociedade decadente e injusta. Em outras palavras, é justamente o processo civilizador, com toda a sua acepção moral e reguladora, que estabelece as bases para o projeto de governamentalidade do feminismo abolicionista sobre a prostituição.

Ao longo da história esse processo tem se manifestado através de discursos patológicos e políticas sanitárias e de moralidade, a fim de controlar o corpo e regular a sexualidade das mulheres que vendem sexo fora do casamento. Mais recentemente, as noções de “risco” e de “perigo” associados à prostituição têm assumido contornos específicos através de narrativas que denunciam uma suposta escalada crescente do turismo sexual e do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, se constituindo em atentado aos direitos humanos que impossibilita a “preservação” e a “promoção” da vida. Assim, se reforçam os argumentos em favor de políticas antiprostituição e, de acordo com esta perspectiva, passa a serem críveis medidas legais para reprimir o trabalho sexual, inclusive punindo os consumidores deste tipo de serviço.

No Brasil, esta tendência ao recrudescimento se reflete nas investidas tanto de feministas contrárias a prostituição, quanto de grupos religiosos cristãos em sua “cruzada” moral a fim de proibir/criminalizar o trabalho sexual. De um lado, as feministas contrárias à prostituição usam como táticas a militância de base e o ativismo nas redes sociais, enquanto os religiosos cristãos buscam regular a sexualidade via poder legislativo, como veremos no próximo tópico.

2.3 – Os projetos antiprostituição de grupos cristãos: apropriação pragmática de pautas neoabolicionistas em defesa da agenda moralista religiosa

O propósito deste tópico é discutir os projetos antiprostituição apresentados na Câmara dos deputados por conservadores cristãos. Apesar da aparente preocupação com os direitos humanos, em particular com o direito das mulheres, os Projetos de Lei em questão se apropriam de uma determinada gramática feminista no intuito de aprovar leis em favor dos valores pregados pela “família tradicional” e pela moral religiosa cristã.

Este uso pragmático do feminismo por religiosos conservadores tem se constituído em uma faceta contemporânea dos processos de governamentalidade instituídos pelo Estado na tentativa de controlar e regular a prostituição no país.

O Projeto de Lei nº 377/11, de autoria do deputado federal João Campos⁹⁹ (PSDB-GO), tem caráter proibicionista e visa criminalizar o ato de pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviços sexuais, penalizando juridicamente os clientes da prostituição¹⁰⁰. Deste modo, o Art. 231-A do PL supracitado estabelece:

“Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual”:

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (PL 377/11).

Como podemos observar, a proposta tem por intuito atingir a demanda da prostituição ao estabelecer punição apenas para os clientes. É interessante enfatizar que o mero oferecimento de pagamento pela prestação de serviços sexuais já caracteriza a conduta como delito. O PL criminaliza, inclusive, aqueles clientes em potencial que aceitarem a oferta de serviços sexuais, já que tal prática envolve remuneração:

O parágrafo único, por sua vez, incrimina a conduta de quem, mesmo sem acertar qualquer tipo de contrapartida, aceita os serviços de uma prostituta, sabendo que deverá remunerá-los (PL 377/11).

Com o foco nos consumidores da prostituição, este PL preserva as trabalhadoras sexuais de sanções penais em função da atividade prostitucional, como destaca o texto:

⁹⁹ O deputado federal João Campos também é autor do Projeto de Lei que ficou conhecido como “cura gay”, apresentado em 2011 e arquivado em 2013 a pedido do próprio deputado goiano, sob forte pressão de seu partido político a época, o PSDB. Atualmente, João campos compõe o quadro político do Republicanos (PRB-GO). De forma resumida, este PL pretendia alterar a resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe aos profissionais da área tratar a homossexualidade como doença e promover tratamento para alterar a orientação sexual de seus clientes.

¹⁰⁰ Este Projeto de Lei acrescenta o artigo 231-A: “Contratação de serviço sexual” ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal brasileiro.

Aspecto de relevo da presente iniciativa é a criminalidade única da conduta daquele que efetiva ou oferece o pagamento pela prestação dos serviços sexuais, e não da própria prostituta ou prostituto (PL 377/11).

Vale destacar que tal proposição já havia sido apresentada anteriormente pelo ex-deputado Elimar Máximo Damasceno¹⁰¹ (PRONA-SP) através do PL 2169/03, em oposição ao Projeto de Lei 98/03 do também ex-deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que pretendia legalizar a prostituição como atividade profissional; tendo sido arquivado com o fim de sua legislatura.

O PL 377/11 tem inspiração no “modelo sueco”, implementado na Suécia desde 1999 e, posteriormente, com adesão de outros sete países. A proposta faz alusão direta à política antiprostituição colocada em prática no país nórdico, sob a chancela de ser considerado “um dos países mais avançados do mundo”¹⁰². O PL ainda ressalta que a política sueca sobre prostituição adotou uma série de medidas para combater os abusos contra as mulheres, tendo forte apoio de grupos feministas e de parlamentares mulheres, que a época, supostamente, constituíam mais de 40% de legisladoras investidas no cargo¹⁰³.

Recentemente, a Suécia, considerado um dos países mais avançados do mundo, aprovou lei no mesmo sentido da proposição apresentada. Lá, a proposta do governo surgiu em conjunto com um pacote para reprimir os abusos contra as mulheres, foi apoiada eminentemente por

¹⁰¹ O Projeto de Lei apresentado por Elimar Máximo Damasceno foi arquivado com o término de seu mandato em 2007. Além de ser contrário ao reconhecimento da prostituição enquanto atividade profissional, este político também adotou outros posicionamentos bastantes conservadores, se manifestando contra o aborto de anencéfalos, contra a promoção do “orgulho gay” e a favor da castidade como meio mais seguro para prevenir as IST’s, em oposição aos preservativos.

¹⁰² Pye Jakobsson, ativista sueca pelos direitos das/os trabalhadoras/es sexuais, em sua exposição na mesa redonda intitulada “Um Século e Meio de Abolicionismo: Prostituição, criminalização e o controle do corpo feminino”, abordou sobre as implicações da política antiprostituição de criminalização da demanda por serviços sexuais implementada na Suécia como um “supermodelo” de referência para o mundo, destacando as campanhas de marketing do governo sueco e sua justificativa de que a intensificação do estigma em relação ao trabalho sexual e contra as pessoas que exercem esta atividade é algo positivo e, de alguma maneira, até necessária. A mesa redonda supracitada foi coordenada pela professora Ana Paula da Silva (UFF), sendo composta por Monique Prada (CUTS/ONU-Mulheres); Adriana Piscitelli (Pagu/Unicamp); Melinda Chateauvert (ativista e historiadora); e Pye Jakobson (Rose Alliance/NSWP). A atividade compôs a programação do 13º Congresso Mundo de Mulheres e 11º Seminário Fazendo Gênero, realizado entre 30 de julho e 04 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis-SC.

¹⁰³ Carolina Bonomi (2019) nos alerta para o equívoco deste dado apresentado sobre a representatividade feminina no legislativo sueco. A autora informa que apenas em 2019 a Câmara obteve a maior bancada feminina de sua história, com a eleição de 77 deputadas federais, o que corresponde a 15% das vagas.

grupos feministas e obteve o beneplácito do Poder Legislativo, em que mais de quarenta por cento dos parlamentares são mulheres (PL 377/11).

Além disso, o PL 377/11 menciona sobre o exercício da prostituição como forma de sobrevivência, enquanto consequência dos “encargos gerados pelas circunstâncias sociais”, sem ao menos aprofundar a discussão a respeito das motivações e das causas que influenciam o ingresso na prostituição. Portanto, não apresenta nenhuma proposição sobre políticas públicas que favoreçam a saída das mulheres da prostituição através de medidas voltadas para a criação de emprego e renda e que visem equiparar os salários, diminuindo as desigualdades no mercado de trabalho entre homens e mulheres; ou mesmo a criação de um pacote de políticas sociais emergenciais destinadas às mulheres que estejam exercendo a prostituição e desejem abandoná-la. Ao invés disso, a única garantia que o PL estabelece as trabalhadoras sexuais é a de que não serão punidas criminalmente. Mas, a instituição de tal política contra a prostituição implicará em um processo de vulnerabilidade e marginalização ainda maior para aquelas mulheres que dependem da prostituição para sustentar a si e aos seus familiares.

Desta forma, fica nítido como o projeto antiprostituição apresentado pelo deputado federal João campo (PSDB-GO) se apropria de uma determinada gramática feminista neoabolicionista, no intuito de conjugar de maneira pragmática alguns princípios da pauta desse segmento feminista para viabilizar a implementação de políticas que constituem a agenda de grupos religiosos cristãos, a fim de garantir a manutenção da ordem moral e a integridade da família cristã, supostamente ameaçada por uma eventual regulamentação laboral da prostituição. Esta apropriação pragmática fica bastante evidente quando o PL 377/11 não apresenta nenhum artigo, nenhum parágrafo sequer, ou até mesmo inciso, que verse sobre políticas públicas que possibilite condições sociais e alternativas econômicas viáveis para aquelas a quem se pretende retirar da prostituição, contrariando o fundamento da política neoabolicionista ancorada em programas sociais destinados para tal finalidade. Apesar disso, convenientemente, o alicerce punitivista da política permanece inalterado, como se o encarceramento dos consumidores de prostituição, por si só, fosse resolver a complexidade das questões relacionadas à prostituição enquanto problema sociológico.

Assim sendo, o PL 377/11 simplesmente ignora o ponto crítico da prostituição como problema sociológico, isto é, a ausência de oportunidades de empregos para as

mulheres, resultado da desigualdade de gênero no mercado de trabalho; bem como o controle que as mulheres em situação de pobreza têm sobre as suas condições de emprego (NUSSBAUM, 2002). De acordo com a filósofa estadunidense Martha Nussbaum, as políticas sobre prostituição devem priorizar a dimensão do trabalho com foco para a necessidade de se repensar moralidades que estigmatizam a relação de receber dinheiro pelo uso do corpo, uma vez que o trabalho sexual se apresenta como possibilidade aberta para mulheres pobres diante as limitações de opções de oportunidade de empregos.

Para Nussbaum (2002), nestes casos, o foco da atenção não deve estar voltado para as mulheres com muitas alternativas e que, ainda assim, escolhem o trabalho sexual como opção de carreira. Mas, é justamente, a ausência de opções para as mulheres pobres que se tornam prostitutas, quando este trabalho se apresenta como a única alternativa possível para elas, que constitui o ponto crítico da questão. A principal consequência deste paradigma conservador que busca instituir políticas rígidas contra a prostituição se traduz no impedimento a implementação de políticas públicas eficazes para garantir direitos sexuais e trabalhistas as profissionais do sexo, sobretudo para atender as demandas daquelas para quem a prostituição foi o único caminho disponível (NUSSBAUM, 2002; LAMAS, 2016).

O PL em questão considera a integridade sexual um bem indisponível da pessoa humana e que não pode ser objeto de contrato para fins mercadológicos. Por isso, entende a criminalização do pagamento por serviços sexuais como o caminho jurídico para proteger as pessoas e combater a opressão sexual ao criminalizar, exclusivamente, os clientes da prostituição. Isto decorre da compreensão da prostituta, invariavelmente, como vítima e da prostituição como sacrifício da integridade pessoal de quem a exerce, enquanto consequência gerada pelas circunstâncias sociais e pela necessidade de subsistência. Além disso, o PL situa a prostituição dentro de um quadro negativo acompanhada de outras práticas nocivas à sociedade como, por exemplo, o crime organizado, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas.

Até bem recentemente, tramitava na Câmara dos Deputados outro Projeto de Lei de caráter proibicionista que requeria a retirada da descrição da ocupação de *profissional do sexo* em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do extinto Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se do PL nº 2371/16, de autoria do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP), vulgo “Flavinho do PSB”. Contudo, antes de discutirmos o projeto em si, se faz necessário abordarmos

brevemente sobre a função da CBO e a importância da inclusão da prostituição no conjunto de atividades laborais reconhecidas no país.

A CBO é uma classificação do extinto Ministério do Trabalho e serve para identificar todas as ocupações, estabelecendo códigos específicos para cada profissão, nos mais diversos ramos. A ocupação está registrada sob a numeração 5198 com a seguinte descrição sumária a respeito das *profissionais do sexo*¹⁰⁴:

Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão (MTECBO, 2013).

No que se refere à formação e experiência, a CBO define:

Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima série do ensino fundamental (MTECBO, 2013).

Sobre as condições gerais do exercício da profissão, a CBO informa:

Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST's e maus-tratos, violência de rua e morte (MTECBO, 2013).

Assim, a CBO garante o registro na carteira de trabalho dos cidadãos, a fim de assegurar os direitos trabalhistas e os benefícios de seguridade social de acordo com a ocupação do profissional. Apesar disso, ela se restringe apenas ao reconhecimento da existência de determinada ocupação e não a sua regulamentação em si. O processo de regulamentação de toda e qualquer atividade profissional ocorre por meio de lei

¹⁰⁴ A classificação apresenta como sinônimos os termos: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta e Trabalhador do sexo (MTECBO, 2013).

específica aprovada no Congresso Nacional por deputados e senadores e, posteriormente, submetida à sanção presidencial.

Mesmo que a CBO não tenha poder de regulamentação da atividade profissional, muitas trabalhadoras sexuais, principalmente aquelas vinculadas ao movimento de prostitutas, dizem que a inclusão do verbete *profissionais do sexo* possibilitou maior visibilidade a luta por direitos e um sentimento de valorização por terem o seu ofício reconhecido pelo Estado. E de fato, o reconhecimento da profissão através da CBO tem outorgado relativa legitimidade social e política, tanto no plano individual para as trabalhadoras, quanto no âmbito coletivo por meio do ativismo do movimento de prostitutas no Brasil. Portanto, podemos imaginar o retrocesso que representaria a retirada da categoria *profissionais do sexo* da CBO para o Movimento em sua luta por direitos e cidadania; bem como, as implicações diretas desta medida no cotidiano das trabalhadoras sexuais, uma vez que esta mudança no cenário sinalizaria para o aumento do controle e coerção e, até mesmo, para uma possível proibição/criminalização da atividade prostitucional no país.

Desta forma, em mais uma investida de grupos religiosos cristãos, o PL 2371/16 requeria¹⁰⁵ a retirada da categoria profissionais do sexo da CBO, tendo por finalidade a proibição da prostituição sob o argumento de que esta prática explora as mulheres e fere os direitos fundamentais relacionados à dignidade humana, que são protegidos pela Constituição brasileira.

A questão da prostituição e da exploração da mulher está relacionada aos direitos fundamentais, que são direitos protegidos pela Constituição Federal (PL 2371/16).

O PL segue a explanação a respeito dos direitos fundamentais assegurados na Constituição brasileira, destacando a essência do seu “incontroverso caráter vinculante e universal”. Ainda, o texto caracteriza os chamados “direitos da personalidade” estabelecidos pelo ordenamento jurídico do país no marco dos direitos fundamentais. Portanto, o principal argumento para deslegitimar a prostituição enquanto atividade profissional e requerer a sua retirada da relação de ocupações registradas na CBO, centra-se nos princípios de inviolabilidade do ser humano, da sua honra, imagem,

¹⁰⁵ Em janeiro de 2019, este Projeto de Lei foi arquivado com base no art. 17, inciso II alínea “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

privacidade e intimidade; considerando que o ser humano e seu corpo não podem ser comercializáveis como mero produto.

Além disso, o PL tenta deslegitimar o trabalho de educação social desenvolvido pelo movimento de prostitutas:

A estratégia do Ministério do Trabalho de tornar natural a prática da prostituição como profissão vai além do razoável e do aconselhável. Muito menos, ainda, se faz ao estabelecer que esses profissionais “participam em ações educativas no campo da sexualidade”. Entre as muitas distorções praticadas pelo verbete da CBO para florear a atividade e torná-la, pelo menos no papel, algo mais aceitável socialmente, essa nos parece a mais grave (PL 2371/16).

O texto persiste na argumentação para desqualificar a atuação socioeducativa das trabalhadoras sexuais, como se elas não tivessem competência ou mesmo condições morais, em razão de seu ofício, de abordarem sobre temas relacionados à sexualidade e a saúde sexual:

Ora, não há como se compactuar que sejam inseridas no rol de atividades pedagógicas e educacionais a rotina da prestação de serviços sexuais em troca de pagamento, como indicado na CBO. Como poderá algum profissional do sexo – aqui, que reste claro, eximes de quaisquer julgamentos face às índoles individuais – vir a colaborar em campanhas educativas ou atividades de pesquisa acadêmica, emprestando sua própria experiência de vida como algo positivo e a ser seguido por crianças, adolescentes e à população em geral? (PL 2371/16).

Em sua “cruzada” moral contra a prostituição, os religiosos conservadores buscam manipular retoricamente a descrição sumária da CBO sobre a prostituição, no que se refere à atuação da categoria como educadores sociais. Quando discorrem a respeito da atuação socioeducativa em saúde sexual realizadas por trabalhadoras sexuais, a direcionam ao público infantojuvenil com a clara intenção de gerar pânico sexual nas famílias, sob a alegação de que a inserção dessas profissionais enquanto

educadoras sociais venha a incentivar a prática, ou até mesmo a corromper as crianças e adolescentes.

Assim não há que se aceitar, indistintamente, que do Estado emane normas ou diretrizes que visem quaisquer ações ou atividades que possam incentivar às crianças a seguir tais profissões elencadas no Rol da CBO, tampouco, que sejam inseridos os profissionais do sexo em ações educacionais. Trata-se de uma inverdade, inserida no texto para atender ao objetivo maior do Ministério nesse verbete da CBO, qual seja, o de regulamentar a prostituição como meio de vida e neutralizar resistências fundadas em valores e costumes sólidos que não aceitam a prática como algo natural, nem, tampouco, clamam pelo reconhecimento da suposta prática enquanto profissão. Para isso, vê-se que o Ministério do Trabalho, erroneamente, se atreveu a descrevê-la como uma atividade útil à educação pública, quando, na realidade, reflete-se completamente o contrário em termos sociais (PL 2371/16).

Como sabemos, há décadas as trabalhadoras sexuais atuam como educadoras sociais por meio de ações e campanhas de esclarecimento e conscientização sobre prevenção em saúde sexual e reprodutiva. Essas ações socioeducativas são destinadas as próprias trabalhadoras sexuais, mas não se restringem a elas, chegando também a um público mais amplo que transita e compõe o cenário das praças, ruas e entornos das “zonas de prostituição”. É importante frisar que ações desta natureza constituem a rotina da maioria das Associações de prostitutas espalhadas pelo país, e a referência a este tipo de trabalho na descrição sumária da CBO a respeito do ofício de “profissional do sexo” reflete tão somente o reconhecimento do Estado a uma prática exitosamente desempenhada pelas trabalhadoras sexuais desde longa data. Ademais, o próprio Estado, nas esferas municipal, estadual e federal, tem sido parceiro do movimento de prostitutas (em uma relação não isenta de tensões) ao financiar campanhas e projetos em que as trabalhadoras sexuais atuam como educadoras sociais junto a outras colegas de profissão, através da metodologia de educação entre pares. Esta estratégia tem se demonstrado fundamental para o sucesso da política, uma vez que as ações resultam em intervenções mais contextualizadas e tendem a influenciar mais positivamente nas atitudes e comportamentos do público a quem se destina.

Vale destacar ainda, a expertise acumulada pelo movimento de prostitutas enquanto agente em campanhas socioeducativas no campo da saúde sexual, sobretudo no protagonismo adotado para a implementação de programas integrais de prevenção a IST's e na política de combate ao HIV/Aids no Brasil. Foi justamente esse protagonismo advindo da parceria com o Ministério da Saúde que impulsionou a luta pelo reconhecimento da prostituição como atividade profissional e, em decorrência disso, sua inclusão na relação de ocupações da CBO, em 09 de outubro de 2002 (LENZ, 2010).

Como se não bastasse, o PL em questão estabelece uma analogia esdrúxula entre o exercício da prostituição (enquadrada na chave compreensiva da “venda do próprio corpo” e da “venda do corpo alheio”) com o comércio de órgãos humanos, como se o fato de prestar serviços sexuais destituísse a pessoa que o faz de uma parte física sua – o que é ridicularizado pelas trabalhadoras sexuais que alegam ter, no máximo, alugado e nunca vendido as suas vaginas para os clientes.

Aliás, não há como se dar azo ao agasalhamento normativo da atividade junto ao CBO da prática do profissional (*Sic*) do sexo enquanto comercialização do próprio corpo visando prazer e remuneração. Fosse assim, a lei facultaria o comércio dos órgãos humanos sob o agasalhamento da preservação da vida, bem maior e finalístico em si mesmo (PL 2371/16).

Em uma prática discursiva recorrente, como ocorre com a vinculação entre a prostituição e o tráfico de pessoas, mais uma vez observamos a tentativa estabelecer alguma forma de associação entre a prostituição e essas atividades criminosas. Por diversas vezes o PL 2371/16 reforça os estereótipos e os estigmas atribuídos à prostituição como sendo uma prática socialmente mal vista. Em seu conteúdo, considera que, ao tornar a prática da prostituição legal, o Estado acaba por incentivá-la ainda mais. Conforme tal perspectiva, isto seria socialmente reprovável já que a prostituição é associada a inúmeros riscos tais como: contágios de DST, maus-tratos, violência de rua e morte, além de envolvimento com o submundo do tráfico de drogas, armas e tráfico internacional de pessoas.

Como vimos ao longo desse capítulo, existe uma convergência ideológica entre feministas abolicionistas e conservadores cristãos, a fim de inviabilizar a aprovação de

leis que possibilitem a regulamentação laboral do trabalho sexual e, conseqüentemente, seus projetos de sociedade preconizam um mundo em que pagar por sexo seja considerado crime e, em última instância, que a prostituição não mais exista. Se, para as abolicionistas, o combate à prostituição diz respeito à luta contra injustiças de caráter econômico e social, inserindo-se na agenda de ações contra a opressão e mercantilização do corpo feminino, enquanto resultado de uma sociedade patriarcal e neoliberal. Para os conservadores religiosos em questão, o combate à prostituição está relacionado fundamentalmente à preservação de determinados valores morais da família e do cristianismo, mesmo que para isso sejam mobilizadas pragmaticamente narrativas correlatas a de segmentos do feminismo contrários ao trabalho sexual. Apesar da aparente preocupação com os direitos humanos, trata-se de um processo imperioso de recrudescimento do conservadorismo que visa inscrever sua moralidade religiosa na ordem legal do país, frente às “ameaças” de avanço da secularização na sociedade brasileira.

Não obstante a política antiprostituição desses dois grupos expresse projetos de sociedade distintos, ambos possuem como fundamento a retórica humanitarista e punitivista como biopolítica de controle e regulação da prostituição, operando como estratégia para a governança das práticas e das mentalidades a respeito da questão. A imagem distorcida que universaliza a opressão feminina e rotula a prostituta como vítima paradigmática, articula um processo complexo de aproximação/distanciamento entre as narrativas antiprostituição de feministas abolicionistas com a de conservadores cristãos, ainda que tenham pesos diferentes na construção discursiva de ambos os grupos, em decorrência da própria distinção da sociedade que almejam enquanto coletividade. Nesta perspectiva, políticas que inviabilizem a prática e caminhem para a criminalização da demanda, ou mesmo para alguma outra forma de proibição da prostituição, representam para esses grupos um marco civilizatório – daí porque os ataques sistemáticos, a intensificação de agendas e a mobilização de diferentes atores na tentativa de instituir regimes de verdade que situem a prostituição como resultado de uma sociedade injusta e decadente.

3. O movimento de prostitutas em busca por reconhecimento do trabalho sexual

Este capítulo tem como propósito abordar as diferentes estratégias de incidência política adotadas pelo movimento de prostitutas no Brasil na luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Por meio das ações desempenhadas por três associações: GEMPAC, APROS-PB e APROSMIG é possível apreender a organização e o protagonismo do Movimento em defesa das demandas das profissionais do sexo por saúde integral, direitos sexuais e trabalhistas; bem como a articulação com diferentes entidades governamentais e da sociedade civil, o que permite ampliar o seu campo de atuação e potencializar coalizões junto a outros movimentos sociais.

O capítulo discorre sobre os campos de atuação do movimento organizado de prostitutas em busca pela regulamentação laboral do trabalho sexual como atividade profissional reconhecida pelo Estado através do PL Gabriela Leite e do ativismo Putafeminista; bem como sobre a dimensão político-estética-comunicativa das políticas culturais implementadas por meio do desfile Daspu e do Puta Dei, enquanto possibilidade de ressignificar as representações sobre a prostituição e aproximar tanto as profissionais do sexo quanto um público amplo e diversificado dos princípios e demandas do Movimento.

Neste capítulo apresento a incidência política do movimento de prostitutas em relação às manifestações em defesa das principais pautas feministas, igualmente a defesa de direitos dos trabalhadores frente às políticas de austeridade na história recente do país. Além disso, apresento as ações desenvolvidas pelo GEMPAC para assistir as trabalhadoras sexuais durante a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

3.1 – A incidência política do movimento organizado de prostitutas contra o recrudescimento na política e a perda de direitos trabalhistas

Em meados da década de 1970, as trabalhadoras sexuais iniciaram um processo de organização em associações que começou nos EUA e rapidamente se expandiu para outros países. O advento de associações de prostitutas mundo a fora possibilitou que as trabalhadoras sexuais falassem por si próprias em um movimento de autonomia e autodeterminação que se deu através da construção de fóruns onde se discutiam pautas e estratégias em busca de direitos e garantia do exercício da profissão (PHETERSON, 1989). O movimento pelos direitos das trabalhadoras sexuais foi fundado em três

princípios gerais: 1) muitas mulheres optam pelo trabalho sexual; 2) o trabalho sexual deve ser visto e respeitado como trabalho legítimo e; 3) é uma violação dos direitos civis de uma mulher negá-la a possibilidade de trabalhar como profissional do sexo (PHETERSON, 1989).

Em 1986, o Comitê Internacional de Direitos das Prostitutas redigiu um documento em que ressalta a exigência das prostitutas por reconhecimento enquanto trabalhadoras, liberdade para autonomia financeira e escolha ocupacional, autodeterminação sexual, o direito a participar de pornografia, direitos e proteção aos trabalhadores, o direito de migração e a defesa de um movimento pelos direitos a todas as mulheres (PHETERSON, 1989). O documento aborda ainda as relações entre o feminismo e a prostituição, assumindo posição notadamente feminista quando se empenha em dar voz e respeito a todas as mulheres, inclusive as mais invisíveis, isoladas, degradadas e/ou idealizadas (PHETERSON, 1989).

A organização das prostitutas no Brasil em termos de movimento social data do final da década de 1980 e início dos anos 1990 com a criação dos principais grupos representantes dessa categoria. Em 1987, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o I Encontro Nacional das Prostitutas no Brasil cuja pauta principal se constituiu, sobretudo, na denúncia da violência policial contra as prostitutas nas principais capitais brasileiras (OLIVAR, 2013). Como resultado desse Encontro se criou a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), dando início ao movimento associativo de prostitutas no país. Desde então, as organizações de prostitutas têm assumido papel de destaque na luta pela conquista de direitos, tendo sido agente político significativo no enfrentamento à Aids, em parceria com o Estado (e não sem tensão entre os setores de saúde e as prostitutas), através da elaboração de projetos de prevenção contra a epidemia junto à categoria (SKACKAUSKAS, 2014).

No Brasil a reivindicação por direitos trabalhistas surge em 1994, no III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo. Contudo, o debate assume destaque somente a partir de 2002 com o lançamento da campanha nacional¹⁰⁶ de combate a DST/Aids. Ainda em 2002 ocorre a inclusão da categoria “profissional do sexo” na

¹⁰⁶ A campanha intitulada “*Sem Vergonha, garota. Você tem profissão*” foi destinada exclusivamente as prostitutas, sendo executada pelo Programa Nacional de DST/Aids em parceria com A Rede Brasileira de Prostitutas (SKACKAUSKAS, 2014)

relação de ocupações do MTECBO e, no ano seguinte, dá-se entrada no Projeto de Lei 98/2003¹⁰⁷ para redefinição da prostituição como trabalho (SKACKAUSKAS, 2014).

Para Lenz (2010), mesmo que a agenda pública do movimento organizado de prostituta tenha se originado pela denúncia da violência policial, foi a legitimação social obtida através da participação ativa nas políticas de enfrentamento à Aids que possibilitou que o debate sobre a prostituição fosse deslocado do domínio do discurso sanitário e moral para a esfera da cidadania e dos direitos humanos – momento em que o país se torna referência nas políticas de HIV/Aids e outras IST. A postura de agente político no combate a Aids, em particular na campanha “*Sem Vergonha, garota. Você tem profissão*”, impulsionou o movimento a articular a identidade de prostituta com a construção da identidade de trabalhadoras do sexo, promovendo o desenvolvimento da organização associativa das prostitutas e sua luta pelo reconhecimento da prostituição como profissão (LENZ, 2010).

A parceria entre o Ministério da Saúde e o movimento de trabalhadoras sexuais tem demonstrado ao longo desses anos que o sucesso das políticas de enfrentamento e a implementação de programas integrais de IST e HIV/Aids com trabalhadoras sexuais está diretamente relacionado com o fortalecimento das capacidades de organização das trabalhadoras sexuais e de suas organizações. Como exemplo, temos a experiência brasileira da RBP em abordagens inovadoras baseadas em intervenções colaborativas.

Ao longo de sua trajetória a RBP tem fortalecido a política de saúde na perspectiva dos direitos humanos por meio da articulação do movimento de trabalhadoras do sexo no Brasil, em constante diálogo com a América Latina¹⁰⁸ e outras redes de trabalhadoras sexuais globais¹⁰⁹. Estes intercâmbios e trocas de experiências fortalecem e ampliam a visibilidade das práticas de prevenção e tratamento em IST/HIV/Aids desenvolvidas no Brasil, e os avanços desse segmento como estratégia

¹⁰⁷ O Projeto de Lei 98/2003 de autoria do ex-deputado federal Fernando Gabeira (Partido Verde-RJ) foi a primeira iniciativa de estabelecer a redefinição da prostituição como trabalho no Brasil, porém sem sucesso. O projeto previa a regulamentação dos serviços de natureza sexual enquanto atividade profissional, bem como a descriminalização do empresário do sexo.

¹⁰⁸ No ano de 2014 as organizações de trabalhadoras e trabalhadores sexuais do Brasil, Equador, Peru e México iniciaram um processo de intercâmbio e análise de informações sobre a situação do trabalho sexual nesses países. Esse processo deu origem a Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual (PLAPERTS), que atua na defesa e promoção dos direitos humanos das trabalhadoras/es sexuais através da capacitação de lideranças e do fortalecimento das organizações de pessoas que exercem o trabalho sexual.

¹⁰⁹ A principal delas é a Global Network of Sex Work Projects (NSWP), que visa conectar redes locais, regionais e nacionais em defesa e promoção de direitos das mulheres, homens e transgêneros que exercem o trabalho sexual. A NSWP agrega organizações na África; Ásia e Pacífico; Europa; América Latina e; América do Norte e Caribe, facilitando a representação de profissionais do sexo em fóruns de políticas internacionais que abordem temas de saúde e direito humanos relacionados ao trabalho sexual.

fundamental para o enfretoamento – no âmbito local e global; além do “empoderamento” das trabalhadoras sexuais na busca por direitos e cidadania.

A RBP tem construído uma posição política de autodeterminação em oposição aos discursos e as práticas tutelares abolicionistas, ao enfatizar que a prostituição deve ser compreendida enquanto atividade profissional através da noção de *trabalho sexual*. Diante os perigos e as péssimas condições de trabalho, a RBP reivindica cada vez mais a necessidade por direitos trabalhistas tais como aqueles garantidos a qualquer outra categoria profissional que desempenha suas atividades no setor de prestação de serviço. Esta perspectiva distingue as noções de prostituição forçada e prostituição voluntária, concebendo a prestação de serviços sexuais como possibilidade aberta do mercado de trabalho (KEMPADOO e DOEZEMA, 1998).

Essa posição política é uma tendência que se inscreve no cenário mundial através da difusão da organização de prostitutas em movimentos sociais ao participarem ativamente do debate nos espaços públicos em busca do reconhecimento da sua atividade enquanto trabalho. Tal fato vai contribuir significativamente para novas disposições neste campo, tanto no que diz respeito à atualização das tensões entre determinados segmentos do feminismo e o movimento organizado de prostitutas (OLIVAR, 2013), quanto à construção de novos olhares interpretativos na produção acadêmica sobre mercados do sexo – inclusive muitos estudos sendo desenvolvidos pelas próprias trabalhadoras do sexo (KEMPADOO e DOEZEMA, 1998).

A postura de agente político do movimento de prostitutas no Brasil não se restringe a luta por pautas específicas em benefício da categoria profissional, mas extrapola para dimensões que reverberam princípios democráticos e direitos humanos que dizem respeito a todos os indivíduos. Neste aspecto, sua incidência política atua contra as práticas de pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes; contra a violência doméstica e todas as formas de violência sexual; contra o tráfico de pessoas, trabalho escravo e trabalho infantil. As trabalhadoras sexuais possuem representação e participam ativamente em conselhos, comitês e fóruns de discussões nos estados e municípios, contribuindo como parceiras na elaboração de políticas de prevenção no que diz respeito aos temas supracitados, como pude observar nas associações com as quais realizei pesquisa de campo.

O cenário de instabilidade econômica e política que se instaurou no Brasil desde os acontecimentos que marcaram o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tem levado milhares de pessoas a protestarem por todo o país, acirrando uma polarização

política entre “direita” e “esquerda”. Em meio a um processo de intensificação de medidas neoliberais na esfera econômica e um recrudescimento de políticas conservadoras nos costumes – que carregam como esteio práticas moralmente reguladoras e intolerantes socialmente, associadas a um forte discurso securitário – as trabalhadoras sexuais tem adotado uma postura “progressista”, se posicionado ao lado de uma diversidade de outros movimentos sociais contra a perda de direitos e pela manutenção das instituições democráticas.

Sobre este cenário de instabilidade e de incertezas que assola o Brasil, Leila Barreto, umas das lideranças do movimento de prostitutas do país nos diz:

Alguém disse que estamos vivendo tempos tenebrosos. Mas, o que é tenebroso para as prostitutas? Para quem sai todos os dias na rua, no frio. Já vivemos dificuldade, muitas dificuldades; e sempre encaramos de frente! As prostitutas sempre estiveram lá e durante três décadas continuam fazendo incidência política. As putas sabem lidar com o tempo, o tempo faz parte do *métier* do trabalho sexual (Leila Barreto, liderança do GEMPAC e da RBP).

A exemplo do que disse Leila Barreto, as trabalhadoras sexuais foram às ruas para gritar *Fora Temer!*¹¹⁰ em demonstração a indignação contra o golpe parlamentar-midiático sofrido por Dilma; se fizeram presente na *Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos*¹¹¹; participaram dos atos *Lula Livre!*¹¹²; *Marielle Vive!*¹¹³ e; *Ele Não!*¹¹⁴, dentre outras manifestações ocorridas neste período.

¹¹⁰ Protestos que reivindicavam “a queda” de Michel Temer, que assumira interinamente a presidência da República após o impeachment de Dilma Rousseff, e a realização de novas eleições presidenciais. As manifestações tiveram várias motivações dentre as quais se destacam: suspeita de corrupção envolvendo o alto escalão do governo, inclusive, o próprio presidente interino suspeito de participar de esquema de propina para beneficiar empresas que atuam no porto de Santos-SP; protestos contra a PEC do Teto dos Gastos Públicos e contra as Reformas Trabalhista e da Previdência Social, definidas como metas daquele governo; e principalmente, a certeza para uma grande parcela de que o impeachment de Dilma configurou em golpe posto em prática por parlamentares, com o apoio dos meios de comunicação, que discordavam com a forma pela qual ela governava o país.

¹¹¹ Esta Marcha compunha a programação do *13º Congresso Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11 e* se constituiu no ápice do evento, que discutiu questões de gênero e feminismo relacionadas a marcadores da diferença, tais como: sexualidade, “raça”, etnia, classe, geração, entre outros temas. A manifestação reuniu cerca de oito mil pessoas, a maioria esmagadora composta por mulheres, que saíram em marcha pelas ruas do centro de Florianópolis no dia 02 de agosto de 2017 protestando pelo direito ao aborto livre e seguro, contra a violência e o preconceito de gênero, o feminicídio, e a desigualdade social entre homens e mulheres.

¹¹² Manifestações em todo o país contra a prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Partido do Trabalhadores (PT) organizou a Jornada Lula Livre que ocorreu entre 07 e 10 de abril de 2019, mobilizando atos no Brasil e no mundo após um ano de prisão de Lula. O movimento brasileiro de

Na *Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos*, a diversidade e a pluralidade marcaram a manifestação: eram mulheres negras, brancas, indígenas, quilombolas, camponesas, trabalhadoras urbanas, sindicalistas, trabalhadoras sexuais, gordas, lésbicas, trans, dentre outras organizadas em inúmeros coletivos feministas; todas ali para reivindicar por pautas específicas ao seu grupo, mas reunidas com o propósito comum: a defesa do direito das mulheres. Alguns homens que compartilham das demandas e se somam às lutas feministas também estiveram presentes. Essa diversidade e pluralidade se fez notar igualmente através da sintonia entre a academia e os movimentos sociais ali presentes, que se expressou em uma coalizão de forças e ímpeto para o protesto proporcional aos desafios que se impunha aquele contexto.

Horas antes do início da manifestação, que estava marcada para começar às 17 horas, já se via uma grande movimentação nas ruas próximas ao centro de Florianópolis. Na concentração, vários grupos de mulheres reunidas organizavam seus cartazes e faixas de onde se podia ouvir o convite para se juntar ao ato: “Vem pra rua, vem; contra o machismo, vem!”. Ao longo do trajeto, trabalhadoras sexuais e ativistas em favor do trabalho sexual marcharam com cartazes “Prostituição é Trabalho!”, “Todo o poder as Putas!” e um grande estandarte com a bandeira comemorativa dos 30 anos do movimento de prostitutas no Brasil, dando destaque ao ativismo Putafeminista. Foi possível ver também alguns guarda-chuvas vermelhos, símbolo global que representa a *Red Umbrella Fund*¹¹⁵ e a luta por direitos das trabalhadoras sexuais.

prostitutas emitiu nota sobre a prisão do ex-presidente Lula. Disponível em: <http://dartanha.blogspot.com/2018/04/nota-do-movimento-brasileiro-de.html>. Último acesso em: 29/05/2019.

¹¹³ Manifestações em todo o país em protesto ao assassinato brutal da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) que reivindica os avanços nas investigações e a punição dos criminosos envolvidos no crime de execução da vereadora e de seu motorista Anderson Gomes. As manifestações adquiriram uma dimensão muito maior e se fundiram a luta pelos direitos humanos, direitos das mulheres, da população LGBTI, da população negra e dos moradores de favelas, pautas defendidas por Marielle Franco enquanto legislava na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

¹¹⁴ Manifestações contra o, até então, candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL) que marcaram as eleições presidenciais de 2018, diante da ameaça que a sua candidatura representava a democracia brasileira. Os protestos iniciaram nas redes sociais e assumiram um caráter eminentemente feminista, articulado principalmente pelo grupo *Mulheres contra Bolsonaro*. Logo os protestos assumiram uma proporção gigantesca, levando milhares de pessoas as ruas em mais de 160 cidades brasileiras no dia 29 de setembro daquele ano. As manifestações foram motivadas pela postura misógina, homofóbica, machista, racista e autoritária de Bolsonaro em seu histórico como parlamentar representando o estado do Rio de Janeiro na Câmara de Deputados Federal.

¹¹⁵ A *Red Umbrella Fund* foi criada em 2012 e se constitui no primeiro fundo global orientado por e para trabalhadoras/es sexuais com a finalidade de obter financiamento em apoio a luta por direitos humanos das profissionais do sexo.



Foto: VAZ SILVA, 2017.

Foto 1 - Feministas empunhando a faixa “Por Nenhuma A Menos”, em protesto na Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos.



Foto: VAZ SILVA, 2017.

Foto 2 - Feminista protestando em favor do trabalho sexual na Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos: Prostituição é Trabalho!

Ao som dos tambores da Banda Cores de Aidê, formada apenas por mulheres, em sua maioria negras, foi possível ver os cartazes: “Meu corpo, minhas regras”, “A revolução será feminista ou não será!”; e ouvir os gritos de ordem que denunciavam a sociedade machista e reivindicavam por igualdade de direitos e vida mais digna a mulheres do mundo todo: “Nem uma a menos!”, “Te cuida seu machista, América Latina vai ser toda feminista!”. Questões mais gerais como o combate ao recrudescimento do conservadorismo, à corrupção, à perda de direitos, também fizeram parte da pauta das manifestações. Vale ressaltar que a *Marcha* ocorreu no mesmo dia em que Michel Temer foi julgado e absolvido na Câmara dos Deputados pelo crime de corrupção passiva. Em vários momentos se ouviu gritos de “Fora Temer!” em protestos contra o impeachment que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república e às reformas trabalhistas e da previdência como metas daquele governo.

O movimento de prostitutas tem assumido a defesa da manutenção do direito dos trabalhadores, se posicionando veementemente contra as políticas de austeridade na economia, que instituem arroxo salarial e contingenciamento de investimento em setores estratégicos como saúde e educação, por exemplo; bem como contra a reforma trabalhista e a reforma da previdência social¹¹⁶, que visam atender aos interesses de

¹¹⁶ Inúmeras associações de trabalhadoras sexuais saíram as ruas no dia 1º de maio de 2019 em alusão ao dia do trabalhador e, ao lado de movimentos sindicais, estudantis e outros movimentos sociais, protestaram contra a política econômica e ataque aos direitos sociais postos em prática pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Desses atos se deliberou pela Greve Geral de 14 de junho contra a Reforma da Previdência.

grandes empresários e instituições financeiras, em detrimento da classe trabalhadora cada vez mais submetida a relações de trabalho precarizados.

Dentre as várias manifestações que o movimento de prostitutas esteve presente neste período, outra que merece destaque se refere ao ato *Lula Livre!* ocorrido em 11 de abril de 2018 no Largo do Rosário, no centro de Campinas. Os manifestantes protestavam contra a prisão arbitrária e ressaltavam a ausência de provas e o caráter ideológico de perseguição política ao ex-presidente Lula, visando impedi-lo de disputar as eleições presidenciais daquele ano. As lideranças sindicais lembraram os avanços alcançados em diversos âmbitos durante os governos de Lula e Dilma: a erradicação da fome, a criação de empregos, as políticas sociais de habitação popular e distribuição de renda, dentre outras medidas adotadas para diminuir as desigualdades sociais no Brasil. Também houve muitas falas em memória a Marielle Franco e em solidariedade a sua família, “Marielle Vive!”.

O movimento de prostitutas esteve representado pela associação Mulheres Guerreiras e sua principal liderança, Betânia Santos, fez um discurso inflamado em protesto a prisão de Lula e de repúdio a Oscar Maroni¹¹⁷, proprietário do Bahamas Hotel Club, localizado na capital paulista. A fala de Betânia foi direcionada às atrocidades cometidas por Maroni contra a dignidade de uma profissional do sexo em um evento organizado por ele em comemoração à prisão de Lula¹¹⁸. A liderança da associação Mulheres Guerreiras enfatizou a postura misógina adotada por Maroni na violência perpetrada contra a mulher e prostituta; humilhada, objetificada e reduzida em sua dignidade. Betânia ressaltou que esta postura não condiz com a de um empresário do setor de lazer e entretenimento, mas de uma pessoa desprovida de escrúpulos que se aproveita de sua condição para explorar profissionais do sexo, explorar o corpo de mulheres. O seu discurso expressou toda a indignação de uma trabalhadora sexual que conhece o *métier* da profissão e a exerce com dignidade.

¹¹⁷ Em 2011, Oscar Maroni foi condenado em primeira instância a 11 anos de prisão pelos crimes de favorecimento a prostituição e manutenção de estabelecimento destinado a tais encontros. No entanto, foi inocentado em 2013 pela justiça, que considerou que a sua boate não se caracterizava como estabelecimento de prostituição, apesar de prostitutas a frequentarem. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/oscar-maroni-garante-promessa-de-cerveja-gratis-se-lula-for-presos/>. Último acesso: 29/05/2019.

¹¹⁸ Oscar Maroni já havia prometido distribuir cerveja gratuitamente caso Lula fosse preso. A matéria sobre a violência cometida por Maroni contra a profissional do sexo está disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/04/oscar-maroni-realiza-festa-em-comemoracao-a-prisao-de-lula.html>. Último acesso: 30/05/2019. A Nota de Repúdio emitida pela associação mulheres Guerreiras sobre o episódio está disponível em: <https://sp.cut.org.br/noticias/profissionais-do-sexo-de-campinas-emitem-nota-de-repudio-a-oscar-maroni-e-manife-cd09>. Último acesso: 30/05/19.

Como vimos ao longo deste tópico, desde sua origem o movimento organizado de prostitutas no Brasil sempre esteve na vanguarda da luta pela emancipação, autodeterminação e pelos direitos das profissionais do sexo. A trajetória do movimento de prostitutas no país se confunde com a luta por justiça social, sendo protagonista na defesa dos direitos humanos e do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da política nacional de prevenção ao HIV/Aids, por exemplo. Além disso, o movimento de prostitutas demonstra estar no primeiro plano de linha da pauta de lutas do feminismo pela democracia, por justiça e contra repressões.

3.2 – O movimento organizado de prostitutas: as experiências do GEMPAC, da APROS-PB e da APROSMIG

Neste tópico apresento algumas experiências do ativismo político desempenhado pelas três associações do movimento de prostitutas com as quais realizei trabalho de campo: GEMPAC, APROS-PB e APROSMIG. A proposta é apresentar uma descrição analítica que explore as dimensões de convergência entre as três organizações, bem como as especificidades da incidência política de cada uma delas.

O Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC¹¹⁹) foi fundado em 1º de maio de 1990, mas desde 1987 sob a liderança de Lourdes Barreto já vinha se articulando em rede como organização civil na luta por direitos às trabalhadoras sexuais. O GEMPAC está vinculado a RBP, juntamente com outras associações de trabalhadoras sexuais em todas as regiões do país. No âmbito internacional integra a Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual (PLAPERTS) e a Global Network of Sex Project (NWSP). A Associação não possui fins lucrativos e tem como missão combater o estigma e a discriminação que permeiam a prostituição, através da autoafirmação da identidade política de “puta” e da valorização do trabalho sexual.

Ao longo de três décadas, a Associação desenvolve projetos e ações sociais junto às trabalhadoras sexuais no intuito de diminuir as condições de vulnerabilidade do

¹¹⁹ Originalmente a sigla GEMPAC designa Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central - no ato de formalização institucional o termo “Prostituta” foi retirado pelas suas representantes, não constando também referência explícita a finalidade do grupo; única forma encontrada por elas para o registro em cartório (BARRETO, 2016). Área central se deve ao fato do trabalho sexual ter origem e desenvolvimento a partir do bairro da Campina, localizado na área central de Belém-PA, antes de se expandir para outros domínios da cidade. Ainda hoje a Associação possui fortes relações com o bairro.

exercício da atividade profissional, diante a ausência de reconhecimento de direitos trabalhistas à categoria. Articulado a atuação política da RBP, o GEMPAC é referência na prevenção contra o HIV/Aids e hepatites virais no Brasil, sendo protagonista na implementação das políticas do Ministério da Saúde na região amazônica. A Associação também desempenha um papel social importante de educação sexual através da realização de palestras educativas sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Ainda no rol de suas ações educativas aborda temas como sexo, prazer, erotismo e sexo na terceira idade. Vale destacar que suas ações não são restritas as trabalhadoras sexuais, atuando junto a famílias, moradores de rua, usuários de droga que residem e circulam no entorno do *quadrilátero do amor* – esta denominação se deve ao fato da *zona* compreender quatro ruas: 1º de março, Riachuelo, Padre Prudêncio e General Gurjão, em alusão à figura geométrica.

A Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) foi fundada em julho de 2001, com a finalidade de promover ações com as trabalhadoras sexuais da região metropolitana de João Pessoa, que abrange os municípios de Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. No entanto, em poucos anos conseguiu consolidar um trabalho exitoso que lhe possibilitou ampliar sua área de atuação, estendendo suas atividades para outras cidades do interior da Paraíba, tais como: Mamanguape, Sapé, Guarabira, Patos, Pombal, Itabaiana, Cajazeiras e até mesmo Campina Grande, onde atua em parceria com o CIPMAC – Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (APROS-PB, 2019). As políticas e os debates em torno da epidemia de HIV/Aids, em uma perspectiva de saúde integral associada a direitos humanos, constitui o eixo de maior atuação da APROS-PB.

Desde sua criação a APROS-PB realiza ações em conjunto com outras organizações da sociedade civil como, por exemplo, a AMAZONA (Associação de Prevenção a Aids), que possui destacada atuação em prol do fortalecimento da cidadania e auto-organização de diferentes grupos em situação de vulnerabilidade social, tendo contribuído na própria fundação da Associação (APROS-PB, 2019). Atualmente, a APROS-PB está vinculada a CUTS e tem desenvolvido um trabalho proeminente em educação e saúde sexual preventiva que serve de referência nacional (sobre o qual falaremos mais adiante) e permitiu a Associação promover cursos de capacitação em direitos humanos, a fim de formar lideranças e fortalecer o movimento de prostitutas de outros estados do nordeste.

A APROS-PB é filiada a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, ao Fórum ONG/Aids e a Articulação Aids em Cena. Além disso, estabelece parceria com entidades governamentais através de convênios e projetos com as Secretarias de Saúde do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba. A Associação também conta com o apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB; do Observatório de Gênero do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB; do Núcleo de Extensão Popular “Flor de Mandacaru”, que desenvolve ações e formações junto às trabalhadoras sexuais (APROS-PB, 2019). A Associação disponibiliza serviços de assessoria jurídica, a fim de fortalecer a cidadania das trabalhadoras sexuais no combate ao estigma e as diferentes formas de violência e discriminação que as afetam. Este serviço também conta com cursos de formação sobre direitos humanos, no intuito de instruí-las sobre seus direitos fundamentais e como possibilidade para que elas atuem como multiplicadoras junto a outras trabalhadoras sexuais.

Por sua vez, a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) foi fundada em 09 de abril de 2009, no intuito de promover cidadania e reivindicar por direitos das trabalhadoras sexuais. A APROSMIG tem sua origem ligada ao Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de Minas Gerais (GAPA-MG¹²⁰), que desde 1988 passou a desenvolver ações junto às prostitutas através de visitas às *zonas* para participar de reuniões comunitárias e distribuir preservativos, muitas vezes, inclusive, intervindo frente a situações vivenciadas no cotidiano pelas trabalhadoras sexuais, tornando-se uma referência para elas em um contexto da crescente epidemia de HIV/Aids no país. Esta relação com o GAPA-MG aproximou a APROSMIG dos princípios de luta pela regulamentação da profissão e pela autodeterminação das prostitutas, pautados pela RBP (BARRETO, 2015).

Além das questões referentes à segurança do trabalho e a regulamentação laboral da profissão, a APROSMIG define como um dos seus eixos principais de atuação o debate político sobre diferença entre trabalho sexual e exploração sexual, com ênfase na distinção entre migração para trabalho sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Nesta perspectiva, a Associação desenvolve uma série de ações visando à capacitação de trabalhadoras sexuais a respeito dos perigos recorrentes nos

¹²⁰ Durante algum tempo o GAPA-MG chegou a abrigar em sua sede a APROSMIG (JAYME, CHACHAM, MORAIS, 2013). Atualmente, a APROSMIG está sediada na Rua Guaicurus nº 648, aos fundos de um estacionamento de automóveis, em um espaço cedido pela Associação dos Amigos da Rua Guaicurus (AARG).

fluxos migratórios para prática da profissão, com o foco na prevenção contra crimes de exploração sexual decorrente de situações de tráfico.

As atividades ocorrem por meio de oficinas e rodas de conversa sobre prostituição, direitos e migração, em que se apresentam e se discutem diferentes experiências relacionadas à circulação de mulheres para o trabalho sexual, as circunstâncias e as motivações que as levam a migrar; bem como as condições em que exercem o ofício e outras situações de vulnerabilidade que podem deixá-las sujeitas as redes que promovem o tráfico de pessoas. Nessas atividades dá-se ênfase a compreensão dos direitos humanos e o reconhecimento das diferentes formas de violências que podem se manifestar desde cobranças abusivas, agressões físicas, coerção e aprisionamento, por exemplo. A ação teve como resultado a produção de uma cartilha¹²¹ destinada às trabalhadoras sexuais, apresentando informações de forma didática sobre tráfico de pessoas e questões relacionadas aos direitos humanos, à violação de direitos básicos das trabalhadoras sexuais, além dos canais de denúncias em caso de tráfico internacional de pessoas e de situações de trabalho análogo à escravidão.

Igualmente ao GEMPAC, a APROSMIG é filiada a RBP, a PLAPERTS e a NWSP. A Associação possui parceria com a Secretaria Municipal de Saúde através da Coordenação de IST/Aids e do Núcleo de Redução de Danos de Belo Horizonte, bem como com a Secretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais (SEDPAC-MG). A Associação também atua em conjunto com Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (COMITRATE) e com o Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP). Entre as entidades da sociedade civil, a APROSMIG estabelece parcerias com o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) e com a Associação Cidadãos Positivos Sempre Viva (ACP Sempre Viva), que lutam em defesa dos direitos e cidadania da comunidade LGBT e de pessoas vivendo com HIV/aids, respectivamente.

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-MINAS) também são parceiros. De segunda à sábado a instituição universitária oferece atendimento psicológico gratuito as trabalhadoras sexuais em um espaço cedido pelo Shopping UAI. Por meio de estudantes da graduação em direito, a PUC-MINAS também disponibiliza apoio jurídico as trabalhadoras filiadas

A cartilha é intitulada “Prostitutas contra o tráfico de pessoas” e configura o produto do projeto “Prostituta, Direito e Migração”, financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

a Associação. Assim, a APROSMIG possui parcerias com diversos órgãos da rede pública e privada, movimentos sociais, universidades, dentre outros.

A equipe de educadoras sociais da Associação integra diferentes ações de prevenção em atenção básica à saúde como, por exemplo, os projetos “BH de Mãos Dadas Contra a Aids” e o “Consultório de Rua”, ambos implementados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O projeto “BH de Mãos Dadas” tem como propósito atuar com diversos grupos sociais no intuito de promover políticas preventivas de saúde integral com ênfase na humanização. O programa está organizado em dois eixos: formações (oficinas, palestras, etc.) e trabalho de campo (redução de danos). As ações tem como foco a educação em saúde e para isso conta com uma equipe multiprofissional, que atua tanto na capacitação de profissionais para exercerem o ofício de redutor de danos, quanto na interação *in loco* com o usuário do programa, acolhendo, orientando e indicando os centros de saúde disponíveis na cidade. O trabalho de campo ocorre por meio de abordagens e acompanhamento de populações em situação de vulnerabilidade, com ênfase na prevenção a ISTs/HIV/Aids e redução do uso abusivo de álcool e outras drogas. O “BH de Mãos Dadas” possui parceria, inclusive, com a Rede Municipal de Ensino. Nas escolas, são debatidos temas relacionados à sexualidade e saúde sexual; drogas, redução de danos e saúde mental; e diversidade sexual, raça e etnia, por exemplo.

Já o “Consultório de Rua” promove assistência à população em situação de rua que faz uso prejudicial de álcool, crack e outras drogas. Este projeto também é composto por uma equipe multiprofissional que fornece cuidados no próprio espaço da rua com o foco na saúde integral e na humanização dos serviços prestados aos usuários do programa. Atualmente, o projeto conta com quatro equipes que se deslocam pela cidade (com o apoio de um veículo automotivo itinerante) buscando estabelecer vínculos com a população em situação de rua, a fim de integrá-las a rede de saúde, assistência social, educação e cultura disponibilizada no quadro de serviços públicos da Prefeitura. O objetivo é justamente reduzir os danos provocados pelo quadro de dependência química apresentado por essas pessoas, proporcionando cuidados e assistência necessária à melhoria da qualidade de vida das mesmas.

Desta forma, as três Associações do movimento organizado de prostitutas com que fiz pesquisa estão inseridas em vários domínios da esfera pública, atuando em conjunto com agentes governamentais, outros movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil. Uma parcela significativa das ações ocorre em parceria com os

órgãos/unidades responsáveis pela implementação de políticas de saúde, seja nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal; bem como com outras instituições privadas de fomento que financiam projetos na área da saúde e em articulação com os direitos humanos.

Não obstante, as trabalhadoras sexuais há algum tempo já veem demonstrando certa preocupação em relação a políticas públicas que reduzem o segmento apenas as questões de saúde, a fim de minimizar os riscos considerados inerentes da prostituição. Esta postura ficou bastante evidente quando, nos idos de 2011, algumas organizações de prostitutas decidiram não mais acessar editais do Ministério da Saúde (MS) que destinem recursos de combate as IST's e ao HIV/Aids, embora tal posicionamento não tenha se estendido para os financiamentos municipais e estaduais (LENZ, 2011; BARRTEO, 2015; BONOMI, 2019). Isto resulta da compreensão por parte das trabalhadoras sexuais de que esta redução tende a reforçar o estigma e o controle sanitário que as situa na gramática da vulnerabilidade, contrariando em muitos aspectos as aspirações e demandas do próprio Movimento em outros domínios que não apenas o da saúde, ao passo que proporcionam visibilidade para as políticas de saúde do governo federal (LENZ, 2011; BARRETO, 2015; BONOMI, 2019). Contudo, nem todas as Associações concordaram com tal posicionamento, principalmente algumas da região nordeste por acreditarem na importância estratégica de disputar as noções de saúde por dentro do Departamento de IST/Aids do MS, o que culminou em uma das cisões internas do movimento organizado de prostitutas (BONOMI, 2019).

O GEMPAC ao longo de sua trajetória já realizou muitos projetos e ações¹²². Apesar disto, de acordo com as lideranças da Associação, ainda existe uma invisibilidade muito grande da atuação e conquistas do movimento. Segundo a acadêmica e ativista Leila Barreto, muitas dessas conquistas não alcançaram os impactos significativos que se esperava para as trabalhadoras sexuais e menos ainda para a sociedade. Diante destas questões e das tensões relacionadas à institucionalização do movimento e sua autonomia, o GEMPAC passou a repensar as suas estratégias de atuação política, decidindo *voltar à esquina*. Para Leila Barreto, *voltar à esquina*

¹²² Dentre os inúmeros projetos desenvolvidos podemos destacar: *redes: intercâmbio e prevenção; sexo seguro na prostituição*; e *Filão do Tapajós*. Este último projeto era desenvolvido com as trabalhadoras sexuais nas zonas de garimpo do estado do Pará e sua 5ª edição abrangeu também as zona de garimpo do Amapá.

representou para o Movimento o resgate de sua autonomia política¹²³, permitindo desenvolver suas ações com o dinamismo característico dos movimentos sociais, em contraste a estruturas mais rígidas impostas por um quadro de institucionalização. Sobre isto, ela nos diz:

Nós estávamos em um quadro que eu creio que muitos movimentos sociais estão: que é vários apoios, vários financiamentos e fechados em uma institucionalização onde o teu ideal fica comprometido. Não é só uma dependência de recursos, mas é tu manter toda uma estrutura que não te permite estar onde tu tens que estar nesse enfrentamento dessa violência e outras questões¹²⁴.

Voltar à esquina foi o caminho encontrado para que o GEMPAC pudesse colocar em prática o seu ativismo sem as limitações decorrentes da relação de parceria com o Estado, mesmo que isso tenha impactado na redução de execução de projetos que dependem do repasse de recursos de entidades governamentais. A estratégia de *voltar à esquina* se materializa através da política do *corpão na rua*, isto é, praticar a militância do corpo-a-corpo ocupando espaços públicos estratégicos e mobilizando os atores sociais a quem se destina ação, a fim de aproxima-los das propostas e trazê-los para o ativismo, ou mesmo estabelecer novas parcerias. O *corpão* não foi a única forma encontrada para *voltar à esquina*, havendo também a criação de um núcleo de comunicação, chamado *comunicação da esquina*. A *comunicação da esquina* tem por intuito inserir as trabalhadoras sexuais em um cenário de globalização e avanços tecnológicos, através das novas plataformas digitais de interação social que possibilitam a informação e a comunicação entre as próprias trabalhadoras e com a sociedade.

Além disso, a *comunicação da esquina* visa demarcar o lugar do movimento organizado de prostitutas como o próprio comunicador de suas ações enquanto estratégia de autonomia, a fim de modificar as ideias negativas sobre prostituição e ressignificar o ativismo político do movimento. Para Leila Barreto a comunicação do

¹²³ “*voltar à esquina* pra gente era a única maneira de não fechar as portas, já que esquina não tem porta gente... Esquina não tem o limite nem de quem tu vais encontrar, nem de quem tu vais poder multiplicar”. Relato extraído da exposição oral feita por Leila Barreto na roda de conversa: direito à comunicação, realizada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, no dia 25 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VHklEfgyjs>. Último acesso em 05/08/2018.

¹²⁴ Relato extraído da apresentação feita por Leila Barreto do projeto “Zona de Direito: Núcleo de Comunicação do GEMPAC” em evento realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos no dia 24 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rBUC7kiiMA4>. Último acesso: 06/08/18.

Movimento com as trabalhadoras sexuais se constitui em um desafio constante, pois esbarra na dificuldade que muitas possuem em assumir a identidade de puta publicamente em decorrência do estigma que envolve a prática:

Nós fazemos a comunicação de um segmento que tem uma crise de identidade muito grande, um estigma muito grande que nega essa identidade, que lhe dá vários nomes: puta, quenga, mulher da vida, prostituta, profissional do sexo, rapariga. Tudo quanto é nome é dado. Quando se dá muito nome pra uma coisa, não quer que ela tenha identidade. Então, um segmento fazer uma comunicação quando ele mesmo tem problema com a sua identidade tem sido um desafio muito grande, tem sido um esforço que, as vezes, a gente diz assim: pra onde nós vamos? Como nós estamos na rua, podemos ir para qualquer lugar¹²⁵.

Assim, em meio aos desafios, a *comunicação da esquina* tem se constituído em um canal fundamental de comunicação com os pares e com a sociedade enquanto estratégia de visibilizar as ações desenvolvidas pelo movimento organizado de prostitutas. Com este propósito foi criado em 2012 o *Putá Dei*, em alusão ao Dia Internacional da Prostituta, comemorado no dia 02 de junho. Atualmente, o *Putá Dei* representa um dos momentos de maior visibilidade para o movimento organizado de prostitutas, ocorrendo inclusive em outras cidades do país.

O GEMPAC sempre esteve aberto a parcerias e sem elas provavelmente não teria a capilaridade que possui no ativismo junto às trabalhadoras sexuais. No entanto, a trajetória e o amadurecimento do movimento o fez perceber o quanto parcerias malsucedidas em nada acrescentam na luta pela legitimidade do trabalho sexual. Diante disto, passou a rejeitar editais que não atendam aos princípios do seu ativismo político e interfiram na sua autonomia e organização.

Segundo Leila Barreto, o GEMPAC está sempre disposto a uma boa *transa*:

¹²⁵ Relato extraído da exposição oral feita por Leila Barreto na roda de conversa: direito à comunicação, realizada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, no dia 25 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VHklEfgyjs>. Último acesso em 05/08/2018.

“aqui nós transamos com todo mundo. Mas, existem transas boas, transas não tão boas e transas ruins. É preciso saber aproveitar o melhor de cada uma”¹²⁶.

As *transas* a que Leila Barreto se refere são aquelas para além das *esquinas* e dizem respeito as ações e termos de cooperação que a Associação realiza em parceria com entidades governamentais e da sociedade civil. Para Barreto (2016), essas *transas sociais e institucionais* significam um ato de transgressão tanto pela diversidade dos agentes com quem se estabelecem relações, quanto pela postura política assumida pela Associação diante as demandas que lhe são atribuídas, sobretudo, as que advém do Estado:

Trago aqui o conceito de *transa* como um ato de transgredir, em profícua e promíscua relação observada na organização desta categoria. Não só na diversidade das relações estabelecidas, mas na construção dos espaços de *empoderamento* empreendidos, o lugar assumido diante da demanda governamental às prostitutas organizadas. Nas tensões e ações do Estado em tentar tirá-las das esquinas e a resistência destas em manter a relação com o Estado, mas não perder sua identidade, seu espaço na rua, na cidade. O que chamo neste trabalho de *transas sociais e institucionais* (BARRETO, 2016, p. 7).

O GEMPAC participa ativamente em vários domínios da esfera pública, possuindo representação em Redes, Comissões, Conselhos e Fórum de discussão e elaboração de políticas. A exemplo disto, possui representação nas ações coordenadas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH-PA), participando como parceiro nas ações de prevenção que visam o enfrentamento ao trabalho escravo, a exploração sexual de crianças e adolescentes, e o tráfico de seres humanos.

De uma *transa* internacional nasceu o projeto *Zona Legal*¹²⁷. Este projeto visa implementar experiência de ativismo jurídico alternativo para trabalhadoras sexuais

¹²⁶ Relato registrado em de diário de campo.

¹²⁷ O projeto *Zona Legal* surge da experiência bem-sucedida do projeto *Patrulha Legal*, realizado na *zona* de Calle, em Quito - Equador. A ação fornecia assistência jurídica a trabalhadoras sexuais trans daquela região, servindo de inspiração para a realização de ações semelhantes em outros lugares onde exista violação de direitos de trabalhadoras sexuais. Através da RBP, a proposta é que este projeto piloto possa ser ampliado em rede para outros estados, de modo que cada uma das *esquinas* de prostituição articule um

cisgêneras e transgêneras da região metropolitana de Belém-PA. Sua área de cobertura abrange quatro grandes áreas de prostituição: Central, Reduto, São Brás e Marituba. As ações pretendem identificar o quadro de violações de direitos a que são submetidas as trabalhadoras sexuais e buscar parcerias¹²⁸ junto a setores do Estado e organizações da sociedade civil, a fim de formar agentes em gênero e direitos no trabalho sexual para atuarem nas áreas delimitadas no projeto (GEMPAC, 2017).

Até o momento, foram realizadas as etapas de identificação e delimitação das áreas de abrangência do projeto, bem como a identificação das violações sofridas pelas trabalhadoras sexuais dessas áreas. Os dados coletados apontam para um público com características bastante diversas quanto ao gênero, faixa etária, condições sociais e fluxo de atuação. Esses dados também apontam para uma diversidade de violações considerando os diferentes âmbitos, agentes e contexto em que ocorrem. Essas violações estão relacionadas diretamente ao exercício do trabalho sexual: xingamentos e ofensas sofridas no seu espaço de trabalho; falsas acusações de envolvimento com atividades consideradas ilícitas; negligência, intimidação e abuso de autoridade por parte de agentes de segurança pública. Mas, também, outras as violações se manifestam como, por exemplo, a dificuldade de acessar o direito a saúde sexual e reprodutiva com dignidade. Isto ocorre quando as trabalhadoras sexuais buscam os serviços da rede pública de saúde e assumem ou tem sua identidade de *puta* revelada e, em função disso, não recebem atenção e tratamento necessários ao cuidado em saúde. A negligência por parte de alguns profissionais de saúde tem se constituído em uma violação costumaz, resultando na baixa adesão de trabalhadoras sexuais na busca por assistência na rede pública de saúde.

Na maioria das vezes, esses fatores são determinantes na decisão das trabalhadoras em não acionar a rede de serviços de direitos e justiça, tanto no que diz respeito aos órgãos de segurança pública, para registro de ocorrência policial, por exemplo; quanto ao sistema público de saúde, para consultas ginecológicas regulares e, mesmo, para recebimento de insumos necessários à prática sexual segura. Segundo as lideranças do GEMPAC, isto implica diretamente na vulnerabilização e precarização

Zona Legal, a partir de suas realidades e parcerias (GEMPAC, 2017). O Zona Legal vem sendo colocado em prática desde 2017, sendo financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

¹²⁸ São parceiros: SEJUDH - PA, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM-Belém), Tribunal Regional do Trabalho (TRT-8 regional), Universidade Federal do Pará (Faculdade de Direito-UFFPA), Ordem dos Advogados do Brasil (seção-Pará), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM-PA), Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, e Movimento de Mulheres Trans do Estado do Pará.

das condições nas quais se exerce o trabalho sexual, ao passo que também revela o lugar social da prostituição e das prostitutas em sua experiência com a cidadania. A partir do *Zona Legal*, evidenciou-se que as trabalhadoras sexuais têm extrema dificuldade de acessar a rede de serviços de direitos e justiça, em decorrência da desinformação de onde recorrer e dos trâmites legais, mas, sobretudo, como consequência do despreparo dos agentes públicos em lidar com suas demandas sem o peso do estigma em torno da prática (GEMPAC, 2017).

Neste cenário, as trabalhadoras sexuais não são tratadas como cidadãs investidas de direitos, pois quando se defrontam com a rede de serviços entra em cena um conjunto de imagens e representações que as situam a um contexto de criminalidade, explorações e abusos, impossibilitando que suas demandas sejam reconhecidas como legítimas e, por fim, atendidas pelo órgão competente. Para modificar essa realidade, o *Zona Legal* visa promover processos formativos para os profissionais que atuam nos órgãos que constituem a rede de serviços de direitos e justiça (GEMPAC, 2017). O processo formativo em gênero e direitos no trabalho sexual pretende capacitar agentes para reconhecer e atuar de forma efetiva na resolução das demandas das trabalhadoras sexuais, considerando a complexidade de experiências que constituem o universo da prostituição (GEMPAC, 2017). Estes agentes atuariam também em parceria com as lideranças das áreas e forneceria assistência jurídica *in loco*, seja como medida preventiva ou mesmo como intervenção legal mais efetiva em articulação com os órgãos de segurança pública, por exemplo.

De acordo com a Associação, para o sucesso das ações é fundamental a articulação e sensibilização dos parceiros, de modo que cada um deles compreenda o seu papel para que a rede de serviços em direitos e justiça possa ser acessada pelas trabalhadoras sexuais. A estratégia de abordagem junto às trabalhadoras sexuais é justamente focar no acesso a rede de serviços; assessorar e auxiliar no processo de resolução de suas demandas por direitos e justiça, uma vez que o enfoque voltado às violações sofridas se mostrou improdutivo, não favorecendo a participação. Durante a execução do projeto, as ações de assistência jurídica ocorreram de forma itinerante nas áreas de referência (GEMPAC, 2017).

No que se refere as parcerias, o GEMPAC possui reconhecimento expressivo junto a organizações da sociedade civil com quem estabelece diálogo constante, participando do debate na esfera pública sobre elaboração e gestão de políticas públicas; além de contribuir para a realização de ações em benefício da melhoria da comunidade

local e para o fortalecimento do ativismo político entre diferentes movimentos sociais da região metropolitana de Belém. O GEMAPC também estabelece relações de parceria com entidades governamentais tanto da administração estadual quanto da municipal, com destaque para a SEJUDH-PA, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM-PA) e Secretária Municipal de Saúde (SESMA). Entretanto, como pude observar em algumas reuniões formativas e de planejamento de ações do projeto *Zona Legal*, a impressão que fica dessas reuniões é de que alguns setores ligados a órgãos do Estado se fazem presente (quando se faz), muito mais para cumprir uma obrigação da pauta administrativa da gestão superior (porque fora designado como setor competente e responsável dentro da estrutura burocrático-administrativa do Estado), do que realmente manifeste a intenção de estabelecer maior envolvimento com a causa; muitas vezes se omitindo de contribuir significativamente para as transformações, por meio de seu aparato de infraestrutura e de recursos humanos. Nestes casos, ficam bastante evidentes os limites da empatia dirigida às prostitutas em decorrência do estigma que cerca a atividade (PISCITELLI, 2016).

Ainda sobre as parcerias, porém de maneira bem diferente, uma ação em conjunto com a SESMA demonstra a eficácia de políticas bem-sucedidas entre Estado e o GEMPAC, se trata do Corujão da Saúde. O Corujão é uma ação social de mobilização ampliada que oferta serviços de saúde como: prevenção as ISTs/Aids e hepatites virais com orientações e distribuição de preservativos e gel lubrificante; testagem rápida para HIV, Sífilis, e hepatites B e C; vacinação contra gripe e febre amarela; consulta médica (clínica geral); avaliação nutricional; orientação para saúde bucal; e emissão de cartão do SUS. A demanda por esses serviços partiu das trabalhadoras sexuais que alegam ter extrema dificuldade de acessar os serviços de saúde, principalmente, quando sua identidade de *puta* é de conhecimento público pelos profissionais da unidade básica de saúde, como dissemos a pouco. As trabalhadoras sexuais identificam nas ações de saúde e cidadania realizadas com a participação do GEMPAC, um espaço seguro e eficaz em busca de resolução para algumas de suas demandas; isto expressa o reconhecimento da atuação da Associação junto às trabalhadoras sexuais e a comunidade local, de modo geral.

O Corujão ocorre em espaços públicos e considera as áreas de prostituição e a compatibilidade com o horário das trabalhadoras sexuais¹²⁹, que tem prioridade no

¹²⁹ O Corujão ocorre entre 18 e 22 horas. No primeiro semestre de 2018 foram realizadas duas ações: a primeira, na Praça Waldemar Henrique, no Reduto; a segunda, na Praça do Operário, em São Brás.

atendimento. No entanto, os serviços são ofertados para a toda a comunidade de bairro e transeuntes que circulam as proximidades de realização da ação. O Corujão representa um exemplo de micropolítica bem-sucedida de articulação entre movimento social e agentes governamentais, em que cada um dos parceiros compreende e desempenha o seu papel.

No que se refere à articulação em favor das políticas de saúde para as trabalhadoras sexuais, A APROS-PB figura como referência no debate e em ações relacionadas a direito, cidadania e saúde integral ao desempenhar um papel fundamental para a implementação de políticas de prevenção contra ISTs, HIV/Aids e hepatites virais. Por meio do Projeto: “Transformação: Articulando práticas de teatro, de prevenção combinada e Advocacy”¹³⁰, a APROS-PB desenvolve um conjunto de ações que vão desde rodas de conversas educativas e distribuição de insumos de prevenção, passando por oficinas e cursos de formação, até apresentações teatrais que abordam as diversas estratégias de prevenção combinada de combate as infecções supracitadas. Essas atividades não se restringem as zonas e ocorrem nos mais variados espaços, como possibilidade de atingir o maior quantitativo de trabalhadoras sexuais, grupo prioritários das ações, mas também contemplando a população em geral. Um desses espaços se refere a sala de espera das Unidades Saúde da Família (USF) Varadouro I e II, onde as educadoras sociais da APROS-PB orientam sobre as estratégias de prevenção combinada e buscam conscientizar sobre a importância da testagem do HIV e, caso seja necessário, da adesão ao tratamento. A ação ocorre na própria sala de espera da USF enquanto os usuários do sistema aguardam o atendimento médico.

Além das campanhas educativas, a Associação também realiza a testagem rápida do HIV através do projeto “Viva Melhor Sabendo – Combinando Escolhas”¹³¹, do Governo Federal. Por meio desta parceria, o Ministério da Saúde visa ampliar a testagem voluntária, alcançando lugares e pessoas aonde o SUS não consegue se fazer presente satisfatoriamente. Além das trabalhadoras sexuais cis e trans, o projeto é levado para população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, e sociedade

¹³⁰ Este projeto é financiado pelo Fundo Positivo. Esta organização foi criada em 2104 com a intenção de mobilizar recurso para financiar instituições que desenvolvam ações no campo do HIV/Aids e hepatites virais. Disponível em: <https://fundopositivo.org.br/o-fundo-positivo/> Último acesso: 10/03/2022.

¹³¹ O projeto “Viva Melhor Sabendo – Combinando Escolhas” é uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC), que disponibiliza a testagem do HIV mediante a tecnologia de testagem rápida por fluído oral (TR-FO) para grupos considerados “população-chave”. Neste caso, as populações-chaves são aquelas mais afetadas pela epidemia HIV/Aids. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/sociedade-civil-organizada/viva-melhor-sabendo>. Último acesso: 24/09/2019.

em geral. A exemplo disto, a APROS-PB firmou parceria com Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba para levar o projeto “Viva Melhor Sabendo” para pessoas em situação de privação de liberdade de duas unidades prisionais: a Penitenciária Desembargador Silvio Porto e a Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão.

Vale ressaltar que a testagem rápida do HIV não é compulsória e se utiliza da metodologia de educação entre pares, sendo que as ações priorizam os grupos designados como “população-chave”, considerando os seus horários de trabalho e locais de sociabilidade. Quando a amostra coletada apresenta reagente pra HIV-1, a equipe da APROS-PB orienta e promove o encaminhamento da pessoa para o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), onde receberá acolhimento e informações a respeito dos procedimentos necessários e início do tratamento.

Nos termos de Leila Barreto (2016), a *política do corpão* e a *comunicação da esquina* colocada em prática pela APROS-PB não se limita apenas a capital e região metropolitana, ampliando sua atuação para cidades do interior da Paraíba. Assim, a APROS-PB estabelece parcerias com as Coordenações Municipais de ISTs/Aids e com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para desenvolver projetos junto as trabalhadoras sexuais através de ações socioeducativas e realização de testes de Sífilis, Aids e hepatites B e C.

Na ocasião, tive oportunidade de viajar com a equipe da APROS-PB para os municípios de Mamanguape, Patos e Pombal. Nessas três localidades, além das visitas as casas de prostituição para distribuição de insumos (preservativos e gel lubrificante) e de materiais informativos sobre ISTs, também foi realizada em cada Secretaria de Saúde uma roda de conversa com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre as novas tecnologias de prevenção combinada: PEP¹³² e PrEP¹³³; até então desconhecidas para a

¹³² A PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV) é uma tecnologia que faz parte do conjunto de estratégias da prevenção combinada do Ministério da Saúde. É uma profilaxia de emergência e consiste no uso de medicamento para reduzir o risco de infecção em situações de exposição ao HIV, indicada para os casos de violência sexual; relação sexual desprotegida; acidente ocupacional. O tratamento deve ser iniciado em até no máximo 72 horas após a relação sexual, com uso contínuo durante o período de 28 dias. O tratamento é disponibilizado pelo SUS a toda a população. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv>. Último Acesso: 24/09/2019.

¹³³ A PrEP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV) também faz parte da estratégia de prevenção combinada do Ministério da Saúde e consiste no uso diário e contínuo da medicação com a finalidade de impedir que o vírus HIV infecte o organismo, antes de a pessoa ter contato com o mesmo. A PrEP fornece proteção apenas para o HIV, portanto torna-se indispensável o uso da camisinha para proteção contra demais ISTs. A PrEP não está disponível para todos, ela é indicada somente para grupos considerados populações-chave pelo Ministério da Saúde: Gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), Pessoas

maioria dos gestores e profissionais da saúde desses municípios. Desta forma, a Associação tem contribuído para formação desses profissionais e para uma articulação eficiente entre Estado, ONGs e sociedade civil, em favor de uma política de acesso a direitos e cidadania que garanta o atendimento de saúde humanizado para as trabalhadoras sexuais.

Contudo, o estigma em relação à prostituição é devastador e age poderosamente como mecanismo para discriminação das trabalhadoras sexuais, inclusive por aqueles que deveriam fazer valer o direito delas a saúde integral. Em reunião com a Coordenação do CTA e com a equipe de ACS do município de Pombal-PB, quando as integrantes da Associação destacavam a sensibilização aos cuidados e a atenção necessária à promoção de serviços de saúde básicos as trabalhadoras sexuais, uma das ACS disse para que todos que estavam ali presentes ouvissem que, por princípios morais e religiosos, ela não estava disposta e se recusava a desempenhar suas funções com prostitutas ou em estabelecimentos de prostituição. Imediatamente, este fato gerou um desconforto nas pessoas presentes, em particular nos demais ACS que não compactuam com tal posicionamento, a despeito de suas crenças religiosas.

Depois de comentários de reprovação dos próprios ACS em relação à postura antiética adotada por uma colega de profissão, a Coordenadora da APROS-PB, Luza Marya, e as demais integrantes da Associação reforçaram a importância do trabalho desempenhado pelos ACS, que “atuam na ponta” dos serviços de atenção básica a saúde comunitária. Além disso, Luza enfatizou que nenhum profissional que atue no serviço público pode se recusar a realizar seu trabalho em função de cor, raça, credo, gênero, sexualidade e ocupação profissional, uma vez que isso contraria o seu princípio fundamental que deve ser a prestação de serviços com a finalidade de atender as necessidades da sociedade¹³⁴, principalmente aqueles ligados aos serviços de saúde que são considerados essenciais. Após o término da reunião, a direção do CTA foi informada sobre a postura da profissional em questão para que fossem adotadas as medidas cabíveis.

transgêneros e trabalhadoras/es sexuais. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/profilaxia-pre-exposicao-prep>. Último acesso: 24/09/2019.

¹³⁴ Em casos como este, servidores públicos podem sofrer penalidade de demissão, de acordo com o Parágrafo único, item IV - procedimento desidioso, assim entendido a falta ao dever de diligência no cumprimento de suas atribuições, conforme a Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18027.htm. Último acesso em 10/03/2022.

Nesses municípios, pude perceber a relação de confiança e o reconhecimento que as trabalhadoras sexuais depositam no trabalho desempenhado pela APROS-PB. Também pude perceber este comportamento por parte dos gestores e dos profissionais de saúde locais, que veem na Associação um elo importante para o fortalecimento da rede e para a multiplicação dos princípios que constituem a Estratégia Saúde da Família, enquanto alternativa para melhorar as condições de saúde nas comunidades. Isto como resultado da seriedade das ações desenvolvidas pela APROS-PB nessas localidades mais afastadas da capital.

A expertise acumulada ao longo dos anos com a realização de projetos possibilitou a APROS-PB a organizar o I Seminário Norte-Nordeste de Prostitutas, ocorrido em João Pessoa, em 2016. Durante o Seminário foram discutidas questões centrais para o movimento de prostitutas, tais como: a descentralização do SUS; redução de danos e saúde sexual da mulher; gênero e feminismo; e violência e criminalização no âmbito do trabalho sexual. Um dos principais objetivos do evento foi orientar as lideranças da Articulação Norte-Nordeste de Prostitutas sobre a importância de desenvolver atividades de prevenção em saúde sexual e reprodutiva junto às profissionais do sexo, articulando os serviços de saúde em cada estado. Durante o Seminário foram propostas atividades conjuntas de prevenção as IST/HIV/Aids e hepatites virais, entre as associações de prostitutas participantes do evento (APROS-PB, 2019). O seminário contou com a presença de vinte e seis lideranças do movimento organizado de prostitutas, entidades governamentais e da sociedade civil do estado da Paraíba; bem como com a participação do Departamento Nacional de IST/Aids/HV. O evento serviu também para que algumas associações de prostitutas se filiassem a CUTS, criada em 2015.

Como um desdobramento das deliberações do Seminário de 2016, no ano seguinte *as esquinas e o corpão* da APROS-PB ganharam novos ares com a ampliação de suas ações para outros estados da região nordeste. Em Natal-RN, a Associação promoveu o Curso de Capacitação em Saúde e Direitos Humanos com o apoio da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN). Em parceria com as Associações locais, a APROS-PB realizou o 1º Seminário Estadual de Trabalhadoras do Sexo de Sergipe, o 1º Seminário Municipal de prostitutas em Salvador-BA e o 4º Seminário Municipal de Prostitutas de Recife-PE. Em Salvador, por exemplo, o evento compôs umas das ações previstas no projeto “Prosação: ações e diálogos em saúde preventiva”.

Em 2018, a APROS-PB também organizou o 2º Seminário Nacional de Prostitutas, ocorrido em João Pessoa-PB. O evento teve como propósito discutir as políticas públicas destinadas as trabalhadoras sexuais, dando ênfase nas estratégias de prevenção combinada e saúde integral, inclusive com destaque para questões relacionadas à saúde mental. Também foram objeto de debate temas relacionado aos feminismos e a prostituição enquanto trabalho reconhecido pelo Estado. O Seminário contou com a participação de trabalhadoras sexuais de 14 estados e do Distrito Federal, bem como de gestores e ACS de Mamanguape, Cajazeiras, Sapé, Itabaiana e Souza, municípios parceiros das ações desenvolvidas pela APROS-PB no interior da Paraíba. Também estiveram presentes representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde e do Fórum ONG/Aids.

No rol das ações implementadas, a APROS-PB desenvolve um trabalho que faz uso da arte cênica e da ludicidade para promover educação social de prevenção e conscientização entre as trabalhadoras sexuais, e demais pessoas em geral, sobre os riscos de praticar relações sexuais sem proteção. Trata-se do espetáculo: “Diversão com Prevenção”, apresentado pelo grupo de teatro ProsAção, formado por integrantes da própria Associação. De modo geral, as apresentações ocorrem em cabarés e em espaços públicos como ruas e praças onde existe intensa circulação de transeuntes e, em meio a eles, as trabalhadoras sexuais também se fazem presente – com destaque para o Pavilhão do Chá, localizado na área central de João Pessoa-PB. A seguir, faremos uma breve exposição de trechos da encenação de “Diversão com Prevenção”, a fim de demonstrarmos a incidência política desta ação.

O espetáculo inicia com a apresentação musical inspirada em canções de Luiz Gonzaga e Genival Lacerda, ícones do forró tradicional. As canções são levadas sob a percussão do triângulo e acompanhadas de performances que buscam corporificar gestos e movimentos sensuais da *zona*, para isso contam somente com o auxílio de uma cadeira como elemento de cenário, além da paisagem urbana.

Quando olhei dentro da bolsa

Encontrei as camisinhas

Pra usar com o parceiro

Fazer gosto o dia inteiro

Pra usar com a parceira

Fazer gostoso o dia inteiro

(Adaptação da música Asa Branca – Luiz Gonzaga).

Ela deu o rádio e não me disse nada

Ela deu sim

Ela deu pra ti

Ela deu assim

E bem gostosinho

(Versão da música Rádio de Pilha – Genival Lacerda).

Por meio da fala rimada, característica do repente nordestino, uma por uma as atrizes abordam sobre a necessidade de se prevenir contra as ISTs e o HIV/Aids. As orientações fazem uso de uma linguagem simples e apresentam situações do cotidiano com bastante irreverência, com a intenção de fazer reverberar a comunicação com o público e, através da ludicidade e da jocosidade, orientar sobre o uso de preservativos para uma vida sexual saudável:

Iremos falar de um assunto que vai lhe interessar.

A vocês, prestem atenção: venho aqui falar de prevenção.

Prestem muita atenção no que agora eu vou dizer:

Vocês já ouviram falar no que é Aids e IST?

Sim amorzinho, já ouvi falar o que é Aids e IST.

São infecções sexualmente transmissíveis.

E você pode pegar nas relações sexuais, se não se proteger.

Mas, eu vim aqui para falar das camisinhas para você não se...

Ouviram falar na gonorreia?

Crista de galo?

Sífilis?

Candidíase?

Tricomoníase?

E outras que eu não consigo nem dizer

Pois se cuide para depois não se arrepender!

Essas doenças apresentam corrimento, feridas, coceiras, até doer.

Não podemos vacilar, elas são danadas e perigosas.

Trazendo várias consequências, que vocês não queiram saber!

E tem outra perigosa que ninguém vê.

É o vírus HIV.

Solto nesse mundão de meu Deus, querendo lhe escolher.

Esse é danado.

Tá infectando o povo que não se previne.

Pois tu tens que usar as camisinhas pra se proteger!

Êpa, vamos parar um pouquinho com esse barulho aí.

O povão está sem entender.

É tanta informação que esse “zoiudo” aí está sem se mexer!

Paralisado feito uma estátua, com medo até de fazer um “perê pepê”.

Mas, não se preocupa não meu bem, porque a camisinha vai te proteger!

No diálogo entre duas personagens, Popô de Venceslau e Risoleta, as atrizes alertam para que trabalhadoras sexuais recusem o assédio financeiro de clientes que oferecem um valor a mais no programa para praticarem sexo sem preservativos, sob pena de colocarem a sua saúde em risco.

- Que história é essa de doença, de camisinha, de Aids?

Eu já não aguento mais. Pois saiba queridinha que eu sou uma mulher muito bem informada e desse assunto não quero saber mais!

- Não sejas ignorante Popô de Venceslau!

Nem tudo sabemos, mulher! E todos os dias podemos aprender mais.

Tu pensas que as meninas aqui da praça não me falam que por um dinheirinho a mais, tu saís sem cobrir o danado.

- Eu uso, meu amor, camisinha de todas as formas para não me arrepender!

- Sei! Engana-me que eu gosto! Foi cem pra sair com o cara ali. Pensa que eu não sei, o macho me falou, sua danada!

- Risoleta, essa conversa já passou dos limites! Tu falas demais! Sai da minha cola de vez, que eu sei o que estou fazendo. E das minhas partes cuido eu, sem precisar do conselho de vocês. Tchau!

- Vai! Cuidado para não levar uma topada no meio do caminho. Ela está brincando meu povo. Não pensa na saúde dela e nem na de vocês! Tem a danada da Aids que é perigosa e traiçoeira. Popô, mulher, um dia tu verás que nada disso é em vão: Fazer sexo é bom, Popô! Melhor com prevenção!

No diálogo entre outras duas personagens, as atrizes orientam também sobre a PEP, uma das novas tecnologias de prevenção combinada em saúde sexual. É abordado sobre as situações em que este tratamento é indicado, os procedimentos e o local onde a PEP está disponível para a população, com ênfase sempre para uso dos preservativos.

- Minha gente, não podemos vacilar: transa só com camisinha! Estão ouvindo vocês? Prestem atenção, não podem vacilar! E tu? Tu já ouviu falar na PEP?

- Mas, mulher! Lá vem tu com essa história de PEP. Minha nossa senhora, eu sei lá o que é a PEP, mulher!

- A PEP é um tratamento. Se você transa com um cara e a camisinha estoura, você vai lá no Clementino¹³⁵ e procura falar com uma médica. E lá, ela vai te passar um tratamento de vinte e oito dias. Tem que procurar em até três dias, 72 horas, porque mesmo que o cara tenha o vírus HIV, tu não vais te infectar com o vírus. Então, o certo é procurar a PEP. Mas, não pode deixar de usar as camisinhas, porque a PEP só te previne do vírus HIV, contra as outras ISTs não te previne de nenhuma. Tem que usar as camisinhas de qualquer maneira! Tu ouviu?

E o diálogo prossegue, no intuito de orientar sobre o modo de uso correto do preservativo masculino, destacando a importância de verificar o prazo de validade e o

¹³⁵ O complexo hospitalar Clementino Fraga é referenciado no estado da Paraíba no combate às doenças infectocontagiosas.

selo do Inmetro para certificação de que o produto está apropriado para uso; igualmente, ressalta que não se deve utilizar nenhum material perfurocortante para abrir o preservativo para não danificá-lo. Além disso, também orientam aonde recorrer em busca de assistência caso o rompimento do preservativo ou mesmo em situações de relações sexuais desprotegidas.

- Eu ouvi! Agora tu falando tudo isso aí, tu acreditas que uma vez aconteceu a camisinha estourou comigo?

- E daí tu fez o que, mulher?

- O que foi que fiz? Eu fiquei apavorada. Mas graças a Deus, eu fui lá no Clementino, fiz todo o tipo de exame e graças a Deus não deu nada.

- E foi? Mas, tu sabes por que a camisinha estourou contigo?

- Eu não!

- Sabe de nada também essa mulher! É enrolada demais!

- Ah, pois é!

- Mulher, estourou porque tu não sabes usar as camisinhas corretamente.

- Mulher, não vem com essa história de camisinha corretamente. Minha nossa senhora!

- Quem sabe usar corretamente, estoura? Não! Só estoura para quem não sabe usar corretamente. Mas eu vou te ensinar!

- Então, me ensine!

- Minha gente, isso aqui é um camisinha masculina. Antes de usar ela, tem que olhar data de validade, selo do Inmetro, porque é importante saber disso. Ela tem quatro ladinhos, dois picotados e dois lisinhos. Não poder abrir ela com material cortante, nem com a boca, nem com tesoura, nem com faca, nem com facão, nem com nada. Tem que abrir com os dedos. Desse lado tem essa tarjinha branca, né!? Estão vendo? Do lado picotado, abre aqui. Entendeu? Ela é bem fácil de abrir! Segura em cima no biquinho, tem que segurar o biquinho e enrolar pra ela não entrar ar. Porque se ela entrar ar, com certeza ela vai estourar. Estão prestando atenção como se usa a camisinha corretamente? Segura o biquinho e desenrola ela no pênis. Fazer sexo é bom! Melhor com Prevenção!

Assim sendo, durante o período que estive na APROS-PB pude participar das reuniões mensais de planejamento e de vários projetos executados pela associação: campanhas educativas de prevenção em saúde através da distribuição de materiais informativos e também de encenações teatrais. Essas atividades foram realizadas tanto nos cabarés com as trabalhadoras sexuais, quanto em espaços públicos como ruas, orlas e praças e; até mesmo, em estacionamentos para caminhoneiros em postos de combustíveis. Desta forma, a APROS-PB desenvolve ações que visam disseminar e democratizar o acesso a informações, a fim de fortalecer o acesso a direitos e cidadania das trabalhadoras sexuais.

Como estratégia que visa garantir direitos e combater o estigma, as três associações com que realizei pesquisa de campo, cada uma ao seu modo, realiza um conjunto de ações em parceria com o Estado e com a sociedade civil para aproximá-los e sensibilizá-los da complexidade de experiências que fazem parte do trabalho sexual. Tendo acompanhado o trabalho e as reflexões das integrantes dessas associações, considero que tais relações estabelecidas são constituídas por uma tensão particular que reflete: por um lado, as agendas do Estado e de segmentos da sociedade civil com as aspirações do movimento de prostitutas organizadas em busca de resposta para suas demandas; e por outro, a visibilidade que o Movimento proporciona para a ação planejada pelos agentes governamentais e sociais.

A maioria das ações realizadas pelas três associações resulta da parceria com o Ministério da Saúde, de onde são captados os recursos necessários para a sua execução. Esta parceria de décadas possibilita a elas desenvolver ações que visam atender as

demandas das trabalhadoras sexuais por melhores condições de trabalho. No entanto, neste processo de institucionalização passam a atender aos interesses da política governamental em nível local e regional, por vezes em conflito com a forma de organização e do fazer ativismo característico do movimento de putas, o que tende a influenciar na autonomia política das mesmas e, em última instância, indo contra os seus próprios interesses enquanto movimento social.

Antes de concluir este tópico, gostaria de destacar a incidência política que vem sendo feita pela APROSMIG em Belo Horizonte-MG no que se refere à criação do *Museu do Sexo das Putas* em oposição à especulação imobiliária e o processo de gentrificação no centro da cidade, onde se localiza a *zona* de prostituição¹³⁶ e estão concentrados os hotéis utilizados pelas trabalhadoras sexuais para atender seus clientes. As tentativas para higienizar e gentrificar o hipocentro da capital mineira ocorrem desde longa data, e uma dessas investidas se deu no contexto dos projetos de “revitalização” do centro da cidade em função da reorganização do espaço urbano para receber os megaeventos esportivos: a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Esses projetos de “revitalização” são construídos sob o discurso de melhoria da urbanização e da mobilidade urbana, no entanto estão diretamente associados aos interesses do setor privado, vinculados aos especuladores imobiliários e a órgãos e instituições internacionais que promovem megaeventos, com a clara intenção de atrair classes mais abastadas em substituição à população que atualmente frequenta e habita a região (GEA, MOREIRA, BARRETO, 2018). Ainda que, num primeiro momento, os projetos não tenham contemplado a Guaicurus, eles impulsionaram batidas policiais e a cassação de alvará de funcionamento e fechamento dos hotéis de prostituição, o que mobilizou a construção de um sentimento de coletividade e a participação ativa das trabalhadoras sexuais em audiências públicas e manifestações, diante a iminência da perda do seu local de trabalho e remanejamento para outros territórios da cidade, menos atrativos e mais precarizados (GEA, MOREIRA, BARRETO, 2018). Apesar da mobilização (que também envolveu os proprietários dos hotéis, membros de ONG’s e clientes da prostituição), algumas intervenções urbanas foram realizadas na região e

¹³⁶ A zona de prostituição no baixo-centro de Belo Horizonte se localiza na região conhecida popularmente como “complexo de diversões Guaicurus”, composta pelos cinco quarteirões da Guaicurus: rua da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba; igualmente as ruas adjacentes, como a 21 de abril, por exemplo.

modificaram territórios tradicionais de prostituição, seja na estrutura física ou no tráfego de carros, ônibus e pedestres – o que resultou em maior exposição e dificultou o encontro das trabalhadoras sexuais com seus clientes (BARRETO, 2015).

Em 2013 e 2014, as proximidades dos megaeventos esportivos supracitados, o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) solicitou o fechamento de hotéis de prostituição localizados na Guaicurus. No entanto, as solicitações foram indeferidas pelos juízes sob a justificativa de que a prática da prostituição não configura crime no Brasil, e de que a motivação dos processos estava relacionada exclusivamente a higienização da região para a realização dos megaeventos, considerando a inexistência de comprovação de exploração sexual nos estabelecimentos objetos da ação do MP-MG (GEA, MOREIRA, BARRETO, 2018). Não obstante as resistências dispersas da população em geral, e das trabalhadoras sexuais em particular, no que concerne à participação política na gestão urbana, elas tem assumido em determinados contextos posição de protagonismo contra as tentativas de controle ou de eliminação da prostituição da paisagem urbana, muitas vezes atuando como catalizadoras para a criação de movimentos associativos e de fortalecimento de parcerias e realização de diversos tipos de ação frente às ameaças de um possível processo de gentrificação (GEA, MOREIRA, BARRETO, 2018).

Neste sentido, a disputa pelo centro de Belo Horizonte se atualiza com o interesse das trabalhadoras sexuais, por intermédio da APROSMIG, em criar o Museu do Sexo das Putas em um antigo casarão localizado na rua Guaicurus. O projeto pretende restaurar o prédio, que atualmente encontra-se em estado de abandono, para sediar um museu destinado a visitas e realizações de atividades socioculturais, em atendimento às demandas não apenas das trabalhadoras sexuais, mas também de toda a comunidade local que constitui o espaço da *zona*. O museu pretende abrigar salas para cursos e exposições, biblioteca 24 horas, e um espaço destinado a contar a história da prostituição, da zona boemia da cidade e de suas personalidades.

A Controvérsia envolve a denúncia feita por parlamentares estaduais e municipais de que, supostamente, estaria sendo destinada verba pública da Prefeitura de Belo Horizonte para a reforma do antigo casarão¹³⁷. Em resposta, a coordenadora da

¹³⁷ A polêmica foi amplamente veiculada por diferentes meios de comunicação após o compartilhamento de um vídeo via *WhatsApp* no qual um cidadão denuncia que estaria sendo construído um “museu das putas” no centro de Belo Horizonte-MG, supostamente, com dinheiro público. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/02/interna_politica,1066533/museu-das-putas-gera-polemica-entre-politicos-mineiros.shtml. Último acesso: 25/09/2019.

APROSMIG, Cida Vieira, informa que os recursos empregados para restaurar o imóvel e criar o museu são oriundos de iniciativa privada, através de doações, financiamentos coletivos e eventos. A placa da diretoria de patrimônio fixada no casarão (custeada pela própria APROSMIG) indica apenas que o projeto de restauração passou pela aprovação do Conselho Municipal, uma vez que se trata de imóvel tombado. Portanto, coube ao poder público apenas a cessão do prédio para instalação do museu, por meio de comodato entre a Fundação Municipal de Cultura (FMC) e a APROSMIG. Cida acusa os parlamentares envolvidos na polêmica de descaso com o patrimônio cultural do centro da cidade e de utilizarem o caso para se promoverem politicamente as vésperas do processo eleitoral de 2018.

O Museu do Sexo das Putas está inserido na estratégia de comunicação do movimento de putas através de uma dimensão político-estética que pretende aproximar e disseminar a história e as ações do movimento, tanto com a base, quanto com a sociedade de modo geral. Na página da APROSMIG na internet, a associação sintetiza a finalidade da criação do museu:

O Museu do Sexo das Putas se propõe a promover ações culturais que fomentem o debate e a reflexão sobre sexualidade, gênero e corpo, direito ao trabalho, direitos migratórios, mantendo conexão com práticas sociais e artísticas, estabelecendo entre elas uma relação despreconceituosa, numa dinâmica fluida de composição conjunta de um centro cultural contemporâneo, com doses de força poética que disparam movimentos de diálogo, de acolhimento, e de crítica do corpo social com a necessidade de repensar-se.

Por meio de uma ação continuada de investigação historiográfica, de pesquisa sensível que envolve práticas artísticas e trabalho clínico, o Museu do Sexo das Putas propõe a possibilidade radical de reflexão crítica sobre luta, arte, cultura, corpo, sexualidade, estigma, escuta e relação. Investigamos dispositivos capazes de fazer brotar contatos para experiências libertadoras de ação e pensamento, de memória e pertencimento¹³⁸.

Mais uma vez, podemos perceber a potência que representa a *comunicação da esquina* e a *política do corpão* (BARRETO, 2016), expressa no ativismo político

¹³⁸ Disponível em: <https://aprosmig.org.br/museu>. Último acesso 03/08/2022.

desempenhado pela APROSMIG ao tensionar noções estabelecidas sobre corpo, sexualidade, patrimônio cultural e direito a cidade, através de um museu de putas. Para aqueles que pensam que as putas não podem ser dignas de um museu para retratar as suas histórias e também uma parte da memória social da própria cidade, a criação de um museu das putas no centro de Belo Horizonte-MG representa um passo importante para uma nova forma de pensar o uso das cidades, uma possibilidade de reavaliar prioridades para gestão urbana de áreas centrais, através de políticas estruturais, de mobilidade, culturais, dentre outras, que propiciem mais inclusão e bem estar social.

Atualmente, estima-se que mais de cinco mil trabalhadoras prestam serviços sexuais na região, distribuídas em vinte e cinco hotéis (cerca de mil quartos). Ainda existe um sem número de trabalhadores secundários, que dão suporte para o exercício da prostituição e dali tiram o seu sustento como seguranças, gerentes, cozinheiras, faxineiras, dentre outros. Nesta perspectiva, as políticas de urbanização devem considerar a dinâmica e organização espacial e populacional, baseadas na visibilidade e no reconhecimento daqueles que constituem e conferem sentido ao lugar; e não em intervenções que gerem mudanças radicais nas suas características socioespaciais, o que costuma ocorrer em processos de higienização e gentrificação.

Infelizmente, ainda prevalecem tendências de urbanização que privilegiam relações mediadas pelo poder econômico e pela mercantilização dos espaços, territórios e pessoas, contribuindo para exclusão e segregação de grupos subalternizados. A criação do Museu ocorre em um contexto de disputa de interesses pelo centro de Belo Horizonte-MG, que há décadas tem sido alvo de especulação imobiliária no intuito de revitalizá-lo e transformá-lo em polo gastronômico e turístico. Isso implicaria necessariamente em pôr fim às atividades praticadas nos hotéis e a retirada das trabalhadoras sexuais da região, como consequência do processo de gentrificação e higienização da paisagem social, a ser posto em prática pelo poder público para atender os interesses de grandes investidores.

Enfim, a criação de um museu das putas expressa fundamentalmente a luta pelo território, pelo direito à cidade, a valorização da história e da memória como patrimônio cultural, constituindo-se em afirmação de identidade com o lugar, significativo para o trabalho, sociabilidade e lazer de prostitutas e de todos aqueles que fazem pulsar diuturnamente o cotidiano no “complexo de diversões Guaicurus”, considerada uma das maiores e mais tradicionais zonas de prostituição do país.

3.3 – PL Gabriela Leite: as prostitutas em busca por reconhecimento laboral do trabalho sexual

Um dos processos fundamentais do protagonismo do movimento de prostitutas organizadas na empreitada pela conquista de direitos trabalhistas no Brasil foi a elaboração do O Projeto de Lei nº 4.211/12, em parceria com o ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Mais conhecido como PL Gabriela Leite, o projeto pretendia se constituir em instrumento legal pra viabilizar a conquista de direitos em diversos âmbitos da vida das profissionais do sexo no Brasil, além de contribuir para o combate ao estigma que persiste em marginalizar a prostituição. Para isto, o PL visava regulamentar a atividade de profissionais do sexo no país e retirar da ilegalidade as casas de prostituição transformando-as em empresas que podem ser fiscalizadas pelo Estado. Em sua justificativa, o PL Gabriela Leite explicita a sua finalidade:

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço (PL 4.211/12).

Nesta perspectiva, o PL Gabriela Leite afasta do exercício da prostituição a relação imediata e equivocada com a noção de exploração sexual, que se estabeleceu em legislações anteriores¹³⁹. Este projeto ataca a lei vigente sobre proxenetismo definindo o que vem a ser exploração sexual, distinguindo-a da exploração da mais-valia – comum

¹³⁹ De acordo com o Capítulo V do código Penal (parte especial, Título VI, alterado pela Lei n. 012.015 de 2009), “Dos crimes contra a dignidade sexual, do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”: **Art. 228** – induzir ou atrair alguém à **prostituição ou outra forma de exploração sexual**, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone. (Grifos meus); **Art. 231** – Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a **prostituição ou outra forma de exploração sexual**, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Grifos meus). Redação conforme a proposta do Projeto de Lei nº 4.211/12, PL Gabriela Leite: **Art. 228** – **Induzir ou atrair alguém à exploração sexual**, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual **ou** a prostituição (Grifos meus); **Art. 231** – Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido **à exploração sexual**, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro (Grifos meus).

em toda relação de trabalho capitalista, inclusive no trabalho sexual. De acordo com o PL Gabriela Leite:

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I - apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II - o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III - forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência (PL 4.211/12).

Deste modo, o PL possibilitaria que as casas de prostituição, até então, consideradas ilegais, fossem regularizadas aos moldes de empresas que podem **explorar economicamente** o nicho de mercado do trabalho sexual. Assim sendo, o PL Gabriela Leite desloca o sentido de exploração para a matriz marxista de pensamento, uma vez que “todo trabalho remunerado, sob condições de capitalismo, envolve a extração da mais-valia” (BLANCHETTE e SILVA, 2009 p. 22). Este projeto estipula um teto de 50% (cinquenta por cento) para alienação da mais-valia, que se estabelece como o máximo permitido para extração do trabalho sexual de terceiros, o que não quer dizer, obviamente, que toda relação de trabalho sexual tenha que ser alienada pelo teto.

Além disso, o PL Gabriela Leite permitiria a organização coletiva das pessoas inseridas na prostituição:

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa. (Grifo meu)

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual (PL 4.211/12).

Assim, o PL em questão não limita as trabalhadoras sexuais a desempenharem seu ofício em casas de prostituição, mas possibilita que as próprias trabalhadoras possam organizar tais casas, favorecendo, inclusive, a criação de cooperativas de trabalhadoras sexuais para gerenciar o negócio da prostituição. A extração do percentual dentro do teto estipulado pela lei permitirá a organização da logística do próprio

trabalho sexual com a contratação de funcionários como, por exemplo, seguranças, camareiras, dentre outros, a serem pagos com os recursos advindos dos “programas” – semelhante ao que ocorre nas relações de trabalho de todo e qualquer empreendimento capitalista.

No intuito de legitimar a prestação de serviços sexuais em estabelecimentos apropriados para a prática, a proposta previa a despenalização do entorno da prostituição através da regulamentação¹⁴⁰ do funcionamento das casas de prostituição pelo Estado, como o caminho para melhores condições de trabalho e garantia de direitos a categoria. O problema atual que o projeto de lei pretendia alterar consiste no fato de que qualquer indivíduo ou organização que se beneficie direta ou indiretamente do trabalho de uma profissional do sexo pode ser enquadrado no código penal brasileiro no crime de lenocínio.

Desta forma, o PL Gabriela Leite visava alterar o código penal que tipifica como crime os estabelecimentos onde se pratica prostituição ao substituir o termo “casa de prostituição” por “casa de exploração sexual”, distinguindo a natureza das relações que ocorrem em ambos, uma vez que o primeiro configura ambiente de atividade profissional e não criminosa, enquanto o segundo configura ambiente criminoso e que fere a dignidade sexual da pessoa. A esse respeito, o PL destaca:

Este Projeto de Lei é mais um instrumento de combate à exploração sexual tendo em vista o caráter punitivo da prática. As casas de prostituição, onde há prestação de serviço e condições de trabalhos dignas, não são mais punidas, ao contrário das casas de exploração sexual, onde pessoas são obrigadas a prestar serviços sexuais sem remuneração e são tidas não como prestadoras de serviço, logo, sujeitos de direitos, mas como objeto de comércio sexual; essas casas, sim, serão punidas.

Além disso, a descriminalização das casas de prostituição (1) obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais, que cobram propina em troca de silêncio e de garantia do funcionamento da casa no vácuo da legalidade; e (2) promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança (PL 4.211/12).

¹⁴⁰ Chapkis (1997) esclarece que para a sua operacionalização, o modelo trabalhista necessita de algum grau de regulação pelo Estado, por exemplo, da relação entre empresários e trabalhadores. Contudo, é importante destacar que essa regulação é do trabalho (semelhante às outras profissões) e não das prostitutas, como no caso do regime regulamentarista.

A lei atual contra o proxenetismo no Brasil tem sido inúmeras vezes utilizada para prender e criminalizar qualquer pessoa que estabeleça relação de interação com a prostituta. Não são raros os casos de parceiros/as sexuais de prostitutas e, ainda, outras prostitutas, colegas de casa, serem acusadas de proxenetismo ou mesmo vítimas de assédio e extorsão policial (BLANCHETTE e SILVA, 2009). Desta forma, o crime de lenocínio é mobilizado mesmo quando não existe nenhuma relação de exploração como previsto na lei. Por isso, e considerando o peso do próprio estigma, se torna muito difícil para uma prostituta conseguir, por exemplo, alugar uma casa ou apartamento para o desempenho de sua profissão, quando sua condição é pública (BLANCHETTE e SILVA, 2009).

Portanto, o descompasso da lei atual como a realidade vivida nas ruas pelas pessoas em situação de prostituição gera uma série de dificuldades para a prática da profissão. Na falta de um lugar para trabalhar, um quantitativo expressivo dessas pessoas está submetido à insegurança das ruas e realiza o seu trabalho de maneira precária em esquinas ou mesmo dentro dos carros de desconhecidos, o que aumenta a possibilidade de riscos a sua integridade física.

Essas alterações na lei sobre prostituição vêm atender ao anseio de uma parcela significativa de trabalhadoras sexuais, pois viabiliza o estabelecimento de lugares com melhores condições de segurança e de saúde para o exercício da profissão. Mas, sobretudo, a conquista de direitos trabalhistas permitirá que as pessoas em situação de prostituição possam ter uma experiência substantiva enquanto trabalhadoras e cidadãs.

No entanto, dentro do próprio movimento de prostitutas no Brasil não há um consenso sobre a proposta de regulamentação laboral do trabalho sexual tal como está prevista no PL Gabriela Leite. Como nos mostra Roberta Ramos (2017), existe uma discordância dentro do Movimento impulsionada pela heterogeneidade do exercício do trabalho sexual, que varia de acordo com questões de gênero, classe, cor/etnia, geração; bem como com os diferentes nichos de mercado: na rua, em locais privados e em anúncios virtuais. Ainda, o trabalho sexual engendra a lógica da regionalidade, assumindo características específicas no modo como é praticado em cada lugar: em Porto Alegre paga-se uma taxa ao proprietário para batalhar no seu estabelecimento, enquanto em João Pessoa paga-se apenas pelo que for consumido no bar e pelo quarto (RAMOS, 2017).

Um dos principais impasses dentro do próprio movimento de prostitutas sobre o PL Gabriela Leite diz respeito a taxa de até 50% (cinquenta por cento) do valor do “programa” que deve ser repassada ao proprietário do estabelecimento, considerada abusiva por muitas trabalhadoras sexuais¹⁴¹. Lideranças do movimento de prostitutas situados nas regiões sul e sudeste defendem a taxa prevista no projeto de lei, justificando a necessidade da definição de um teto para essa cobrança, já que existem locais que não se absteriam de fazê-la e, atualmente, cobram percentualmente acima desse valor. Por outro lado, lideranças do movimento situadas no Nordeste questionam o percentual elevado da taxa fixada e argumentam que locais que antes não cobravam passariam a fazê-lo (RAMOS, 2017). Além disso, muitas trabalhadoras sexuais não demonstram interesse em ter a carteira de trabalho assinada por um empregador por considerarem que isto lhes prenderia a um local específico, contrariando a logística e dinâmica em que ocorrer o trabalho sexual, uma vez que foi em busca de mais liberdade e flexibilidade que escolheram a prostituição (RAMOS, 2017).

Roberta Ramos (2017) aponta que a possibilidade aberta no PL Gabriela Leite, no que se refere a criação de cooperativas, levanta uma série de questionamentos por uma parcela significativa de trabalhadoras sexuais sobre como se daria a divisão dos lucros e das despesas, sobre os critérios de participação e controle das atividades por parte de cada uma das profissionais – o que revela o desconhecimento e a ausência de experiência em como funciona esta modalidade de trabalho.

A falta de consenso dentro do movimento de prostitutas sobre as propostas apresentadas no PL Gabriela Leite se deve em grande medida a ausência de um debate amplo e que incorporasse as demandas do movimento como um todo, pois a maioria das lideranças da região nordeste e algumas do Norte não se sentiram contempladas com a proposta, considerando que o PL Gabriela Leite foi pensado e elaborado para uma realidade que não as abrangia (RAMOS, 2017).

Apesar disto, existe o consenso no movimento de prostitutas como um todo sobre a necessidade de mudança no ordenamento jurídico previsto no Código Penal Brasileiro, com a finalidade de despenalizar o entorno da prostituição e afastar

¹⁴¹ Ramos (2017) nos mostra que existe uma falta de esclarecimento muito grande entre as trabalhadoras sexuais sobre o critério que definiu o teto para alienação da mais-valia em 50% (cinquenta por cento) no PL Gabriela Leite, algumas delas até consideram mais justo se a taxa fosse fixada em 36% (trinta e seis) por cento, de acordo com as taxas de ISS, INSS e INSS patronal. Em várias oportunidades Jean Wyllys, quando ainda era deputado federal, foi convidado pelas lideranças da Articulação Norte-Nordeste de Profissionais do Sexo para apresentar e discutir o PL Gabriela Leite em eventos organizados pelo movimento, no entanto nunca compareceu devido a indisponibilidade de agenda (RAMOS, 2017).

definitivamente a noção de exploração sexual que se vincula a prática, relegando-a a marginalidade e a clandestinidade. Pois como é de conhecimento, a legislação atual que versa sobre o tema acaba dificultando a identificação e punição de quem de fato explora pessoas sexualmente. A despenalização do entrono da prostituição se configura como elemento essencial para uma regulamentação laboral do trabalho sexual que possibilite o exercício pleno da atividade profissional reconhecida pelo Estado, com a garantia de direitos trabalhistas e à segurança no trabalho. Para a promoção de uma política pública eficaz e abrangente, tal regulamentação deve considerar, ainda, as intersecções constitutivas das relações sociais que se estabelecem nos diferentes nichos da prostituição, marcadas por classe, geração, racialização, gênero, sexualidade e regionalidades (RAMOS, 2017).

Entretanto, a conjuntura política e econômica não é nada favorável à regulamentação laboral do trabalho sexual. Primeiramente, o avanço de políticas neoliberais e medidas de austeridade na economia implementadas pelo Estado brasileiro resultaram, por exemplo, na lei de teto do gasto público, na reforma trabalhista e na reforma da previdência social e sinalizam para um contexto de retirada de direitos sociais e trabalhistas. As modificações impostas pelas novas leis trabalhistas favorecem ainda mais a exploração econômica capitalista e reduzem significativamente o direito dos trabalhadores, legitimando a ampla flexibilização por norma coletiva e a terceirização, sob o pretexto de supostamente diminuir a taxa de desemprego e alavancar a economia do país ao modernizar as relações de trabalho e adaptá-las à realidade atual da economia global.

Dessa forma, a flexibilização, tal como está prevista na reforma trabalhista aprovada no Brasil, representa um retrocesso aos direitos adquiridos pelos trabalhadores ao estabelecer regimes que vão precarizando e desproletarizando cada vez mais as relações de trabalho como, por exemplo, o trabalho intermitente e o enfraquecimento dos sindicatos. Isso acarreta o esvaziamento do princípio de proteção do trabalhador previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), acentuando ainda mais o desequilíbrio das relações de poder entre empregador e empregado, relegando a este último uma posição totalmente desfavorável, seja no âmbito social, econômico ou no que tange ao poder diretivo. Além disso, torna o trabalhador e as relações trabalhistas excessivamente dependentes da livre iniciativa do mercado ao intensificar a exploração econômica como instrumento da política neoliberal.

Ainda para agravar, existe um avanço conservador que carrega como esteio práticas moralmente reguladoras e intolerantes socialmente, associadas a um forte discurso securitário, o que dificulta bastante que um projeto que verse sobre o reconhecimento da prostituição como atividade profissional venha a ser aprovado pelo congresso brasileiro no atual contexto político. Ademais, como mencionamos na introdução desta tese, o PL Gabriela Leite foi arquivado em decorrência da renúncia do deputado federal Jean Willys.

A despeito da complexidade do contexto político e dos impasses dentro do próprio movimento de prostitutas, é fundamental salientar que o PL Gabriela Leite tem por princípio a autodeterminação das mulheres através do uso do corpo e da liberdade sexual, mas, sobretudo, pretende garantir direitos trabalhistas há muito reivindicado por associações de prostitutas e movimentos sociais a favor da regulamentação da prostituição. Portanto, trata-se de ampliação de cidadania a um segmento da sociedade que se encontra a margem das leis trabalhistas, visando à garantia de direitos a profissão como ocorre com as demais categorias profissionais.

3.4 - Daspu: uma parada de puta

A grife Daspu foi criada em 2005 por Gabriela Leite com o propósito de gerar recursos financeiros para as ações da ONG Davida, bem como para dar visibilidade ao movimento de prostitutas em sua luta pela autodeterminação da identidade de puta e do trabalho sexual, enquanto estratégia de combate ao estigma e para o fortalecimento das demandas por reconhecimento da atividade como profissão. Daspu nomeia uma marca criada por putas (das putas)¹⁴² e faz alusão nítida a grife internacional Daslu. Em entrevista ao programa *Fantástico*, da Tv Globo, Gabriela Leite explica sobre a criatividade do nome em resposta a controvérsia com a Daslu: “Quero deixar bem claro que a palavra DAS é uma palavra da língua portuguesa, não é de propriedade de ninguém. O PU é nosso, é da nossa profissão” (LENZ, 2016, p.17).

A grife de putas rapidamente transcendeu as características de marca comercial, como mera distribuidora de artigos de vestuário e acessórios, para assumir uma dimensão político-estética-comunicativa fundamentais para o movimento organizado de

¹⁴² A criatividade do nome Daspu serviu de inspiração para a criação de outras marcas que também fazem alusão a grife Daslu. A exemplo disso, podemos citar a marca Daspre (abreviação de “Das presas”): um projeto iniciado no ano de 2008 em que mulheres em situação de privação de liberdade de São Paulo produzem e comercializam artigos de vestuário e outros produtos.

prostitutas (LENZ, 2016). A Daspu desenvolve uma política cultural que atua em várias frentes: 1) na construção e na afirmação da identidade de puta, bem como para o fortalecimento da autoestima das trabalhadoras sexuais; 2) como canal de comunicação do Movimento com a sociedade e no estabelecimento de parcerias com diferentes entidades e organizações; 3) enquanto estética inovadora e desconcertante dos padrões de sexualidade e também do mundo da moda. Assim, cada uma dessas frentes, a sua maneira, expressa de forma interligada as demandas do movimento organizado de prostitutas por reconhecimento de direitos sexuais e trabalhistas, além do combate ao estigma que paira sobre a prostituição e sobre quem a exerce.

Elaine Bortolanza nos ajuda a elucidar esse aspecto quando diz:

[Daspu] não é uma grife para definir padrões e tendências da moda, mas sim abrir por meio da linguagem e da sexualidade uma brecha para as putas falarem por si mesmas. Deixar falar a nudez do desejo [...]

Quando as putas desfilam nos locais de prostituição ou nos espaços frequentados por artistas e pessoas ligadas ao mundo da moda, de uma certa maneira, há um estranhamento provocado pela irrupção de um gesto pornográfico fora do campo da prostituição (BORTOLANZA, 2007, online).

Nesta perspectiva, Daspu se constrói como moda engajada ao expressar o ativismo político do Movimento através da sua narrativa marcadamente presente nos produtos da grife e nas performances das passarelas do desfile. Assim, os produtos da marca vinculam um discurso político, buscando estabelecer uma relação com a sociedade e com os consumidores no que se refere à desconstrução de padrões normativos de sexualidade, prazer e erotismo, como nas estampas: “meu botão é mais embaixo”; “Somos más, mas podemos ser piores”; e nas estampas “mulher na cidade”, “cuzinho trans” e “cuzinho mulher” assinadas por Laerte. Igualmente, os produtos da grife sensibilizam para a legitimidade da luta por reconhecimento e direitos das prostitutas, como nas estampas: “Daspu moda pra mudar”; “Putas luta” e “Toda mulher é da vida”



Foto: VAZ, SILVA, 2018.

Foto 3 - Putique, no bar/lanchonete/ocupação promovida pelo movimento de resistência “DELAS”, Rio de Janeiro.



Foto: VAZ, SILVA, 2018.

Foto 4 - Manequins exibindo as camisetas Daspu com as estampas “Mulher na cidade” e “Toda mulher é da Vida”.

A partir de uma abordagem semiótica, Scheila Camargo (2007) nos mostra como as camisetas femininas *sui generis* da Daspu dão sentido e se articulam na relação com o corpo e seus movimentos, de modo que a roupa *em ato* - no *corpo* – produz discursos de cunho identitário que expressa o lugar social e político de uma coletividade específica, mas também desperta sentimentos de tentação e sedução por meio das cores, das estampas e dos arranjos criativos, como estratégia para persuadir consumidores em potencial que se identifiquem com a proposta da marca. Nesta perspectiva, os produtos Daspu vinculam um discurso político numa espécie de roupa-panfleto (CAMARGO, 2007) que gera significado e uma relação de afinidade com quem as percebe como discurso legítimo, tanto pelo reconhecimento das demandas de quem as produziu, quanto pelas demandas do próprio consumidor. Essas roupas e acessórios compõe o acervo das coleções produzidas para a Daspu por estilistas e por discentes de cursos de graduação em Design de moda e Design Gráfico de instituições universitárias (LENZ, 2016).

Os desfiles Daspu subvertem a lógica das passarelas da indústria da moda, uma vez que ocorrem a céu aberto, em ruas e praças muitas vezes localizadas na própria zona de prostituição ou as proximidades dela. Os desfiles em ambientes fechados resultam da parceria com diferentes entidades que “transam” com os princípios do Movimento, ocorrendo nos mais variados espaços como, por exemplo, clubes noturnos, escolas de samba, espaços de arte, vagão de trem, feiras de moda e congressos (LENZ, 2016).

Desta forma insinuante e inovadora, as passarelas Daspu assumem uma dimensão transgressora na medida em que subverte os padrões preestabelecidos de sexualidade e do universo da moda, permitindo a grupos subalternizados expressarem através da linguagem corporal uma narrativa sobre si mesmos e sobre a moda. Assim, os desfiles se convertem em *passarelas-passeatas* que irradia afetos, glamour e irreverências em conexão com o ativismo político; ao passo que também promovem um *embaralhamento* dos modelos de sexualidade feminina (BORTOLANZA, 2007).

A respeito das torções e distorções que o movimento de prostitutas provoca por meio dessa política cultural, Elaine Bortolanza nos diz:

A figura da puta desfilando nas passarelas off das semanas de moda provoca um embaralhamento dos modelos de sexualidade feminina, de tal forma que não há mais como identificar quem é puta e quem não é. Mais do que isso, há um deslocamento intenso dos espaços até então reconhecidos como o lugar das lutas políticas. São forças de resistência se infiltrando nos vacúolos do capitalismo contemporâneo e provocando torções e distorções nos modos como o movimento social vem atuando.

Em sua dissertação de mestrado Flavio Lenz (2016) nos mostra como o desfile Daspu promove uma espécie de *trottoir*¹⁴³ que perturba e transgride as imagens e as representações sobre a prostituição. Nos termos do autor, os *desfiles-trottoir* da Daspu performam ao mesmo tempo moda, arte e ativismo, a fim de desafiar o estigma e a discriminação em torno da prostituição, mas também as noções de modelo e de corpo ideal que predominam no universo da moda e da mídia. Isto se materializa tanto na diversidade de gêneros, sexualidades e corpos que percorrem as passarelas, quanto pela dimensão erótica, irônica e comunicativa dos corpos e das roupas em evidência nos desfiles (LENZ, 2016). Assim, o autor enfatiza que os *desfiles-trottoir* emanam do encontro entre prostitutas e não-prostitutas ao promover uma partilha do sensível, das emoções e dos afetos, o que acarreta no fortalecimento de alianças e em intensa interação com o público, e resulta na afirmação da identidade social das putas. Para Lenz (2016), os desfiles buscam o sentido original do *trottoir* como a calçada de todas as pessoas, possibilitando uma experiência de igualdade e diversidade ao embaralhar as

¹⁴³ Do francês, *trottoir* significa calçada. Com o tempo, o termo passou a expressar o “vai e vem” das prostitutas nas calçadas em busca de clientes.

identidades e produzir uma redução ou até mesmo a dissolução do estigma de ser puta durante as performances.

Nesses anos junto ao movimento de prostitutas tive o privilégio de participar como colaborador em três desfiles Daspu, sendo que em uma dessas oportunidades também atuei como modelo, de maneira inesperada e improvisada em uma das performances do evento, experiência sobre a qual falarei mais adiante. Todas as participações ocorreram no ano de 2018: em junho na cidade de Belém, na ocasião do Puta Dei Daspu; em novembro no Festival Mulheres do Mundo (WOW), no Rio de Janeiro; e no mês seguinte, em dezembro, no 2º Seminário Nacional de Prostitutas, realizado em João Pessoa.

A primeira experiência foi em Belém, onde atuei como colaborador “faz tudo”, contribuindo na divulgação do evento, auxiliando na infraestrutura de transporte das trabalhadoras sexuais e demais ativistas parceiros do Movimento; e até na montagem de som, palco, iluminação, dentre outras. Além disso, também fui um dos responsáveis pela curadoria da exposição fotográfica “Filhxs da PUTA: Afetos DA Vida”¹⁴⁴. Na verdade, são apenas aqueles parceiros externos que executam funções mais específicas como, por exemplo, maquiagem, cabelo, fotografia, que acabam se detendo a uma única tarefa. Na maioria das vezes, os colaboradores internos ao Movimento atuam em diversas frentes, até mesmo em decorrência do quantitativo reduzido de pessoas.



Foto: Cícero Pedrosa Neto, 2018.

Foto 5 - Puta Dei Daspu movimenta a noite no “quadrilátero do amor”

¹⁴⁴ Gostaria de agradecer imensamente a satisfação e o aprendizado em fazer parte deste projeto com Leila Barreto, Leandro Veiga, Lilia Souza e Elaine Bortolanza. Falarei mais a respeito desta exposição no tópico seguinte sobre o Puta Dei.



Foto: Cícero Pedrosa Neto, 2018.

Foto 6 - Leila Barreto e Paula Ramos em Performance na passarela do Puta Dei Daspu

Na segunda experiência, no Rio de Janeiro, atuei mais nos serviços de camarim, selecionando e distribuindo as roupas e acessórios para as modelos; e no *backstage*, organizando as entradas e saída das modelos na passarela – o que me permitiu conhecer o desfile sob outra perspectiva. Protagonistas do evento, as putas se reúnem horas antes para escolher o *look* e se preparar para o desfile: roupas, acessórios, maquiagem e cabelo. Existe toda uma equipe de bastidores que dá suporte para que a *passarela-passeata* aconteça: colaboradores organizam a seleção e distribuição das peças a serem usadas por cada uma das putas-modelos; nos camarins improvisados, maquiadoras e cabelereiras trabalham em meio a um frenesi completo permeado de muitas conversas, piadas e gargalhadas. Noutro plano, profissionais atuam na montagem do palco e na estrutura de iluminação, além do DJ que realiza o teste de som e repassa o *set list* das músicas definidas previamente. Tudo isso como reflexo das transas sociais enquanto característica marcante do Movimento, pois sem as articulações estabelecidas com os colaboradores e parceiros locais aonde os desfiles ocorrem, provavelmente eles não seriam possíveis.

Não obstante, a grife ser das putas e as mesmas serem protagonistas no evento, não são apenas elas que circulam nas passarelas. Os desfiles primam pela pluralidade de participantes-modelos: ativistas, colaboradores e até mesmo algumas personalidades da mídia já desfilaram pela Daspu, além das próprias putas-modelos. Os gêneros, as sexualidades e os corpos são diversos: mulheres e homens cis, mulheres e homens trans, travestis; gays, lésbicas e héteros; negros, brancos e mestiços; gordos e magros; jovens, adultos e idosos; “andantes” e cadeirantes. Toda a expertise erótica e o acervo de

sedução utilizado pelas putas na zona são agenciados e adequados a performance corporal no desfile: os olhares, as piscadelas, os gracejos, uma gama complexa gestual de caras, bocas e movimentos expressam e ressignificam naquele contexto ritual o que é ser puta para as próprias trabalhadoras sexuais, para as modelos não-prostitutas e também para o público que prestigia o evento.



Foto: Flávia Viana, 2018.

Foto 7 - Lourdes Barreto e Indianara Siqueira na abertura da passarela Daspu no WOW



Foto: Flávia Viana, 2018.

Foto 8 - Lourdes Barreto e Indianara Siqueira em performance na passarela Daspu no WOW

Em minha terceira experiência com o desfile Daspu, em razão de ter colaborado no mês anterior para a passarela-passeata do WOW, foi designado a mim pela APROS-PB estabelecer o canal de comunicação com Elaine Bortolanza (coordenadora da Daspu à época), enquanto ela não chegava para se integrar a organização do evento em João Pessoa-PB. Desde São Paulo, Elaine repassava os encaminhamentos necessários para o estabelecimento de parcerias, e coube a Breno Marques e a mim as tratativas iniciais para viabilizar o lugar para o desfile, a equipe de maquiagem, fotógrafos e um conjunto de colaboradores locais para fazer acontecer o desfile na capital paraibana. Apesar das dificuldades para firmar parcerias e com poucos recursos financeiros para a produção, a passarela Daspu foi destaque na programação e abrilhantou o encerramento do 2º Seminário Nacional de Prostitutas.

O desfile aconteceu na Praça Antenor Navarro, contíguo a zona de prostituição situada no centro histórico de João Pessoa. A casa de eventos Hera Bárbara disponibilizou sua infraestrutura para montagem de camarim, som e iluminação. Mas, tal como ocorrera em Belém, a passarela extravasou para a rua e atraiu os boêmios e

transeuntes do entrono. Um dos momentos mais marcantes foi o *trottoir* provocado por Betânia Santos ao desfilando com uma almofada vermelha com a frase “Lula Livre”, em protesto a ilegalidade da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sob o frisson e aplausos do público presente, Betânia estava ativa e plena em sua performance.



Foto: Marcel Vaz, 2018.

Foto 9 - Luza Marya na abertura da passarela Daspu em João Pessoa



Foto: Marcel Vaz, 2018.

Foto 10 - Betânia Santos em performance na passarela Daspu em João Pessoa

Foram muitos os momentos marcantes naquela noite que eu teria dificuldade para descrevê-los aqui. Eu acompanhava tudo da plateia, que a cada performance vibrava e, assim, estimulava as modelos e contribuía para dar o tom ao desfile. Cida Vieira entra na passarela, ela encena a *dominatrix*¹⁴⁵ – prática que é sua especialidade profissional no âmbito do trabalho sexual. Quando não mais do que de repente, Cida me puxa para a passarela – fiquei meio atônito e sem saber o que fazer a princípio. Ela inicia o processo de dominação me fitando com um olhar sedutor e, em seguida, com um chicote vermelho sou conduzido à um banco que compunha o cenário – não sei dizer se ele já estava lá ou de onde ele surgiu. A partir de então, fiquei em êxtase e sob o controle das práticas de dominação performadas por Cida, e quando menos percebi já estava totalmente à vontade encenando com ela um quadro de fetiche sadomasoquista no desfile. Ao final, inseguro como de costume, perguntei para as amigas se havia me saído bem, ao que disseram – sob risos – que fui aprovado.

¹⁴⁵ O termo é utilizado para designar a mulher que desempenha o papel de dominação em práticas de bondage e disciplina; dominação e submissão; e sadomasoquismo.



Foto: Marcel Vaz, 2018.

Foto 11 - Cida Vieira em performance dominatrix na passarela Daspu em João Pessoa



Foto: Marcel Vaz, 2018.

Foto 12 - Cida Vieira e Tiago Vaz em performance sadomasoquista na passarela Daspu em João Pessoa

Na dimensão individual, esse desfile Daspu foi bastante significativo, pois foi a minha primeira participação como modelo, mesmo que eu não tivesse a intenção de desfilar e tenha sido pego de surpresa, o que contribuiu ainda mais para marcar essa experiência. Assim, posso dizer que minha terceira experiência com o desfile Daspu foi mais intensa, tanto pelas características das atribuições delegadas a mim, quanto pela possibilidade de vivenciar situações e sensações nunca vividas antes e que me tiraram de uma zona de conforto de quem está sempre disposto a colaborar, mas não se permitia sair dos bastidores.

3.5 – O Puta Dei

O Puta Dei é uma política cultural do movimento organizado de prostitutas do Brasil, tendo sido criado em 2012 pelo GEMPAC. De forma criativa e irreverente, o nome Puta Dei estabelece um trocadilho com as palavras *day* do inglês (que significa dia) e *dei* do português (conjugação do verbo dar). A ação faz alusão ao protesto de 150 prostitutas que ocuparam a igreja Saint-Nizier no dia 02 de junho de 1975, na cidade de Lyon na França, a fim de denunciar as situações de discriminação e violências praticadas pelo Estado. Desde 1976 celebra-se anualmente a data como o dia internacional das prostitutas.

O Puta Dei se insere no conjunto de ações de *comunicação da esquina* desenvolvido pelo movimento de prostitutas, no intuito de dar visibilidade as suas

demandas ao ressignificar o ativismo político e aproximá-lo das próprias trabalhadoras sexuais; além de atingir outros segmentos da sociedade, parceiros em potencial no combate ao estigma e na luta por direitos das prostitutas. Assim, o Puta Dei surge no bojo do projeto “Zona de Direitos”¹⁴⁶, em que se constatou que apesar do avanço na conquista de alguns direitos nas últimas décadas, o índice de violências sofridas pelas trabalhadoras sexuais na região metropolitana de Belém era bastante elevado, sobretudo nas áreas centrais da cidade e nos pontos de prostituição próximo as estradas (GEMPAC, 2011). Como alternativa a este cenário alarmante, o GEMPAC investiu em uma comunicação que pudesse ser mais efetiva com/entre as prostitutas, mas também com a sociedade. Desta iniciativa, cria-se o Núcleo de Comunicação do GEMPAC com o desígnio de reforçar a incidência política da Associação por meio da disseminação de informações, através de uma mídia própria ao alcance das trabalhadoras sexuais nas zonas de prostituição, visando inseri-las no contexto das tecnologias de informação e comunicação.

Na primeira edição do Puta Dei, em junho de 2012, foi apresentado aos participantes do evento o *Blog das Esquinas* e a mostra sonora *Zona de Direitos*, com o propósito de desmistificar a prostituição e proporcionar outra perspectiva de compreensão sobre a prática¹⁴⁷. Essas atividades resultaram da atuação do Núcleo de Comunicação como fruto de uma curadoria a respeito das notícias relacionadas à prostituição ao longo dos anos de atuação do GEMPAC junto às trabalhadoras sexuais. A programação também contou com o lançamento da campanha: “*Não deixe a Luz da esquina se apagar*”, sinalizando para os processos de invisibilização das trabalhadoras sexuais em meio a inúmeras violências e preconceitos sofridos no exercício da profissão.

Em 2013, com o tema *Multiplidade*, em sua segunda edição, o Puta Dei buscou agregar várias expressões artísticas locais a sua programação, explorando as diferentes possibilidades de linguagens na interseção entre arte e política – o que viria a se constituir como uma marca característica do evento. Naquele ano, foi lançada a campanha: “*Já temos ocupação, agora queremos legalização!*”, com o objetivo de divulgar a conquista alcançada com o reconhecimento da categoria “profissionais do

¹⁴⁶ Este projeto foi financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

¹⁴⁷ As próprias prostitutas foram protagonistas na criação do blog e outros conteúdos audiovisuais para contar a história do Movimento, divulgar informações de interesse público; bem como fazer denúncias sobre violências sofridas.

sexo” pela CBO aquela época, além de convidar os participantes a conhecer e refletir sobre as demandas pela legalização da prostituição no Brasil.



Fonte: Blog das Esquinas.



Fonte: Blog das Esquinas.

Figura 1 – Cartaz de divulgação da Programação do Puta Dei 2012

Figura 2 – Arte da divulgação do Puta Dei 2013

A partir de 2014, o Puta Dei deixou de ser um evento exclusivo do GEMPAC e passou a ser realizado por outras associações de prostitutas em diferentes cidades do país: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo e Campinas. Em Niterói e São Paulo, por exemplo, o evento marcou o lançamento da coleção Daspu na Copa, apresentando as roupas e acessórios da grife produzidos para o mundial no Brasil. Já em Campinas, além do desfile a Associação Mulheres Guerreiras também promoveu um debate sobre a regulamentação da prostituição, atividade integrada ao I Seminário “Direitos das Profissionais do Sexo – Conquistas e Desafios” (MENDONÇA, 2017). O êxito desta política cultural foi tão grande que com o passar dos anos a quantidade de versões deste evento só aumentou, a ponto de se constituir na atualidade como um dos momentos de maior visibilidade para o movimento organizado de prostitutas no país.

Acima de tudo, o Puta Dei é um ato político: uma política cultural inovadora e de resistência, constituída por múltiplas linguagens que transgridem e desestabilizam os padrões preestabelecidos de moralidade. A irreverência e a criatividade são características marcantes do ato e se expressam através do discurso, do corpo e da sexualidade, atravessados pela interlocução entre o lúdico, a arte e a política. Com

nomes sugestivos, “pega fogo, cabaré”, a programação é bastante diversificada com apresentação de performances, saraus, exposições fotográficas e atrações musicais.

A exemplo disso, podemos citar a “Oficina de Palavrão”, em que se discute a origem e o significado de algumas expressões ofensivas e pejorativas relacionadas a prostituição, como “filho da puta”, “puta que pariu”, dentre outras. Assim, esta atividade permite refletir sobre as vicissitudes que vinculam trabalho e vida pessoal por meio das experiências de criação dos filhos, da convivência em família e das histórias de vida das trabalhadoras sexuais. A “corrida da calcinha”¹⁴⁸ é uma das atividades mais tradicionais e aguardada na programação do evento. A corrida consiste em percorrer algumas ruas do “quadrilátero do amor” fazendo uso da calcinha como peça íntima, seja por cima da roupa ou vestida na cabeça. A competição ocorre em três categorias: feminina, masculina e LGBT, e os vencedores recebem como premiação medalhas e galinhas ou patos. Outras atividades como a “Oficina de strip-tease”, permeada de erotismo e sensualidade, levam o público ao êxtase e atinge o seu ápice com a demonstração da “técnica de colocar o preservativo masculino com a boca”.

Desta forma, através do Puta Dei são tecidos novos significado sobre prostituição e ativismo por meio daquilo que Laura Murray (2015) denomina de *puta politics* (política de puta), em que a sexualidade e o corpo são utilizados para subverter o “imoral” e o “inapropriado” em algo visível e político. A própria autora nos ajuda a apreender melhor a noção de *puta politics*, a partir de três características que ela considera fundamentais:

Utilizar o humor e o prazer para desafiar o que é percebido como não apropriado e/ou imoral, incluindo o uso dos próprios corpos como campo de resistência; romper hierarquias e focar na importância de estruturas se adaptarem à cultura da prostituição, ao invés do contrário; e em terceiro, sustentar certos sistemas, enquanto destrói outros, borrando e criando limites ao mesmo tempo. A ambiguidade, flexibilidade e imprevisibilidade estratégica são suas maiores forças (MURRAY, 2016, p.12).

¹⁴⁸ A primeira edição da “corrida da calcinha” foi promovida pela APROS-PB como programação em alusão ao dia internacional das prostitutas, sendo realizada na cidade de João Pessoa em 2007. De lá também surgiu a ideia de premiar os vencedores com animais como, por exemplo, bodes, galinhas, cordas de caranguejo, dentre outros. O sucesso da “corrida da calcinha” fez desta gincana uma tradição comum praticada por inúmeras associações de prostitutas do país.

É interessante perceber como as trabalhadoras sexuais do GEMPAC encontraram na ludicidade e na irreverência a potência política para abordar sobre dilemas e demandas da profissão com o próprio segmento, com o Estado e com a sociedade de modo geral. Vele ressaltar que a ideia do Puta Dei nasce justamente da necessidade de comunicar para transformar um contexto de opressão marcado por inúmeras violências, a fim estreitar ou mesmo possibilitar novas *transas sociais e institucionais* que contribuam para uma *Zona de Direitos*. Portanto, o Puta Dei enquanto *puta politics* se constitui em um manejo estratégico para dar vazão as demandas das trabalhadoras sexuais através de uma política cultural *sui generis* que desafia os padrões de gênero e sexualidade ao buscar eliminar as hierarquias e as divisões entre a sociedade, as instituições e as *esquinas* (MURRAY, 2016).

Como já havia dito no tópico anterior, pude colaborar na organização do Puta Dei Daspu 2018, em Belém. Esta edição do evento foi intitulada “Por uma Zona Legal”, em referência ao projeto de mesmo nome, implementado pelo GEMPAC no ano anterior. A programação foi bastante diversa e contou com a participação de trabalhadoras sexuais de várias associações ligadas a RBP. Lembro-me das pessoas comentarem que este Puta Dei foi o que conseguiu reunir o maior número de lideranças da Rede, além da empolgação devido ser a primeira vez em que o desfile Daspu ocorreria na cidade. Para o evento vieram: Vânia Rezende e Nancy Feijó da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS); Betânia Santos, da Associação Mulheres Guerreiras, de Campinas-SP; Edna Maciel, da Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá (AMPSAP); Tina Rovira, do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), de Porto Alegre-RS.

A grande anfitriã, Lourdes Barreto, fez o discurso de boas-vindas a todos os presentes e celebrou a abertura do evento com o “Ritual Puta Dei nas Esquinas: Despachos de Amor, Afetos e Políticas”. Adquiridas diretamente com as erveiras do Ver-o-Peso, algumas plantas e ervas características da região amazônica – as quais se atribuem poderes curativos eficazes para tratar diferentes mazelas de natureza física, emocional e espiritual – foram amassadas e banhadas em água para atrair e emanar energias positivas, deixadas em um alguidar de barro a disposição daqueles interessados em purificar-se através de ablução.



Figura 3 – Arte da divulgação do Puta Dei Daspu 2018



Figura 4 – Cartaz de divulgação da Programação do Puta Dei Daspu 2018

Durante cerca de um mês, alguns colaboradores do Movimento ficaram responsáveis por coletar e selecionar material fotográfico das trabalhadoras sexuais e de algumas ativistas parceiras, com suas filhas e filhos, netos, bisnetos, etc., no intuito de organizar uma exposição que retratasse a dimensão familiar dessas mulheres, marcada profundamente por afetos, cuidados e dedicação em relação aquilo que elas consideram o bem mais precioso de suas vidas: a família. Daí surge a mostra fotográfica “Filhxs da PUTA: Afetos DA Vida”, como uma das atividades da programação do Puta Dei Daspu. A exposição contou com 17 fotografias e um texto de apresentação escrito por Leila Barreto. Permito-me reproduzir a apresentação aqui:

Filhxs da PUTA: Afetos DA Vida

Cedo eu aprendi que falar sobre a vida ou o trabalho de minha mãe causavam incômodos aos que ouviam. Atitudes que me chocavam e me levaram a ser parte inteira da luta delas por respeito.

Em 1989 no Rio de Janeiro falei pela primeira vez essa verdade com minha timidez e força: Sou filha da puta o maior palavrão do mundo!

Para além de discursos e entendimentos, simples assim afirmo minha ativa existência no mundo: Existimos no afeto e poder delas!

Meu lugar de fala é todo o significado e o porquê dessa exposição de fotografias.

Tenho muito a dizer e sei que minha luta está longe de ser entendida e aceita
 Que os retratos de meus manos da Vida falem
 Minhas palavras ecoam nas imagens como uma afirmativa que existimos, somos muitos,
 diversos em vivências e silêncios. Frutos delas ou dos seus - Seus afetos
 Cerimônias, encontros e desafios. Cheiros de leites, risadas infantis e gozos-dores maternos –
 das que ousam serem putas e mães. Ou amigos delas.
 Sei na minha sensível trajetória que essas identidades femininas tudo aguentam, inclusive esse
 papel social que idealiza a sociedade sobre mães – ou sobre putas.
 Elas nunca aceitaram que mexam com seus filhos
 Assim nos recolhem em seus regaços, nos escondem – protegendo-nos na negação da sua
 própria história e identidade.
 Estarmos juntos faz não apenas dar novos significados aos papéis idealizados ou postos. Talvez
 a única possibilidade de não nos perdermos nas armadilhas do estigma.
 Não há problema algum de me chamar de filha da puta – esse potente palavrão. Apenas
 respeitem nossas mães.

Leila Barreto

Filha da puta, Belém 29 de junho de 2018.

Mais que uma apresentação de curadoria, percebemos a profundidade e a potência da narrativa de Leila Barreto, que remete não apenas a sua experiência em particular, mas expressa a dimensão de inúmeras trajetórias vividas e sentidas por aquelas pessoas que compartilham dos afetos e dos estigmas por serem filhas da puta (no sentido literal do termo) – “o maior palavrão do mundo!”. Ao invés de se resignar, Leila Barreto e tantas outras que partilham dessa experiência em comum escolheram, senão por meio do ativismo político junto às trabalhadoras sexuais, mas por outros caminhos, ressignificar o lugar e o papel social relegado pela sociedade a essas mulheres; histórias marcadas e construídas, sobretudo, por resistências, amores e afetos.

Um dos momentos mais marcantes do evento foi o ato simbólico de “inauguração da Rua Lourdes Barreto”, com a fixação de um cartaz representando a placa que dá nome à rua, colado por Betânia Santos na faixa de um dos casarões do bairro da Campina, na esquina entre as ruas Padre Prudêncio e General Gurjão, em frente à sede do GEMPAC. Subversivo como não haveria de ser diferente, o ato sugere a substituição de nomes que homenageiam um general e um padre pelo nome de uma puta, considerando todo o legado político e social de Lourdes Barreto em favor da luta



Foto: Cícero Pedrosa Neto, 2018.

Foto 15 – Ato Puta Dei: Todxs por uma Zona Legal. Sentadas, da esquerda para a direita: Nancy Feijó e Vânia Resende (APPS), Lourdes Barreto (GEMPAC), Maria Silva (Ex-GEMPAC). Em pé, atrás de Maria Silva, Tina Rovira (NEP)

Após o desfile, a programação seguia com apresentação do grupo Cobra Venenosa, quando por volta das 23 horas uma patrulha da Polícia Militar que fazia a ronda no bairro da Campina ordenou que o som fosse desligado e o encerramento do evento, sob a alegação de que o Comando da Polícia daquela região não havia recebido a documentação de autorização para realização daquele evento em via pública. Ainda que o evento tivesse toda a documentação necessária obtida junto a Prefeitura Municipal de Belém para que pudesse ocorrer naquele espaço e horário, e mesmo com todo o esforço de diálogo não houve entendimento com o comandante responsável pela patrulha. Infelizmente, o evento teve que ser encerrado desta forma, antes mesmo da conclusão de sua programação e sob a truculência da Polícia Militar do estado do Pará. Tal fato figura como mais um exemplo da relação ambígua e conflituosa entre o Estado e o movimento de prostitutas, em que os agentes estatais possuem relativa autonomia para moldar o acesso à direitos e cidadania das trabalhadoras sexuais considerando os seu próprios interesses (MURRAY, 2015).

3.6 – Putafeminismo: o protagonismo de putas no feminismo

Indagada sobre a origem do termo que confere título ao seu livro “Putafeminista”, Monique Padra responde que não sabe precisar quando surge, mas relata que seu primeiro contato se deu através das trabalhadoras sexuais espanholas e,

posteriormente, argentinas¹⁴⁹. Ela acrescenta que debateu com Amara Moira sobre o que representava o termo e a importância de trazê-lo para o contexto das questões relacionadas ao trabalho sexual no Brasil, onde o movimento de prostitutas não assumia sua condição de feminista, segundo suas próprias palavras¹⁵⁰.

Como já dissemos, Gabriela Leite foi a precursora no desenvolvimento de um puta ativismo no Brasil. Ela recusava o rótulo de vítima e denunciava os moralismos presentes em discursos que associam prostituição a exploração sexual e pregam a necessidade de resgate de prostitutas. Gabriela Leite defendia a valorização do termo “puta”, por considerar que a categoria representa uma atitude frente ao estigma da prostituição, uma postura que “empodera” as trabalhadoras sexuais no exercício da sexualidade e da profissão (LEITE, 1992; 2008). Gabriela Leite e a RBP contribuíram significativamente para a ampliação do debate sobre prostituição no Brasil, pelo qual foi duramente rechaçada, sobretudo, ao reivindicar-se feminista, uma puta feminista. Ainda hoje sua militância serve de inspiração para muitas trabalhadoras sexuais, como podemos perceber no relato de Monique Prada:

O feminismo entra na minha vida a partir de questões colocadas pela Gabriela Leite. As feministas ditas radicais, elas recusavam aceitar a Gabriela no movimento feminista e Gabriela se recusava a aceitar essa recusa. Então, ela dizia: eu sou uma feminista, eu sou uma puta feminista, e ponto! A partir disso, eu comecei a pesquisar um pouco. Bom, um pouco muito sobre feminismo. Porque se uma prostituta como Gabriela Leite pode ser feminista, eu também posso!¹⁵¹

Vemos que a aproximação de Monique Prada com o feminismo e a construção da sua identidade como prostituta e feminista possui relação com a experiência de

¹⁴⁹ Entrevista concedida ao portal de notícias “Nexo” em virtude da publicação do seu livro *Putafeminista*. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2018/11/03/O-que-%C3%A9-e-o-que-defende-o-%E2%80%98putafeminismo%E2%80%99>. Último acesso: 22/10/2019.

¹⁵⁰ Ainda sobre esta questão, Monique Prada diz que: “em algumas entrevistas, Lourdes Barreto chega a falar que o movimento de prostitutas está aí para fazer contraponto ao feminismo”. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2018/11/03/O-que-%C3%A9-e-o-que-defende-o-%E2%80%98putafeminismo%E2%80%99>. Último acesso: 22/10/2019. De minha parte, desde que conheci a história e passei a acompanhar a trajetória de vida e o ativismo de Lourdes Barreto junto ao movimento de prostitutas do país, posso dizer que o único feminismo ao qual ela faz contraponto é o mesmo feminismo a que Monique Prada tece suas críticas. As críticas de Lourdes Barreto resultam, justamente, pelo fato deste feminismo não reconhecer a autodeterminação e agência das mulheres inseridas no trabalho sexual e por considerar a prostituição única e, exclusivamente, na chave compreensiva da opressão e exploração sexual.

¹⁵¹ Entrevista concedida a Ponte Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQ9wzBWnVt4>. Último acesso em 10/08/2017.

Gabriela Leite. Monique Prada nos mostra como o estigma da prostituição é reforçado pela postura tutelar adotada pelas abolicionistas quando negam o princípio de autodeterminação e constroem a imagem das prostitutas como vítimas sem possibilidade de agência:

Eu tenho muita identificação com alguns pontos do feminismo radical. No entanto, quando elas começam a me dizer que porque eu sou uma prostituta eu não sei o que eu estou dizendo, acaba a identificação! Então, uma mulher que faz sexo e cobra por sexo e revela, **é natural que o patriarcado pense que ela não serve para falar. Mas, não é natural que o feminismo concorde com isso!** E partir desse ponto eu comecei a divergir: isso que vocês [se refere às feministas abolicionistas] estão escrevendo não bate com as nossas vivências, portanto não pode ser real... Nós conseguimos pensar!¹⁵² (Grifo meu)

Em outra entrevista, Monique Prada aborda sobre sua inserção no feminismo e destaca a tensão no diálogo com as feministas radicais quando se trata de questões relacionadas ao reconhecimento do trabalho sexual como profissão:

É possível ser prostituta e ser feminista sim! Por exemplo, eu tenho diálogos com vários coletivos do feminismo radical. Nós temos vários pontos em comum e um ponto de atrito muito grande que é o meu trabalho [sexual]. Nós somos vistas como vítimas, como pessoas que estão... como se chama? Se fala até em síndrome de Estocolmo: nós estamos sequestradas (risos) e louvando nosso algoz. Não! Nós estamos trabalhando¹⁵³.

O ponto de atrito ao qual se refere Monique Prada tem se constituído em um campo minado de tensões que envolvem disputas na arena política e social. Se até antes da década de 1990 havia um relativo consenso dentro do feminismo no Brasil a respeito do tema prostituição¹⁵⁴, a partir de 2012 se desencadeia uma radicalização do discurso

¹⁵² Entrevista concedida a Ponte Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQ9wzBWnVt4>. Último acesso em 10/08/2017.

¹⁵³ Entrevista concedida a TV Carta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vSRTrWPYSSg#t=13.76457>. Último acesso em 10/08/2017.

¹⁵⁴ Naquele contexto a prostituição não possuía a centralidade que assume na atualidade, se constituindo como uma das principais questões para os feminismos da nova geração. Aquela época, tanto a narrativa de feministas, quanto de prostitutas identificavam a autonomia da/na prostituição como um domínio político expressivo enquanto possibilidade para a emancipação das mulheres (PISCITELLI, 2016).

contra o trabalho sexual por alguns segmentos do feminismo. Além de rechaçar o PL Gabriela Leite, inúmeros ataques têm sido direcionados à prostituição e às trabalhadoras do sexo através da *web*, em blogs e redes sociais. Em um contexto em que o movimento organizado de prostitutas tem fortalecido cada vez mais a sua pauta em favor da regulamentação laboral da prostituição, as trabalhadoras do sexo têm sido acusadas pelo neoabolicionismo¹⁵⁵ de favorecerem aquilo que tem se denominado de “cultura do estupro”, caracterizando a prostituição como “estupro pago”. Portanto, para o novo abolicionismo a prostituição em si, ou mesmo a defesa por outros grupos pelo seu reconhecimento enquanto atividade profissional fomenta a “cultura do estupro”.

Monique Prada (2018) caracteriza os projetos de erradicação da prostituição como uma espécie de “utopia distópica”. Ela chega a considerar, até certo ponto, a utopia de erradicação da prostituição aceitável; segundo suas palavras, o ideal seria que nenhuma pessoa precisasse se prostituir e isto representasse, verdadeiramente, a luta por um mundo que prevalecesse a igualdade de gênero. Entretanto, Monique argumenta que vivemos em um mundo real onde existe recessão econômica e, a cada dia que passa, as políticas de austeridades contribuem para que os trabalhos se tornem cada vez mais precarizados e, por fim, as pessoas precisam pagar as suas contas. Assim, a prostituição se apresenta como uma possibilidade de trabalho para as mulheres, mesmo que de maneira também precária, porém mais rentável economicamente considerando as atividades que estão disponíveis para a grande maioria delas no mercado de trabalho (PRADA, 2018).

Além disso, para Monique Prada a ideia de banir a prostituição do mundo empurraria ainda mais estas pessoas para a clandestinidade ou mesmo para o cárcere, diante da ineficácia das políticas para reduzir o número expressivo de mulheres envolvidas no trabalho sexual¹⁵⁶. Ela acrescenta que a utopia “dita feminista” que tem como propósito abolir a prostituição tem imenso apoio do Estado, dos governos, da igreja e da sociedade em geral, enquanto outras lutas feministas são rechaçadas por

¹⁵⁵ O novo abolicionismo ou neoabolicionismo pode ser considerado como uma nova versão da perspectiva abolicionista. Este modelo consiste em uma política de criminalização de pessoas e de atividades relacionadas ao trabalho sexual, direcionando o foco da política para a demanda ao estabelecer sanções legais para os clientes que pagam pela prestação de serviços sexuais; sem criminalizar as prostitutas, ao menos no papel (WARD e WILYE, 2017).

¹⁵⁶ De acordo com Monique Prada (2018), as desigualdades entre homens e mulheres se caracterizam como o principal fator para que a maioria das pessoas inseridas na prostituição seja constituída por mulheres, cis e trans. No entanto, ela acredita que, mesmo com a redução destas desigualdades de gênero, a prostituição ainda continuaria existindo e as mulheres se sentiriam mais livres para se tornarem também clientes, acarretando em um equilíbrio entre o número de homens e mulheres consumindo e exercendo o trabalho sexual.

essas mesmas forças, como a legalização do aborto e a equiparação salarial entre homens e mulheres, por exemplo (PRADA, 2018).

A condição de subalternização imposta pelo feminismo abolicionista às trabalhadoras sexuais nos remete a um imperativo de colonialidade, uma vez que insistem em perpetuar a imagem de vulnerabilidade das mulheres, sendo as prostitutas consideradas as mais vulneráveis de todas, em um cenário que expressa a necessidade de dominação de mulheres pelas próprias mulheres. A partir de um modelo hegemônico de mulher, a colonialidade se manifesta poderosamente na tentativa de controlar os corpos, a sexualidade e o lugar social de outras mulheres (tanto no plano material, quanto no plano simbólico), sobretudo aquelas que escapam aos enquadramentos morais, no caso em questão, as trabalhadoras sexuais. Nesta perspectiva, as práticas abolicionistas, ao que parece, tendem a se afastar do princípio do feminismo como resposta política às desigualdades de gênero e se aproxima bastante de uma espécie de uso colonizador do feminismo, quando não ouvem o que as trabalhadoras sexuais têm a falar sobre as suas próprias vidas. Desta forma, as práticas abolicionistas tendem a perpetuar o lugar de subalternidade relegado à prostituição e às prostitutas pela sociedade, como sinalizou Monique Prada “... é natural que o patriarcado pense que ela não serve para falar [se refere às prostitutas]. Mas, não é natural que o feminismo concorde com isso!”.

Monique Prada relata a experiência de conhecer outras organizações de prostitutas pelo país e que, posteriormente, culminaria na fundação da CUTS e de um movimento que ela descreve como “algo muito transgressor”, “com o maior potencial revolucionário”, o Putafeminismo:

E foi avançando esse feminismo, eu fui conhecendo prostitutas ligadas a instituições, de outros nichos, mulheres do Nordeste, da Amazônia... **A gente começou a construir algo muito transgressor:** nós chamamos de **Putafeminismo**. (...) Que eu trato como **um dos movimentos com maior potencial revolucionário** [se refere ao Putafeminismo] desse momento, porque o prostíbulo, o puteiro, a esquina são a última fronteira do feminismo. O feminismo já está em todos os lugares, ele precisa de fato entrar ali. O movimento feminista é muito plural, embora nós estejamos, em certo sentido, formando um movimento com a nossa própria teoria, nós estamos inseridas no

movimento feminista em geral. Mas, existe alguma resistência de alguns nichos, mas nós somos feministas!¹⁵⁷ (Grifo meu).

A partir de debates e reflexões com trabalhadoras sexuais e outras aliadas, no Brasil e no mundo, sobre questões relacionadas ao exercício do trabalho sexual e o significado da prostituição; bem como a relação de tensão que a prostituição coloca para o feminismo, Monique Prada apresenta uma definição do que seja o Putafeminismo e do que querem as Putafeministas:

É preciso pensar e repensar os feminismos, aparar essas arestas, buscar os pontos de convergência que nos permitirão avançar no cenário de disputa que se coloca. Eu acredito nos feminismos – em especial no putafeminismo – como movimentos potencialmente revolucionários, que trazem em si a possibilidade (e mesmo a necessidade) de desconstruir e reconstruir permanentemente os conceitos (...)

Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonharmos dele (PRADA, 2018 p. 37).

Além disso, para Monique Prada (2018), o Putafeminismo representa uma possibilidade para que toda a estrutura da prostituição possa ser repensada, identificando e combatendo as opressões que existem nela; através de seu potencial revolucionário constituído por pressupostos epistemológicos capazes de desconstruir e reconstruir permanentemente os conceitos. Ela prossegue:

O prostíbulo – e vamos considerar aqui não o espaço físico em particular, mas o universo da prostituição como um todo, o que nos permitirá também pensar sobre as diferentes faces do trabalho sexual – é uma espécie de última fronteira. Um lugar que ainda é seguro para o machismo, onde a misoginia faz ninho. Essa porta de ferro precisa ser

¹⁵⁷ Entrevista concedida a Ponte Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQ9wzBWnVt4>. Último acesso em 10/08/2017.

derrubada e uma bárbara insurreição de putafeministas decididas já se faz sentir. Elas impõem seus limites e regras e afirmam: “ (sobre) nossos corpos não passarão! ”. Uma imagem forte que, no fim das contas, não significa mais do que mulheres exigindo respeito. Mas que, na prática, pode desconcertar: afinal, a última coisa que se espera de uma prostituta é que ela possa impor seus limites e assegurar seus direitos.

Isso não deveria incomodar ou assustar ninguém, a não ser os opressores (PRADA, 2018 p. 37-38).

Desta forma, o *Putafeminismo* como movimento organizado de prostitutas assume uma característica subversiva, pois reivindica um lugar de protagonismo para as trabalhadoras sexuais dentro do próprio feminismo, em contraste com o estigma da prostituição que tem imposto limites para o reconhecimento da prostituta como pessoa, como trabalhadora sexual e alguém capaz de fazer escolhas e traçar os rumos de sua vida sem que seja marcada pelas noções de vítima e vulnerabilidade. Além disso, o *Putafeminismo* possibilita que as prostitutas falem desde “dentro” do feminismo em favor da regulamentação laboral do trabalho sexual, se posicionando como feministas e putas sobre questões tão caras ao movimento de trabalhadoras sexuais e que sempre constituíram um campo de tensão para o feminismo – o que tende a acirrar a disputa com as abolicionistas, considerando a “autorização” ou não do lugar reivindicado pelas prostitutas no movimento feminista.

Adriana Piscitelli (2018), ao concluir sua apresentação do livro de Monique Prada, enfatiza o caráter potencialmente produtivo do *Putafeminismo* para desestabilizar os limites dos feminismos na atualidade, como possibilidade de ampliar os seus alcances e ir além desse movimento em particular; destacando que nisto reside a sua principal contribuição para os debates feministas contemporâneos.

3.7 – O movimento de prostitutas em tempos de pandemia: a incidência política do GEMPAC

Certamente estamos presenciando a pior crise sanitária global da nossa geração. Após o novo coronavírus ter se disseminado por todas as regiões do Brasil, em abril de

2021, o país figurou como epicentro mundial da pandemia¹⁵⁸. No decorrer desse período, houve incitação ao não uso de máscaras e desrespeito ao distanciamento social, bem como o incentivo à aglomerações, principalmente em locais públicos, diferentemente do que preconizam as medidas e protocolos de segurança da OMS. Além disso, a negligência na participação de consórcios e aquisição de vacinas, igualmente ao atraso no processo de vacinação da população, ajudam a entender o impacto devastador da pandemia no Brasil. Este quadro desolador resultou da incompetência do Governo Federal em promover políticas públicas eficazes para combater o avanço da pandemia no país¹⁵⁹.

Mesmo com as dificuldades de se fazer ativismo em tempos de autoritarismo e perseguição aos movimentos sociais, bem como as restrições de distanciamento social impostas pela pandemia de covid-19, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), em sua trajetória exitosa de mais de trinta anos de militância e incidência política junto às prostitutas no Pará, realizou um conjunto de ações visando assistir essas mulheres e seus familiares, profundamente afetados por essa crise sanitária global. Neste relato de experiência apresento as ações desenvolvidas pelo GEMPAC no cenário de pandemia de covid-19, entre os meses de abril e dezembro de 2020.

Semelhante a muitas outras categorias profissionais, as trabalhadoras sexuais se viram no dilema de ter que continuar trabalhando e correr o risco de se infectar pelo coronavírus, ou paralisar suas atividades para se resguardar. A grande maioria das trabalhadoras sexuais que participaram das campanhas realizadas pelo GEMPAC relataram ter ficado sem batalhar nos primeiros meses da pandemia, uma vez que os clientes “sumiram da zona”. As poucas que conseguiram fazer algum programa nesse período disseram ter praticado relações sexuais de costas para os clientes, ambos fazendo uso de máscaras, para minimizar os riscos de contágio diante das circunstâncias. As dificuldades financeiras e de outras ordens relatadas por elas foram demasiadamente preocupantes e pareciam não ter precedentes.

¹⁵⁸ Até o dia 13/04/2021, às 19h, o país havia registrado 358.425 óbitos. Informações obtidas no portal <https://covid.saude.gov.br/> do Ministério da Saúde.

¹⁵⁹ Sobre a crise sanitária de covid-19 no Brasil e a inoperância do governo federal, ver <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1642-covid-19-cns-e-frente-pela-vida-denunciam-calamidade-no-brasil-para-instancias-internacionais>. Sobre incitação ao não uso de máscaras e desrespeito ao distanciamento social pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ver <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/18/em-brasilia-bolsonaro-causa-aglomeracao-e-conversa-com-apoiadores-sem-usar-mascara.ghtml>. Sobre a negligência na participação de consórcios e aquisição de vacinas, e atraso no processo de vacinação da população no Brasil, ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56160026>.

Para essas mulheres, paralisar as atividades completamente nunca foi uma opção, uma vez que é do trabalho sexual que garantem o seu sustento e de seus familiares¹⁶⁰. Mesmo quando estavam recebendo a primeira rodada do auxílio emergencial¹⁶¹, que teve aprovação e repasse morosos, além de ter se mostrado insuficiente para atender as suas reais necessidades e da maioria da população em situação de vulnerabilidade econômica afetada pela pandemia, deixar de atender os clientes não foi uma opção. Ainda assim, o auxílio emergencial foi muito bem-vindo e serviu como desfogo frente ao contexto em que se apresentara.

Perante este cenário alarmante, o GEMPAC usou de sua *expertise* para coordenar ajudas humanitárias para trabalhadoras sexuais e suas famílias em tempos de covid-19, mas também para outras pessoas em situação de vulnerabilidade que fazem parte da zona de prostituição. O foco das ações foram as trabalhadoras sexuais, além daquelas que não exercem mais a profissão, mas continuam fazendo parte da Associação, porque possuem insuficiência econômica. O objetivo consistiu, justamente, em fortalecer todas essas pessoas e suas famílias, considerando o contexto da pandemia.

Assim sendo, as parcerias existentes foram acionadas ao passo que outras foram construídas, por meio de articulações planejadas com organizações não-governamentais, entidades da sociedade civil e agentes governamentais. A exemplo disto, podemos mencionar as ações realizadas em parceria com a Fundação Papa João XIII (FUNPAPA), com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/BRASIL) e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Faz-se necessário destacar que em todas as reuniões e ações realizadas pelo GEMPAC com os seus mais diversos parceiros, bem como com as trabalhadoras sexuais, foram seguidos os protocolos de segurança contra a covid-19. Além disso, as orientações e cuidados relacionados à pandemia sempre estiveram entre as principais questões abordadas nas reuniões e ações das quais a Associação esteve à frente.

A parceria entre GEMPAC e FUNPAPA vem de longa data e remonta aos primeiros anos de criação da Associação, na década de 1990, como nos foi dito por Lourdes Barreto, principal liderança do GEMPAC e uma das fundadoras do movimento de prostitutas no Brasil. A FUNPAPA é um órgão da administração indireta da

¹⁶⁰ Em outros nichos do trabalho sexual, onde também desenvolvo pesquisa, muitas mulheres migraram para o sexo virtual neste período de pandemia, desempenhando serviços como *camgirls*. No entanto, esta é uma realidade muito distante para as trabalhadoras sexuais que exercem o seu ofício no “baixo meretrício”, do qual fazem parte as integrantes do GEMPAC e o público assistido por ele.

¹⁶¹ Nos meses de abril e maio, o GEMPAC realizou campanhas de orientação e fez a inscrição de trabalhadoras sexuais no cadastro do Programa de Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Prefeitura Municipal de Belém que atua na promoção de assistência social através do desenvolvimento de ações de amparo e proteção à populações que se encontram em situação de risco pessoal e social impulsionados pela pobreza, abandono ou isolamento social. Esta ação consistiu na distribuição de 80 cestas básicas para as trabalhadoras sexuais associadas.

Em outra ação, a parceria entre o UNICEF/BRASIL e GEMPAC beneficiou duzentas famílias, entre trabalhadoras sexuais e demais pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. A campanha ocorreu em âmbito nacional, sendo que em Belém-PA a organização ficou a cargo do escritório zonal da entidade, localizado no município, e teve o GEMPAC como um dos principais articuladores desta ajuda humanitária. A campanha consistiu na distribuição de kits de material de limpeza e higiene pessoal nas zonas de prostituição e bairros da região metropolitana de Belém. Em conformidade com os critérios do UNICEF, as pessoas atendidas deveriam ter crianças e adolescentes em suas famílias.



Foto: GEMPAC, 2020.

Foto 16 – Distribuição dos kits de higiene pessoal e limpeza doados pelo UNICEF/BRASIL, em uma zona de Belém-PA.

Por sua vez, a parceria entre o MST e GEMPAC envolveu uma rede mais ampla de apoio e solidariedade que culminou na distribuição de 50 cestas de alimentos orgânicos, produzidos por camponeses nos assentamentos do MST. É sempre importante destacar que, historicamente, o MST tem reivindicado o acesso à terra por meio de políticas de reforma agrária e ocupação legítima de propriedades rurais improdutivas, muitas delas destinadas à especulação imobiliária e até objeto de grilagem. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade

Paraense de Direitos Humanos (SDDH) também foram parceiras nessa ação, colaborando com a logística de acolhimento dos trabalhadores rurais na cidade e no transporte dos alimentos.



Foto: GEMPAC, 2020.

Foto 17 – Reunião na sede do GEAMPAC para distribuição dos alimentos orgânicos doados pelo MST.

Além disso, foram feitas articulações junto aos responsáveis pela saúde pública do município de Belém-PA para que as trabalhadoras sexuais tivessem acesso aos serviços de saúde integral e aos insumos necessários ao exercício de sua profissão. A ação foi desenvolvida pela SESMA em conjunto com o GEMPAC em alusão ao dia internacional da prostituta, que é celebrado anualmente no dia 2 de junho. A ação aconteceu na sede da Associação, no dia 26 de junho, entre 9h e 15h, onde foram realizados testes rápidos para detecção de sífilis, HIV e hepatites B e C; distribuídos preservativos e gel lubrificante; além da emissão de cartão do Sistema Único de Saúde (SUS). Na ocasião, não foram realizados testes de covid-19, segundo os organizadores, devido a indisponibilidades de insumos. A ação beneficiou cerca de 200 pessoas, entre trabalhadoras sexuais e pessoas em situação de vulnerabilidade que compõem o bairro¹⁶².

Neste período, também foram desenvolvidas atividades formativas com o objetivo de capacitar trabalhadoras sexuais para reconhecerem seus direitos como cidadãs e aturem como lideranças em suas comunidades. Esta campanha faz parte do

¹⁶² Esta ação já faz parte da agenda de serviços do “Corujão da Saúde”, que resulta da parceria entre SESMA e GEMPAC.

projeto SWIT Brasil¹⁶³ e constitui um conjunto de ações mais amplas (OMS, 2015) estabelecidas em rede e coordenadas na América Latina pela PLAPERTS.

Em 2020, a implementação do SWIT Brasil ocorreu na cidade de Belém-PA, a cargo do GEMPAC e sob a coordenação de Lourdes Barreto. As atividades abordaram uma série de questões que visam favorecer a autonomia comunitária e a capacidade organizativa das pessoas que exercem o trabalho sexual, desenvolvidas a partir da perspectiva de *advocacy*. Assim, o *advocacy* possibilitou que a incidência política atuasse na promoção e defesa dos interesses e demandas das trabalhadoras sexuais, mobilizadas com o propósito de dar maior visibilidade para certas questões no debate público, visando à transformação de determinada realidade social (LIBARDONI, 2000). Os temas abordados nas atividades formativas foram: 1) direitos humanos e saúde integral de trabalhadoras sexuais; 2) desigualdades de gênero, raça e classe; 3) as diferentes formas de violência contra as mulheres; 4) o cenário político atual frente às eleições municipais de 2020; 5) trabalho sexual e as novas tecnologias de saúde.

As formações capacitaram 12 trabalhadoras sexuais a cada temática, tendo sido realizadas de agosto a dezembro, em um encontro mensal de aproximadamente uma hora. A cada encontro, fez-se uma breve apresentação da história e missão da PLAPERTS e do GEMPAC, bem como sobre os princípios e valores que orientam o ativismo político destas duas organizações. Além disso, antes do diálogo sobre cada temática propriamente dita, fez-se a exposição sobre as *recomendações de boas práticas*¹⁶⁴ e as *recomendações baseadas em provas*¹⁶⁵, com ênfase nos elementos dos seis eixos necessários para o fortalecimento da autonomia comunitária e da capacidade

¹⁶³ O SWIT é um documento extenso que fornece recomendações para a implementação de estratégias de teste, tratamento e prevenção de IST/HIV/Aids, que é liderado e capacita as pessoas que exercem o trabalho sexual (NSWP, 2015). O SWIT foi criado em 2013 pela OMS, United Nations Population Fund (UNFPA), United Nations Programme on HIV/Aids (UNAIDS), Global Network of Sex Work Projects (NSWP) e Banco Mundial. Em 2018, o Workshop SWIT Brasil ocorreu em Campinas-SP e contou com a participação de várias lideranças das Associações que compõem a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), além de outras ativistas que integram o movimento de prostitutas no país. A implementação do SWIT Brasil de 2019 ocorreu apenas em janeiro de 2020, em Belo Horizonte-MG, através da parceria entre a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) e o GEMPAC. A atividade formativa promoveu a capacitação de treze trabalhadoras sexuais, contando também com a participação de integrantes do “Clã das lobas”, coletivo de trabalhadoras sexuais ligadas a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS).

¹⁶⁴ São princípios amplos baseados no senso comum, ético e direitos humanos. Não são baseados em comprovações científicas, mas são instruídos por experiências de pessoas que exercem o trabalho sexual (NSWP, 2015).

¹⁶⁵ São recomendações técnicas baseadas em comprovações científicas. Tem sido avaliadas através de um processo formal. As recomendações baseadas em provas também são instruídas por experiências das pessoas que exercem o trabalho sexual (NSWP, 2015).

organizativa das pessoas que exercem o trabalho sexual¹⁶⁶.

Ao adentrar especificamente nos temas elencados para as atividades formativas, foi possível tratar sobre questões fundamentais que constituíram a trajetória do movimento de prostitutas no Brasil, mas sobre os quais ainda existe um certo desconhecimento, inclusive, pelas próprias trabalhadoras sexuais, como por exemplo: a implementação das políticas de combate e prevenção ao HIV/Aids no país e a conquista da inclusão da categoria *profissionais do sexo* na CBO.

Desta forma, foi abordado a respeito do protagonismo do movimento de prostitutas no Brasil em busca por cidadania e direitos. Além disso, deu-se ênfase sobre a importância do Projeto de Lei Gabriela Leite, como possibilidade de alteração da legislação sobre prostituição e regulamentação laboral do trabalho sexual no país, com a finalidade de avançar na luta por direitos não apenas das prostitutas, mas como representativo da luta de todos os trabalhadores, sobretudo em um contexto político de profunda precarização das relações trabalhistas, onde a classe trabalhadora tem sofrido ataques sistemáticos aos seus direitos.

Uma das características mais interessantes das formações está relacionada à conexão constante que as participantes estabeleciam entre gênero, raça e classe como marcadores da exclusão na qual se intersectam. De modo que estávamos falando sobre uma dimensão que, aparentemente, dizia respeito a opressão de gênero, mas, em seguida, compreendíamos como aquela realidade também era afetada por questões de raça e classe. Além disso, através dos relatos de experiência das participantes e da relação estabelecida entre esses relatos e a atual conjuntura que o Brasil atravessa, ficou nítida a compreensão delas sobre a importância da consciência de classe e da capacidade organizativa do movimento de putas como o caminho a ser trilhado em busca de fazer valer os direitos individuais e coletivos; fundamentais, inclusive, na luta pela conquista de novos direitos.

Nas atividades formativas, ao falar sobre a importância dos métodos de prevenção combinada e da necessidade de se conhecer bem cada uma das tecnologias disponíveis, um dos temas que mais despertou o interesse das participantes foram as novas tecnologias: Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e Profilaxia Pré-Exposição (PrEP),

¹⁶⁶ O SWIT abrange seis grandes temas recomendados no documento elaborado pela OMS em parceria com a NSWP, são eles: 1- Empoderamento comunitário; 2- Abordar a violência contra as pessoas que exercem o trabalho sexual; 3- Serviços dirigidos para as comunidades; 4- Programas sobre preservativos e lubrificantes; 5- Serviços clínicos e de apoio; 6- Gestão de programas e fortalecimento da capacidade organizativa (OMS, 2015).

ambas tecnologias de prevenção ao HIV, sobre as quais havia desconhecimento em virtude de serem relativamente recentes. Desta forma, foi ressaltada a importância do acesso pelas trabalhadoras sexuais (e demais populações-chave e prioritárias) a essas tecnologias de prevenção combinada, a fim de fazer valer a política de saúde implementada pelo Estado brasileiro e o direito ao acesso a tal política para quem, de fato, ela foi pensada e colocada em prática.

As participantes avaliaram de maneira positiva os temas abordados e as metodologias empregadas nas atividades formativas. Segundo elas, os temas foram discutidos satisfatoriamente, muitos, inclusive, sendo debatidos em profundidade, o que possibilitou uma compreensão significativa sobre determinadas questões fundamentais para o exercício do trabalho sexual e para a prática da cidadania e luta por direitos das prostitutas. Assim, as falas ressaltaram o reconhecimento da necessidade contínua por formação de novas lideranças e para o fortalecimento organizativo das bases. As falas também deram destaque para a capacidade de atividades formativas proporcionarem conhecimento atualizado e empoderamento para as trabalhadoras sexuais seguirem cotidianamente no exercício de incidência política em sua comunidade local, abordando a respeito das diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres, sobre saúde sexual e reprodutiva em uma perspectiva de saúde integral, bem como sobre as condições de trabalho nas boates e nas zonas de prostituição. Tais atividades possibilitariam mais capacidade informativa e comunicativa para a articulação visando o debate sobre a autonomia e afirmação da identidade política de outras trabalhadoras sexuais junto ao movimento organizado de prostitutas.

Sabemos que a pandemia de covid-19, e a recessão na economia impulsionada em decorrência dela, afetaram desproporcionalmente os diferentes grupos na sociedade, acarretando em inúmeras consequências para os trabalhadores e seus familiares, sobretudo, os mais pobres e vulneráveis financeiramente. Quando da escrita deste tópico, a pandemia ainda estava descontrolada no Brasil, devido à incompetência do Governo Federal, que insiste em alimentar a controvérsia em torno dos impactos econômicos do distanciamento social, o que reflete o falso dilema entre salvar vidas e garantir o sustento da população mais vulnerável. Este cenário desolador não será superado enquanto as políticas públicas de enfrentamento não forem baseadas em dados, informações confiáveis e evidências científicas. Sem dúvida, o caminho para a superação desta crise sanitária está na vacinação em massa da população. Porém,

enquanto a epidemia perdurar, medidas como o auxílio emergencial são fundamentais para assegurar o sustento das famílias.

Em tempos de pandemia, o caminho trilhado pelo GEMPAC para seguir com seu ativismo em favor das trabalhadoras sexuais foi investir naquilo que o movimento já faz há décadas e com êxito: a organização do movimento de prostitutas em rede e o fortalecimento das transas sociais e institucionais. Essa estratégia tem obtido resultados significativos por meio de articulações nas esferas local, nacional e, até mesmo, transnacional. Isto possibilita maior visibilidade às demandas das trabalhadoras sexuais, ao passo que também integra mais adeptos e potencializa coalizões junto a outros movimentos sociais.

3.8 – As fissuras do movimento de putas: conflitos internos, dissidências e a formação de três Redes

Atualmente, o movimento organizado de prostitutas está dividido em três segmentos: Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) e, Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS). Estas duas últimas organizações, CUTS e ANPS, surgiram como dissidência da RBP.

Sobre este processo de dissidência que resultou na criação de outras duas organizações do movimento de prostitutas no país, Diana Soares nos conta:

A Rede Brasileira de Prostitutas acabou focando em apenas duas associações e deixando principalmente o nordeste de fora. Não foi uma coisa consciente, não foi planejado, foi acontecendo e ela [a RBP] não se deu conta. A Rede passou a se dar conta quando ela passou a ver que algumas ativistas do movimento de prostitutas estavam indignadas de estarem de fora e começaram a fomentar outros espaços políticos; e foi o que aconteceu (Diana Soares, Coordenadora da ASPRORN).

Carolina Bonomi (2019) nos ajuda a entender melhor essa primeira cisão, que remonta as ressalvas e dissensos dentro do próprio Movimento sobre qual projeto de regulamentação laboral deveria ser adotado para a prostituição, e que se intensificou a

partir do III Planejamento Estratégico da Rede que ocorreu no ano de 2004. Nesta reunião, capitaneadas por Gabriela Leite algumas lideranças propuseram o retorno do termo *prostituta* para compor a denominação do Movimento, que havia sido alterado para Rede Brasileira de Trabalhadoras do Sexo (RBTS) desde o III Encontro Nacional. Esta decisão demarca o posicionamento de assunção da identidade de puta enquanto agente político investido de direitos, dentro do marco dos direitos humanos, inclusive como possibilidade de expressar a sexualidade e o erotismo enquanto prostituta, no intuito de desconstruir o estigma e lutar por cidadania no exercício da prostituição (OLIVAR 2012; BONOMI, 2019).

Contudo, a Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) e algumas outras da região nordeste discordaram deste posicionamento, resultando na primeira ruptura do movimento de prostitutas no país. Em decorrência disto, foi criada a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, na figura jurídica da APROCE (BONOMI, 2019). Essa dissidência gerou uma profunda ruptura, uma vez que as Associações que se desfilaram da RPB e passaram a constituir a Federação não organizaram nenhum outro encontro ou aprovaram projetos de forma coletiva. Além disso, Bonomi (2019) ressalta uma questão bastante delicada e que gera um certo desconforto entre as trabalhadoras sexuais quando se aborda sobre esse processo de cisão, isto porque a Federação assumira um viés abolicionista na execução de seus projetos e desenvolvimento de suas ações junto as trabalhadoras sexuais. Esta nova Associação passou a adotar uma perspectiva explícita contra a regulamentação laboral da prostituição, sob o financiamento PN-DST/Aids e em parceria com organizações antitráfico e antiexploração sexual como, por exemplo, a Pastoral da Mulher Marginalizada, o Grupo Mulher, Ética e Libertação (GMEL) e a Associação da Vila Mimosa (OLIVAR, 2012; BONOMI, 2019).

Diana prossegue nos contando sobre os processos de dissidências no Movimento. Ela é a principal liderança da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN) e participou da criação da Articulação Norte-Nordeste de Profissionais do Sexo, fundada em 22 de maio de 2014 no VII Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas, realizado em Manaus-AM. A respeito disso ela nos conta:

A Articulação Norte-Nordeste aconteceu justamente por conta disso, a gente começou a se sentir só. Aí no norte só quem estava fortalecido, que estava presente e era força lá na Rede [RBP] era o GEMPAC.

Então, eu comecei a provocar: “vamos parar de reclamar e vamos para a ação, vamos nos fortalecer”. Foi quando surgiu a Articulação Norte-Nordeste. A nossa intenção não era enfraquecer ou fragilizar a Rede Brasileira de Prostitutas. A gente simplesmente queria somar, a gente queria colocar o norte e o nordeste para que a gente trabalhasse para fortalecer a Rede, e ver se a Rede nos dava respaldo. Só que o GEMPAC não compreendeu isso. Não compreendeu que uma rede Norte-Nordeste são redes regionais, não é uma rede nacional (Diana Soares, Coordenadora da ASPRORN).

Inicialmente com a finalidade de fortalecer as associações do movimento de prostitutas do norte e nordeste, um ano depois a Articulação Norte-Nordeste assumira dimensão nacional com a adesão de associações de outras regiões do país e com a incorporação de pautas relacionadas aos direitos sexuais e trabalhistas. O propósito era fundar uma rede com atuação política nacional que possibilitasse maior integração e participação entre as instituições associadas, onde as tomadas de decisão se caracterizassem pela horizontalidade entre os integrantes.

A articulação Norte-Nordeste começou a trazer o sul; o sul começou a somar, o centro-oeste começou a somar. Ali a gente já começou a perceber que era [articulação] nacional. E a Rede [RBP] continuou batendo de frente com a gente. Então, a gente viu que estava na hora de formar outra rede nacional. Porque começou a acontecer eventos onde a Rede deixou muita gente de fora. Foi quando surgiu a articulação nacional que, obviamente, foi em Manaus também. E que na hora lá, através da Monique Prada, houve essa sugestão de Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), justamente, para a gente se afirmar como trabalho. Era uma forma de a gente se afirmar como trabalho. Como CUTS a gente tanto ia bater de frente com a CUT, quanto ia se afirmar como trabalho, trabalho sexual. Aí foi quando a Monique trouxe isso aí lá pra mesa e a gente aceitou. Aí no lugar de ser Articulação Nacional ficou Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais. Aí foi quando surgiu a CUTS em 2015, a primeira rede depois da RBP com espaço político nacional (Diana Soares, Coordenadora da ASPRORN).

Foi neste contexto que se deu a criação da CUTS¹⁶⁷, fundada em 02 de dezembro de 2015 em Manaus-AM. Naquele momento Monique Prada assumira a presidência e Diana Soares a vice-presidência. A CUTS tem fortalecido cada vez mais o debate em torno de direitos trabalhistas e direitos sexuais, através da constituição de organizações e redes das quais integram não apenas mulheres cisgêneras, mas também transgêneras e homens inseridos no trabalho sexual. Desta Organização despontaram importantes lideranças do que se convencionou chamar “novas vozes” no feminismo brasileiro, com destaque para o ativismo de Monique Prada desempenhado nas redes sociais em defesa da garantia de direitos sociais as trabalhadoras do sexo e do combate ao estigma da prostituição – o que resultou no *putafeminismo* no Brasil.

Contudo, mesmo com a criação da CUTS, ainda permanecera o sentimento de insatisfação no modo pelo qual as decisões eram tomadas. A centralização na deliberação das pautas e no processo de condução da gestão da recém-criada CUTS – aspectos centrais que diziam respeito aos motivos pelos quais um número expressivo de ativistas havia decidido se desvincular da RBP – levou a mais um processo de ruptura e criação de outra rede do movimento organizado de prostitutas: a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS). Sobre isto, Diana relembra:

Depois, por questões políticas muitas pessoas que estavam dentro da CUTS começaram a perceber que a CUTS estava no mesmo viés da Rede, indo pelo mesmo caminho da Rede e a gente não queria isso. Quando eu comecei a buscar pessoas para vir para dentro da CUTS eu falei: "a gente quer algo diferente, a gente quer algo democrático, a gente quer um espaço onde todos tenham o direito a voz e a voto". Mas, aí a CUTS começou a trabalhar do mesmo jeito da Rede. Então, começaram a me cobrar porque eu havia dito que não seria igual. Não era assim que eu imaginava esse outro espaço político; para ser assim eu teria permanecido na Rede. Então, depois de muito falar e não ver resultado, eu fui a primeira a sair [da CUTS] porque as outras mulheres já estavam toda querendo sair e não haviam saído porque eu ainda estava. Aí rompemos com a CUTS. Daí resultou a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS), tardiamente, porque

¹⁶⁷ O nome foi escolhido propositalmente em reação ao lançamento, em dezembro de 2013, da nota da Central Única dos Trabalhadores (CUT) contra a regulamentação do trabalho sexual. A CUTS agrega mulheres trabalhadoras sexuais cisgêneras, transgêneras e também homens, constituindo cerca de dezenove outras associações de caráter estadual e municipal pelo Brasil.

deveria ter surgido desde 2015 em Manaus, mas nós resolvemos aceitar a proposta da Monique naquele momento. Agora não temos mais pessoas querendo centralizar as ações e decisões, sempre estamos nos policiando com relação a isso (Diana Soares, Coordenadora da ASPRORN).

Assim, as lideranças da ASPRORN, da APROSBA e das AMAZONAS fundaram a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS), sob a coordenação de Diana Soares. Igualmente a CUTS, a ANPS é formada por associações e coletivos auto gestados por profissionais do sexo, contando com voluntários para auxiliar nos projetos e eventos (BONOMI, 2019).

O VI Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em São Luís-MA, em 2017, foi organizado conjuntamente pelas três redes e marcado por diversas tensões como desdobramento da criação da CUTS e da ANPS. Algumas lideranças vinculadas a RBP alegaram que essas duas novas redes representavam o “esfacelamento do movimento”, compreendendo a ruptura como “disputa de poder” (BONOMI, 2019). Ao contrário, as representantes dessas novas organizações disseram em resposta que se tratava de ampliação de possibilidades de inserção no Movimento e liberdade de escolha do modelo de representatividade que mais se adequa ao ativismo de cada participante (BONOMI, 2019).

Os três segmentos que constituem o movimento organizado de prostitutas no Brasil traçam objetivos comuns: lutam contra o estigma e por melhores condições de trabalho e garantia de direitos as trabalhadoras sexuais; apesar de possuírem formação política distinta e desempenharem estratégias diferentes para alcançar seus propósitos.

Coletivos que integram a CUTS têm muitas ressalvas à efetividade política das ações desenvolvidas e discordam das estratégias adotadas pela RBP em defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, em particular, a articulação estabelecida com as entidades governamentais. Como contrassenso, a grande maioria das associações que constituem a CUTS também concorrem a editais públicos e executam suas ações em parceria com entidades governamentais, principalmente com o Ministério da Saúde. Apesar disto, a crítica direcionada a RBP está relacionada a suposta dificuldade de abertura para “o novo”, isto é, outras possibilidades de ser ativista e de se fazer política fora das vias de Estado, bem como, reconhecer a ascensão e ceder espaço para outros movimentos de trabalhadoras sexuais que estão em curso.

Por outro lado, a RBP acusa determinadas militantes da CUTS de não reconhecerem o legado de conquistas alcançado pelo movimento durante seus trinta anos de trajetória junto às trabalhadoras sexuais. Algumas ativistas de coletivos ligados a CUTS têm utilizado as redes sociais para promover ataques à política desenvolvida pela RBP e desqualificar a atuação de suas lideranças. Essa postura também tem sido predominante nos eventos sobre prostituição em cidades onde os dois Movimentos se fazem presentes e são conjuntamente convidados a participar de mesas e debates públicos: a ênfase da crítica é direcionada a atuação política da RBP e não ao poder público – o que é muito evidente na relação conflituosa entre o Coletivo Rebu (CUTS) e a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG-RBP). Em alguns casos é possível perceber, inclusive, que as disputas ultrapassam o âmbito da política e adentram para a dimensão pessoal. A RBP acusa essas mesmas ativistas da CUTS de adotar uma postura antiética que se distancia dos princípios de “Luta” e “Afetos” que regem a Rede, não contribuindo para o fortalecimento da luta por direitos para a categoria profissional e promovendo a desarticulação dentro do próprio Movimento.

Recentemente pude presenciar uma cena etnográfica que considero bastante elucidativa dos conflitos internos e fissuras que permeiam o movimento de prostitutas no Brasil. Em junho de 2018 houve uma disputa em torno de duas bolsas integrais ofertadas pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV – Ministério da Saúde) para representação do movimento de prostitutas na 22ª Conferência Internacional sobre Aids¹⁶⁸. As duas vagas deveriam ser definidas de forma coletiva e consensual entre RBP, CUTS e ANPS. No entanto, representantes da RBP alegaram que CUTS e ANPS conduziram o processo sem lisura e transparência, assegurando que as vagas fossem preenchidas por representantes dessas duas Organizações. Após ofensas e hostilidades de todas as partes, a RBP fez uso de seu prestígio junto ao Ministério da Saúde e conseguiu garantir representação na Conferência, que contou com a participação das três redes.

¹⁶⁸ A 22ª Conferência Internacional sobre Aids ocorreu em Amsterdã, na Holanda, entre os dias 23 e 27 de julho de 2018. A Conferência reuniu mais de 15 mil participantes, sendo espaço profícuo para o fortalecimento de políticas e programas enfrentamento a epidemia de HIV/Aids. No dia 24 de julho daquele ano, como programação paralela ao evento, trabalhadoras/es sexuais de vários países realizaram uma marcha pelas ruas de Amsterdã em direção ao *red light district* (distrito da luz vermelha) pela normalização do trabalho sexual em todo o mundo, através da regulamentação laboral da profissão; bem como para denunciar o estigma e a violência que sofrem no exercício do trabalho sexual. Matéria sobre a marcha das trabalhadoras sexuais durante a Conferência Internacional sobre Aids está disponível em >
<https://www.at5.nl/artikelen/184738/tientallen-sekswerkers-en-medestanders-lopen-mars-door-de-stad?fbclid=IwAR14rUuMhGVpYPCYiLxpbRlzJh9U9z7zZkevssGIYEXYTeY3M7vtjD6erA4>. Último acesso: 28/05/2019.

Este ambiente de hostilidade fez com que a RBP tomasse a decisão de não participar do I Seminário Nacional das Prostitutas do Piauí, ocorrido entre 11 e 13 de junho de 2018, em Teresina-PI. Esta decisão foi comunicada em Nota encaminhada a organização cerca de uma semana antes do evento, o que repercutiu negativamente perante CUTS e ANPS, que consideraram boicote ao Seminário, uma vez que várias integrantes da RBP possuíam lugar de destaque na programação. Houve constrangimento interno dentro da própria RBP, pois mesmo a decisão em não participar tendo sido deliberada coletivamente, o resultado não agradou algumas integrantes que, ainda assim, resolveram participar do evento em Teresina-PI contrariando a deliberação estabelecida pela Rede. Isto acarretou na saída de uma integrante do GEMPAC (RBP) e seu posterior ingresso na ANPS.

Como toda situação mal resolvida, o episódio da disputa pelas bolsas para a Conferência sobre Aids em Amsterdã teve desdobramento em outro evento, desta vez realizado em Campinas-SP. Entre os dias 29 e 31 de agosto de 2018 a associação Mulheres Guerreiras organizou o Workshop SWIT Brasil¹⁶⁹, uma oficina que consiste em fomentar um projeto de formação internacional para trabalhadoras sexuais visando a implementação do SWIT América Latina. A oficina contou com a participação de várias associações ligadas a RBP com o propósito de capacitar ativistas que estão à frente de organizações de trabalhadoras sexuais em rede, em níveis regional e nacional, auxiliando na construção de programas e tomadas de decisões sobre HIV/Aids, a promoção dos direitos humanos e acesso à justiça; bem como o combate ao estigma e as diversas formas de violência que afligem a categoria profissional.

Fui convidado por uma integrante da RBP para o evento de abertura, que ocorreria na noite do dia 29 de agosto de 2018, no Jardim Itatinga, na casa de umas das lideranças da associação Mulheres Guerreiras. Fui o primeiro a chegar, sendo recepcionado por uma moça e um rapaz, conhecidos da Unicamp, que estavam envolvidos na organização do evento. Eles falaram sobre os “corres” do processo de organização e destacaram em particular uma mudança de última hora na programação, pois o convidado que faria a oficina de abertura não poderia estar presente devido a problemas de ordem pessoal. Não falaram mais que isso e, não mencionaram quem

¹⁶⁹ A oficina foi coordenada pela organização mexicana Tamaulipas Diversidad VIDHDA Trans AC, vinculada a Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual (PLAPERTS) e a Global Network of Sex Work Projects (NSWP).

substituiria esse convidado. Isto é um elemento importante no desenrolar dos fatos que sucederam na noite que apenas iniciava.

Quando um número significativo de participantes já estava presente, a anfitriã avisou que iniciaria a servir o jantar porque as 20:30h começaria a oficina de abertura do evento. Neste momento, ela informa que o convidado que faria a oficina não poderia estar presente por motivos pessoais e que esta não era a primeira vez que ele declinava de uma atividade do Movimento. Neste momento também foi informado que ele seria substituído por Rita¹⁷⁰, uma integrante da CUTS, e isso gerou uma polêmica muito grande entre as integrantes da RPB que estavam à mesa. Elas passaram a questionar o porquê dessa escolha para ministrar a oficina e, principalmente o fato disto ter sido omitido e repassado somente em cima da hora. Todas argumentaram que a decisão foi unilateral e que a escolha foi arbitrária; se posicionaram contra a postura adotada dizendo, inclusive, que se fossem informadas não se fariam presente no evento ou pelo menos teriam a opção de escolha.

Duas integrantes da RPB tiveram uma posição mais assertiva: “Rita e a CUTS não reconhecem a importância da Rede para o movimento de prostitutas”. “Ela não tem respeito por nós, tem me desrespeitado muito, virou pessoal”, enfatizou uma delas. A presença desta convidada como facilitadora da oficina foi bastante contestada, cogitaram, inclusive, se retirarem daquele ambiente. Antes que isso acontecesse, coube a integrante da RPB que fez o convite assumir o papel de mediação (da situação que ela própria havia criado), justificando os motivos do convite e o propósito da participação naquele evento.

Nesse momento, foi informado que Rita havia rompido com a CUTS e estaria ali representando a si mesma e não a outro movimento de trabalhadoras sexuais. Isso foi imediatamente questionado por uma integrante da RPB, que disse desconhecer tal informação, pois recentemente estivera em um debate com representantes do “Coletivo Rebu”, filial da CUTS em Minas Gerais, onde a referência a Rita fora constante. Foi esclarecido, também, que o propósito do convite estava relacionado a divulgação do livro recém lançado e do projeto que compartilha informações e conteúdos sobre o trabalho sexual na internet, criado em parceria com um jornalista, e de onde teria surgido a ideia do Putafeminismo no Brasil. Tal divulgação estava percorrendo o país e seria bastante oportuno que fosse apresentado em um evento onde estariam presentes

¹⁷⁰ A partir daqui todos os nomes mencionados neste tópico passam a ser fictícios para preservar a identidade das participantes.

representantes da Rede oriundas de vários estados. Assim, esta integrante da RBP que assumira claramente uma posição de mediadora, visava a conciliação entre RBP e Rita ao enfatizar a importância do seu ativismo que atinge uma diversidade de pessoas, destacando o fato de ela ter assumido recentemente uma vaga como representante da sociedade civil na ONU Mulheres no Brasil.

As integrantes da RBP, em meio à decisão de se retirar do evento e para se contrapor a tais argumentos, começam a fazer uma retrospectiva das relações de conflito com a CUTS e com Rita. Destacam as ofensas nas redes sociais: “só respeito aquela senhora por causa da idade”, mencionam o episódio desleal da divisão das vagas para o evento de Amsterdã e enfatizam que a CUTS tem divulgado em todos os eventos e espaços que se faz presente que a RBP tem perdido integrantes, inclusive lideranças, para a CUTS. Neste balanço concluem: “Não vamos pensar que elas são nossas amigas. Elas não estão do nosso lado!”. Nesse momento é dito que mesmo que elas se retirem o evento vai ter quórum. Imediatamente outra integrante retruca: “quórum? Vixi, ela já tá falando de quórum!”. Na tentativa de apaziguar, a integrante a quem coube o papel de mediação esclarece que apenas quis dizer que haveria público. Novamente duas delas retrucam: “em Porto Alegre isto não acontece! Sabe o porquê? Porque lá ela não tem público”; “em Belém isto também não acontece!”.

Na tentativa de elucidar toda aquela situação uma delas diz que é preciso que seja tomada uma decisão logo, porque algo muito sério está prestes a acontecer: “Vocês não percebem o que está acontecendo!?. Rita vai ministrar uma oficina para a Rede. Isto vai ser um baita currículo para ela. A Rede é quem deveria dar oficina para Rita e não o inverso. Ela chegou agora no Movimento”. A mediadora insistiu para que todas permanecessem para a oficina, que se fazia necessário exercitar a escuta e; que ainda existe muitas dúvidas sobre o Putafeminismo e o que significa ser Putafeminista, tendo ela própria interesse em saber melhor sobre essas questões. No entanto, em determinado momento e de certa forma, a posição de conciliação adotada pela mediadora pareceu demasiadamente ambígua para muitas integrantes da RBP. Sua lealdade ao movimento inclusive foi questionada, o que alterou os ânimos mais ainda. No entanto, ela continuou firme em sua postura de mediação, conseguindo convencer as representantes da RBP em permanecer no evento.

Passara-se mais de duas horas desde que o jantar foi servido e nada de Rita chegar. Já era por volta de 22:30h quando as integrantes da RBP decidem se recolher, indo para o Hotel onde estavam hospedadas e onde ocorreria o evento latino-americano

na manhã seguinte. Todas estavam muito cansadas, pois haviam chegado à Campinas naquele mesmo dia e algumas delas, inclusive, no final da tarde. A noite ainda reservara algumas surpresas. Eis que no momento em que as integrantes da RBP estão de saída para o hotel, Rita desembarca do automóvel que a levava ao Itatinga; o suficiente apenas para uma rápida troca de olhares e um desconfortável aceno de despedida.

Com bastante atraso, a atividade também teve alterada a sua formatação e funcionou menos como oficina e mais como roda de conversa – em decorrência da celeuma em torno da escolha de Rita e para atenuar o caráter formativo da atividade – iniciando com a apresentação de todas/os que permaneceram até aquele momento, cerca de 15 pessoas. Após essa primeira dinâmica, Rita teve a oportunidade de divulgar seu livro e, em seguida, falar a respeito do projeto que desenvolve, em um site da *web*, que aborda o trabalho sexual em seus vários aspectos: estigma, discriminação e demais violências contra profissionais do sexo e; as experiências com o trabalho sexual ao redor do mundo e a leis que regulamentam essa profissão em alguns países. Entretanto, a dinâmica da roda de conversa predominou na maior parte da atividade e seguiu assim até o seu encerramento.

Assim sendo, as disputas e conflitos internos, ao que parece, giram em torno da prerrogativa de falar sobre e como “o” Movimento que, para a RBP é de Prostitutas, para a ANPS é de Profissionais do Sexo, e para a CUTS é de Trabalhadoras Sexuais. Mesmo com objetivos comuns, a própria distinção das categorias aponta para os contornos específicos das estratégias que cada Organização aciona para a definição das pautas e da ação política.

De um lado, temos uma rede forte e estabelecida há mais de três décadas atuando junto às prostitutas; ao passo que existe outra que busca articular as demandas de Profissionais do Sexo no âmbito nacional, com expressiva atuação nas regiões norte e nordeste; e por fim, uma terceira em plena ascensão que, segundo suas próprias definições, busca se consolidar como alternativa para o ativismo fora das vias do Estado e teve papel fundamental nos últimos anos de reacender o debate sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual.

A formação política e os repertórios dos ativismos são distintos. A disputa em questão se atualiza por representações que consideram a existência de uma forma própria de fazer ativismo, uma espécie de militância “de verdade”, que é traduzida pelo “corpão na rua” e; por outra forma de ativismo que se constrói a partir das novas plataformas de interação digital, considerada mais eficaz por sua capacidade de

fomentar processos de politização e de engajamento político. Estaríamos diante da disputa clássica (superada?) sobre o que é considerado ativismo ou não? Até que ponto as diferenças geracionais influenciam para a configuração desses repertórios, gerando e intensificando a distinção entre o ser ativista e o fazer ativismo?

Em sua dissertação de mestrado Carolina Bonomi (2019), nos mostra que a produção do engajamento no movimento organizado de prostitutas é fluída e se distingue de acordo com as décadas, considerando as pautas, as demandas, e principalmente a denominação atribuída a cada rede. Não obstante, essas tensões e cisões devem ser compreendidas como elementos constitutivos do processo de amadurecimento e consolidação do Movimento frente aos desafios impostos, tanto ao exercício da profissão, quanto aos impasses internos; bem como os dilemas que resultam das relações estabelecidas com agentes governamentais, entidades da sociedade civil e outros movimentos sociais. Assim, determinados processos de ruptura podem servir de espaço para reflexão e renovação de certas estratégias e caminhos adotados, no intuito de fortalecer o ativismo político por meio de um Movimento cada vez mais inclusivo e atuante na reivindicação por direitos e cidadania das trabalhadoras sexuais.

Bonomi (2019) destaca que o esforço entre as três redes para atuar de forma conjunta se desenvolveu durante a organização e realização de quatro eventos ocorridos entre os anos 2017 e 2018, são eles: o X Encontro Norte-Nordeste, em João Pessoa-PB; o I Seminário Nacional de Prostitutas, em Teresina-PI; o Puta Dei, realizado na cidade de Belém-PA; e por fim, o II Seminário Nacional de Prostitutas em João Pessoa-PB. A estes eventos elencados pela autora, também acrescento o I Congresso Brasileiro de Prostitutas / VII Encontro Nacional, ocorrido em dezembro de 2019 na cidade de Belo Horizonte-MG. Inspirada nas análises de Regina Facchini (2006) sobre a reorganização do movimento LGBT na década de 1990, Bonomi (2019) caracteriza este período de proliferação de eventos, que possibilitou uma nova disposição e a rearticulação entre as redes, como o reflorescimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais.

4. Faces da prostituição: um comparativo entre dois nichos do trabalho sexual

A “prostituição de luxo” oferece um caso bom para pensar sobre vários aspectos que afetam às integrantes dos movimentos de prostitutas e as demais trabalhadoras sexuais, incluindo a estigmatização e a recusa ao reconhecimento da prostituição como trabalho. Meu argumento é que os processos de governamentalidade acionados através do mercado orientam os comportamentos e as percepções das pessoas na prostituição e sobre a prostituição, atravessadas por distinções de raça, classe e geração. As construções discursivas e performáticas na “prostituição de luxo” contribuem para compreender como se estabelecem as distinções em relação à prostituição tida como convencional. Os relatos de “acompanhantes” e de anúncios publicados em sites especializados neste tipo de serviço contribuem para pensar nas aproximações e distanciamentos entre dimensões destes supostos “nichos” do trabalho sexual.

Considero primeiro, o perfil em termos a composição de cor/raça de “acompanhantes de luxo” que divulgam seus serviços sexuais através de sites especializados, e das trabalhadoras sexuais que atuam próximo ao centro das três capitais onde realizei pesquisa de campo. Analiso depois um conjunto de imagens e representações sobre os serviços prestados por “acompanhantes” em oposição à “prostituição”, através de publicações em um site especializado que esclarece ao público, clientes em potencial, o que é uma “acompanhante de luxo”, as características deste trabalho, bem como a justificativa pelos valores pagos por esse serviço. Neste sentido, as informações disponibilizadas pelo site são bastante elucidativas quanto aos pressupostos de hierarquia e prestígio que visam distinguir a atividade desempenhada por “acompanhantes de luxo” daquela exercida por prostitutas.

Reflito depois sobre as representações a respeito da “prostituição de luxo” a partir da experiência de mulheres inseridas neste “nicho” do trabalho sexual. Os relatos dessas interlocutoras vão desde o ingresso no trabalho como “acompanhante”, através de narrativas sobre motivações e circunstâncias; até discursos de “glamourização” da dinâmica de relações entre clientes e “acompanhantes”. Essas representações apontam para uma dimensão da subjetividade que distingue “acompanhante” de “puta”, ainda que essas mulheres saibam que trabalham no rol da atividade prostitucional.

4.1 – Entre números, cores e idades: os perfis de anunciantes “acompanhantes de luxo” e de prostitutas do centro de três capitais brasileiras

Na atualidade, o advento da globalização e os avanços tecnológicos, sobretudo os relacionados à comunicação, acarretaram profundas mudanças no modelo considerado convencional em que a prostituição costumava ocorrer. Originou-se uma crescente indústria do sexo que ultrapassa as fronteiras geográficas e na era digital oferece produtos e serviços pela rede mundial de computadores (internet), contribuindo profundamente para transformações e ressignificações nas noções de sexo e sexualidade, por exemplo. Dentre os produtos e serviços disponíveis, destacam-se: a venda de artigos relacionados à prática sexual, comercializados em sex-shopping; estúdios que produzem filmes pornográficos; sites de vídeos e fotos com conteúdo pornográfico; shows particulares de sexo, exibidos *online* pela internet via webcam; site de agências de acompanhantes ou blogs particulares, que divulgam fotos e anúncios de garotas/os de programa (AGUSTÍN, 2005; WEITZER, 2010).

São inúmeros os sites que anunciam por meio da internet a prestação de serviços sexuais realizados por garotas de programa ou “acompanhantes”. Muitos, inclusive, tendo se especializado em anúncios de “acompanhantes de luxo”. Todos eles são enfáticos em afirmar que desempenham apenas a função de anunciantes e que não intermediam o contato entre quem oferece os serviços e os clientes - com a finalidade de evitar problemas com a lei.

Ao longo de seis meses pesquisei 14 sites: Norte Sexy.com, Gatas do Babado, Top de Brasília, Garota Linda, Musa Class, SP Love, Private55.com, Só Acompanhantes, Gatas Privê, As Procuradas, Acompanhantes Manaus, Acompanhantes Porto Velho, Festa do Prazer e AP das Makinas. Todos os sites selecionados fazem referência a “prostituição de luxo” seja em seu conteúdo de divulgação ou nos serviços prestados pelas anunciantes através de categorias como: gatas de luxo, acompanhantes de luxo, acompanhantes VIPs, acompanhantes top de luxo, acompanhantes alto nível e acompanhantes Book Rosa. A maioria deles estabelecem parcerias entre si para divulgação de seu conteúdo, sendo que apenas os sites Norte Sexy, Garota Linda, Acompanhantes, Musa Class e Private55.com possuem domínios em outros municípios do próprio estado e de outras capitais do país.

Ao todo, a pesquisa virtual foi realizada em 21 cidades de todas as regiões do país: a) Norte - Belém-PA, Manaus-AM, Porto Velho-RO; b) Nordeste - São Luís-MA,

Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Salvador-BA; c) Centro-oeste - Brasília-DF, Cuiabá-MT, Goiânia-GO; d) Sudeste - Vitória-ES, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, Campinas-SP; e) Sul - Curitiba-PR, Florianópolis-SC, e Porto Alegre-RS. A maioria dos sites supracitados são especializados em anúncios de mulheres cis. Apenas os sites Garota Linda e Private55.com possuem seção para anúncios de mulheres trans; sendo que o primeiro disponibiliza o serviço para a cidade de Belo Horizonte e; o segundo para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

A faixa etária das “acompanhantes” varia de 18 a 42 anos de idade. Os valores do programa giram em torno de R\$ 200,00 e R\$ 700 reais a hora. Através dos sites foi possível identificar a relação entre valor do programa e exposição do corpo: quanto menor o valor do cachê praticado pelos sites, mais explícitas sexualmente são as fotos, com exposição da nudez total e foco na vagina e no ânus das anunciantes. Por sua vez, nos sites que praticam valores mais altos, as fotos tendem a ser menos explícitas, deslocando o foco mais para a sensualidade das anunciantes, ainda que a genitália permaneça como referência.

Além da pesquisa virtual, também tive a oportunidade de aplicar questionários presencialmente com trabalhadoras sexuais de Belém-PA, João Pessoa-PB e Belo Horizonte-MG, durante o período em que desenvolvi pesquisa de campo em cada uma dessas cidades. Estes questionários foram elaborados como possibilidade de traçar um perfil de trabalhadoras sexuais, que atuam próximo ao centro das capitais supracitadas, no intuito de estabelecer comparativamente aproximações e distanciamentos com determinadas dimensões do trabalho sexual daquelas que desempenham suas atividades como “acompanhantes de luxo” e divulgam seus serviços sexuais através de sites especializados para tal finalidade. Ao todo foram aplicados 350 questionários, sendo 130 para Belém e para Belo Horizonte e 90 para João Pessoa. A faixa etária das trabalhadoras sexuais que atuam nos circuitos dos centros dessas cidades varia entre 18 e 68 anos de idade. Os valores dos programas neste “nicho” variam entre R\$ 30,00 e R\$ 100,00 reais.

É importante destacar que todas as categorias utilizadas neste trabalho são termos ênicos (nativos), desde os termos empregados pelos sites em suas seções e pelas próprias mulheres ao descreverem sobre si nos anúncios; bem como as auto classificações de cor/raça referidas pelas interlocutoras quando da aplicação dos questionários. Vale acrescentar que os sites nem sempre fazem uso das mesmas

categorias para identificar os perfis de suas anunciantes, daí podemos perceber a variação de termos de acordo com o site e a localidade para a qual se destina o anúncio. Assim sendo, optamos por identificar a ausência de anunciantes por perfil através da numeração (00) e a ausência de determinada categoria nos perfis de anúncio de sites pela identificação (---), a fim de distingui-las para evitar confusões na interpretação dos dados coletados.

O uso da classificação das anunciantes em seções através do indicador de cor/raça empregadas pelos sites serve, supostamente, para facilitar a seleção do perfil de acompanhante pelo cliente. Mesmo aquelas classificações referidas pelas próprias garotas que, aparentemente, possam ser compreendidas com o propósito de “apimentar” o anúncio e seduzir os clientes, atuam poderosamente, em última instância, como mecanismo de intensificação e reprodução de estereótipos raciais. Isto resulta, muitas vezes, na reificação de desejos e fetiches construídos com base nesses princípios – tal como ocorre em classificações construídas sob outros marcadores, como por exemplo: “novinhas”, “anal”, “greludas”, etc.

A tabela 1 apresenta informações sobre sites de “acompanhantes” de três capitais da região Norte do país, considerando a cor/raça disponíveis no perfil das anunciantes: a categoria “Branca” possui maior destaque com 50%; o perfil “Loira” apresenta 6,9%; “Morena” corresponde a 18,1%; “Morena Clara” está na ordem de 13,6%; “Morena Bronzeada” e “Mulata” possuem cada uma delas 4,6%; “Parda” apresenta 2,2%; sendo que as categorias “Ruiva” e “Oriental” não se encontram representadas nesta primeira tabela.

Tabela 1 – Perfil das anunciantes cis quanto a cor/raça em três capitais da região Norte

Cor/raça	Branca		Loira		Morena		Morena Clara		Morena Bronzeada		Mulata		Parda		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Belém	17	60,7	---	---	03	10,8	05	17,9	02	7,1	01	3,5	---	---	---	---	---	---	28	100
Manaus	---	---	03	37,5	04	50	---	---	---	---	01	12,5	---	---	00	00	00	00	08	100
Porto Velho	05	62,5	---	---	01	12,5	01	12,5	---	---	---	---	01	12,5	---	---	---	---	08	100
Total	22	50	03	6,9	08	18,1	06	13,6	02	4,6	02	4,6	01	2,2	00	00	00	00	44	100

Fonte: Pesquisa direta

A partir dos dados contidos nesta primeira tabela, pode-se verificar que do universo de 44 mulheres cis, 22 delas correspondem ao perfil Branca, sendo sua maioria expressiva no site com domínio na cidade de Belém. Este indicador representa exatamente 50% do total de anunciantes nos sites pesquisados para as três capitais da região Norte. No entanto, este indicativo é ainda maior se considerarmos os seguintes aspectos:

- 1) as três anunciantes classificadas no perfil “Loira” possuem fenótipo branco, sendo que, nestes sites, as classificações “Loira” e “Branca” assumem uma dimensão estética e cultural como categorias de cor/raça equivalentes, de modo a representar uma identificação étnico-racial comum;
- 2) as duas garotas que se identificaram como “Morena Bronzeada” na descrição de seu anúncio pessoal possuem o fenótipo marcadamente branco, tendo sido constatado nas fotos disponibilizadas no próprio perfil pessoal das anunciantes – o que nos faz concluir que atribuem a sua suposta “morenidade” à prática do “bronzamento” como estratégia para seduzir e conquistar mais clientes;
- 3) três das oito anunciantes que possuem identificação no perfil “Morena” e três das seis que possuem identificação no perfil “Morena Clara” também poderiam, noutra classificação, serem descritas como brancas, ainda que tenham a cor do cabelo preta – nestes casos, a cor do cabelo é utilizada como marcador para a “morenidade”, que se materializa pela cor preta do cabelo em contraste a branquitude caracterizada pelo cabelo loiro.

Isto nos faz pensar no quanto o trabalho clássico de Oracy Nogueira (1985) sobre preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, permanece atual e inspirador de possibilidades interpretativas para este fenômeno, uma vez que o sistema de classificação de cor/raça no Brasil não se limita apenas as características físicas, mas opera também através de outras distinções, fazendo com que o status econômico ou político, por exemplo, possibilite a mudança da classificação étnico-racial de uma pessoa a depender do lugar social e do contexto em que se desenrole os fatos. Ao que parece, a cor do cabelo e a pele “bronzada” tem se constituído para essas mulheres em um marcador para a “morenidade”, de modo que elas podem estar “morenas” ou não, a depender da tonalidade da tintura do cabelo ou mesmo da exposição ao sol e à processos artificiais para bronzear a pele que, por ventura, façam uso em determinadas ocasiões. Isto nos faz acreditar que a “morenidade” tem assumido cada vez mais uma dimensão estética e cultural em fluxo, que possibilita não apenas suavizar as marcas de

africanidade como válvula de mobilidade social (DEGLER, 1976), mas também espaço de manipulação pragmática para aquelas/es em que a “brancura” pareça desconfortável ou mesmo uma desvantagem em determinados contextos de participação da vida cultural do país (NORVELL, 2001).

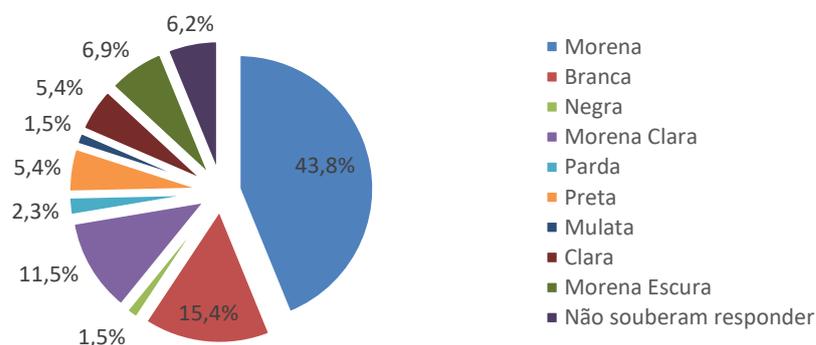
Ainda nesta primeira tabela, podemos perceber que a situação se inverte quanto as categorias “Parda” e “Mulata” que possuem, respectivamente, apenas 01 (uma) anunciante em Porto Velho e 02 anunciantes, uma em Manaus e outra em Belém. Este dado é bastante relevante se considerarmos o contingente expressivo de pretos com 9,3% e pardos com 46,5%, como apontam os indicadores do IBGE para a região Norte do país (BRASIL, 2018). Soma-se a isso o fato de nenhuma dessas anunciantes descritas como “Parda” e “Mulata” comporem o quadro de destaque dos sites nas seções “Capa” e “Gata Prêmio”, por exemplo. Ao longo desta pesquisa, pude verificar que estes espaços de maior evidência destacavam os corpos e a beleza das garotas com perfis “Branca”, “Loira” e “Morena Clara”.

A maioria das “acompanhantes de luxo”, nos sites pesquisados para as três cidades da região Norte, possuem entre 20 e 25 anos – informações detalhadas sobre o perfil quanto a cor/raça e a faixa etária das anunciantes serão discutidas posteriormente na tabela 07 deste tópico. Os valores pelos serviços prestados pelas anunciantes para a cidade de Belém giram em torno de R\$ 400,00 e R\$ 700,00 reais a hora, sendo que os mais elevados são praticados por aquelas que anunciam nas seções de destaque dos sites. Esses valores podem ser negociados quando o cliente contrata o serviço por mais tempo, a partir de duas horas até o pernoite. Nos sites pesquisados para as outras duas cidades da região, os valores dos programas não são disponibilizados, devendo ser combinados no ato do contato com as “acompanhantes”.

No entanto, quando voltamos o olhar para o trabalho sexual praticado por mulheres em zonas da área central e região metropolitana de Belém, o cenário muda consideravelmente. A “rapidinha”, relação sexual de curta duração, custa em média R\$ 50,00 reais, sendo que as trabalhadoras sexuais mais jovens conseguem negociar um valor melhor pelo programa, principalmente no início de cada mês, quando os clientes são mais “generosos”. No bairro da Campina existe um número significativo de mulheres com idade avançada e, até mesmo algumas na “terceira idade”, exercendo o trabalho sexual, pois a maioria delas ainda precisa batalhar para se sustentar, uma vez que não possuem benefício social e nem contribuíram com a Previdência. Geralmente, essas mulheres possuem clientes fixos que procuram por seus serviços com certa

regularidade; além de casos em que se faz presente a figura do “velho que ajuda” (FONSECA, 2004), auxiliando em pequenas despesas como transporte, por exemplo. Porém, não é apenas a faixa etária e o valor cobrado pelo programa que sofrem alterações de um “nicho” do trabalho sexual para o outro, a composição étnico-racial também muda consideravelmente e a cor/raça das profissionais do sexo tende a escurecer, como podemos observar no gráfico a seguir:

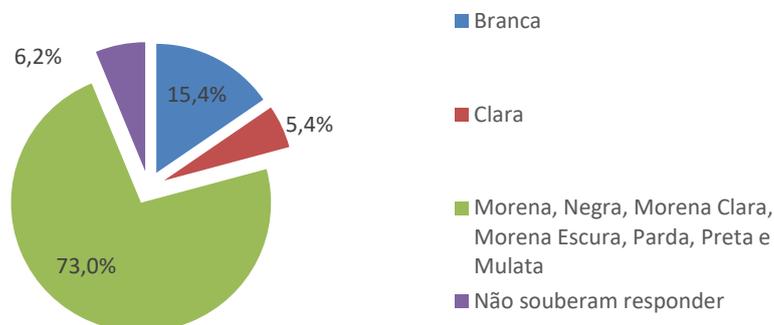
Gráfico 1 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no "Quadrilátero do Amor" e região metropolitana de Belém



Fonte: Pesquisa direta.

Considerando o universo de 130 trabalhadoras sexuais, podemos perceber que a categoria “Morena” assume maior destaque com 43,8% das autodeclarações; seguida pela “Branca” com 15,4%; “Morena Clara” 11,5%; “Morena Escura” 6,9%; as categorias “Preta” e “Clara” estão ambas na ordem de 5,4%; enquanto “Parda” apresenta 2,3%; e “Negra” e “Mulata” possuem 1,5% cada; 6,2% não souberam responder. Essa mudança na composição de cor/raça entre os diferentes segmentos do trabalho sexual em Belém se torna mais evidente ainda quando nos valem dos parâmetros empregados pelo Movimento Negro, que considera Pretos e Pardos como pertencentes a uma identidade étnico-racial comum para mensurar o quantitativo de negros no Brasil. Desta forma, as categorias “Morena”, “Negra”, “Morena Clara”, “Morena Escura”, “Parda”, “Preta” e “Mulata” juntas totalizam 73% das autodeclarações das interlocutoras que exercem o trabalho sexual no centro e na região metropolitana de Belém, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no "Quadrilátero do Amor" e região metropolitana de Belém, considerando o agrupamento de categorias étnico-raciais equivalentes



Fonte: Pesquisa direta

A segunda tabela apresenta dados sobre o perfil das anunciantes cis quanto a cor/raça em sete capitais da região Nordeste. Os dados estão dispostos da seguinte forma: A categoria “Branca” apresenta 11,6%; “Loira possui 41%; “Morena” está na ordem de 35,6%; “Mulata” tem 6,5%; “Ruiva” com 3,5% e; as categorias “Parda”, “Mestiça” e “Oriental” cada uma delas apresenta 0,6%. Igualmente à região Norte, também podemos identificar a prevalência de anunciantes com perfil “Branca” e “Loira”, que juntas atingem um total de 90 para um universo de 171 mulheres. Este dado corresponde ao percentual de 52,6% das anunciantes, somadas as sete capitais pesquisadas para a região Nordeste, como pode ser observado:

Tabela 2 - Perfil das anunciantes cis quanto a cor/ raça em sete capitais da região Nordeste

Cor/ raça	Branca		Loira		Morena		Mulata		Parda		Mestiça		Ruiva		Oriental		Universo	
	N	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Luís	10	47,6	05	23,9	06	28,5	00	00	---	---	---	---	00	00	00	00	21	100
Fortaleza	---	---	19	42,3	18	40	04	8,9	---	---	---	---	03	6,6	01	2,2	45	100
Natal	---	---	10	50	10	50	00	00	---	---	---	---	00	00	00	00	20	100
João Pessoa	10	66,6	02	13,3	01	6,7	---	---	01	6,7	01	6,7	---	---	---	---	15	100
Recife	---	---	15	65,2	07	30,5	00	00	---	---	---	---	01	4,3	00	00	23	100
Maceió	---	---	08	57,1	02	14,3	03	21,5	---	---	---	---	01	7,1	00	00	14	100
Salvador	---	---	11	33,4	17	51,5	04	12,1	---	---	---	---	01	3,0	00	00	33	100
Total	20	11,6	70	41	61	35,6	11	6,5	01	0,6	01	0,6	06	3,5	01	0,6	171	100

Fonte: Pesquisa direta.

De modo semelhante à região Norte, nas informações sobre o perfil “Morena” verificamos através dos ensaios fotográficos disponibilizados pelas próprias anunciantes que uma parcela significativa delas (39 em um universo de 61 mulheres, o que corresponde a 63,9%) também possui o fenótipo branco com cabelos pretos. Mais uma vez, identificamos que a cor do cabelo preto (ou a ausência do cabelo loiro) contribui para a definição da cor/raça de mulheres de tonalidade da cor da pele clara como morenas. No entanto, quando o inverso ocorre, vemos que uma das anunciantes com tonalidade da cor da pele mais escura, com cabelo tingido de loiro, tem sua inserção na seção destinada ao perfil “Morena”. Neste caso, a cor da sua pele passa a ser o diacrítico para definição da cor/raça.

De acordo com esta segunda tabela, as categorias “Parda” com 01 e “Mulata” com 11 anunciantes também estão em menor quantidade e representam, respectivamente, a razão de 0,58% e 6,43% da totalidade de mulheres dos sites pesquisados para a região Nordeste. Assim, podemos dizer que a quantidade de anunciantes com perfis “Parda” e “Mulata” estão sub-representadas nestes sites considerando os indicadores de distribuição da população por cor/raça que apontam pretos com 11,3% e pardos com 63,2% para a região Nordeste do Brasil (BRASIL, 2018).

Neste mesmo sentido, tomamos as cidades de São Luís-MA e João Pessoa-PB, como exemplos. No site que oferta os serviços de acompanhantes de luxo mais acessado por usuários em São Luís, verificamos que o perfil “Branca” corresponde a 47,6%; “Loira” 23,9%; “Morena” 28,5%; “Mulata”, “Ruiva” e “Oriental” correspondem a 0%. Se considerarmos “Branca” e “Loira” como categorias equivalentes, o percentual de anunciantes que possuem a tonalidade da pele clara aumenta significativamente para 71,5% em um universo de 21 mulheres. O quadro de destaque “Premium” do site apresenta o perfil de três acompanhantes: uma “Branca”, uma “Loira” e uma “Morena”. Contudo, o que nos causa mais estranheza é o fato de não haver nenhuma anunciante no perfil “Mulata”, ou mesmo modelos com a tonalidade da cor da pele mais escura entre as anunciantes do perfil “Morena”, uma vez que São Luís é uma cidade com contingente populacional de pretos e pardos expressivo. A média da faixa etária das “acompanhantes” para a capital maranhense gira em torno de 24 a 27 anos de idade. No que se refere aos valores cobrados, não identificamos distinção entre os praticados por aquelas que anunciam nos quadros de destaque e os praticados pelas demais (parecem

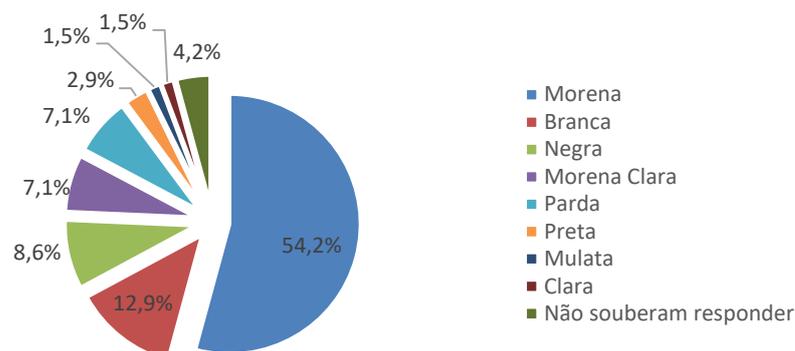
seguir um padrão estabelecido em R\$ 550,00 reais), ainda que nem todas disponibilizem essa informação em seu anúncio.

Em João Pessoa, o perfil das “acompanhantes de luxo” segue a tendência apresentada até aqui: as anunciantes com perfil “Branca” estão na ordem de 66,6%; “Loira” com 13,3%; sendo que as categorias “Morena”, “Parda” e “Mestiça” possuem 6,7% cada uma delas. Se aqui também considerarmos as categorias “Branca” e “Loira” como equivalentes, o percentual de anunciantes com a tonalidade da cor da pele clara chega a 79,9% em um universo de 15 mulheres. A faixa etária das acompanhantes em João Pessoa varia entre 18 e 33 anos. Os valores praticados giram em torno de R\$ 200,00 a R\$ 400,00 reais a hora e estão diretamente relacionados a idade e ao poder pessoal de sedução das acompanhantes através das curvas do corpo, anunciado e desejado socialmente como “padrão”. O site pesquisado para a capital paraibana não apresenta quadro ou seções de destaque como, por exemplo, “Capa” e “Premium” para promover o anúncio de determinadas garotas; apenas enfatiza que “As mais lindas acompanhantes de luxo da sua cidade anunciam aqui! ”.

Por outro lado, quando comparamos o perfil das “acompanhantes de luxo” que anunciam em sites especializados de oferta de serviços sexuais em São Luís-MA e João Pessoa-PB, com o de mulheres que exercem suas atividades profissionais próximo ao centro destas duas cidades, podemos identificar mudanças significativas na prevalência, tanto da composição étnico-racial, quanto na faixa etária das trabalhadoras sexuais que atuam nesses diferentes nichos do mercado do sexo.

Em pesquisa realizada com prostitutas pobres, em sua maioria negras, com faixa etária entre 19 e 67 anos de idade, que atuam nas áreas próximas ao centro de São Luís, Tatiana Silva (2015) identificou um amplo espectro no *continuum* de cor/raça que varia do mais claro ao mais escuro, como salienta a própria autora sobre a autoclassificação étnico-racial de suas interlocutoras. De acordo com as planilhas de pesquisa apresentadas por Tatiana Silva no anexo II do seu livro, podemos computar de um universo de 70 mulheres que: 54,2% se identificaram como “Morena”; 12,9% “Branca”; 8,6% “Negra”; 7,1% “Morena Clara”; o mesmo percentual de 7,1% para “Parda”; 2,9% “Preta”; 1,5% “Mulata”; sendo 1,5% também para “Clara” e, por fim; 4,2% não souberam responder.

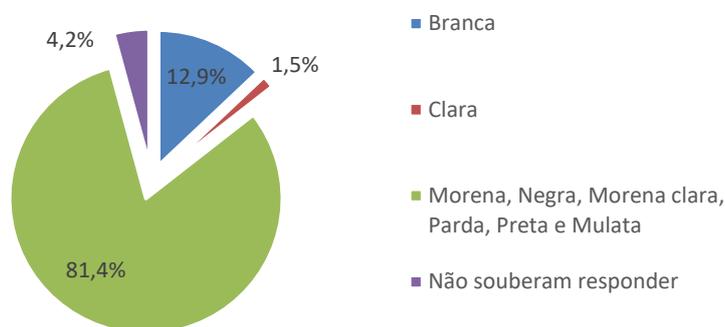
Gráfico 3 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam próximo ao centro de São Luís



Fonte: Dados obtidos em SILVA, 2015.

De acordo com os dados apresentados por Tatiana Silva (2015) para a cidade de São Luís, podemos perceber que o perfil da composição étnico-racial tende a escurecer entre as mulheres que exercem o trabalho sexual próximo ao centro daquela cidade, tal como ocorre em Belém. Ademais, se considerarmos as categorias “Morena”, “Negra”, “Morena Clara”, “Parda”, “Preta” e “Mulata” como equivalentes, representando uma identidade étnico-racial comum, este percentual aumenta para 81,4% entre as trabalhadoras sexuais que atuam nas cercanias do centro da capital maranhense – como pode ser observado no gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam próximo ao centro de São Luís, considerando o agrupamento de categorias étnico-raciais equivalentes



Fonte: Dados obtidos em SILVA, 2015

De passagem por São Luís para participar do III Seminário Nacional de profissionais do Sexo, ocorrido no final de outubro de 2019, em uma breve incursão

pelo centro, pude perceber que a configuração do cenário prostitucional da capital maranhense faz lembrar em alguns aspectos a realidade observada para as cidades de Belém e João Pessoa: geralmente, composto por mulheres acima dos 30 anos de idade e de tonalidade da cor da pele mais escura.

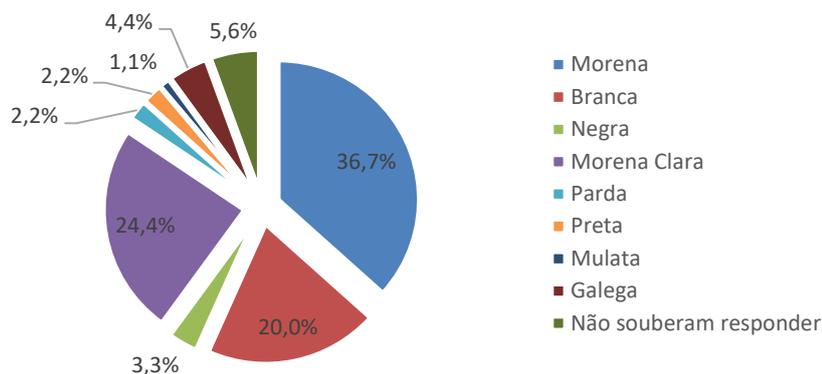
No canal do Oscar Frota, localizado no Desterro, existe uma grande concentração de bares e a presença de trabalhadoras sexuais é intensa, se constituindo em um dos principais pontos de prostituição do centro da cidade, também conhecido como “Xirizal”¹⁷¹. Os bares alugam quartos para a realização dos programas, que custam em média de R\$ 30,00 a 60 reais, a depender das práticas sexuais negociadas. Já no espaço Reviver, área também localizada no centro de São Luís e que passou por uma revitalização visando a preservação do patrimônio histórico da cidade, as dinâmicas da prostituição ocorrem em um ambiente informal e o valor dos programas tendem a ser mais caros em virtude do perfil da clientela local e da frequente presença de turistas, como resultado do processo de gentrificação do espaço (SILVA, 2015).

Nos cabarés da Rua da Areia e no Pavilhão do Chá, principais pontos de prostituição localizados no centro de João Pessoa, o programa custa em média R\$ 50,00 reais e dura não mais que 20 minutos. As trabalhadoras mais jovens que ofertam seus serviços sexuais em ruas próximas à orla de cabo branco conseguem valores mais interessantes e o programa pode variar entre R\$ 70,00 e R\$ 100,00 reais.

Na capital paraibana, considerando um universo de 90 mulheres, o perfil étnico-racial das interlocutoras apresenta seguinte configuração: 36,7% se autotranscreveram “Morena”; as que disseram “Morena Clara” estão na razão de 24,4%; seguido por “Branca” com 20%; “Galega” com 4,4%; “Negra” corresponde a 3,3%; as categorias “Preta” e “Parda” com 2,2% cada uma delas; 1,1% disseram ser “Mulata” e; por fim, 5,6% não souberam responder.

¹⁷¹ “Xirizal” deriva da palavra xiri. Tabuismo que faz referência explícita a vulva, se constituindo em um dos vários termos popularmente empregados nas regiões norte e nordeste do país para nomear a genitália sexual feminina. Portanto, “Xirizal” seria um lugar de xiri, onde se encontra em abundância.

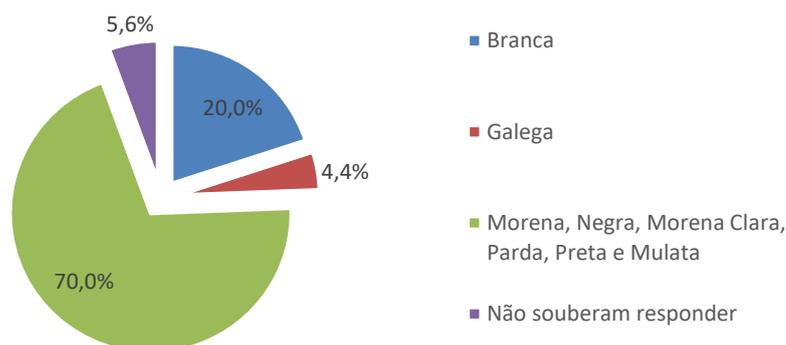
Gráfico 5 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no circuito do Pavilhão do Chá e da Rua da Areia, no centro de João Pessoa



Fonte: Pesquisa direta

Seguindo com o recurso de agrupar as terminologias “Morena”, “Negra”, “Morena Clara”, “Parda”, “Preta” e “Mulata” como categorias equivalentes, podemos perceber o acréscimo para 70% do quantitativo de profissionais do sexo com a tonalidade da cor da pele escura exercendo atividade no circuito do Pavilhão do Chá e da Rua da Areia, no centro de João Pessoa – o que sinaliza novamente para a prevalência de negras entre as mulheres que atuam neste nicho do trabalho sexual.

Gráfico 6 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no circuito do Pavilhão do Chá e da Rua da Areia, no centro de João Pessoa, considerando o agrupamento de categorias etnico-raciais equivalentes



Fonte: Pesquisa direta

Na tabela 3, sobre o perfil das anunciantes cis quanto a cor/ raça em duas capitais da região Centro-oeste e Distrito Federal, podemos observar que o quantitativo de 218 profissionais do sexo que ofertam seus serviços em sites especializados é

superior se comparadas as outras duas regiões apresentadas até aqui, que juntas totalizam 215 anunciantes. Na região Centro-oeste o perfil “Loira” possui maior destaque com 52,8%; “Morena” está na razão de 44,5%; enquanto “Mulata” possui 0,4%; e “Ruiva” possui 2,3%; já a categoria “Oriental” possui 0% nos sites pesquisados para esta região.

Tabela 3 - Perfil das anunciantes cis quanto a cor/ raça em duas capitais da região Centro-oeste e Distrito Federal

Cor/ raça	Loira		Morena		Mulata		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasília	51	52	42	42,9	01	1,0	04	4,1	00	00	98	100
Cuiabá	09	60	05	33,3	00	00	01	6,7	00	00	15	100
Goiânia	55	52,3	50	47,7	---	---	---	---	---	---	105	100
Total	115	52,8	97	44,5	01	0,4	05	2,3	00	00	218	100

Fonte: Pesquisa direta

Para a região Centro-oeste também podemos verificar o número expressivo de mulheres com a tonalidade da pele mais clara que anunciam em sites de “acompanhantes de luxo”, representando 52,8% em um universo de 218 mulheres. É importante destacar que nesta região, como nos dados apresentadas para as duas anteriores, uma parcela significativa das anunciantes do perfil “Morena” possui os padrões estéticos do fenótipo branco com cabelos pretos (42 em um universo de 97 mulheres, o que representa 43,2%). Novamente, identificamos a sub-representação de mulheres negras anunciando em sites especializados de “acompanhantes de luxo”. A média de idade das “acompanhantes” nos sites pesquisados para esta região varia entre 19 e 24 anos, sendo que os valores praticados giram em torno de R\$ 500,00 a R\$ 700,00 o programa.

A tabela 4 apresenta os dados sobre o perfil das anunciantes cis quanto a cor/raça em cinco cidades da região Sudeste. Nesta região, identificamos o quantitativo de 484 mulheres que ofertam seus serviços sexuais em sites de “acompanhantes de luxo”; o maior entre as cinco regiões pesquisadas, com destaque para a cidade de São Paulo com 205 anunciantes.

Tabela 4 - Perfil das anunciantes cis quanto a cor/ raça em cinco cidades da região Sudeste

Cor/ raça	Loira		Morena		Mulata		Negra		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	05	45,5	04	36,4	02	18,1	---	---	00	00	00	00	11	100
Belo Horizonte	34	37,4	56	61,5	00	00	---	---	01	1,1	00	00	91	100
Rio de Janeiro	59	50,9	46	39,7	07	6,0	---	---	03	2,5	01	0,9	116	100
São Paulo	91	44,4	95	46,3	03	1,5	03	1,5	09	4,4	04	1,9	205	100
Campinas	21	34,4	32	52,4	03	5,0	02	3,3	02	3,3	01	1,6	61	100
Total	210	43,4	233	48,1	15	3,1	05	1,1	15	3,1	06	1,2	484	100

Fonte: Pesquisa direta

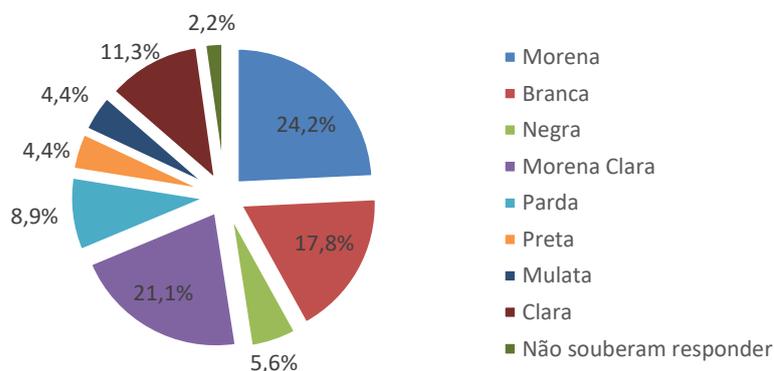
Se faz necessário destacar também que a categoria “Negra”, como perfil em seções empregadas por sites especializados de “acompanhantes de luxo”, aparece apenas nesta região, nas cidades de São Paulo e Campinas com anúncios de mulheres cis e em Belo Horizonte com anúncios de mulheres trans (este último pode ser observado na tabela 6). Assim, a distribuição por cor/raça nos sites pesquisados para a região Sudeste se apresenta da seguinte forma: a categoria “Loira” possui 43,4%; enquanto “Morena” tem 48,1%; “Mulata” e “Ruiva” apresentam ambas 3,1%; a categoria “Negra” possui 1,1% e; por fim, Oriental com 1,2%. Diferentemente as outras regiões apresentadas até aqui, é a primeira vez em que o perfil “Morena” supera em anúncios as categorias que representam a tonalidade da cor da pele mais clara, como “Branca” e “Loira”. A exemplo disso, temos Belo Horizonte que apresenta o maior percentual de anunciantes cis com o perfil “Morena”, estando na razão de 61,5%; seguido de “Loira” com 37,4%; “Ruiva” com 1,1%; sendo que as categorias “Mulata” e “Oriental” não possuíam anunciantes para esta cidade, considerando o universo de 91 mulheres.

Em Belo Horizonte, a faixa etária das “acompanhantes” varia de 18 a 40 anos de idade e os valores do programa giram em torno de R\$ 350,00 e R\$ 600,00 reais a hora. Vale lembrar que os custos de motel e, por vezes, do deslocamento da “acompanhante” (a depender da distância) são por conta do cliente. Por outro lado, quando se trata do trabalho sexual desempenhado no “Complexo de diversões Guaicurus”, os programas costumam ser bem mais baratos e rápidos: custam em média R\$ 40,00 reais com duração de 15 a 20 minutos, de modo que as profissionais do sexo tenham que fazer ao menos dez programas por dia para começarem a ter algum lucro, uma vez que precisam

pagar a “diária” do hotel. Foi possível verificar que, tanto as mulheres mais velhas, quanto as que possuem a tonalidade da cor da pele mais escura, tendem a cobrar menos pelo valor do programa, quando comparado aos valores praticados pelas mais novas e de pele mais clara; além de exercerem suas atividades profissionais em hotéis mais baratos e de infraestrutura precária.

No que se refere ao perfil étnico-racial de mulheres cis exercendo prostituição no circuito da Guaicurus, podemos verificar a recorrência que aponta para um padrão de prevalência de mulheres com a tonalidade da cor da pele escura entre aquelas que atuam neste nicho do trabalho sexual. De acordo com os dados para esta cidade temos: a categoria “Morena” com 24,2%; “Morena Clara” está na razão de 21,1%; “Branca” com 17,8%; “Clara” possui 11,3%; “Parda” aparece com 8,9%; seguida de “Negra” com 5,6%; enquanto as categorias “Preta” e “Mulata” possuem cada uma delas 4,4% e; por fim, 2,2% não souberam responder.

Gráfico 7 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no "Complexo de diversões Guaicurus", no centro de Belo Horizonte

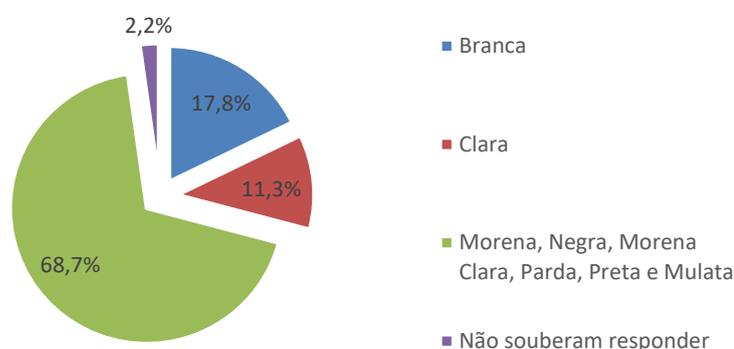


Fonte: Pesquisa direta.

Se considerarmos as categorias “Morena”, “Negra”, “Morena Clara”, “Parda”, “Preta” e “Mulata” como equivalentes, fica mais evidente ainda a prevalência de mulheres cis com o fenótipo marcadamente negro atuando no circuito da Guaicurus, atingindo um percentual de 68,7% para um universo de 90 mulheres. É importante ressaltar que, dentre as três capitais em que realizei pesquisa de campo presencialmente, Belo Horizonte apresenta a maior e mais diversa zona de prostituição, recebendo um expressivo fluxo migratório de mulheres cis e trans de todas as regiões do país em busca de melhores oportunidades para o exercício do trabalho sexual. Alessandra Chacham e

Mônica Maia (2002) denominam essas mulheres de “migrantes transitórias”, pois se deslocam de outras capitais ou do interior do estado de Minas Gerais para trabalhar periodicamente no mercado do sexo em Belo Horizonte. O trânsito entre seu local de origem e a capital mineira ocorre em intervalos regulares, sendo que sua permanência na cidade pode variar entre uma a três semanas cada mês, de um a três meses, ou até mesmo de quatro a seis meses. A maioria dessas mulheres vivem nos mesmos hotéis em que exercem o trabalho sexual quando residem em Belo Horizonte (CHACHAM & MAIA, 2002).

Gráfico 8 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais cis que atuam no "Complexo de diversões Guaicurus", no centro de Belo horizonte, considerando o agrupamento de categorias etnico-raciais equivalentes



Fonte: Pesquisa direta

A tabela 5 apresenta o perfil das anunciantes cis quanto a cor/raça em três capitais da região Sul. Nesta região, a distribuição está disposta da seguinte maneira: o perfil “Loira” apresenta 40,1%; “Morena” possui 47,9%; “Mulata” está na ordem de 4,2%; “Ruiva” tem 5%; e “Oriental” possui 2,8%, considerando um universo de 282 mulheres que ofertam serviços sexuais em sites de “acompanhantes de luxo”. Vale destacar a cidade de Porto Alegre com 160 anunciantes, ficando atrás apenas de São Paulo dentre todas as cidades pesquisadas.

Tabela 5 – Perfil das anunciantes cis quanto a cor/ raça em três capitais da região Sul

Cor/ raça	Loira		Morena		Mulata		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Curitiba	33	47,1	23	32,9	04	5,7	08	11,4	02	2,9	70	100
Florianópolis	17	32,7	29	55,8	02	3,9	01	1,9	03	5,7	52	100
Porto Alegre	63	39,4	83	51,9	06	3,7	05	3,1	03	1,9	160	100
Total	113	40,1	135	47,9	12	4,2	14	5,0	08	2,8	282	100

Fonte: Pesquisa direta

Semelhantemente à região Sudeste, na região Sul o perfil “Morena” também supera em anúncios as categorias que representam a tonalidade da cor da pele mais clara, como “Branca” e “Loira”. Em Florianópolis, o perfil “Morena” chega a 55,8%; enquanto em Porto Alegre atinge 51,9%; a exceção é a cidade de Curitiba, onde o percentual de “Loira” com 47,1% supera o perfil “Morena” com 32,9%. Como nas demais regiões, também verificamos para o Sul a recorrência de anunciantes no perfil “Morena” que possuem o fenótipo branco com cabelos pretos (61 em um universo de 135 mulheres, o que corresponde a 45,18%). A faixa etária das “acompanhantes” na região sul também é bem diversa e varia de 18 a 42 anos de idade. Nesta região não identificamos uma quantidade significativa de anúncios com a descrição dos valores praticados pelas “acompanhantes” que nos desse a possibilidade de informar com segurança o valor do programa.

Como foi dito anteriormente, a maioria dos sites de “acompanhantes de luxo” são especializados em anúncios de mulheres cis, sendo que somente dois dos doze sites pesquisados disponibilizam seção para anúncios de mulheres trans, e apenas em seis capitais localizadas nas regiões Sudeste e Sul. A tabela 6 apresenta dados sobre o perfil das anunciantes trans quanto a cor/raça para as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Nestas duas regiões, o perfil das anunciantes trans está disposto da seguinte forma: “Branca” apresenta 9,2%; “Loira” possui 47,7%; “Morena” está na razão de 37%; “Mulata” apresenta 3,1%; enquanto “Negra” e “Ruiva” possuem 1,5% cada uma delas; sendo que a categoria “Oriental” apresenta 0%, considerando um universo de 65 mulheres.

Tabela 6 – Perfil das anunciantes trans quanto a cor/ raça em seis capitais da região Sudeste e Sul

Cor/ raça	Branca		Loira		Morena		Mulata		Negra		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Belo Horizonte	06	66,7	---	---	02	22,2	---	---	01	11,1	---	---	---	---	09	100
Rio de Janeiro	---	---	02	66,7	01	33,3	00	00	---	---	00	00	00	00	03	100
São Paulo	---	---	04	66,7	02	33,3	00	00	---	---	00	00	00	00	06	100
Curitiba	---	---	07	50	06	42,9	01	7,1	---	---	00	00	00	00	14	100
Florianópolis	---	---	13	65	06	30	00	00	---	---	01	5,0	00	00	20	100
Porto Alegre	---	---	05	38,4	07	53,9	01	7,7	---	---	00	00	00	00	13	100
Total	06	9,2	31	47,7	24	37	02	3,1	01	1,5	01	1,5	00	00	65	100

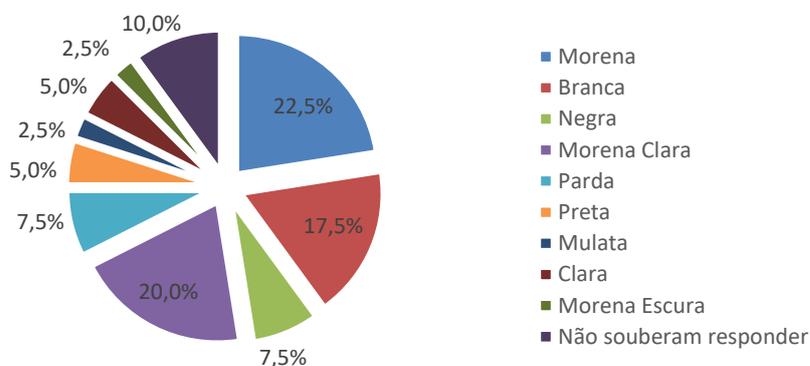
Fonte: Pesquisa direta

Se considerarmos as categorias “Branca” e “Loira” como equivalentes, o percentual de mulheres trans com a tonalidade da cor da pele mais clara aumenta para 56,9% entre aquelas que anunciam em sites de “acompanhantes de luxo”. Se faz necessário acrescentar ainda que das 24 anunciantes do perfil “Morena”, 10 possuem o fenótipo branco com cabelos pretos, o que corresponde a 41,6%. A exemplo disso, temos a cidade de Belo Horizonte onde o perfil “Branca” apresenta 66,7%; “Morena” está na ordem de 22,2%; e a categoria “Negra” possui 11,1%, considerando um universo de 09 anunciantes. Nesta mesma cidade, das duas anunciantes trans do perfil “Morena”, uma delas se enquadra na descrição do fenótipo branco com cabelos pretos (o que corresponde a 50%); padrão que tem se estabelecido e para o qual estamos chamando atenção desde os dados apresentados para a região Norte. A faixa etária das “acompanhantes” trans varia entre 21 e 25 anos de idade, sendo que o valores praticados por elas giram em torno de R\$ 200,00 e R\$ 250,00 o programa.

A faixa etária de mulheres trans exercendo prostituição no circuito da Guaicurus está na ordem de 23 a 30 anos de idade, não sofrendo tanta variação se comparada a das “acompanhantes” trans. Por um programa de 30 minutos, cobra-se R\$ 40,00 reais dos clientes “ativos” e R\$ 50,00 reais dos clientes “passivos”. No que se refere ao perfil étnico-racial, podemos observar que as interlocutoras trans se autotransclassificaram da seguinte forma: “Morena” apresenta 22,5%; “Morena Clara” possui 20%; “Branca” corresponde a 17,5%; enquanto as categorias “Parda” e “Negra” apresentam o mesmo percentual 7,5%; “Preta” e “Clara” possuem 5% cada uma delas; “Mulata” e “Morena Escura” também possuem o mesmo percentual 2,5% e; por fim, 10% das mulheres trans

que atuam na zona localizada no centro da capital mineira não souberam responder, como pode ser observado no gráfico a baixo.

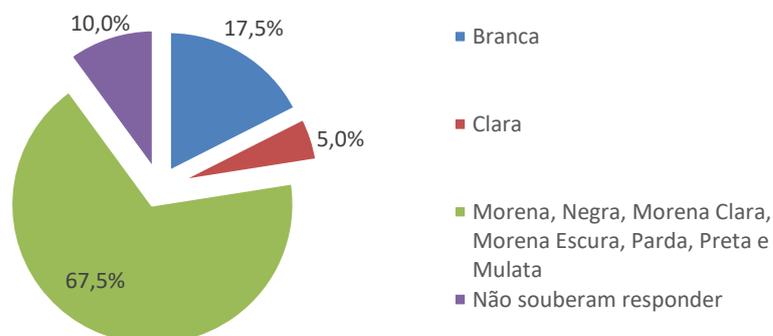
Gráfico 9 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais trans que atuam no "Complexo de diversões Guaicurus", no centro de Belo Horizonte



Fonte: Pesquisa direta.

Assim, as informações sobre o perfil étnico-racial de mulheres trans exercendo prostituição no circuito da Guaicurus se coaduna ao padrão demonstrado até aqui, onde profissionais do sexo com a tonalidade da cor da pele escura estão sobre-representadas entre aquelas que atuam neste “nicho” do trabalho sexual. Se considerarmos as categorias “Morena”, “Negra”, “Morena Clara”, “Morena Escura”, “Parda”, “Preta” e “Mulata” como categorias que representam uma identidade étnico-racial comum, a prevalência de mulheres trans exercendo trabalho sexual no centro da capital mineira se faz notar com maior evidência, atingindo um percentual de 67,5% em um universo de 40 interlocutoras.

Gráfico 10 - Perfil de cor/raça de trabalhadoras sexuais trans que atuam no "Complexo de diversões Guaicurus", no centro de Belo horizonte, considerando o agrupamento de categorias etnico-raciais equivalentes



Fonte: Pesquisa direta.

A tabela a seguir apresenta o perfil quanto a cor/raça e a faixa etária das anunciantes dos 14 sites de acompanhantes de luxo pesquisados em todas as regiões do país. De acordo com os dados coletados, a faixa etária das mulheres que ofertam serviços sexuais através dos sites varia entre 18 e 42 anos de idade. A maioria delas possui entre 23 e 27 anos, o que corresponde a 32,6% do universo de 1.264 anunciantes pesquisadas. A prevalência da faixa etária das acompanhantes está disposta da seguinte ordem: 18 a 22 anos representa 29,6%; 28 a 32 anos possui 24%; 33 a 37 anos está na proporção de 10,7%; e por fim, 38 a 42 corresponde a 3,1% do quantitativo total.

Na faixa etária de maior prevalência, entre 23 e 27 anos, o perfil “Loira” representa 44%; seguido por “Morena” com 39,6%; enquanto “Mulata” e “Branca” correspondem a 4,6%, cada uma. A categoria “Ruiva” possui 4,1%; Oriental está na ordem de 1,7%; enquanto “Morena Clara” representa 1%; e por fim, as categorias “Negra” e “Parda” correspondem a 0,2%, cada uma, considerando o quantitativo de 412 mulheres entre 23 e 27 anos.

Tabela 7 – Perfil quanto a cor/ raça e a faixa etária das anunciantes

Cor/ raça	Branca		Loira		Morena		Morena Clara		Negra		Mulata		Parda		Ruiva		Oriental		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18 a 22 anos	16	4,2	152	40,5	177	47,2	02	0,6	01	0,3	12	3,2	01	0,3	10	2,6	04	1,1	375	29,6
23 a 27 anos	19	4,6	181	44	163	39,6	04	1,0	01	0,2	19	4,6	01	0,2	17	4,1	07	1,7	412	32,6
28 a 32 anos	09	3,0	127	42	141	46,5	00	00	02	0,6	09	3,0	01	0,3	11	3,6	03	1,0	303	24
33 a 37 anos	04	3,0	65	48,1	58	43	00	00	02	1,5	02	1,5	00	00	03	2,2	01	0,7	135	10,7
38 a 42 anos	02	5,1	17	43,6	19	48,7	00	00	00	00	01	2,6	00	00	00	00	00	00	39	3,1
Total	50	4,0	542	42,9	558	44,1	06	0,5	06	0,5	43	3,4	03	0,2	41	3,2	15	1,2	1.264	100

Fonte: Pesquisa direta

Na faixa etária entre 18 a 22 anos, a categoria “Morena” se sobressai com 47,2%; seguida por “Loira” com 40,5%; já a terminologia “Branca” representa 4,2%; “Mulata” está na ordem de 3,2%; enquanto “Ruiva” possui 2,6%; e “Oriental” corresponde a 1,1%. Também nesta faixa etária, as categorias “Morena Clara” com

0,6%; “Negra” e “Parda” com 0,3% cada uma, são as que possuem menor representação, considerando o total de 375 mulheres entre 18 e 22 anos.

Na faixa etária entre 28 a 32 anos, o perfil “Morena” possui maior destaque com 46,5%; seguido por “Loira” com 42% e “Ruiva” com 3,6%. As terminologias “Branca” e “Mulata” aparecem com 3% cada uma; “Oriental” apresenta 1%; enquanto “Negra” e “Parda” correspondem, respectivamente, 0,6% e 0,3%, considerando o quantitativo de 303 mulheres entre 28 e 32 anos. O termo “Morena Clara” não possui representação nesta faixa etária – padrão que vai se repetir para as de 33 a 37 e 38 a 42 anos.

Na faixa etária entre 33 a 37 anos, a categoria “Loira” apresenta 48,1%; seguida por “Morena” com 43% e “Branca” com 3%. A terminologia “Ruiva” possui 2,2%; “Negra” e “Mulata” estão na ordem de 1,5% cada uma; enquanto “oriental” corresponde a 0,7%.

Para finalizar, na faixa etária entre 38 e 42 anos, o perfil “Morena” representa 48,7%; seguido por “Loira” com 43,6%; “Branca” com 5,1% e “Mulata” com 2,6%. As categorias “Morena Clara”, “Negra”, “Parda”, “Ruiva” e “Oriental” não possuem representação nesta faixa etária, considerando um total de 39 mulheres entre 38 e 42 anos.

A seguir, a tabela 8 apresenta o perfil quanto a cor/raça e a faixa etária das trabalhadoras sexuais que atuam próximo aos centros das três capitais onde realizei pesquisa de campo presencialmente: Belém-PA, João Pessoa-PB e Belo Horizonte-MG. A faixa etária das mulheres que atuam neste segmento do trabalho sexual é mais ampla se comparada a das anunciantes dos sites, variando entre 18 e 68 anos de idade. A maioria delas possui entre 28 e 37 anos, o que corresponde a 30,9% do universo de 350 profissionais do sexo pesquisadas. A prevalência da faixa etária neste nicho está disposta da seguinte forma: 38 a 47 anos apresenta 26,9%; 18 a 27 anos possui 24,9%; 48 a 57 anos está na proporção de 12,2%; e por fim, 58 a 68 anos corresponde a 5,1% do quantitativo total.

No que se refere a composição étnico-racial, na faixa etária de maior prevalência entre 28 e 37 anos, o perfil “Morena” apresenta maior destaque com 39,8%; seguida por “Morena Clara” com 17,6%; “Branca” apresenta 16,6%; as categorias “Clara”, “Parda” e “Negra” correspondem a 3,7% cada uma delas; de modo semelhante as terminologias “Morena Escura”, “Mulata” e “Preta” possuem 2,8% cada uma; enquanto “Galega” está na ordem de 1%. As informantes que não souberam responder representam 5,5% do total de 108 mulheres entre 28 e 37 anos.

Tabela 8 – Perfil quanto a cor/ raça e a faixa etária das trabalhadoras sexuais que atuam próximo aos centros de Belém-PA, João Pessoa-PB e Belo Horizonte-MG

Cor/ raça	Branca		Clara		Galega		Morena		Morena Clara		Morena Escura		Parda		Mulata		Preta		Negra		Não souberam responder		Universo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18 a 27 anos	20	23	02	2,3	00	00	31	35,6	21	24,1	01	1,2	03	3,4	01	1,2	01	1,2	05	5,7	02	2,3	87	24,9
28 a 37 anos	18	16,6	04	3,7	01	1,0	43	39,8	19	17,6	03	2,8	04	3,7	03	2,8	03	2,8	04	3,7	06	5,5	108	30,9
38 a 47 anos	14	14,9	03	3,2	00	00	41	43,6	16	17	03	3,2	05	5,3	02	2,1	03	3,2	03	3,2	04	4,3	94	26,9
48 a 57 anos	07	16,2	02	4,7	02	4,7	10	23,2	06	14	02	4,7	03	7,0	01	2,3	04	9,3	01	2,3	05	11,6	43	12,2
58 a 68 anos	02	11,2	01	5,5	01	5,5	03	16,7	02	11,2	01	5,5	01	5,5	01	5,5	04	22,2	00	00	02	11,2	18	5,1
Total	61	17,4	12	3,4	04	1,1	128	36,6	64	18,3	10	2,9	16	4,6	08	2,3	15	4,3	13	3,7	19	5,4	350	100

Na faixa etária entre 18 e 27 anos, a categoria “Morena” também assume maior destaque com 35,6%, seguida também por “Morena Clara” e por “Branca” com 24,1% e 23%, respectivamente. A terminologia “Negra” apresenta 5,7%; “Parda” corresponde a 3,4%; “Clara” possui 2,3%; já “Morena Escura”, “Mulata” e “Preta” estão na ordem de 1,2%, se equiparando tal como na faixa de maior predominância; enquanto 2,3% não souberam responder, considerando o quantitativo de 87 mulheres com idade entre 18 e 27 anos. O perfil “Galega” não possui representação nesta faixa etária – tendência que vai se repetir para a de 38 a 47 anos.

Na faixa etária entre 38 e 47 anos, novamente a categoria “Morena” se sobressai com 43,6%; seguida também por “Morena Clara” e por “Branca” com 17% e 14,9%, respectivamente – constituindo um padrão étnico-racial predominante para as três faixas etárias de maior prevalência neste segmento do trabalho sexual. Por sua vez, o perfil “Parda” apresenta 5,3%, já as terminologias “Clara”, “Morena Escura”, “Preta” e “Negra” estão na proporção de 3,2% cada uma delas; “Mulata” corresponde a 2,1%; enquanto 4,3% não souberam responder, considerando o total de 94 mulheres pesquisadas com idade entre 38 e 47 anos.

Na faixa etária entre 48 e 57 anos, a categoria “Morena” se sobressai novamente sobre as demais com 23,2%; seguida por “Branca” com 16,2% e por “Morena Clara” com 14%; “Preta” apresenta 9,3%; “Parda” possui 7%. As terminologias “Clara”, “Galega” e “Morena Escura” correspondem a 4,7%; já “Mulata” e “Negra” representam 2,3%; enquanto 11,6 % não souberam responder, considerando o quantitativo de 43 mulheres com idade entre 48 e 57 anos.

Na faixa etária entre 58 a 68 anos, a categoria “Preta” assume maior destaque com 22,2%; seguida por “Morena” com 16,7%; “Morena Clara” e “Branca” correspondem a 11,2% cada uma; o mesmo ocorre com as terminologias “Clara”, “Galega”, “Morena Escura”, “Parda” e “Mulata” que juntas estão na proporção de 5,5% cada uma delas. O perfil “Negra” não possui representação nesta faixa etária; enquanto 11,2% não souberam responder, considerando o total de 18 mulheres com idade entre 58 e 68 anos.

Em síntese, observamos que a faixa etária das “acompanhantes” que ofertam seus serviços pelos sites varia de 18 a 42 anos de idade. Os valores praticados neste nicho giram em torno de R\$ 200,00 e 700 reais a hora. Por outro lado, a faixa etária das trabalhadoras sexuais que atuam nos circuitos dos centros de Belém, João Pessoa e Belo

Horizonte é bem mais ampla, variando entre 18 e 68 anos de idade. Os valores praticados estão na ordem de R\$ 30,00 a R\$ 100,00 reais, predominando a relação sexual de curta duração, popularmente conhecida como “rapidinha”.

Foi possível verificar que a faixa etária influencia no valor do programa em ambos os segmentos. De modo geral, as trabalhadoras sexuais mais novas tendem a cobrar valores maiores, enquanto aquelas com mais idade tendem a praticar valores menores. Para as “acompanhantes” este comportamento passa a ser mais recorrente entre anunciantes com mais de 33 anos de idade. Em virtude disso, é comum que algumas delas omitam a idade ou mesmo o valor do programa na descrição do anúncio. Já para a realidade da prostituição próxima ao centro das cidades pesquisadas, observamos um quantitativo significativo de mulheres com idade mais avançada, entre elas algumas continuam exercendo o trabalho sexual mesmo na “terceira idade”.

Tanto nos circuitos do centro das cidades pesquisadas quanto nos sites de “acompanhantes de luxo” não foi possível identificar a relação direta entre perfil étnico-racial e valor do programa, ainda que as anunciantes com a tonalidade da cor da pele mais escura não figurem entre aquelas que compõem os quadros de destaque dos sites, onde se pratica os maiores valores. Além das práticas sexuais negociadas e do tempo de duração do programa, em ambos os segmentos do trabalho sexual, o valor cobrado parece estar mais relacionado a dinâmica etária e as demais características físicas do corpo feminino: “seios fartos”, “bumbum avantajado”, “corpo malhado”, etc.

Percebemos, olhando em uma perspectiva comparativa, que a distinção de cor/raça na prostituição se altera significativamente quando se altera o “nicho” de atuação dessas mulheres no trabalho sexual, o que demonstra a interseção profunda entre raça, idade e classe social nesta atividade profissional. Portanto, as trabalhadoras sexuais que atuam nos circuitos próximos aos centros das cidades pesquisadas são, em sua maioria, pobres e de mais idade. Também possuem as tonalidades mais escuras no espectro do *continuum* de cor/raça; enquanto as trabalhadoras sexuais que ofertam em sites especializados os seus serviços como “acompanhantes de luxo”, são mais claras, mais novas, e favorecidas economicamente em relação aquelas que desempenham seu ofício nas áreas centrais – tendo condições financeiras para pagar por anúncios em sites que ofertam este tipo de serviço sexual, inclusive pagando valores adicionais para que seus anúncios tenham mais visibilidade nas seções de destaque. Além disso, o capital econômico e cultural possibilitou que muitas dessas acompanhantes atuassem como

camgirls no período mais severo de pandemia de covid-19, realidade bem diferente das trabalhadoras sexuais das áreas centrais das três capitais pesquisadas.

4.2 – Representações sobre a prostituição: a construção da imagem da “acompanhante de luxo” pelo site *AP das Makinas*

Dentre os sites de “acompanhantes de luxo” pesquisados, destacamos um que divulga os serviços sexuais de anunciantes da cidade de Campinas-SP e região, denominado *AP das Makinas*. O site se define como um “classificado de acompanhantes” e informa que oferece espaço exclusivo para garotas de programa, acompanhantes de luxo e modelos GP. Além disso, acrescenta que todas as mulheres que anunciam no *AP das Makinas* “são independentes, lindas e uma ótima companhia para quem busca sexo e companhia vip na cidade de campinas”. A escolha deste site se deu pelo fato de considerá-lo paradigmático para a compreensão das questões propostas neste capítulo, sendo bastante elucidativo no que se refere aos pressupostos de hierarquia e prestígio que marcam os discursos na tentativa de distinguir, em seu aspecto moral e socioeconômico, a atividade desempenhada por “acompanhantes de luxo” daquela exercida por prostitutas. Desta forma, ao divulgar o tipo de serviço ofertado por suas anunciantes, o *AP das Makinas* disponibiliza um texto em formato de artigo *on line* para explicar ao público o que é uma “acompanhante de luxo”, as características deste trabalho, bem como a justificativa pelos valores pagos por esse serviço.

Assim, o AP das Makinas explica:

O que é uma acompanhantes (sic) campinas de luxo?

Para contextualizar o trabalho de uma acompanhante, primeiramente é necessário entender todos os aspectos do seu trabalho, pois chamá-las de puta é algo grosseiro e não condiz com a verdade. Uma acompanhante de luxo é uma mulher distinta que por opção (vale a pena ressaltar essa questão), opta por uma vida de prazeres, não trabalha puramente pelo dinheiro e sim por satisfação pessoal. Uma puta, vende somente o seu corpo, sem ao menos saber o nome do cliente, uma acompanhante é o que o seu nome diz, uma companhia distinta na qual um homem pode contratar para ter um momento especial à dois. O termo comumente colocado em sites de

anúncios que é o “namoradinha” resume bem uma acompanhante, pois elas podem ser uma namorada de aluguel, que vão te acompanhar por uma noite em algum evento, como reuniões de negócios, festas, casamentos e etc, no fim da noite vocês poderão conversar e fazer um sexo inesquecível.

Uma acompanhante para ser reconhecida em seu ramo precisa ter alguns atributos básicos: ser linda, inteligente, conversar bem, ser discreta e ótima de cama. Isso é o que se espera de uma boa acompanhante campinas, pois não só em Campinas mas como no Brasil como todo, as acompanhantes são reconhecidas por um nível muito elevado de serviço. Para manterem esse nível alto de serviço, elas costumam atender à um número pequeno de clientes que normalmente são os que voltam uma vez por semana, justamente porque ali eles podem ter um momento maravilhoso, conversar, tomar uma bebida e relaxar, as acompanhantes geralmente possuem curso superior e são empreendedoras por natureza. Isso as torna pessoas extremamente interessantes.

A partir deste texto, podemos observar que ao tentar definir e contextualizar o trabalho de uma “acompanhante de luxo”, o *AP das Makinas* de imediato busca distingui-lo da prostituição, visando afastar qualquer aproximação com esta prática considerada negativa e carregada de estigma, afinal confundir ou chamar uma “acompanhante” de puta representa grosseria e rebaixa o seu trabalho, considerando a “qualidade” dos serviços prestados por essas mulheres. Segundo esta perspectiva, tal confusão acarreta em uma conduta eminentemente ofensiva, além de não condizer com a “realidade” das características que constituem a natureza “distinta” do trabalho exercido pelas “acompanhantes de luxo”. Assim, podemos dizer que a definição de “acompanhante de luxo” tem origem naquilo que não se quer ser e da qual se quer distância: puta.

Mas, que características distintas são essas? Para o *AP das Makinas*, as “acompanhantes de luxo” não se comparam as putas porque, supostamente, escolheram trabalhar em busca de prazer e satisfação pessoal e não apenas visando o retorno financeiro – e esta questão deve ser enfatizada, segundo o próprio site. Por outro lado, a imagem da puta é representada pelo eixo simbólico da ausência e da necessidade: sem escolhas, desprovida de oportunidades, só lhe resta “vender seu corpo” para sobreviver.

A construção da imagem da puta através do estereótipo da necessidade (MARTIN, 2003) nega a ela a possibilidade de agência, uma vez que a “ausência” de escolha passa a ser inscrita na lógica do fracasso ou do auto-sacrifício. Além disso, impede que a sexualidade dessas mulheres seja compreendida com base no prazer, ao contrário do que ocorre na narrativa sobre as “acompanhantes de luxo” que, além de serem bem remuneradas, ainda obtém prazer e satisfação pessoal prestando serviços sexuais.

Ser “linda”, “inteligente”, “discreta” e “ótima de cama” são predicados considerados básicos e, ao mesmo tempo, conferem prestígio e distinção para acompanhantes de luxo. Muitas delas, inclusive, são descritas como “empreendedoras” e possuem curso superior, notabilizando o padrão elevado dos serviços prestados neste nicho do mercado do sexo. A associação traçada entre prostituição de luxo e empreendedorismo, sob a lógica neoliberal capitalista, se configura como elemento importante para compreendermos como são construídas as representações sociais e os processos de subjetivação das pessoas inseridas nesse “nicho” do trabalho sexual. Como nos diz o site *AP das Makinas*, as acompanhantes fornecem uma experiência diferenciada a seus clientes, não apenas no que diz respeito ao sexo, mas a um conjunto de atributos que “agregam valor” ao seu serviço: uma namorada de aluguel qualificada para acompanhar os clientes a qualquer evento, seja de negócios, de entretenimento ou mesmo familiar. A proposta de uma “namorada de aluguel” ou de um encontro no “estilo namoradinha”, visa transcender a noção de programa convencional ao possibilitar uma dimensão mais íntima e profunda entre cliente e “acompanhante” por meio de beijos, massagens, banhos juntos e outros momentos compartilhados que possam expressar o tipo de relação que se estabelece em um namoro; bem diferente da relação que, supostamente, se tem quando se contrata os serviços de uma puta “que vende somente o seu corpo, sem ao menos saber o nome do cliente”.

Sobre as características do trabalho de “acompanhantes de luxo”, o *AP das Makinas* acrescenta:

(...) A acompanhante normalmente atende em lugares próprios ou indicam, isso para resguardar os seus clientes e oferecer intimidade em um processo que vai durar algumas horas, essas serão transformadoras no dia, pois uma acompanhante sabe como ninguém satisfazer um homem e isso fará toda a diferença em seu dia. Essas mulheres são incríveis, são capazes de mudar um dia péssimo para

algo inesquecível, vale apenas atravessar a cidade para ficar com uma delas. Com a tecnologia do whatsapp, você pode pegar o telefone delas, conversar pedir fotos e marcar seu encontro. Vale ressaltar que você não marca um programa e sim um encontro, no qual ela vai escolher você para saciar seu tesão por homens, porque diferente de uma puta, você pode conquistar uma acompanhante, para dar e receber prazer.

Segundo Bruna Surfistinha em uma entrevista para o Cosmopolitan da revista abril: “não eram só os clientes que realizavam fantasias comigo. Quando rolava uma boa química entre nós, eu também aproveitava para colocar em prática as loucuras que me davam tesão. Verdade que entrei na prostituição para me sustentar, e não por diversão afinal, fugi de casa depois de brigar tanto com meus pais. Mas vivi intensamente a minha curta carreira, que durou três anos. Fazia de cinco a seis programas diários e cheguei a orgasmos alucinantes em muitos deles (Surfistinha, 2016)”.

Neste trecho nos deparamos novamente com a narrativa de experiência diferenciada a que se propõe os serviços prestados por “acompanhantes de luxo”, a começar pela natureza que rege o tipo de relação que se espera estabelecer, afinal marca-se um encontro e não um programa. Assim, dá-se ênfase na relação de intimidade, inscrita nas possibilidades que o encontro permite, e a capacidade dele em transformar o dia do cliente em algo inesquecível. Além disso, o encontro é descrito como possibilidade de se vivenciar uma “conexão erótica” mais profunda, em que o cliente não sacia apenas o seu desejo por prazer sexual, mas também sacia os da acompanhante. Considerando que a opção por este ofício se deu através de determinada noção de prazer e satisfação pessoal mediada pelo sexo, as acompanhantes podem ser “conquistadas” pelos clientes e também realizar seus próprios desejos e fantasias sexuais, como pode ser observado na entrevista de Bruna Surfistinha ao Cosmopolitan. O relato de Surfistinha é utilizado para chancelar as ideias expostas pelo *AP das Makinas* sobre o que é uma “acompanhante de luxo” e as características dos serviços prestados por elas, bem como para reforçar a representação que vem sendo tecida ao longo de sua construção narrativa sobre a distinção entre o programa realizado com uma puta e o encontro com uma acompanhante. Isto fica ainda mais evidente quando o site busca justificar os valores cobrados pelos serviços de acompanhantes de luxo:

Acompanhantes campinas é mais caro do que puta?

Resumidamente, sim, uma acompanhantes campinas (sic) como podemos observar em todo nosso artigo é uma pessoa que oferece um serviço e não simplesmente sexo. Elas entram na prostituição para ganhar a vida, mas oferecem todo um mix de serviços que as diferenciam, pois você terá à oportunidade de estar com uma mulher escultural que sabe muito bem o que está fazendo.

Colocando dessa forma, ser mais caro não é a palavra correta, mas sim o valor agregado do serviço é maior. Com uma acompanhante você poderá conversar, beijar, namorar, tomar banho juntinho, receber mensagem, sair para jantar, ir para uma festa e transar loucamente no final.

Nota-se que o serviço de uma puta, dar-se-á em um beco, pagou, gozou sai fora, simplesmente isso a venda do corpo de forma vazia, uma acompanhante será uma experiência para uma vida toda, na qual você com certeza vai voltar.

No trecho acima, é interessante destacar que, ainda que se reconheça que aquilo que as acompanhantes realizam está inserido no rol da atividade prostitucional, os serviços prestados por elas são compreendidos como se excedessem em muito aqueles desempenhados pelas putas. Assim, podemos perceber mais uma vez como os atributos que “agregam valor” aos serviços de acompanhantes são descritos como sua marca distintiva, aquilo capaz de garantir satisfação e conferir prestígio ao cliente que pode pagar por este serviço, em nada comparado ao de uma puta – como quer enfatizar a narrativa. Desta forma, segundo tal perspectiva é possível estar na prostituição e exercê-la sem necessariamente ser puta – o que será aprofundado em discussão específica mais adiante.

Além disso, observamos neste mesmo relato que os serviços prestados pelas putas são destituídos de todo o seu contexto e complexidade: a dimensão do flerte e da sedução são esvaziadas e reduzidas apenas ao ato sexual em si, mais especificamente ao gozo. No Brasil existe uma vasta literatura acadêmica a respeito da prostituição em que se aborda sobre a expertise e sobre as diferentes técnicas de interação e de sedução utilizadas pelas putas para conquistar o cliente (GASPAR, 1985; PASINI, 2000; BLANCHETTE & SILVA, 2009; OLIVAR, 2013). Essas estratégias fazem parte do

lastro de experiências acumuladas por essas mulheres no trabalho sexual e constituem-se em saberes que se manifestam em performances de sedução colocadas em prática através da sua corporalidade e sexualidade, iniciando-se desde o flerte e tendo como o ápice o gozo do cliente. No entanto, é preciso que se diga que essas estratégias não são definidas previamente e estão em fluxo permanente, levando em conta o cliente, o lugar e o contexto de modo geral em que se desenrola o programa, um *devoir* (OLIVAR, 2013) permeado de possibilidades e incertezas.

Como dissemos no primeiro capítulo desta tese, o universo da prostituição é diversificado e multifacetado. No entanto, como nos mostrou Natânia Lopes (2016), em sua tese sobre prostituição de luxo feminina na cidade do Rio de Janeiro, não devemos considerar a ferramenta da divisão da prostituição em escalões (baixo, médio e alto meretrício) para se fazer, somente com base neste critério, generalizações de comportamentos e códigos de conduta típicos a cada um desses nichos da profissão, sob pena de reproduzir discursos engendrados no senso comum carregados de pressupostos de hierarquia e de exclusão que sustentam tais diferenças. Além disso, a reprodução desses discursos acaba por atender a interesses particulares de determinados grupos específicos que se beneficiam direta ou indiretamente da imagem negativa de um certo tipo de prostituição considerada perigosa e imoral, praticada em becos por pessoas vulgares que vendem seu corpo de forma vazia, como sugere o texto disponibilizado pelo *AP das Makinas*.

Natânia Lopes (2021), em outra publicação mais recente, ressalta que o sentido do “luxo” na prostituição pode assumir uma função moralizante em relação a outros nichos deste mercado ao evocar uma espécie de ordem moral de “civildade” característica das elites, expressa em certas condutas e etiquetas que tem a ver com classe social e poder de consumo. Esta ordem moral de “civildade” se constituiria em uma válvula de escape para o lado da abjeção entre as mulheres que atuam na “prostituição de luxo”. Esta imagem da acompanhante glamorosa concorre com o estereótipo da prostituta pobre, constituindo um campo de tensão pelo qual as prostitutas “de luxo” se movem, como a própria autora nos diz: “porque são ‘de luxo’, estas mulheres seriam limpas e não sujas, saudáveis e não doentes, discretas e não escandalosas, educadas e não grosseiras. Magras, inteligentes, bonitas etc.” (LOPES, p. 12: 2021).

Natânia Lopes (2021) estabelece uma analogia entre o desinteresse dos clientes dos michês por garotos homossexuais (efeminados) e a preferência por heterossexuais

(viris), apresentados na obra de Nestor Perlongher (1986), com a fantasia que clientes da “prostituição de luxo” parecem ter ao desejarem relações sexuais com prostitutas, mas que “não sejam prostitutas”. A autora acrescenta que o repertório de imagens e fantasias sobre a “prostituição de luxo” está intimamente articulado ao desejo dos clientes destes serviços, e que estão relacionados também com a manutenção de um pudor que envolve certas regras para controle de corpos e comportamentos (LOPES 2021).

Sabemos que ideias e práticas engendradas para distinguir “prostituição de luxo” e “baixo meretrício” não se constituem em fato novo. Margareth Rago (1990), em pesquisa sobre prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo entre as décadas de 1890 e 1930, já problematizava as explicações prontas e as imagens projetadas sobre essas mulheres, carregadas de estereótipos e clichês amplamente disseminados no senso comum, mas não reduzidos a ele, compunham também o repertório de romances, das notícias veiculadas pela imprensa e dos documentos oficiais daquele período. Nessas representações, o universo da prostituição *chic*, nos termos da própria autora, era metaforizado por imagens que evocavam “prazer” e “tranquilidade”, mas também “violência” e “depravação”. Por outro lado, o “baixo meretrício” era associado a noções de “animalidade da carne”, de “bestialidade do sexo”, do “gozo irrefreável” e da “orgia sem limite”, evidenciando que este representava o último estágio de degradação humana (RAGO, 1990).

Se faz necessário destacar que essas imagens sobre a prostituição praticada nas classes populares também evocam uma dimensão eminentemente racial, uma vez que até a abolição da escravidão, em 1888, a maioria das mulheres que prestavam serviços sexuais nas principais cidades brasileiras eram escravas e negras forras (PEREIRA, 2005). É sabido que o conjunto dessas imagens e estereótipos foram engendrados ao longo de séculos de violências sob a égide de abusos e estupros a qual mulheres negras eram sistematicamente submetidas como parte de um processo de dominação escravocrata e patriarcal. No artigo “Intelectuais Negras”, ainda que o propósito de bell hooks (1995) seja outro e não o de desenvolver uma análise sobre a exploração sexual durante a escravidão e os reflexos disso para a construção de imagens sobre a sexualidade de mulheres negras, a autora é precisa quando nos diz que a cultura branca teve que produzir uma iconografia que persiste em representar os corpos de mulheres negras como símbolos sexuais dotados de erotismo primitivo e desenfreado, a fim de justificar a exploração e o estupro promovido pelos homens brancos sobre as mulheres

negras durante a escravidão (HOOKS, 1995). Não à toa, essas imagens e estereótipos associavam a mulher negra à animalidade, enquanto a sexualidade e o ato sexual em si remetiam à lasciva e vulgaridade como características intrínsecas dessas mulheres.

Para a segunda metade do século XIX, Magali Engel (2004) nos mostra que a prostituição estava espalhada nas mais diversas regiões na cidade do Rio de Janeiro, apresentando um perfil econômico-social e cultural bastante diversificado. A autora informa que a prostituição era fonte de renda para escravas, libertas, mulheres livres brasileiras e estrangeiras; e abrangia os diferentes segmentos do trabalho sexual, desde o “baixo meretrício” até a chamada “prostituição de luxo”, uma vez que esta prática se constituía como a opção de maior expressividade de ganhos em um cenário que restringia bastante as oportunidades de empregos para as mulheres (ENGEL, 2004).

Para as escravas no Rio de Janeiro, a prostituição se confundia com uma variedade de serviços domésticos, de modo que essas mulheres serviam duplamente aos seus senhores, tanto na execução de atividades dos afazeres do lar, quanto na prestação de serviços sexuais a terceiros. Portanto, era prática comum na organização da sociedade escravocrata e patriarcal que escravas de ganho desempenhassem atividades de lavadeira e cozinheira de dia e durante a noite “recebessem visitas”. Contudo, quando consideravam a quantidade de trabalho exigida por seus senhores abusiva, essas mulheres recorriam as autoridades policiais para denunciar a situação de exploração por acúmulo de trabalho (PEREIRA, 2005).

Por sua vez, a prostituição referida por Margareth Rago (1990) como *chic*, era constituída em sua maioria por mulheres migrantes que desembarcaram no Brasil desde as primeiras décadas do século XIX oriundas de diferentes países europeus: França, Espanha, Itália, Áustria, Polônia, dentre outros. O fluxo migratório se intensificou em princípios do século XX, por meio de um projeto político-ideológico de branqueamento da sociedade brasileira através do estímulo de imigração de europeus para o país, no intuito de embranquecer a população nacional considerada economicamente atrasada e racialmente inferior a outras sociedades (SCHWARCZS, 1996; SEYFERTH, 1991; SKIDMORE, 1976). Os países da América Latina figuravam como o principal destino dessas mulheres migrantes, em função do desequilíbrio entre o quantitativo de homens e mulheres, uma vez que a primeira leva de migrantes foi composta majoritariamente por homens solteiros ou desacompanhados de sua família (KUSHNIR, 1996). Entre as próprias estrangeiras que vieram exercer o trabalho sexual no país, havia uma hierarquia de prestígio que distinguia as “francesas” das demais mulheres públicas. Ser “francesa”,

as chamadas *cocotes*, significava ter acesso a espaços de requinte da aristocracia e atender a clientes abastados (DEL PRIORE, 2011); enquanto ser “polaca”, por exemplo, representava a pobreza e o estigma de ter sido vítima de tráfico de mulheres brancas¹⁷² (KUSHNIR, 1996).

Na *Belle Epoque*, as confeitarias, os cafés-encontros, os teatros e as “pensões-chiques” mais elegantes de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo eram frequentados por inúmeras estrangeiras que flertavam com os clientes e ofereciam seus serviços sexuais (RAGO, 1990; ENGEL, 2004). No Rio de Janeiro, as ruas do Passeio, do Ouvidor e Gonçalves Dias, onde estavam localizados as *pensios d’artites*, como espaços no centro da cidade destinados a prostituição de luxo, mas também, no Catete, em Botafogo e no Jardim Botânico essa prática era bastante comum (ENGEL, 2004). Poder pagar por esses serviços representava status e conferia prestígio em um contexto em que as pretensões de modernidade eram definidas por valores e costumes inspirados na Europa, mais especificamente franceses. Magali Engel (2004) ainda nos diz que as prostitutas dos bordéis de luxo se destacavam como grandes interlocutoras dos clientes em discussões sobre política, economia e artes, dentre outros assuntos monopolizados pelo universo masculino à época. Essas mulheres migrantes que buscaram se estabelecer na América Latina, principalmente na Argentina e no Brasil, vieram atrás de melhores condições de vida e desempenharam suas atividades laborais nos mais variados postos de trabalho destinados as mulheres aquela época, inclusive, nos mercados do sexo (AGUSTÍN, 2007).

Assim, ao longo deste tópico pudemos perceber como diferenciações de classe e de raça se constituem em diacríticos na construção de imagens e estereótipos que cumprem a função de estabelecer hierarquias e distinguir os diferentes nichos do trabalho sexual. Essa breve digressão nos possibilitou enfatizar a multiplicidade de experiências de mulheres na prostituição, bem como um conjunto de imagens negativas a respeito das prostitutas do “baixo meretrício”. Não obstante o lapso temporal, é

¹⁷² Embora o tráfico de mulheres brancas ter se constituído em narrativas sensacionalistas, muitas vezes, com o propósito de gerar pânico moral contra o trabalho sexual, Beatriz Kushnir (1996) nos mostra a história concreta de mulheres judias que foram traficadas de países do leste europeu para o Brasil. Essas mulheres, denominadas de “polacas”, migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida, fugidas do crescente antissemitismo na Europa. Elas tiveram suas expectativas frustradas ao caírem em uma rede de tráfico de mulheres, sendo forçadas a se prostituírem por membros da própria comunidade judaica. Em resposta a marginalização e exclusão que sofriam, essas mulheres fundaram associações de ajuda mútua com finalidades beneficentes e funerárias. A organização criminosa Zwi Migdal, responsável pelo tráfico de mulheres do leste europeu para os EUA, Argentina e Brasil, operou em um período que se estendeu desde os meados do século XIX até o início da segunda guerra mundial (KUSHNIR, 1996).

perceptível o quanto essas imagens que remetem uma postura de repugnância em relação à prostituição e a uma condição de degradação da pessoa que a exerce, em particular aquela praticada nas classes populares, tendem a ser reproduzidas e perduram até os dias atuais, assumindo contornos específicos a cada contexto.

4.3 – Empreendedorismo, exclusividade e consumo: a lógica neoliberal que confere sentido a distinção entre “acompanhantes” e putas

Esses sites disponibilizam informações detalhadas sobre as “acompanhantes”, descrevendo desde suas características físicas: idade, altura, peso, cor da pele, olhos e cabelos, etc.; os tipos de serviços sexuais prestados: atendimentos a homens, mulheres, casais, sexo grupal, sexo oral (com ou sem preservativo¹⁷³), sexo anal, chuva dourada, beijo grego, práticas de BDSM, inversão de papéis, etc. Detalham, ainda, o valor do cachê, os dias e horários de atendimento e a disponibilidade ou não para viagens; bem como os demais atributos que “agregam valor” ao serviço, tais como: encontros no estilo “namoradinha”, estilo e discrição para acompanhar o cliente em eventos sociais, formação educacional de nível superior e fluência em outros idiomas, por exemplo.

A seguir, reproduziremos o anúncio de três “acompanhantes de luxo” no intuito de apresentar as características do anúncio, os serviços prestados e as estratégias empregadas para atrair clientes.

Rafa	Cachê: 500,00		
Naturalidade: Belém-PA	Cor do Cabelo: Loiro		
Atendimento: 08:00hs às 17:00hs. Somente homens			
Peso: 62 kg	Cor dos olhos: Castanhos	Altura: 1,62	
Manequim: 38	Quadril: 102	Cor: Morena	Idade: 22
Viagem: a combinar			

¹⁷³ Algumas interlocutoras disseram que o sexo oral sem preservativo está condicionado ao valor cobrado pelo programa.

Detalhes:

Rafa é a mais nova anunciante a integrar o maior portal de acompanhantes de luxo em Belém com sua primeira vez no entretenimento e 100% novidade, já mais vista no mercado do prazer, culta e alto nível, estudante prestes a se formar na área da construção civil, possui condução própria, fazendo um conjunto de beleza com rosto e corpo todo definido do tipo fitness.... Totalmente alto nível falando vários idiomas, mas pretende juntar o útil e o agradável! Foi mais um registro pelas nossas lentes mostrando toda a realidade e sem falsa propaganda.... Especialmente para homens finos e alto nível de potencial que conhece verdadeiramente acompanhantes de luxo. Ligue e comprove!!!

Silvia

Cachê: 500,00

Naturalidade: Recife-PE

Cor do Cabelo: Loiro

Atendimento: 24hs. Somente homens

Peso: 59 kg

Cor dos olhos: Castanhos

Altura: 1,70

Manequim: 38

Quadril: 102

Cor: Branca

Idade: 23

Viagem: a combinar

Detalhes:

Olá sou Silvia, uma acompanhante de luxo cheia de carisma, sensualidade e todo esse corpo das fotos. Gosto de fazer um atendimento namoradinha apaixonada, cheio de beijos verdadeiros e envolventes, deixo as coisas serem bem ao natural. Atinjo todos os tipos de homens, aos mais elevados níveis de exigência, então vamos marcar nosso encontro que estou aguardando por você! Posso atendê-lo com total discrição. Terapeuta corporal erótica. Terapia, sexo e massagem. Ligue e comprove!!!

Stephanie

Stephanie, simplesmente uma representante digna com rostinho de “BONECA” e alto nível, para clientes de potenciais e exigentes ao extremo. Reconhecida pessoalmente pelo site, quem gosta de uma mulher fina e alto nível e um corpo fora de sério de pele branquinha e seios rosadinhos e succulentos, essa é a dica certa, de quem garante um atendimento para ter BIS, com direito a beijo na boca e muito mais... não deixando faltar nada em seu atendimento, esta acompanhante de luxo que se veste bem, e pelo seu cheiro de perfume importado que usa. Venha conferir!

PERFIL	QUANTO COBRO
Idade: 22 anos Peso: 57kg Altura: 1,67 mts	Por uma hora: 500,00 Casal: 700,00 Por uma noite: 1.200,00
O QUE FAÇO	COMO ATENDO
Sexo vaginal: sim Sexo anal: sim Sexo oral: sim Beijo na boca: sim Fantasias: sim Festas e eventos: sim	Atendo: Homens e Casais Locais: Hotéis e Motéis Quando: 24hs

Esses anúncios foram retirados de dois sites que se intitulam especializados na oferta de serviços sexuais ditos de “luxo”. Os anúncios podem assumir como estratégia descritiva a apresentação das acompanhantes em terceira ou primeira pessoa. No primeiro caso, compete a equipe que administra a página tecer os comentários sobre as interessadas em divulgar no site; enquanto, no segundo caso, são elas próprias que o fazem. O formato dos anúncios varia de agência para agência, geralmente apresentam as características físicas das mulheres, os tipos de serviços prestados e as suas “qualidades” na cama e fora dela, que agregam valor ao programa. De regra, o material fotográfico é fornecido pelas próprias anunciantes. No entanto, alguns sites também facilitam o ensaio fotográfico indicando um profissional da área, principalmente para as iniciantes que ainda não possuem um *book*.

Na descrição dos anúncios é interessante observar a recorrência de alguns elementos discursivos que ajudam a compor as representações sobre as práticas neste segmento do trabalho sexual. Nos três anúncios é explícito a menção ao termo “acompanhante de luxo”, a fim de demarcar o tipo de serviço e seus atributos distintivos que, supostamente, permeiam em vários aspectos a experiência dos consumidores deste mercado do sexo. No que se refere aos clientes, são caracterizados como um perfil bastante seletivo: homens finos, de alto potencial (econômico), com elevado nível de exigência e que, por isso, sabem distinguir as acompanhantes de luxo de outras mulheres.

Por sua vez, as acompanhantes também devem constituir um perfil bastante seletivo para atender o nível de exigência dos clientes, ao que parece o padrão estaria circunscrito na relação entre “beleza de rosto e corpo todo definido do tipo fitness”. Sensualidade, carisma e discrição são elementos importantes, mas que prescindem de

“todo esse corpo das fotos”, “sem falsa propaganda”, afinal o corpo é o capital por excelência na prostituição, e o padrão de beleza na prostituição dita de luxo assume contornos específicos neste mercado altamente competitivo. Além disso, as acompanhantes são descritas através de outros predicados: mulheres finas, de alto nível, que se vestem bem e fazem uso de perfumes importados. Estudantes universitárias, cultas e fluentes em outros idiomas, são alguns atributos mencionados nos anúncios.

Outro elemento discursivo recorrente nos anúncios diz respeito ao tipo de “conexão erótica” entre acompanhantes e clientes: “um atendimento namoradina apaixonada, cheio de beijos verdadeiros e envolventes”, “não deixando faltar nada... com direito a beijo na boca e muito mais”. Como dissemos anteriormente, o programa no “estilo namoradina” transcende a noção convencional estabelecida na relação de troca sexo-dinheiro, uma vez que o eixo simbólico pelo qual se manifesta possibilita aquilo que Elizabeth Bernstein (2007-a) denomina de “autenticidade demarcada”, isto é, uma dimensão mais íntima e profunda entre os sujeitos envolvidos, e que antes era relegado à esfera privada de relacionamentos entre casais que pressupunham maior estabilidade. Isto se manifesta também quando atuam como “conselheiras”, como podemos observar no anúncio de uma acompanhante que inclui a “escuta” no rol dos serviços sexuais prestados por ela:

“Sou bem magrinha, alto nível. Sou uma ouvinte boa, dou carinho, sou sensual e também chupo pica. Quem vem comigo sempre volta”
(Nicole).

Desabafar com trabalhadoras sexuais problemas de ordem pessoal, principalmente as decepções amorosas e aqueles decorrentes do casamento, é mais comum do que costumamos imaginar – experiência também vivida por mim e que, de certa forma, contribuiu para que eu chegasse até aqui. A negociação da intimidade entre trabalhadoras sexuais e clientes, mediada pela relação de troca sexo-dinheiro, possibilita a flexibilização de fronteiras entre ambos para que determinadas situações e problemas de ordem pessoal sejam externados por clientes no contexto do programa. Estudiosos do tema definem isto como trabalho emocional, que não é um serviço oferecido nas ruas ou em espaços convencionais de prostituição – onde quase não há diálogo e tampouco envolvimento emocional (WEITZER, 2010), embora saibamos de casos em que isto tenha ocorrido.

Segundo Bernstein (2007-a), a compra e venda de conexão física e emocional autêntica, representa uma característica distintiva na variedade dos serviços sexuais disponíveis na atualidade. Este tipo de relação decorre de uma espécie de privatização do comércio sexual que influencia, inclusive, a dimensão emocional das trabalhadoras sexuais ao impulsioná-las a fornecer para seus clientes formas cada vez mais profundas e mais íntimas de “conexão erótica” e “afeto autêntico”.

No entanto, nem todas trabalhadoras sexuais estão dispostas a lidar com a carga emocional dos clientes, uma vez que o trabalho sexual por si só já envolve uma parcela significativa de criação e contenção de emoção (CHAPKIS, 1997), como podemos observar no relato de outra acompanhante:

“Sou acompanhante para pessoas requintadas, sei como tratar bem um cliente e estou disponível para pernoite e viagens. Mas, se você está com problemas e precisa conversar sobre eles, procure um psicólogo e não os meus serviços” (Camila).

Desde a década de 1990, Elizabeth Bernstein (2007-a) tem sinalizado para as intensas transformações na economia sexual contemporânea como reflexo de um fluxo expressivo de inserção da classe média no trabalho sexual, acarretando em mudanças no perfil das pessoas e da prestação do serviço entre os atores sociais inseridos no universo da prostituição¹⁷⁴. Segundo a autora, com o advento da classe média no trabalho sexual houve um “branqueamento” significativo no perfil de cor/raça entre aquelas que ofertam sexo neste nicho do mercado. Essa entrada ocorreu principalmente entre mulheres da chamada “classe criativa” (mulheres brancas, com ensino superior, suscetíveis de serem excluídas das posições de maior remuneração) diante das disparidades de gênero da vida econômica pós-industrial e a remuneração relativamente elevada da indústria do sexo, constatando que as formas de opressão que experimentam dentro do trabalho sexual

¹⁷⁴ Bernstein (2007-a) aponta que, nos EUA, desde a década de 90 do século XX, estados e municípios tem implementado uma série de impedimentos legais para conter o comércio sexual seja através da criminalização da prostituição, de restrições de zoneamento em determinadas áreas urbanas, e até mesmo, paradoxalmente, da legalização da manutenção de bordéis. A autora nos mostra como a prática da prostituição entre as classes populares, o baixo meretrício, são alvos da ação policial e intervenção do Estado ao criminalizar tanto as trabalhadoras sexuais quanto os seus clientes, frequentemente associados a distúrbios sociais e a perpetração de crimes de toda a natureza; enquanto a prostituição praticada por pessoas de classe média e alta são toleradas por não serem consideradas ameaça a organização social e aos valores morais da sociedade estadunidense (BERNSTEIN, 2007-a).

poderiam ser menos severas em comparação com outros empregos no setor de serviços (BERSTEIN, 2007-a).

Sobre a prostituição de luxo feminina no Rio de Janeiro, Natânia Lopes (2021) nos informa que a maioria das mulheres inseridas neste universo tem origem nas classes baixas e médias-baixas, pertencentes a famílias de regiões periféricas da cidade como subúrbios e favelas. Esta realidade contrasta bastante com a imagem da garota universitária, de classe média, que ingressa na prostituição por aventura e por glamour. A autora sinaliza que são poucas as mulheres neste segmento que possuem formação educacional superior, ainda que a universidade acene como um projeto viável e mesmo desejável, mas na maioria das vezes se demonstra incompatível com a rotina de suas vidas (LOPES, 2021).

Assim, a imagem da universitária idealizada, que pode “se dar ao luxo” de se prostituir sem que haja necessidade material inerente a sua condição; ou mesmo da modelo que fala vários idiomas, faz parte do repertório dos desejos dos consumidores deste mercado e das representações que alimentam as narrativas sobre a “prostituição de luxo” (LOPES, 2021). Os sentidos atribuídos ao luxo na prostituição mobilizam um conjunto de repertórios simbólicos que operam nas expectativas das garotas de programa, dos clientes, dos agenciadores e demais profissionais que atuam nesse mercado, funcionando como uma espécie de selo que necessita ser construído e reafirmado sob certa noção de exclusividade, distinção e refinamento (LOPES, 2021).

No que se refere a origem social das “acompanhantes de luxo” desta pesquisa, a maioria tem procedência nas classes baixas e médias baixas, oriundas de bairros periféricos de Belém, João Pessoa e Belo Horizonte, muito semelhante ao perfil das interlocutoras de Lopes (2021), para a realidade do Rio de Janeiro.

Sobre o ingresso na atividade prostitucional como “acompanhante”, três interlocutoras nos dizem:

“Foi falta de grana mesmo! Eu tava numa fase bem difícil, sem emprego, filho pra criar, contas pra pagar...” (Priscila).

“Eu era jovem, o pai da minha filha tinha me deixado e eu precisava de dinheiro” (Rô).

“Eu entrei depois de ficar um bom tempo desempregada. E as contas não paravam de chegar. No início, era pra ser uma situação

temporária. Depois eu vi que dava pra fazer um bom dinheiro com isso e eu fui ficando” (Lúcia).

A partir desses relatos pude perceber que as narrativas sobre as circunstâncias de ingresso no trabalho sexual de “acompanhantes” não diferem substancialmente das que foram ditas a mim por aquelas que atuam próximo as áreas centrais dos municípios onde realizei a pesquisa de campo presencialmente, ainda que as motivações sejam outras e que existam disparidades de classes entre esses dois grupos de mulheres – o que influencia significativamente na percepção que tem da atividade que exercem e entre os diferentes segmentos do trabalho sexual. Estas circunstâncias estão profundamente relacionadas a questões estruturais no mercado de trabalho, que situam as mulheres em uma escala desigual se comparada aos homens, tanto no que se refere as alternativas de emprego quanto as condições para exercê-lo.

Não obstante as circunstâncias para o ingresso na prostituição ser semelhante para muitas das minhas interlocutoras, os relatos sobre a prostituição de luxo são fortemente marcados por uma perspectiva neoliberal de sociedade, centrada no sujeito e no consumo. De modo geral, as interlocutoras tendem a “glamourizar” as relações estabelecidas entre clientes e acompanhantes neste nicho do trabalho sexual.

“O homem quando está na companhia de uma mulher bonita, gostosa, ele se sente poderoso.... Eu me sinto poderosa com o dinheiro que eles me pagam e com os presentes que eu ganho” (Priscila).

“Hoje em dia ser bonita e atraente, pra manter esse corpinho assim custa caro: cabelo, perfumes, cremes, roupas, academia... Eu me valorizo e só gosto do bom e do melhor. Pra sair comigo tem que pagar bem” (Lúcia).

“Eu adoro viajar! Já fiz várias com os clientes, inclusive para fora” (Rô).

“Quem não gosta de ser bancada pelo cliente? Ir a jantares, fazer viagens, ganhar mimos... Eu tive um cliente *suggar* por dois anos, quando nem se falava nisso” (Carol).

O estilo de vida e a sociabilidade descrita pelas acompanhantes de luxo revelam uma atração particular por este segmento do trabalho sexual, uma vez que são seduzidas pelo luxo e glamour através da suposta facilidade com que se tem acesso aos ambientes requintados, a sofisticação dos bens e artigos consumidos; bem como o dinheiro que se pode ganhar com este negócio e o reconhecimento no mercado de desejos. Esses relatos expressam também uma atenção especial dada a beleza e a boa aparência como capital que viabiliza os ganhos econômicos e simbólicos neste meio, ao destacar o quanto as condições de trabalho e os locais destinados à prostituição de luxo excedem comparativamente aos lugares convencionais em que a prostituição ocorre. Assim, o imaginário sobre o luxo na prostituição possibilita as garotas de programa uma esperança de ascender à sociedade de consumo, com todas as suas implicações ideológicas expressas em sonhos e ilusões.

A maioria das interlocutoras com quem conversei disseram ter iniciado no trabalho sexual através dos clubes e casas de prostituição. Porém, em decorrência do avanço das mídias digitais e das facilidades da internet também passaram a ofertar seus serviços sexuais em sites especializados em anúncios de acompanhantes de luxo.

“Quando eu comecei, eu ficava preocupada com a minha exposição no site. Mas, depois eu vi que era mais interessante porque entrava mais dinheiro” (Priscila).

“Sem dúvida, o site aumentou bastante a minha cartela de clientes. A preocupação com a imagem foi só no início mesmo” (Rô).

“O site é mais lucrativo pra mim, tem mais visibilidade. Mas, eu tô começando também no *OnlyFans*¹⁷⁵ com venda de *packs*¹⁷⁶” (Pietra).

De acordo com essas interlocutoras, os sites possibilitam mais autonomia e compensação financeira, além de maior alcance e visibilidade em busca de clientes, ainda que signifiquem maior exposição da imagem, principalmente para aquelas que estão iniciando na carreira. Os sites não são o único espaço onde desempenham seu trabalho, quando não estão nos clubes ou nas casas, essas mulheres ficam por conta dos

¹⁷⁵ O serviço de conteúdo por assinatura *Onlyfans* anunciou que não permitirá mais a veiculação de material sexualmente explícito a partir de outubro de 2021.

¹⁷⁶ Pacotes de imagens (fotos e vídeos) sensuais e sexualmente explícitos. Os valores variam e são definidos pelos próprios criadores de conteúdo.

sites, mas estão sempre no “corre” para pagar as contas no fim do mês. A maioria delas transita por diferentes espaços de prostituição e dos mercados do sexo¹⁷⁷ e, conseqüentemente cobram valores e atendem uma clientela com perfil socioeconômico diferenciados, como indicam o relato de Pietra e a descrição do anúncio de Silvia: “Atinjo todos os tipos de homens, aos mais elevados níveis de exigência”, no início deste tópico. Outra estratégia são os deslocamentos por temporada ou mesmo, se o cachê for interessante, realizam a migração pendular entre municípios vizinhos como João Pessoa-PB e Natal-RN e João Pessoa-PB e Recife-PE, por exemplo. Por isso, é comum ver a mesma profissional anunciando em sites de cidades diferentes e relativamente próximas.

Para essas interlocutoras, a experiência como “acompanhante” parece estar bastante centrada nas suas trajetórias individuais e constitui uma realidade a parte da prostituição de modo geral, o que reflete no desconhecimento delas sobre o ativismo político do movimento de prostitutas no país. Ao falar sobre o movimento de prostitutas e perguntar sobre o PL Gabriela Leite, que visa regulamentar a prostituição enquanto atividade profissional reconhecida pelo Estado, a grande maioria delas disseram desconhecer-lo, bem como o conteúdo e as discussões que giram em torno do projeto de lei:

“Não sabia não..., mas tudo que vier para somar, ajuda” (Lúcia).

“Interessante isso, eu nem sabia que existia organização de prostitutas” (Rô).

“Não conheço, mas acho que elas têm que lutar pelos direitos delas mesmo” (Carol).

Como a experiência está circunscrita às suas trajetórias individuais, a maioria das acompanhantes entrevistadas desconhecia haver um movimento organizado de prostitutas no Brasil. Ao que parece, estas acompanhantes não percebem (ou apenas superficialmente) como as diferenciações de classe, de raça, e a própria formação educacional, por exemplo, lhes conferem certos privilégios e contribuem sobremaneira para a posição que ocupam no trabalho sexual. As narrativas evocam o pressuposto do

¹⁷⁷ Isto ficou mais evidente quando muitas acompanhantes que divulgam seus serviços em sites começaram a trabalhar também como *Cam Girls* durante a pandemia de Covid-19, principalmente no período de quarentena em que muitas cidades decretaram *lockdown*.

“sucesso” através da máxima neoliberal do “empreendedorismo individual”, ao passo que apagam as estruturas de poder conferidas por essas diferenciações sociais; igualmente ajudam a reproduzir uma imagem negativa sobre uma prostituição indesejada, associada ao fracasso pessoal.

“Eu ralei muito pra me afirmar nesse negócio e conquistar o que eu tenho hoje. Não é um trabalho fácil, mas os clientes pagam bem” (Priscila).

Não é sempre que o dinheiro entra fácil. Foi num momento de dificuldade que eu resolvi anunciar nos sites, tem que ter visão também. Mas hoje o que tá bombando é o *Onlyfans* (Lúcia).

Tem muito mercado nesse ramo, os clientes pagam bem principalmente quando se é novinha (Carol).

Apenas uma interlocutora disse conhecer algo sobre o Movimento e sobre o PL Gabriela Leite, pois passou a seguir as publicações de Monique Prada nas redes sociais.

“Conheço bem pouco. Eu comecei a seguir a Monique no Face [Facebook] e ela escreve muito sobre essas coisas, comparou até os motoristas de Uber com as prostitutas. Também vi que ela escreveu um livro” (Pietra).

Pietra se refere às publicações em que Monique Prada aborda sobre a necessidade de legalizar a prostituição e os espaços em que ela ocorre. Mas, também, destaca as comparações que Monique faz entre a prostituição e o trabalho de motorista de aplicativo (que ela própria exerceu por um tempo), estabelecendo as relações de precarização, alienação e exploração da força de trabalho em ambos.

No entanto, voltemos ao relato de Carol. O que esta interlocutora nos diz é bastante intrigante e chama a atenção por se referir as prostitutas na terceira pessoa, como se ela própria não fizesse parte do universo prostitucional. Ao ser questionada sobre o seu trabalho de acompanhante, se ele tem alguma semelhança ou pode ser considerado prostituição, com um tom exaltado, Carol explica:

“Eu sou acompanhante... Mas, eu não sou igual a uma puta! Você me entende ne!? Eu não me visto igual a uma puta, eu não falo igual a uma puta, eu não vou pra esquina fazer programa!” (Carol).

O que Carol quer nos dizer é que fazer prostituição é uma coisa e, para ela, ser puta é outra coisa bem diferente. Mesmo a possibilidade de estabelecer uma relação entre os serviços de acompanhante com a prostituição gera uma tensão e a necessidade desta interlocutora em explicitar o suposto distanciamento que existe entre as características e a dinâmica do trabalho da puta e da acompanhante. Este esforço para distinguir as práticas e a natureza dos serviços prestados em ambos os segmentos do trabalho sexual acaba sendo uma maneira de conferir respeitabilidade e legitimidade para os serviços de acompanhante, na tentativa de escapar do estigma prostituição – na medida em que reproduz e projeta este estigma para outras mulheres. Em outras palavras, Carol sabe que seu trabalho está inserido no universo da prostituição, mas ela não se considera puta porque entende que é uma pessoa distinta e por isso realiza um trabalho distinto em vários aspectos daquilo o que ela considera que uma puta faz, como ela nos diz:

“Eu acompanho clientes a jantares e eventos sociais, com frequência sou requisitada para viagens, ganho mimos... e também faço sexo”.
(Carol).

A narrativa de Carol nos conduz para uma dimensão da subjetividade que distingue “acompanhante” de “puta” e compõe a mesma lógica discursiva empregada pelo site *AP das Makinas*, para quem as acompanhantes são descritas como “mulheres distintas” e “empreendedoras por natureza”; enquanto as putas representariam a degradação humana daquelas que para sobreviver precisam “vender o corpo, sem ao menos saber o nome do cliente”.

Carol prossegue argumentando:

“Longe de mim querer desmerecer as outras, cada uma sabe da sua vida. Mas, eu nunca tive problemas com a polícia e eu não me sinto nem um pouco constrangida com o que eu faço! As pessoas e os lugares que eu frequento não tem nada a ver com prostituição”
(Carol).

Os relatos desta interlocutora quando menciona nunca ter tido problemas com a polícia e não se sentir constrangida com o que faz, ou mesmo quando diz que não se veste e não fala igual a uma puta, resultam fundamentalmente do estigma que essencializa as putas como imorais, vulgares, perigosas e decadentes, sobretudo aquelas que desempenham sua atividade profissional na prostituição de rua. Portanto, os modos de vestir e de falar (os comportamentos em um sentido mais amplo), problemas com a polícia e o constrangimento em fazer prostituição (em particular na esquina) surgem como elementos diacríticos na narrativa de Carol para definir e situar o lugar social das putas em comparação com as acompanhantes. Estas por sua vez, em contraste, se vestem e falam melhor, o que supostamente possibilitaria o trânsito em outros espaços (jantares, eventos, viagens), caracterizando o acesso a bens de consumo e o nível de escolaridade enquanto marcadores sociais da diferença.

Para se distanciar do estigma que assombra a prostituição, as “acompanhantes” sempre que necessário recorrem aos atributos que, supostamente, “agregam valor” ao seu serviço, no intuito de evitar qualquer aproximação com a imagem da puta. Assim, a imagem da puta evoca o lado abjeto da prostituição para as “acompanhantes”, um fantasma no sentido atribuído por Grace Cho¹⁷⁸.

A prostituição como fantasma também foi identificada por Anna Paula Araújo (2020) para o contexto das relações de trabalho das profissionais de eventos. A autora nos mostra como essas mulheres em meio a várias dificuldades e condições precárias de trabalho constantemente buscam se distanciar de qualquer prática que remeta a prostituição. No caso em questão é a imagem da “ficha rosa” que assombra as profissionais de eventos, operando com um poder discricionário de acusação ao marcar interações e relações através de códigos de moralidade. Esses códigos expressam uma condenação moral das mulheres que praticam a “ficha rosa”, empregada na lógica discursiva que distingue prostituição por “necessidade” de prostituição “por safadeza” (ARAÚJO, 2020). Em consequência disso, as profissionais de eventos percebem e vivenciam de maneira dramática os efeitos da sexualização, porque tem sua conduta e

¹⁷⁸ A noção de fantasma foi desenvolvida por Grace Cho (2008) no esforço de compreender os processos de apagamento de “traumas de guerra” nas relações estabelecidas, sobretudo, no seio familiar de mulheres coreanas que constituíram matrimônio com ex-soldados estadunidenses no fluxo de diáspora coreana para os EUA. Os “efeitos do trauma” estão centrados na figura de mulheres que foram exploradas sexualmente pelas tropas norte-americanas e aliadas durante a guerra da Coreia, o que conformou um sistema elaborado de apagamento de lembranças e invisibilidade de questões que não ficaram apenas no passado, mas que assumem dimensões transgeracionais que assombram no presente e se projetam para o futuro (CHO, 2008).

trabalho sob constante alvo de especulação por funcionários do próprio ramo e por terceiros. Apesar do fantasma da prostituição atingir todas as profissionais de eventos, as mulheres mais afetadas são aquelas racializadas como não brancas e cuja corporalidade esteja inscrita nos estereótipos relacionados às classes mais baixas, engendradas através de imaginários que as associam a ideia de puta (ARAÚJO, 2020).

A despeito dos diferentes contextos em que atuam profissionais de eventos e “acompanhantes de luxo”, podemos perceber como os códigos de moralidade atuam poderosamente como mecanismo de condenação de práticas que denotem qualquer aproximação com a prostituição ou com comportamentos, supostamente, característicos de puta.

Para a realidade das “acompanhantes”, esses códigos de moralidade se manifestam com frequência através do acionamento de determinadas condutas e etiquetas que remetem a diferenciações de classe e poder de consumo. Neste sentido, a função moralizante do “luxo” contribui para a conformação de uma governamentalidade de mercado que produz sujeitos, com base nos princípios neoliberais, mais adequados aos interesses da demanda por sexo nesse “nicho” emergente em particular.

A governamentalidade de mercado atua a partir de dispositivos disciplinares e de sexualidade a fim de controlar, normalizar e moldar os corpos e os comportamentos na prostituição, visando adequar-se a uma espécie de *ethos* de classe característicos das elites. Esta ordem moral de civilidade das elites passa a moldar as práticas e as mentalidades sobre as práticas de “acompanhantes de luxo”, em um processo de higienização daquilo que é considerado vulgar e indesejado na prostituição e nas putas. Isso nos ajuda a entender porque clientes desejam estabelecer relações com prostitutas que “não sejam prostitutas” (LOPES, 2021); igualmente e, como resíduo desse processo, porque algumas acompanhantes não se reconhecem como putas. Além disso, nos ajuda a entender também a disseminação dessas representações no conjunto da sociedade. Assim, a função moralizante do “luxo” engendra uma versão particular de prostituição demasiadamente normativa que, mesmo inconscientemente, se apropria e reinventa/atualiza um significado de prostituição, ao passo que por tabela esvazia e destitui a complexidade de experiências que constitui o seu universo.

Quando questionada se o tipo de trabalho que desempenha pode ser considerado “prostituição de luxo”, Pietra nos diz:

“Sabe, depois que eu passei a seguir a Monique, ela me fez pensar um monte. Não lembro bem, mas ela diz sobre a prostituição de luxo como procurar algo que não existe. Sabe, tem muito marketing nisso tudo, é um negócio! É igual aos anúncios, eu e minha amiga dizemos que somos primas e os caras piram com a gente... a maioria paga achando que somos priminhas [risos]” (Pietra).

Pietra prossegue:

“A maioria das meninas como eu, e outras que eu conheço também dizem que são de “luxo”, que falam vários idiomas... mas é tudo capa! Na hora, isso não importa pra maioria dos caras” (Pietra).

O relato desta informante sugere que muito daquilo o que se diz sobre a “prostituição de luxo” não passa de uma estratégia para atrair clientes. Assim, o “luxo” enquanto governamentalidade de mercado na prostituição atua sob a narrativa de exclusividade, distinção, e refinamento, que podem ser reais ou simplesmente presumidos, como nos sinaliza Pietra. Para as questões postas neste estudo, a relevância não reside em saber se a prostituição dita de “luxo” possibilita de fato a experiência que anuncia (a despeito de toda a subjetividade envolvida no processo) ou se se trata mais de “marketing” para atrair clientes – mesmo que para muitos deles “isso não importe na hora”. O imaginário e o conjunto de representações a respeito do significado do “luxo” na prostituição fazem uso de uma lógica neoliberal e capitalista profundamente articulada a diferenciações de classe e de raça, que operam como engrenagem para as desigualdades no trabalho sexual, dentre elas a função de reproduzir os estereótipos e os estigmas sobre a outra prostituição: a de rua.

5. Considerações Finais

Roberto Cardoso de Oliveira (2000) nos ensina que o trabalho do antropólogo se faz na trama entre o olhar, o ouvir e o escrever. E neste percurso traçados entre o olhar e o ouvir se estabelecem relações dialógicas, de empatia e, de partilha entre sujeitos (pesquisador e interlocutores) que possibilita o “encontro etnográfico”. Contudo, essas relações não são isentas de tensões e surgem como reflexo do confronto entre perspectivas sobre as coisas e sobre o mundo. O escrever, por sua vez, expressa a interpretação e a criatividade do pensamento que se traduz através de palavras para dar significação àquilo que se vivenciou. De todas, o escrever é a etapa mais solitária na qual se concretiza o *métier* antropológico.

Nesta trajetória de pesquisa para o doutoramento pude experienciar intensamente cada um desses momentos. Realidades completamente desconhecidas me foram apresentadas, o que me permitiu compreender trajetórias, escolhas, dilemas e vicissitudes da vida que antes pareciam ininteligíveis para mim, principalmente por não fazerem parte do meu repertório sociocultural. Hoje eu posso afirmar com toda a segurança que essa experiência me marcou profundamente em todos os aspectos: pessoal, profissional, político, etc. Não me recordo de ter adotado uma postura tão engajada como a que foi possível vivenciar junto às trabalhadoras sexuais, sobretudo as que constituem o movimento organizado de prostitutas, tendo sido instigado enquanto antropólogo a abraçar o compromisso de atuar junto a elas em prol do reconhecimento de direitos e na luta por cidadania. De todas as dimensões, foram os afetos e os ideais políticos que me conduziram para esta perspectiva, sequer imaginada antes de conhecer Lourdes Barreto e o GEMPAC, onde as portas se abriram para este caminho etnográfico trilhado sobre a prostituição em meio a tantas controvérsias na esfera pública, mas também repleto de aprendizado e esperança em um mundo mais justo.

Como vimos ao longo desta tese, a redefinição da prostituição como trabalho tem sofrido intensa oposição no Brasil. Os intercâmbios entre feminismos e Estado, assim como as articulações com a agenda do feminismo transnacional tem influenciado profundamente o debate recente sobre prostituição no país (PISCITELLI, 2012, 2016). Ao que tudo indica, as feministas radicais têm direcionado maior preocupação a prostituição por considerá-la vetor para crimes de incesto, pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, além de favorecer a cultura do estupro. Desta forma, a prostituição e a possibilidade de sua regulamentação laboral têm sido

convertidas praticamente em causa de violência contra as mulheres (PISCITELLI, 2016), o que poderia servir como justificativa para sua proibição e até mesmo criminalização.

O ativismo feminista contrário à prostituição tem como inspiração a aprovação da lei sueca, que ataca a demanda por serviços sexuais ao criminalizar o cliente e o “cafetão”; enquanto o Estado se compromete em fornecer assistência psicossocial para que as mulheres abandonem a atividade prostitucional e sejam reintegradas em setores do mercado de trabalho considerados dignos. Esta perspectiva é representada no Brasil pela comunidade *mulheres contra o estupro pago* e pelo *Comitê pela abolição da prostituição*, por exemplo. Estas duas organizações compõe uma rede em nível global que tem como pauta a agenda contra o trabalho sexual e a indústria do sexo em perspectiva mais ampla, atuando de maneira pedagógica na difusão de suas ideias, que se destinam a promover uma consciência antiprostituição como componente de um suposto processo civilizatório, ao passo que também facilitam a formação para o ativismo feminista que se opõe ao trabalho sexual.

Também vimos a convergência ideológica que articula pragmaticamente os projetos antiprostituição de conservadores cristãos e do feminismo abolicionista no país, em um processo complexo de aproximação/distanciamento entre as concepções de sociedade de ambos os grupos. Através da apreciação de dois Projetos de Lei elaborados por políticos religiosos, verificamos que o combate a prostituição se vincula à preservação de determinados valores morais da família e do cristianismo, numa tentativa de inscrevê-los na ordem legal do país via poder legislativo – sob a retórica de salvaguardar os direitos humanos, em particular das mulheres. É justamente a retórica humanitarista somada a biopolíticas punitivistas de controle e regulação da prostituição que constitui o ponto de interseção entre os projetos antiprostituição de determinados segmentos do feminismo e de religiosos conservadores. Cada qual, ao seu modo, tem mobilizado diferentes estratégias para estabelecer regimes de verdade e influenciar processos de governamentalidade instituídos pelo Estado, no intuito de caracterizar o trabalho sexual como algo indigno e reprovável dentro de um marco legal proibitivo.

Por outro lado, cada vez mais as trabalhadoras do sexo têm disputado o *microfone público* (ALVAREZ, 2014) ao reivindicar um lugar de posição de fala, não como indivíduos que querem proteção, mas como atores investidos de agência que buscam por reconhecimento de sua atividade profissional. Elas têm demarcado com veemência oposição aos discursos e práticas abolicionistas que insistem em enquadrá-

las na condição de vítimas e a prostituição no viés da exploração sexual. Através do movimento organizado de prostitutas, essas mulheres estão dizendo por meio de suas experiências que não se sentem exploradas sexualmente, mas sentem o peso do estigma e da exploração econômica, justamente porque lhes faltam leis que assegurem melhores condições de exercer sua atividade profissional e confirmem direitos trabalhistas.

A conquista de direitos trabalhistas tem se constituído em demanda do Movimento há cerca de trinta anos. Em sua investida mais atual, o PL Gabriela Leite pretende regulamentar a atividade laboral do trabalho sexual via poder legislativo. E no entendimento dos seus idealizadores, isso passa necessariamente pela legalização do funcionamento das casas de prostituição, que seriam convertidas em empresas para este fim e fiscalizadas pelo Estado, ainda que as profissionais do sexo não estejam limitadas a desempenhar o seu ofício nesses estabelecimentos e possam exercer a atividade de maneira autônoma e criar cooperativas para gerenciar o negócio da prostituição. Para além das garantias trabalhistas propostas, o projeto de lei em questão versa sobre a possibilidade de autodeterminação das mulheres através do uso do corpo e da liberdade sexual como espaço de disputa para ampliação da cidadania aquelas que se encontram a margem em relação a um conjunto de direitos. Contudo, este PL tem encontrado muita resistência tanto entre os religiosos conservadores quanto em segmentos do próprio feminismo, como já mencionamos.

Durante todos esses anos a política do Estado brasileiro com relação à prostituição tem sido de tolerância (OLIVAR, 2013). Ao mesmo tempo em que não criminaliza a atividade, também não criou um estatuto de legalização que possibilitasse a organização do trabalho. Com isso, relega as prostitutas ao isolamento ou a “clandestinidade”, imposta pela criminalização do seu entorno, que configura em contravenção penal de lenocínio (Capítulo V do Código Penal Brasileiro), fazendo da prostituição uma atividade semicriminosa no Brasil. A legislação vigente no país, além de não contribuir para a desestigmatização do ofício, também não contribui para a organização do trabalho e da auto-organização das prostitutas enquanto categoria profissional com acesso a direitos trabalhistas reconhecidos pelo Estado. Ao contrário, tal legislação “suspende a plenitude do sujeito de direito, pois o deixa à livre interpretação moral dos funcionários do Estado” (OLIVAR, 2013), atuando de forma silenciosa e repressiva de acordo com a conveniência.

Até o momento em que escrevo esse texto, o debate se desenvolve por dentro dos feminismos e se impõe em termos nacionais intimamente articulados com a atual

conjuntura do país. Com a “paralização” do debate em termos das políticas de governo, a controvérsia tem sido aquecida pelos feminismos (inclusive, com larga disseminação na internet por meio de blogs e redes sociais) marcada por tensões, violências, hostilidades entre atores sociais que disputam no feminismo a autoridade da experiência no que se refere à prostituição. Isto ficou bastante evidente na descrição etnográfica das controvérsias em tono do vídeo “Putíssima Trindade”; bem como do evento organizado pela MV-RJ, que tinha como foco o debate sobre o exercício da prostituição em decorrência dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Outros caminhos também têm sido trilhados. O movimento de prostitutas no Brasil tem atuando em várias frentes, através da articulação com entidades governamentais e da sociedade civil, fazendo uso de diferentes estratégias: seja por meio das parcerias com o Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais de saúde; seja através de políticas culturais como o desfile Daspu e o Puta Dei, que visam afirmar a identidade de puta, combater o estigma e estabelecer um canal de comunicação entre sociedade e o movimento de prostitutas; ou mesmo pela militância de base ao *voltar à esquina* e colocar o *corpão na rua* (BARRETO, 2016), como possibilidade de exercer o ativismo político sem as limitações decorrentes da relação de parceria com o Estado.

Foi, justamente, por meio do *corpão na rua* e da *comunicação das esquinas* que o GEMPAC encontrou o caminho para desenvolver suas ações com o dinamismo característico dos movimentos sociais sem depender tanto, como outrora, dos processos de institucionalização que resultam da relação com Estado, ainda que isto tenha contribuído bastante para a consolidação da Associação e para a capilaridade que possui em sua trajetória de ativismo junto às trabalhadoras sexuais na região amazônica. Isto ficou muito evidente no período mais severo da pandemia de covid-19 no Brasil, em que o GEMPAC fez uso de toda sua expertise para coordenar ajudas humanitárias para as trabalhadoras sexuais e seus familiares, bem como para outras pessoas em situação de vulnerabilidade que constituem a zona de prostituição na região metropolitana de Belém-PA. Assim, a rede de parceiros foi acionada, à medida que outras foram construídas através das transas sociais e institucionais com organizações governamentais e não-governamentais, e da sociedade civil. Mesmo diante as adversidades de todas as ordens, o GEMPAC obteve resultados significativos no auxílio a essas pessoas, através de articulações com diferentes entidades nas esferas local, nacional e internacional.

A APROS-PB tem assumido um lugar proeminente na articulação de políticas de saúde para as trabalhadoras sexuais, através da realização de debates e ações relacionadas aos direitos, cidadania e saúde integral. A associação tem figurado como referência na região metropolitana de João Pessoa-PB e em vários municípios do interior da Paraíba, desempenhando um papel fundamental na prevenção contra ISTs, HIV/Aids e Hepatites Virais. Merece destaque o trabalho desenvolvido pelo grupo de teatro Prosação, formado por integrantes da própria Associação, que através da arte cênica e da ludicidade promove educação social e conscientização para as trabalhadoras sexuais, e população em geral, sobre os riscos de praticar relações sexuais sem proteção. Esta expertise em educação e saúde sexual preventiva possibilitou a APROS-PB ampliar o seu raio de atuação para outros estados do nordeste, promovendo cursos de capacitação em direitos humanos, no intuito de formar lideranças e fortalecer o movimento de prostitutas na região.

A APROSMIG tem atuado com êxito em questões relacionadas à segurança do trabalho e a regulamentação laboral da profissão, realizando uma série de ações que visam à capacitação de trabalhadoras sexuais sobre os perigos recorrentes nos fluxos migratórios para prática da profissão, com o foco na prevenção contra crimes de exploração sexual decorrente de situações de tráfico. Além disso, por meio da criação de um museu das putas, esta associação assume uma posição assertiva na disputa pelo território onde se localiza a zona da Guaicurus ao tensionar noções estabelecidas sobre patrimônio cultural e direito à cidade, se opondo à especulação imobiliária e ao processo de gentrificação do centro de Belo Horizonte-MG.

Assim, estas três Associações tecem suas ações e se fazem presentes em vários domínios da esfera pública por meio de *transas sociais e institucionais* (BARRETO, 2016) ao atuar em parceria com agentes governamentais, outros movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, a fim de garantir direitos as trabalhadoras sexuais e dar visibilidade as suas demandas por cidadania e combate ao estigma da profissão.

Além disso, a incidência política do movimento de prostitutas no Brasil não está circunscrita a luta por pautas específicas em benefício da categoria, mas extrapola para dimensões que reverberam princípios democráticos e direitos humanos que dizem respeito à sociedade como um todo. Isto se refletiu, por exemplo, na postura intransigente contra a perda de direitos e pela manutenção das instituições democráticas diante dos processos de intensificação de medidas neoliberais na esfera econômica e do recrudescimento de políticas conservadoras nos costumes, no período turbulento que

marcou o país nesses últimos anos. Assim, o movimento de prostitutas assumiu a defesa da manutenção dos direitos dos trabalhadores em oposição às políticas de austeridade na economia, contra as reformas trabalhista e da previdência, igualmente contra o arroxo salarial e contingenciamento em setores estratégicos como a saúde e a educação – o que nos faz afirmar que o movimento de prostitutas no país se insere no primeiro plano de linha da pauta de lutas do feminismo pela democracia, por justiça e contra opressões.

Ainda sobre a incidência política do movimento organizado de prostitutas no Brasil podemos destacar o Putafeminismo enquanto estratégia de ação política que visa romper definitivamente com o estereótipo da vitimização e vulnerabilidade que cerca a prostituição – imagem esta reforçada pelo abolicionismo e bastante difundida pelos diferentes meios de comunicação e no senso comum. Por meio da ampla utilização das novas plataformas de interação social, esse puta ativismo tem aquecido o debate sobre a importância da regulamentação laboral do trabalho sexual como possibilidade de assegurar direitos sexuais e trabalhistas na luta por cidadania. Deste modo, o Putafeminismo dá ênfase para a emancipação da sexualidade feminina e sua relação com o trabalho sexual; seu ativismo reivindica a aproximação entre prostituição e feminismo.

As putafeministas dizem se inspirar em Gabriela Leite e, por vezes, recorrem a trajetória política dela ao construírem suas narrativas dentro do ativismo para falar da necessidade de organização, da luta por direitos, do combate ao estigma e da autodeterminação das trabalhadoras sexuais. Apesar de o Putafeminismo procurar estabelecer aproximações com o movimento liderado por Gabriela Leite, a forma como suas integrantes põem em prática o engajamento político é diferente daquele desempenhado pela RBP, que possui influência mais “de esquerda”. Se algumas propostas de Gabriela Leite soavam como liberais, a sua ação política era muito próxima ao socialismo.

Quando trabalhamos com narrativas nosso papel enquanto pesquisador não é “falar por” ou deixar-se levar pela “verdade” do grupo, porém nosso texto deve refletir indignação com a situação desfavorável na qual ele se insere (SPIVAK, 2010). Apesar disso, mesmo reconhecendo e aderindo a legitimidade das pautas do grupo com o qual realizamos pesquisa, também temos o papel de apontar suas tensões, contradições e conflitos, inerente a todo e qualquer movimento social.

O Putafeminismo no Brasil tem trilhado um caminho demasiadamente midiático, conseguindo notoriedade através dos *likes*, da visibilidade conquistada nas redes sociais,

dada a importância que esse meio de comunicação possui hoje. O ativismo assume características personalistas, muitas vezes, centrado mais na imagem individual das putafeministas e menos como construção política coletiva, se aproximando muito de um empreendedorismo pessoal.

Se o Putafeminismo, descrito como “algo muito transgressor” e “com maior potencial revolucionário”, pretende combater o estigma e alterar as leis sobre prostituição é pouco provável que consiga isso através da naturalização de estereótipos, como ocorreu no vídeo “Putíssima Trindade”. O vídeo é produzido no viés da construção da imagem de celebridades, de modo que o lado lúdico apaga a articulação política e não favorece a defesa de propostas em favor do trabalho sexual. Se o propósito era construir um espaço para o debate entre ativistas que defendem uma agenda política, falhou.

É bem verdade que o Putafeminismo é um movimento relativamente recente no país, tendo se intensificado somente a partir de 2016, o que dificulta a compreensão sociológica sobre o Movimento diante a complexidade do momento e das questões que se apresentam. Estamos longe de precisar o impacto da ação política de suas integrantes para o campo da prostituição, até mesmo porque o Putafeminismo ainda está em pleno processo de feitura. Por ora, podemos dizer que o seu contexto está relacionado à internet, a midiatização e a individualização, flertando bastante com um discurso feminista liberal.

No que se refere aos resultados da pesquisa comparativa que fizemos entre o perfil das acompanhantes que divulgam seus serviços sexuais através de sites especializados e o perfil daquelas que atuam nos centros de Belém-PA, João Pessoa-PB e Belo Horizonte-MG, os dados apontam para uma profunda interseção entre raça, idade e classe social no universo da prostituição, uma vez que essas diferenciações se alteram significativamente considerando o nicho de atuação dessas mulheres. Identificamos que as trabalhadoras sexuais que exercem a profissão nos circuitos dos centros das capitais supracitadas, em sua maioria são pobres e mais velhas e, também, possuem as tonalidades de cor/raça mais escuras; enquanto as acompanhantes são mais novas e possuem melhor condição financeira. Elas também são mais claras, levando em consideração as formas cotidianas de pensar e classificar a cor/raça no país.

Os valores dos programas praticados nos sites podem chegar a ser sete vezes superior aos praticados nos centros, considerando tanto os programas mais caros, quanto os mais baratos em ambos os segmentos. A faixa etária é um fator que influencia no

valor do programa e, geralmente, as trabalhadoras sexuais mais novas cobram preços mais elevados, e as de idade mais avançada tendem a cobrar menos. A idade das acompanhantes variou de 18 a 42 anos, enquanto a idades das mulheres situadas nas áreas centrais se mostrou bem mais amplas, entre 18 e 68 anos. É mais comum do que se imagina ver mulheres com idade mais avançada, inclusive na “terceira idade”, ainda batalhando nos circuitos dos centros. Nos 14 sites especializados em oferta de serviços sexuais ditos de luxo que foram pesquisados, não identifiquei nenhuma anunciante com este perfil. No entanto, verifiquei que por volta dos 33 anos de idade as acompanhantes tendem a praticar valores menores e passa a serem mais comuns as omissões da idade e do valor do programa na descrição do anúncio.

Por outro lado, não foi possível identificar a relação direta entre perfil étnico-racial e valor do programa, tanto para a realidade dos serviços prestados pelas acompanhantes, quanto para aquelas que trabalham nos centros das três capitais em que se desenvolveu o estudo. Não obstante, o valor cobrado parece estar mais relacionado às características físicas do corpo feminino: “corpo malhado”, “seios fartos”, “bumbum avantajado”; bem como a dinâmica etária das trabalhadoras sexuais em ambos os segmentos – considerando, obviamente, as práticas sexuais negociadas e o tempo de duração do programa.

Além disso, pudemos perceber também como as diferenciações de classe e de raça operam como diacríticos para a construção de imagens e estereótipos sobre os nichos do trabalho sexual objetos da pesquisa, e a respeito das pessoas que exercem a profissão neles. Essas imagens e estereótipos cumprem a função de estabelecer hierarquias e distinguir as mulheres que prestam serviços sexuais ditos de “luxo” daquelas que atuam na prostituição de rua, considerada vulgar, degradante e perigosa. Ainda que essas representações não constituam fato sociológico novo, elas assumem contornos específicos sob a lógica neoliberal capitalista.

Um desses contornos se estabelece na associação entre “prostituição de luxo” e “empreendedorismo”. Desta relação resulta uma percepção bastante particular dos serviços prestados pelas acompanhantes e do significado do “luxo” na prostituição. De acordo com esta perspectiva, as acompanhantes fornecem uma experiência diferenciada a seus clientes, fundada sob certa noção de exclusividade, distinção e refinamento; elementos fundamentais para a apreensão das representações sociais e dos processos de subjetivação das pessoas que constituem esse universo do trabalho sexual. Essa experiência é definida pela natureza distinta dos serviços prestados, que são

compreendidos como se excedessem em muito àqueles desempenhados na prostituição considerada convencional. Esses serviços são percebidos como atributos que agregam valor e conferem uma característica distintiva ao trabalho das acompanhantes, assegurando satisfação e prestígio aos clientes que podem pagar pelos mesmos.

São recorrentes a glamourização das relações estabelecidas entre acompanhantes e clientes. Um conjunto de pressupostos que conferem hierarquia e prestígio é acionado na tentativa de distinguir, em seu aspecto moral e socioeconômico, a atividade desempenhada por “acompanhantes de luxo” daquela exercida por prostitutas. As referências a espaços frequentados, viagens, presentes e os recursos financeiros que se podem obter como acompanhante ajudam a compor narrativas fortemente marcadas por uma perspectiva neoliberal de sociedade, centradas no sujeito e no consumo. Estas narrativas que se esforçam para distinguir a natureza do trabalho desempenhado entre acompanhantes e putas servem para conferir respeitabilidade e legitimidade para os serviços das primeiras, na tentativa de escapar do estigma que assombra a prostituição. Mesmo que para isso se recorra a estereótipos e preconceitos que revelem o profundo desconhecimento sobre o trabalho sexual praticado nas classes populares, quando se tenta destituir todo o seu contexto e complexidade, bem como a multiplicidade de experiências que as mulheres podem vivenciar neste nicho da prostituição.

Desta forma, o sentido do luxo na prostituição tende a cumprir uma função moralizante (LOPES, 2021) e contribui sobremaneira para a conformação de uma governamentalidade de mercado, que tem por princípio controlar, normalizar e moldar os corpos e os comportamentos na prostituição, em um processo de higienização daquilo que é considerado vulgar e indesejado. Esta função moralizante do luxo expressa uma lógica de civilidade fundada no *ethos* de classe das elites, capaz de engendrar uma versão particular de prostituição demasiadamente normativa em que clientes desejam estabelecer relações com prostitutas que não sejam “prostitutas” (LOPES, 2021) – o que nos ajuda a entender o porquê algumas acompanhantes não se reconheçam como putas, ainda que tenham convicção de que o trabalho que exercem está inserido no universo da prostituição.

Sendo assim, pudemos verificar ao logo do estudo como processos de governamentalidade de Estado e de mercado têm sido mobilizados por diferentes segmentos da sociedade para instituir mecanismos de governança das práticas e das mentalidades a respeito da prostituição. Considerando as imagens e os estereótipos construídos historicamente sobre a prostituição no Brasil, bem como a fragilidade

imposta pelo regime de tolerância que situa as prostitutas a margem dos direitos e a conveniência das políticas do Estado (OLIVAR, 2013), acreditamos que uma regulação moral e legal em decorrência de uma eventual proibição/criminalização da prostituição no país afetaria diretamente o trabalho sexual exercido nas zonas de prostituição, na tentativa de eliminar sistematicamente a visibilidade da oferta de serviços sexuais em locais públicos.

Por outro lado, não seria absurdo conjecturar que o trabalho sexual praticado pelas acompanhantes, provavelmente, não seria afetado com a mesma intensidade, ou ao menos de imediato, dada as suas características que visam distanciar-se e distinguir-se da prostituição tida como convencional. Isto nos faz pensar que tais dispositivos de controle e coerção serviriam, em última instância, como mecanismos para uma política de criminalização da pobreza. Ainda que a legislação sobre prostituição no Brasil seja alterada visando a sua proibição/criminalização, e que tal política seja implementada com mais vigor nas zonas, o trabalho sexual continuará existindo, porém em situações ainda mais precárias e de clandestinidade. Tais medidas teriam como efeito colateral a proliferação de redes de exploração sexual, que se beneficiariam ainda mais da condição de ilegalidade da prostituição.

Como nos ensinou Norbert Elias (1994), os problemas enfrentados pelos indivíduos no curso de um processo civilizador acompanham as formas características de seu estágio particular. As atitudes das pessoas em relação à prostituição, a organização das trabalhadoras sexuais, e as próprias possibilidades de atuar nos mercados do sexo sofreram mudanças significativas. A configuração e a direção dessas mudanças são explícitas e ainda estão em curso, seja como possibilidade para se exercer maior controle sobre a prática ou no sentido da ampliação da luta e conquista de direitos. E isto reflete a dimensão de um problema parcial que resulta do processo civilizador em seu estado presente, considerando as particularidades assumidas em nossa sociedade.

6. Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

AGUSTÍN, Laura María. Helping Women Who Sell Sex: The Construction Of Benevolent Identities. **Rhizomes**, Issue 10. Neo-Liberal Governmentality: Technologies Of The Self & Government Conduct, 2015.

_____. **Trabajar en la industria del sexo, y otros tópicos migratórios**. Tercera Prensa, Donosti, 2005.

ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu** (43), janeiro-junho de 2014.

APROS-PB. **MULHERES POSITHIVAS: Direitos Humanos e Saúde na Prevenção Combinada para Prostitutas**. (Projeto). João Pessoa-PB, 2019.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Comentário. **Cadernos Pagu** (31), julho-dezembro de 2008.

ARAÚJO, Anna Paula Moreira. “**Se eu comprar o carro você vem junto?**” Economias sexuais no mundo dos eventos. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2020.

BARRETO, Leila Suely Araújo. **Prostituição, A História Recontada: Transas Sociais e Institucionais em Belém**. (Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade). Instituto de Ciências Jurídicas, UFPA. Belém, 2016.

BARRETO, Letícia Cardoso. “**Somos sujeitas políticas de nossa própria história**”: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BARRY, Kathleen. **Female sexual slavery**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1979.

BERNSTEIN, Elizabeth. Militarized Humanitarianism Meets Carceral Feminism: the Politics of Sex, Rights, and Freedom in Contemporary Antitrafficking Campaigns. **Signs: Journal of Woman in Culture and Society**. Vol. 36, nº 1, 2010.

_____. **Temporarily yours: intimacy, authenticity and the commerce of sex**. The University Chicago Press. Chicago, 2007-a.

_____. The Sexual Politics of the “New Abolitionism”. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, 18 (3) pp. 128-151, 2007-b.

BLANCHETTE, T. & SILVA, A. P. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: CORREA S. & PARKER, R. **Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos**. New York: Sexual policies Watch. 2009.

BONOMI, Carolina. “**Mulher da Vida, É Preciso Falar**”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2019.

BORTOLANZA, Elaine. **As passarelas passeatas da Daspu**. Site: www.eroticomia.blogspot.com/2007/10/as-passeiras-passeatas-da-daspu.html. Acessado em 02/09/2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n 26, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 5.017 de 12 de março de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTECBO). **5198: Profissionais do sexo. Classificação Brasileira de Ocupações**. mtecbo.gov.br. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>. Capturado em 18 de outubro de 2013.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018**. Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE, 2018.

BRASIL Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 377/11**. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=839127. Último acesso em 01/08/2020. Texto original.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.211/12**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Último acesso em 01/08/2020. Texto original.

BRASIL Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2371/16**. Sugere e requer a retirada da descrição da ocupação de profissional do sexo em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações- CBO. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1476319&filename=PL+5789/2016. Último acesso: 01/08/2020. Texto original.

CAMARGO, Scheila Fátima Giacomazzi. **A Roupas- Panfleto DASPU** – anotações sobre um canal de comunicação, 2007.

CARBY, V. Hazel. Mujeres blancas, escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes. **Feminismos Negros** - una antología. Traficantes de sueños, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARTA CAPITAL. “O desafio é não se submeter ao desejo alheio”, diz Monique Prada. **Caderno Sociedade**. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/monique-prada-9583.html>. Publicado em 24/06/15.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril, 2017.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea/ Comunicação e Cultura**. v. 13, n 02, maio-agosto de 2015.

CHACHAM, Alessandra S. & MAIA, Monica B. A profile of mobile sex workers in Belo Horizonte, Brazil. **Research for Sex work**. Vol. 5, p. 21-23. 2002.

CHAPKIS, Wendy. **Live Sex Acts: Women performing erotic labour**. Cassell, Londres, 1997.

CHO, G. **Haunting the Korean diaspora: shame, secrecy, and the forgotten war**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Org.). **Feminismos negros, una antología**. Traficantes de Sueños, Madrid, 2012.

CORRÊA, Sonia. Prostituição, Normas e Contextos: a dimensão transnacional. In: **Análise do Contexto da Prostituição: em relação à direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil - levantamento nacional e contexto internacional**. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Disponível em: <http://abiaids.org.br/analise-do-contexto-da-prostituicao/27547>.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review** 43, no. 6, 1991

DAVIS, Angela. Working Women, Black Women and the History of Suffrage Movement. In: _____. **Women, race and class**. New York, NY: Random House, 1981.

DEGLER, Carl. **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DOEZEMA, Jo. Loose women or lost women? The re-emergence of myth of “white slavery” in contemporary discourses of “trafficking” in women. **Gender Issues**, Washington, vol. 18, n 1, p. 23-50, winter 2000.

DWORKIN, Andrea. **Intercourse**. New York: Free Press, 1987.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Editora Garamond, 2006.

FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2017.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44), janeiro-junho de 2015.

FONSECA, Cláudia: A morte de um gigolô. In: PISCITELLI, A. et al (orgs.) **Sexualidade e Saberes, Convenções e Fronteiras**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2010.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A “Governamentalidade”. In: **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos**, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Coleção Antropologia Social).

GEA, Karina Dias; MOREIRA, Lisandra Espíndula; BARRETO, Letícia Cardoso. “Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 160 - 185, maio/ago. 2018.

GEMPAC. **Zona Legal: futuros feministas e de direitos das trabalhadoras sexuais brasileiras**. (Projeto). Belém-PA, 2017.

_____. **Zona de Direitos**. (Projeto). Belém-PA, 2011.

GLOBAL NETWORK OF SEX WORK PROJECTS (NSWP). **SWIT – Guía útil para la Persona que Ejerce el Trabajo Sexual del SWIT**. NSWP, 2015.

GÓES, Juliana Moraes de. O que a luta das profissionais do sexo tem nos ensinado sobre a exploração dos corpos das mulheres? In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s World Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

GOLDENBERG, Miriam. Entrevistas e questionários. In: _____. **A arte da pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

GOMES, Carla & SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 29, Número 2, Maio/Agosto, 2014.

GUBER, Rosana. La observación participante. In: _____. **La etnografía. Método, campo e reflexividad**. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y comunicación. Buenos Aires: Grupo editorial Norma, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, n. 1/93, 1993. Pp. 7-31.

_____. Subjectivity, experience and knowledge: an epistemology from/for rainbow coalition politics. **Development and Change**, 23, 1992.

HINE, Christine. Virtual Ethnography. **3th International Conference on Public Communication of Science and Technology (PCST)**, Montreal, Canada, 10-13 April, 1994.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, [s.l.], n.2, p. 464-478, 1995.

_____. **Ain't i woman: black women and feminism**. Winchester, London: Pluto Press, 1982.

HUGGINS, Clare. Turismo sexual e Olimpíadas: quebrando tabus. **RioOnWatch**. Site de relatos das favelas cariocas. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=20425>. Publicado em 23 de Junho de 2016.

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra S.; MORAIS Mariana R. Mulheres da “Zona Grande”. Negociando identidade, trabalho e território. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad. REVISTA LATINOAMERICANA**. n.14 . ago. 2013 . pp.138.163.

JENNESS, Valerie. From sex as sin to sex as work: COYOTE and the reorganization of prostitution as a social problem. **Social Problems**, 37, 1990.

KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. Introduction. In: KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo (Orgs). **Global sex worker: rights, resistance and redefinition**. New York and London: Routledge, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras**. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios, 2015

LAMAS, Marta. Feminismo y prostitución: la persistencia de una amarga disputa. **Debate Feminista** nº 51, p. 18-35. Ciudad de México, México, 2016.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida.** Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta.** Editora Objetiva, 2008.

LENZ, Flávio. **Transgressões no imaginário da prostituição nos desfiles-trottoir da grife Daspu.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Comunicação, UERJ. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **O Estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do Terceiro Setor.** 2010. 131 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

LIBARDONI, M. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista de Estudos Feministas.** V. 8. N. 2. Florianópolis-SC, 2000.

LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira. Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online), v. 64 n. 3, USP, 2021.

_____. **Experimento em etnografia ou sobre o que nos diz Giovana: um estudo sobre prostituição “de luxo” feminina no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2016.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”. **Cadernos Pagu** (41), julho-dezembro de 2013.

MACKINNON, C. A. **Toward a feminist theory of the state.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1989.

_____. **Feminism unmodified: Discourses on law and life.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1987.

MAQUEDA M. L. **Prostitución, Feminismos y Derecho Penal.** Editora Comaraes: Granada, 2009.

MARTIN, D. **Riscos na prostituição: um olhar antropológico.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2003.

MELO, Hildete Pereira & THOMÉ, Débora. Mulheres, poder e feminismos. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENDONÇA, Carolina Camarotto. "PUTA DEI" E AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DE PROSTITUTAS. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

MILLER, Daniel & HORST, Hearther A. The Digital and the Human: A prospectus for Digital Anthropology. In: HORST, Hearther A. & MILLER, Daniel (Orgs.). **Digital Anthropology**. London and New York: Berg, 2012.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. Durham; London: Duke University Press, 2003.

_____. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MURRAY, Laura Rebecca. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. In: **30 ABA: POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS**, 30, 2016, João Pessoa. Anais..., João Pessoa: UFPB, 2016, p. 1-14.

_____. **Not Fooling Around: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil**. Tese (Doutorado). Universidade de Columbia, 2015.

NEXO JORNALISMO. "O que é e o que defende o 'putafeminismo' ". **Entrevista**. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/11/03/O-que-%C3%A9-e-o-que-defende-o-%E2%80%98putafeminismo%E2%80%99>. Publicado em: 03/11/2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: _____. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

NORVELL, John M. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. In: REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. (orgs), **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NUSSBAUM, Martha C. Pela razão ou preconceito: ganhar dinheiro com o uso do corpo. In: **Cadernos Themis Gênero e Direito**. Porto Alegre: Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, 2002.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**. Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Implementación de programas integrales de VIH/ITS con personas trabajadoras del sexo: enfoques prácticos basados en intervenciones colaborativas**. OMS, 2015.

PASINI, Elisiane. Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina. In: **Cadernos Pagu**, nº 14, 2000.

PEIRANO, Mariza G. S. **A Favor da Etnografia**. Série Antropologia (130). Brasília-DF, 1992.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. In: **Cadernos Pagu** (25), julho-dezembro de 2005, pp.25-54.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PHETERSON, Gail. **A vindication of the rights of whores**. Seattle, WA: Seal, 1989.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação. In: PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

_____. The Dangers of the Transnational Sphere: Putafeministas and recent confrontations between feminisms in Brazil. **Paper presented at The World of Women Congress**, Florianópolis, 2017.

_____. Conhecimento Antropológico, Arenas Políticas, Gênero e Sexualidade. **Revista Mundaú**, nº 1, pp. 73-90, 2016.

_____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. **Paper apresentado no seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades**. UERJ, setembro de 2012 (a).

_____. Feminismos e Prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social** nº 36. FFyL - UBA, 2012 (b).

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 1990.

RAMOS, Roberta Fernandes. **Na batalha: a regulamentação do trabalho sexual a partir da perspectiva dos movimentos de prostitutas**. Monografia (Graduação em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2017.

RIBEIRO, Djamila **O que é: lugar de fala**. Belo Horizonte-MG, Letramento: Justificando, 2017.

SAMY, Eloisa. Feminismo Radical. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Explosão Feminista: Arte, cultura, Política e Universidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SCOTT, Joan. “Experiência”. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS T. R. O. (Orgs). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Caderno Candido Mendes. Rio de Janeiro, (20): 165-185, junho de 1991.

SILVA, Tatiana R. R. **Sexualidade e Cor: dinâmicas da prostituição feminina nas áreas centrais da cidade de São Luís, Maranhão**. São Luís: Eduema, 2015.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, Gênero e Direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e pastoral da mulher marginalizada**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Prostituição: uma abordagem feminista**. São Paulo, dezembro de 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

_____. **The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. Routledge, New York & London, 1990.

SVANSTRÖM, Yvonne. From contested to consensus: Swedish politics on prostitution and trafficking. In: WARD, Eilís; WYLIE, Gillian (orgs). **Feminism, Prostitution and the State: The Politics of Neo-abolitionism**. London and New York: Routledge, 2017.

TAVARES, A.G.C. **A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2014.

THIOLLENT, Michel J. M. O processo de entrevista. In:_____. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Livraria Ed. Polis, 1981.

VANCE, Carole. Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In: _____. **Pleasure and Danger: exploring female sexuality**. London, Pandora Press, 1992.

VAZ SILVA, Tiago L. Coelho. A “putíssima trindade”: dos fetiches e fantasias sexuais dos clientes à acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída às trabalhadoras sexuais. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, 8(23), 755-792. 2021.

_____. Feminismos em disputa: as tensões nas redes sociais em torno do debate sobre prostituição. In: **KULA. Antropólogos del Atlántico Sur. Revista de Antropología y Ciencias Sociales.** Buenos Aires, Argentina. Número 17. Diciembre de 2017.

VILLELA, W. V. et al. Políticas públicas e iniciativas do legislativo relacionadas à prostituição. In: **Análise do Contexto da Prostituição:** em relação à direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil - levantamento nacional e contexto internacional. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2013. Disponível em: <http://abiaids.org.br/analise-do-contexto-da-prostituicao/27547>.

WARD, Eilís & WYLIE, Gillian. Introduction. In: WARD, Eilís; WYLIE, Gillian (orgs). **Feminism, Prostitution and the State:** The Politics of Neo-abolitionism. London and New York: Routledge, 2017.

WEITZER, Ronald. **Sex For Sale:** Prostitution, Pornography, and the Sex Industry. New York: Routledge. 2nd Edition, 2010.

WYLIE, Gillian. Neo-abolitionism and transnational advocacy networks: Globalising an idea. In: WARD, Eilís; WYLIE, Gillian (orgs). **Feminism, Prostitution and the State:** The Politics of Neo-abolitionism. London and New York: Routledge, 2017.

WYNTER, S. WHISPER: Women hurt in systems of prostitution engaged in revolt. In F. Delacoste & P. Alexander (Eds.), **Sex work:** Writings by women in the sex industry (pp. 266-270). Pittsburgh, PA: Cleis, 1987.

ZELIZER, Viviana A. **A negociação da intimidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Sociologia).